



MAPA - CEPLAC – DIRET

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO - UG - 130.010

E

AGREGADO - UG – 137.003

EXERCÍCIO

2010

1

BRASÍLIA – DF

31 de Março 2011



MAPA - CEPLAC – DIRET - UG - 130.010

E

FUNGECAU - UG - 130.003

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

**RELATÓRIO DE GESTÃO APRESENTADO AO TRIBUNAL
DE CONTAS DA UNIÃO COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
A QUE ESTA UNIDADE ESTÁ OBRIGADA NOS TERMOS DO
ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE A-
CORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA INSTRUÇÃO NORMATIVA
TCU Nº 63/2010, DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 107/2010
E DA PORTARIA TCU Nº 277/2010.**

Brasília – DF

31/Março/2011



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



SUMÁRIO

MAPA - CEPLAC – DIRET - UG - 130.010	2
FUNGECAU - UG - 130.003.....	2
PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL	2
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010.....	2
MENSAGEM – 2010	7
INTRODUÇÃO	10
A. PARTE A, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – CONTEÚDO GERAL	11
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	11
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO	11
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	18
2.1 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	18
2.2 - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	19
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.....	21
2.3.1 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	45
2.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ:.....	48
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	58
2.4.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	58
2.4.1.1 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	58
2.4.1.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL	59
2.4.1.3 QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	60
2.4.1.4 MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	62
2.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA.....	63
2.4.2.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	63
2.4.2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO	67
2.4.3 INDICADORES INSTITUCIONAIS	69
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	80
3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	80
3.2 ANÁLISE CRÍTICA	80
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	81
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	81
4.2 ANÁLISE CRÍTICA	81
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	82
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	82
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	85
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	86
5.4 QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS	86



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



5.5	CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	91
5.6	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	91
6.	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010:	98
6.1	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO	98
6.1.1	RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2010	98
6.1.2	QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	99
6.1.3	INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO NO EXERCÍCIO DE 2011 E SEGUINTE	100
7.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	103
7.1	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	103
8.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	106
8.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	106
9.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	108
9.1	GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	108
10.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	117
10.1	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	117
11.	PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	119
11.1	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ	119
12.	PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	120
12.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	121
12.2	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	122
12.3	RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	123
12.4	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	124
B.	PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	125
13.	PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	125
13.1	DECLARAÇÃO PLENA, COM RESSALVA OU ADVERSA	125
C.	PARTE C, ITEM 14 DO RELATÓRIO DE GESTÃO – CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
14.1	DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS COLIMADOS.....	132
14.2	COMENTÁRIOS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DE INSUCESSO E RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	133
ANEXOS	134
ANEXO I - REL. DO CENTRO DE ATER DO CACAU – CENEX/CEPLAC - PAG. 1/93	134
ANEXO II - REL. DO CENTRO DE PESQUISA DO CACAU – CEPEC/CEPLAC - PAG. 1/99	134
ANEXO III – PLANO DE PROVIDÊNCIAS SOBRE DELIBERAÇÕES DO TCU - PAG. 1/1	134
ANEXO IV – RECOMENDAÇÕES DO OCI - PAG. 1/1	134



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



	LISTA DE QUADROS	
Quadro .1.	PERSPECTIVAS DE RECUPERAÇÃO E EXPANSÃO DOS PRINCIPAIS CULTIVOS ATÉ 2019	9
Quadro A.1.4	IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO	12
Quadro a.1.4.A	UNIDADE JURIDICIONADA – AGREGADORA TITULAR DO RELATÓRIO - SIAFI 2010 EM - 02/03/2010 (*)	15
Quadro a.1.4.B	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E TITULAR DAS UNIDADES JURIDICIONADAS DA CEPLAC/MAPA	16
Quadro A.2.1	DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO	45
Quadro A.2.2	EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	49
Quadro A.2.3	IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	58
Quadro A.2.4	PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	58
Quadro A.2.5	PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL	59
Quadro A.2.6	QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	61
Quadro A.2.7	MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	62
Quadro A.2.8	DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	64
Quadro A.2.9	DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	65
Quadro A.2.10	DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	66
Quadro A.2.11	DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	67
Quadro A.2.12	DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	68
Quadro A.2.13	DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	68
Quadro A.3.1	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	80
Quadro A.4.1	SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	81
Quadro A.5.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	83
Quadro A.5.2	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	84
Quadro A.5.3	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	84
Quadro A.5.4	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	85
Quadro A.5.5	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	85
Quadro A.5.6	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	86
Quadro A.5.7	QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010	87
Figura 01	EVOLUÇÃO DO QUADRO DE Rh, POR NÍVL, NO PERÍODO 1987/2010	89



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Figura 02	EVOLUÇÃO DA AQUISIÇÃO DO ABONO PERMANÊNCIA VERSUS CONTINGENTE TOTAL DE SERVIDORES NOS ANOS DE 2007, 2008, 2009 E 2010.	89
Figura 03	EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE FALTAS AO SERVIÇO NO PERÍODO 2007 A 2010	92
Quadro A.5.8	CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	93
Quadro A.5.9	CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	94
Quadro A.5.10	DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE	96
Quadro A.6.1	CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	99
Quadro A.6.2	RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	99
Quadro A.6.3	RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE	100
Quadro A.6.4	RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE	101
Quadro A.6.5	VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE	102
Quadro A.7.1	(*) SEM INFORMAÇÕES	(*)
Quadro A.8.1	(*) SEM INFORMAÇÕES	(*)
Quadro A.9.1	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	103
Quadro A.10.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	106
Quadro A.11.1	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	108
Quadro A.11.2	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	110
Quadro A.11.3	DISTRIBUIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	111
Quadro A.12.1	GESTÃO DE TI DA UJ	117
Quadro A.13.1	(*) SEM INFORMAÇÕES	(*)
Quadro A.14.1	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ	119
Quadro A.15.1	CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	121
Quadro A.15.2	SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	122
Quadro A.15.3	RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	123
Quadro A.15.4	SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	124
Quadro B.1.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA	126



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



MENSAGEM – 2010

A COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC, com o seu modelo integrado de pesquisa, assistência técnica e ensino profissionalizante, tem executado as ações do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau, ao longo de **cinquenta e quatro** anos, em benefício do Agronegócio, das regiões produtoras dos Estados da Bahia, Espírito Santo e Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, mais especificamente o elo da cadeia produtiva do cacau, voltada para atender as demandas dos produtores e trabalhadores rurais e outros segmentos das comunidades onde atua a exemplo de: agricultores familiares, assentados de reforma agrária, extrativistas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc., além das entidades de classe: associações, colônia de pescadores, cooperativas, sindicatos, etc., contribuindo para o aumento da geração de emprego e renda, via verticalização da atividade agropecuária regional, com foco no equilíbrio socioeconômico, uso intensivo de mão-de-obra e a sustentabilidade ambiental das regiões produtoras de cacau nos biomas: Mata Atlântica e Floresta Amazônica.

Portanto, o Programa de Governo executado pela CEPLAC objetiva a promoção do desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil, com foco no aprimoramento das ações tecnológica e gerencial visando o fortalecimento das cadeias produtivas regionais. Busca como Indicadores de Resultados: o aumento da renda agropecuária, a elevação de postos de trabalho no campo e a redução de áreas degradadas; contribuindo assim para a competitividade do agronegócio, redução das desigualdades regionais e responsabilidade social e ambiental nos Biomas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica.

Para fazer frente e superar a incômoda conjuntura sócio-econômica vivenciada pela economia cacaueira, o MAPA, através da CEPLAC e dos seus três Centros de Pesquisa e três de Difusão de Tecnologias, a serviços dos produtores lotados nas seis unidades federativas dos estados das regiões do Norte, Nordeste, Sudoeste e Centro-Oeste do Brasil, tem como responsabilidade direta e objetivo, contribuir com o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento e da verticalização da atividade agropecuária regional, considerando-se, sobretudo as relações de equilíbrio socioeconômico, a capacidade de uso intensivo de mão-de-obra e a sustentabilidade ambiental. Como estratégia de atuação, tem o desafio de executar o Programa – **0362: DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU**, e suas respectivas ações. Em complementação a este esforço, se têm desenvolvido ações de dois outros programas, tais como, o Programa – **1062: DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, Ação – **2144: Ensino Profissional nas Regiões Cacaueiras**; bem como do Programa – **1409: DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA**, Ação – **8544: Desenvolvimento da potencialidade agroenergética das regiões produtoras de cacau, em parceria com a Petrobrás**, visando contribuir com a exploração do cultivo do dendê voltado para a produção do Biodiesel.

BALANÇO DAS PRINCIPAIS AÇÕES EM EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO - 2010

As ações de Pesquisa & Desenvolvimento integradas a Assistência Técnica e Extensão Rural desenvolvidas pela CEPLAC têm oportunizado a retomada da produção e produtividade das propriedades agrícolas, com reflexos na dinamização das cadeias produtivas regionais, manutenção do parque moageiro e níveis de processamento do cacau, com redução consequente da importação de matéria prima. A difusão continuada de conhecimento tecnológico e gerencial constituiu requisito básico para a promoção do desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau, tendo seu enfoque aperfeiçoado a partir do exercício de 2008, no fortalecimento das atividades produtivas e modernização dos agronegócios regionais. O saldo desse esforço se traduz no aumento da produção de cacau do Brasil para o patamar das 220 mil toneladas na safra 2010/2011, incremento superior a 40% em relação à safra 2009/2010, recolocando o país no cenário da caucultura mundial.

Além das pesquisas avançadas em genética, biologia molecular, fitopatologia e fisiologia da produção, com 132 projetos em execução, destaca-se o grande desafio do processamento de chocolate, especialmente com a utilização de cacau fino, orgânico e com certificação de origem em sistemas agroflorestais – SAFs, como forma de agregação de valor à produção brasileira. A Extensão Rural integrou-se à dinâmica do



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Desenvolvimento Territorial, incluiu agricultores familiares, quilombolas, indígenas e ribeirinhos em 17 territórios da cidadania, além de 5 territórios rurais de identidade, nos estados do Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Rondônia, contemplando atendimento direto a 70 mil produtores rurais inclusos no Programa, de um público alvo demandante superior a 150 mil agricultores. A parceria com o MEC permitiu a formação profissional de 1.170 Técnicos, nível médio, em 05 escolas agrícolas voltadas para o agronegócio regional.

No campo da Agroenergia, avançou-se na superação de obstáculos para a utilização do óleo de dendê como matéria-prima na produção de Biodiesel, bem como se reduziu gargalos da produção de sementes/mudas e melhoria dos níveis de acidez do óleo. Além de ampliação do banco de germoplasma de dendê no Sul da Bahia e outro banco em estágio de implantação no Pará, concluiu-se o georeferenciamento de 1.609 propriedades rurais produtoras de dendê e 234 unidades artesanais de extração de óleo, o que permitirá difundir as boas práticas de manejo da lavoura e de processamento do dendê. Adquiridas em convênio com a Petrobras, encontram-se em fase de instalação na região Baixo Sul da Bahia, duas micro usinas e dois conjuntos de equipamentos de extração de óleos, para utilização como unidades-piloto e no treinamento dos agricultores familiares dos territórios da cidadania do Baixo Sul e Litoral Sul da Bahia.

Ancorado nas dimensões clássicas da sustentabilidade o Programa apresentou índices satisfatórios nos indicadores de resultados, com presumível elevação da qualidade de vida das populações em decorrência do aumento da renda agropecuária regional, da manutenção e qualificação de postos de trabalho no campo e ampliação dos níveis de conservação ambiental dos municípios, no âmbito dos Biomas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica.

Ressalta-se que a sanção da MP 472 pelo Presidente da República, em 14 de junho último, consolida a repactuação das dívidas dos produtores de cacau da Bahia e Espírito Santo, prorrogando prazos e suspendendo execuções fiscais até 30 de novembro desse ano, relativas a produtores inscritos na Dívida Ativa da União, bem como melhoram os níveis de rebate da dívida, nas respectivas tabelas de desconto do PAC do Cacau e, finalmente, prorroga o prazo para contratos inadimplentes anteriores a 2010, no âmbito do PESA (Lei 12.249/2010). Resolução nº 3.917 do Conselho Monetário Nacional - CMN, emitida em 28/12/2010, permite ainda que as parcelas vencidas do PESA, em 2010 e anos anteriores, sejam pagas com descontos com significativos ganhos para os produtores rurais.

Merece destaque, o lançamento oficial em 17 de junho último, Dia Internacional do Cacau, do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau – PRODECAU, plano de metas estratégicas para os agronegócios regionais, com horizonte de tempo até 2019.

PERSPECTIVAS PARA 2011

A dinâmica do agronegócio brasileiro trás como desafio a construção de novos cenários para a cadeia produtiva do cacau e demais cadeias produtivas regionais, tendo como perspectivas a recuperação e modernização do parque produtivo, elevando os níveis de produção e produtividade dos cultivos com ênfase nos sistemas agrícolas sustentáveis, bem como avançar em ações voltadas para a agregação de valor à produção, por meio da verticalização agroindustrial, melhoria da qualidade dos produtos e prospecção de mercados potenciais.

A estratégia de execução do PRODECAU visa promover a sua integração com as diretrizes e metas a serem definidas, no exercício, para o ciclo do PPA 2012-2015. Além de continuidade na manutenção das ações em curso, o programa define como objetivos: a expansão e recuperação das áreas de cultivos e aumento da produção e produtividade até 2019, Tabela 1, com destaque já em 2011 para as culturas de Cacau (68 mil hectares), Dendê (6.100 ha), Seringueira (5 mil ha), além de Fruticultura (250 ha), com apoio às diversas cadeias produtivas.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO 1	PERSPECTIVAS DE RECUPERAÇÃO E EXPANSÃO DOS PRINCIPAIS CULTIVOS ATÉ 2019						
CULTIVO	ÁREA DE AÇÃO TRABALHADA (ha)						
	BAHIA	PARÁ	RONDÔNIA	E. SANTO	AMAZONAS	M.GROSSO	TOTAL
Cacau - Total = 1	480.000	180.000	75.000	35.000	12.200	21.100	803.300
Expansão	80.000	160.000	60.000	25.000	11.200	21.000	357.200
Recuperação	400.000	20.000	15.000	10.000	1.000	100	446.100
Seringueira Total – 2	100.000	40.000	10.000	5.000	1.200	5.000	161.200
Substit. sombra	80.000						80.000
Plantio simultâneo	20.000	40.000	10.000	5.000	1.200	5.000	81.200
Dendê - Total - 3	45.000	20.000					65.000
Implantação	30.000	20.000					50.000
Renovação	15.000						15.000
Fonte:							

A revitalização da cacauicultura no Brasil estará realçada em dois flancos definidos pelo Programa para o próximo ciclo do PPA: de um lado os esforços para recuperação do parque produtivo da Bahia e Espírito Santo, com potencial instalado de incremento rápido da produção física de amêndoa pela melhoria da produtividade e qualidade dos produtos, de outro, os estados do Norte registrando franca expansão de demanda, com expectativa de incremento da área em 10 mil hectares/ano de cacauzeiros implantados. O cumprimento dessas metas propostas consolidará a posição de retomada do Brasil no rol dos grandes produtores, segundo a dinâmica do mercado internacional de cacau, com perspectiva de superação das 334 mil toneladas/ano, ao final de 2015, e segundo estimativa das coordenações técnicas, aproximadamente 668 mil no final próximo PPA.

A agregação de valor ao cacau continuará a ser prioridade através da difusão de tecnologia de processamento, com fomento a investimentos da iniciativa privada em fábricas de chocolate, bem como através de parcerias com os produtores rurais para garantir maior produtividade, produção e matéria-prima de qualidade. Consoante este esforço, a certificação orgânica de cacau será fomentada, assim como a produção de cacau fino de qualidade Premium. A tática para agregação de valor a cadeia do cacau se expressa na referência de tecnologia de produtos e de processos, já desenvolvidas pela CEPLAC, bem como nos avanços na área de equipamentos, com vistas à replicagem de unidades com porte adequado para cooperativas de produtores rurais, oferecendo perspectivas de saída da condição de exportador de amêndoa, R\$6,00/Kg, para produtor de chocolate, R\$180,00/Kg.

Outro destaque é o desenvolvimento de pesquisas, produção de sementes e mudas de dendê voltadas para incentivar as ações de Agroenergia dentro do Programa Palma de Óleo recém oficializado pelo governo. No Litoral Sul da Bahia o esforço visa beneficiar agricultores familiares em 13 mil hectares assistidos, integrando-os no agronegócio da palma, em parceria com investimentos da iniciativa privada. Está sendo ampliado o campo de produção de sementes em mais 20 ha na Bahia e instalado 40 ha no Estado do Pará. Na Bahia, o projeto para a garantia da qualidade do biodiesel de dendê receberá prioridade, buscando a tecnificação da cadeia produtiva. Entrarão em funcionamento 04 unidades agroindustriais de extração de óleo, com fins de pesquisa e capacitação de agricultores.

No plano internacional a 73ª Assembléia Geral e Conselho de Ministros da COPAL – Aliança dos Países Produtores de Cacau, em Kuala Lumpur, Malásia, em setembro de 2010, elegeu os representantes oficiais para o ano 2010/2011, de acordo com as provisões da Carta de Abidjan e as Regras Administrativas da Aliança, ficando definidos, **Brasil** como Presidente, **Cameroon** como Vice-Presidente e Gabão como Auditor. DIRET/CEPLAC



INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da CEPLAC, que consolida as ações e projetos executados pelos respectivos Centros de Extensão – CENEX e Centros de Pesquisa do CACAU – CEPEC, atuantes nos diversos territórios e municípios dos Estados do Amazonas, Bahia, E. Santo, M. Grosso, Pará e Rondônia, ajusta-se ao modelo de avaliação das entidades públicas, destaca esforço no sentido de concretizar as metas, ações e programas. Constitui meio de controle, disponibiliza informações de caráter econômico, financeiro e social referentes ao desenvolvimento das atividades agroeconômicas no espaço abrangido pela atuação da CEPLAC.

Configura conteúdo sintonizado com elementos que integram os programas desenvolvimento sustentável do agronegócio cacau/sistemas agrossilvipastoris e desenvolvimento da agroenergia. Visam promover/dinamizar as lavouras e criações instaladas nas propriedades assistidas. Perseguem segurança alimentar/nutricional, geração de emprego/renda, elevação da produtividade do trabalho, suprimento de matérias-primas, melhoria das condições de vida, inserção social e resgate ou conquista da cidadania.

Compete ao serviço de extensão rural/assistência técnica propiciar orientação aos segmentos envolvidos com a agropecuária e preparar os recursos humanos requisitados para gestão dos empreendimentos e execução dos afazeres atinentes à condução das atividades agroeconômicas instaladas nas propriedades atendidas pelos Centros de Extensão. Conhecimentos, tecnologias e experiências compartilham-se entre público alvo e profissional da Instituição.

As ações do CEPLAC estendem-se às regiões produtoras de cacau nos estados de E. Santo, Bahia, M. Grosso, Pará, Amazonas e Rondônia. Sendo que, este espaço reparte-se em 107 municípios na Bahia, integram os territórios da cidadania {Baixo Sul (15) e Litoral Sul (27)} e identidade – Extremo Sul (21), Médio Rio das Contas (14), Itapetinga (10), Vale do Jiquiriçá (8), Recôncavo (6), Portal do Sertão (3), Região Metropolitana de Salvador (2) e Litoral Norte (1). Somam-se a este universo, os municípios e demais territórios dos demais estados mencionados, acima. Obedece a diretriz de planejamento delineada pelo governo federal – territorialidade.

Dentre as explorações agropastoris assentadas nas terras abrangidas pelas ações da CEPLAC destacam-se as lavouras permanentes (acerola, **cacau**, café, coco, cravo da índia, **dendê**, graviola, guaraná, macadâmia, piaçava, pupunha e **seringueira**), cultivos de ciclo curto (abacaxi, banana, cana-de-açúcar, feijão, mamão, mandioca, melancia e milho) e criações – bovinocultura, piscicultura, apicultura, suinocultura e avicultura.

Para explicar os quadros requeridos, foi utilizado como auxílio, o próprio texto da **PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.**



A. PARTE A, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010 – CONTEÚDO GERAL

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

Neste item, atendendo requerimentos e, em conformidade com o a integra do texto abaixo, da DN/CGU/TCU N.º 107, abordar-se-á sobre: Informações de identificação da unidade jurisdicionada, contendo: Poder e órgão de vinculação ou supervisão; nome completo; denominação abreviada; código SIORG; código LOA; situação operacional; natureza jurídica; principal atividade econômica; telefones de contato; endereço postal; e-mail; página na internet; normas de criação; normas relacionadas à gestão e estrutura; manuais e publicações relacionadas às atividades da unidade; códigos e nomes das unidades gestoras e gestões no Sistema SIAFI.

Objetivo, segundo a DN/CGU/TCU N.º 107: Apresentar os elementos identificadores das Unidades Jurisdicionadas (UJ) que apresentarão relatórios de gestão referentes ao exercício de 2010 ao TCU, de acordo com as classificações: individual, consolidado, agregado, consolidado e agregado, bem das respectivas UJ consolidadas e agregadas.

Estrutura de Informação, segundo a DN/CGU/TCU N.º 107: A informação deve ser estruturada de acordo com a classificação indicada no Anexo I da DN TCU n° 107/2010, conforme quadros a seguir dispostos na seguinte ordem: a primeira trata dos relatórios de gestão apresentados na forma individual; a segunda, dos relatórios apresentados na forma consolidada; a terceira, dos relatórios apresentados na forma agregada; a quarta, dos relatórios apresentados na forma consolidada e agregada.

Para efeito desta orientação, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU consideram-se:

- *Relatório individual: quando a UJ aparece relacionada isoladamente no Anexo I da DN TCU n.º 107/2010, sem texto complementar, ou com texto genérico, sem nominar outra UJ;*
- *Relatório Consolidado: quando estiver expresso no Anexo I da DN TCU n.º 107/2010 que a UJ principal consolidará outra UJ, e esta estiver nominada;*
- *Relatório Agregado: quando estiver expresso no Anexo I da DN TCU n.º 107/2010 que a UJ principal agregará outra UJ, e esta estiver nominada;*
- *Relatório Consolidado e Agregado: quando ocorrerem, simultaneamente, as situações compreendidas nos itens 2 e 3 acima.*
- **Abrangência:** todas as unidades jurisdicionadas relacionadas no Anexo I da DN TCU n° 107/2010.

1.4 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

O relatório de gestão consolidado e agregado, segundo requerimento e, em conformidade com o a integra do texto abaixo, da DN/CGU/TCU N.º 107, foi informado os elementos identificadores completos da UJ consolidadora e agregadora e das UJ agregadas, bem assim os elementos identificadores resumidos das UJ consolidadas, as normas relacionadas à constituição e gestão das unidades envolvidas, incluindo orientações, publicações e manuais publicados, e as unidades gestoras e gestões que realizam despesas nas ações vinculadas às UJ, conforme modelo apresentado no **Quadro A.1.4** abaixo, que se descreve a seguir.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO A.1.4 IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação – EXECUTIVO

Órgão de Vinculação ou Supervisão: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR

Código SIORG: 26

Órgão de Vinculação ou Supervisão:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

Código SIORG: 14

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA CONSOLIDADORA E AGREGADORA

Denominação completa: COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

Denominação abreviada: CEPLAC

Código SIORG: 18

Código na LOA: 22101.20

Código SIAFI: 130010

Natureza Jurídica: Administração Direta

Principal Atividade: 84.11-6/00 – Administração Pública em Geral – Administração Pública, Pesquisa, Extensão Rural e Educação

Código CNAE:
72.10-0; - 74.90-1; - 85.42-2

Telefones/Fax de contato:

(61) 3966 3250

(61) 3966 3270

(61) 3966 3282

E-mail: diret@ceplac.gov.br

Página na Internet: <http://www.ceplac.gov.br>

Endereço Postal: Rua G – Setor Sudoeste – Campus do INMET / MAPA – CEP 70.680-900 - Cruzeiro – Brasília – D. Federal.

IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS AGREGADAS

Número de Ordem: 01

Denominação completa: FUNDO GERAL DO CACAU

Denominação abreviada: FUNGECAU / CEPLAC

Código SIORG: 18

Código na LOA: 22101.20

Código SIAFI: 137003

Situação: Ativa (Recebeu recursos no exercício de 2010, oriundos de receitas próprias e repassou a Conta Única do TN)

Natureza Jurídica: Fundo

Principal Atividade: 84.11-6/00 – Administração Pública em Geral - Administração, Pesquisa, Extensão Rural e Educação

Código CNAE:
72.10-0; 74.90-1; 85.42-2

Telefones/Fax de contato:

(061) 3966-3250

(061) 3966-3270

(061) 3966-3282

E-mail: diret@ceplac.gov.br

Página na Internet: <http://www.ceplac.gov.br>

Endereço Postal: Rua G – Setor Sudoeste – Campus do INMET / MAPA – CEP 70.680-900 - Cruzeiro – Brasília – D. Federal

Fonte:

NORMAS RELACIONADAS ÀS UNIDADES JURISDICIONADAS

NORMAS DE CRIAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS UNIDADES RELACIONADAS

A Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira – CEPLAC foi instituída pelo Decreto nº 40.987, de 20 de fevereiro de 1957, vinculada ao Ministério da Fazenda, com o objetivo específico de restabelecer o equilíbrio financeiro da lavoura.

É um Órgão específico e singular de pesquisa tecnológica em agricultura, assistência técnica e extensão rural vinculada à estrutura organizacional do MAPA, conforme Decreto nº 7.127, de 04/03/2010.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



OUTRAS NORMAS INFRALEGAIS RELACIONADAS À GESTÃO E ESTRUTURA DAS UNIDADES JURISDICIONADAS

- DECRETO Nº 40.987, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1957.

✓ Institui o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira do País.

• A Instituição SEPLAN, inicialmente denominada “Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacaueira e posteriormente Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira”, foi criada em 25 de fevereiro de 1957 por meio do Decreto nº. 40.987, vinculada ao Ministério da Fazenda, com missão meramente bancária e finalidade de recompor a dívida dos cacauicultores do Sul da Bahia, para o que foi utilizado recurso financeiro do “Fundo dos Ágios” que seria gerenciado pela CEPLAC.

• Diagnosticado a necessidade de gerar conhecimentos para ser transferidos aos agricultores, a CEPLAC realizou convênios com o Instituto de Cacau da Bahia - ICB e o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Leste – IPEAL, cujo esforço e o apoio da CEPLAC, não geraram resultados significantes em relação à magnitude dos problemas regionais, o que contribuiu para que a CEPLAC se estruturasse para realização dos serviços julgados imprescindíveis.

• criação do fundo do cacau e o Decreto nº 539, de 23 de janeiro de 1962, ensejaram a ampliação dos processos que vinham sendo desenvolvidos e garantiram recursos suficientes para execução do modelo CEPLAC. Permaneceu até 1963 no estágio acima citado, mas a partir de 1964 o regime político foi alterado substancialmente e a CEPLAC assumiu novas características, ampliando seu campo de ação para as áreas técnica e científica.

• Em 1967, passou a subordinar-se ao Ministério da Agricultura, com base nos artigos 19, 20 e 21 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, tendo sua autonomia administrativa e financeira assegurada pelo Decreto nº 73.960, de 18 de abril de 1974.

• Com este espírito, implantou-se um modelo abrangente e integrado de pesquisa, extensão rural e ensino profissionalizante, com o apoio decisivo da quota de contribuição cambial com que se mantiveram a CEPLAC, possibilitando a reversão do panorama desfavorável e a transformação da lavoura cacaueira em investimento promissor, além de participar sobremaneira na transformação do cenário regional, principalmente na infra-estrutura viária e urbana.

• Na década de 80, com a extinção da quota de contribuição cambial, a CEPLAC passou a disputar a liberação de recursos com os demais órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura, através de fluxos financeiros irregulares e volumes insuficientes, não correspondentes ao orçamento-programa aprovado, fato que levou a Instituição a enfrentar dificuldades com a perda da autonomia financeira e, conseqüentemente,



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



de mobilidade e flexibilidade.

• Em **2010**, a Unidade Gestora **130.010** – CEPLAC/DIRET/SECAD, agregadora das UJ's abrangidas, das três Gerencias Estaduais do: Amazonas – **AM**, Espírito Santo – **ES** e Mato Grosso - **MT** e das três Superintendências Estaduais da: Bahia – **BA**, Pará – **PA** e Rondônia – **RO** desenvolveram suas atividades e utilizou-se dos créditos orçamentários e recursos financeiros dentro da conformidade recomendada pelos órgãos governamentais e legislação pertinente. Porém, apesar de persistir a escassez de recursos diversos, nos níveis necessários para fazer frente à execução das Ações do Programa de responsabilidade direta das Unidades Estaduais da CEPLAC, esta UJ, manteve-se **ativa**.

• Ressalta-se ainda que, a escassez de recursos foi agravada, em função de que os recursos orçamentários previstos e aprovados, sofrem no decorrer do exercício políticas de contingenciamento, fluxo inadequado do rateio mensal, concentração de liberação dos recursos no último trimestre do ano. Este fato tem levado os Gestores à readequação dos valores recebidos às reais despesas correntes de custeio e despesas de capital com Investimento em andamento e inadiáveis, em função dos requisitos do cronograma de execução das metas físicas e financeiras das Ações do Programa e comprometimentos acordados com cada um dos parceiros diretos e indiretos, interessados (inclusive a sociedade). Essas práticas, supostamente incorretas, têm contribuído para onerar e muito os custos de todos os materiais e serviços adquiridos, incorrendo no risco de interferir nos aspectos quantitativos e qualitativos dos produtos e serviços prestados pela CEPLAC.

MANUAIS E PUBLICAÇÕES RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES DAS UNIDADES JURISDICIONADAS

- O regimento Institucional validado inicialmente com a Portaria nº 38, de 01/02/1999, o Regimento publicado no DOU de 05/02/1999 e posteriormente com o Decreto nº 5.351, de 21/01/2005, sendo que o Decreto foi publicado no DOU de 24/01/2005.
- Decreto Nº 7.127, de 04/03/2010 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dá outras providências.

Obs.: O QUADRO A.1.4, abaixo, foi adaptado, visando incorporará outras informações consideradas relevantes pelo técnico responsável pela consolidação, agregação e, envio do Relatório Gestor aos órgãos de controles e fiscalização, em complementação aos dados contidos na DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO A.1.4.A E 2.3 UNIDADE JURIDICIONADA – AGREGADORA TITULAR DO RELATÓRIO - SIAFI 2010 EM - 02/03/2010 (*)

EH	CNPJ	Nº/UG's/BR	Nº/UG's/UF	UG	C. GES-TÃO	C. CNAE	C. SIORG	NOME	CIDADE	UF	STATUS/CONTAS/TCU/CGU/2009	
DIRET	00.396.895/0088-86	01/19	01/02	130010	0001	8411-6/00	18	CEPLAC/DIRET (*)	Brasília	DF	Ativa	Aprovada com Ressalva
	00.396.895/0090-09	02/19	02/02	137003	(*)	(*)	(*)	CEPLAC/FUNGECAU	Brasília	DF	Ativa	Aprovada com Ressalva
UNIDADES JURIDICIONADAS – ABRANGIDAS DO RELATÓRIO - SIAFI 2010 EM - 02/03/2010 (*)												
MAPA/CEPLAC SUPERINTENDÊNCIAS	00.396.895/0083-71	03/19	01/07	130008	0001	8542-2/00	88467	CEPLAC/ENSINO/BA	Ilhéus	BA	Ativa	Aprovada com Ressalva
	33.004.300/0162-82	13/19	02/07	130009	0001	7490-1/03	81267	CEPLAC/CENEX/VALENCA	Valença	BA	Inativa	Em proc. de desativação
	00.396.895/0082-90	13/19	03/07	130122	0001	8411-6/00	3754	CEPLAC/ADM/BA	Ilhéus	BA	Ativa	Aprovada com Ressalva
	33.004.300/0016-84	13/19	04/07	130123	0001	7490-1/03	81266	CEPLAC/CAMACAN	Camacan	BA	Inativa	Em proc. de desativação
	33.004.300/0130-03	13/19	05/07	130124	0001	7490-1/03	81263	CEPLAC/CENEX/T. DE FREI-	Teixeira de	BA	Inativa	Em proc. de desativação
	00.396.895/0081-00	13/19	06/07	130132	0001	7490-1/03	72194	CEPLAC/CENEX/BA	Itabuna	BA	Ativa	Aprovada com Ressalva
	00.396.895/0080-29	13/19	07/07	130133	0001	7210-0/00	72248	CEPLAC/CEPEC/BA	Ilhéus	BA	Ativa	Aprovada com Ressalva
	00.396.895/0091-81	13/19	01/05	130031	0001	7490-1/03	72125	CEPLAC/BRAG/PA	Bragantina	PA	Ativa	Aprovada com Ressalva
	00.396.895/0079-95	13/19	02/05	130126	0001	8411-6/00	3756	CEPLAC/ADM/PA	Belém	PA	Ativa	Aprovada com Ressalva
	00.396.895/0076-42	13/19	03/05	130134	0001	7490-1/03	81308	CEPLAC/ALTAMIRA/PA	Altamira	PA	Ativa	Aprovada com Ressalva
	00.396.895/0084-52	13/19	04/05	130135	0001	7490-1/03	81310	CEPLAC/SANTAREM/PA	Santarém	PA	Ativa	Aprovada com Ressalva
	00.396.895/0087-03	14/19	05/05	130136	0001	7210-0/00	81317	CEPLAC/SEREX/PA	Belém	PA	Ativa	Aprovada com Ressalva
	00.396.895/0089-67	15/19	01/02	130128	0001	8411-6/00	3755	CEPLAC/ADM/RO	Porto Velho	RO	Ativa	Aprovada com Ressalva
	00.396.895/0077-23	16/19	02/02	137043	0001	7490-1/03	81304	CEPLAC/ARIQUEMES/EMARC	Ariquemes	RO	Ativa	Aprovada com Ressalva
GERÊNCIAS												
	00.396.895/0078-04	17/19	01/01	130125	0001	8411-6/00	81293	CEPLAC/GERENCIA/ES	Linhares	ES	Ativa	Aprovada com Ressalva
	00.396.895/0085-33	18/19	01/01	130127	0001	8411-6/00	81305	CEPLAC/GERENCIA/AM	Manaus	AM	Ativa	Aprovada com Ressalva
	00.396.895/0086-14	19/19	01/01	130129	0001	8411-6/00	81305	CEPLAC/GERENCIA/MT	Alta Floresta	MT	Ativa	Aprovada com Ressalva

Obs. - (*) – Dos não informados pela unidade.

CEPLAC – DIRET - Rua G – Setor Sudoeste – Campus do INMET / MAPA – CEP 70.680-900
Fone – 61 3966-3250 / 61 3966-3270 – Fax - 61 3966-3282 – Sítio –www.ceplac.gov.br – E-mail - diret@ceplacdf.gov.br
Cruzeiro – Brasília - Distrito Federal



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Q.1.4.B	ESTRUTURA / HIERARQUIA / DAS						ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E TITULAR DAS UNIDADES JURIDICIONADAS DA CEPLAC/MAPE					
	DAS-5	DAS-4	DAS-3	DAS-2	DAS-1	DAS	CICLO DE GESTÃO	01/01/10 a 31/12/2010				
							MAPA	MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO				
							Ministro:	Wagner Gonçalves Rossi				
M A P A / D F	CEPLAC – DIRET / DF	COORDENAÇÕES / DF CGAFI // CGGET // CGTEC		DIVISÕES	SERVIÇOS		CEPLAC - COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA					
						101.5	Diretor: 101.5	Jay Wallace de Silva e Mota				
							ASSESSORES	SECRETARIA GERAL				
						102.2	Assistente: 102.2	1. Jurandy Barroso de Melo				
						102.1	Assistente Técnico: 102.1	1. Solange Fernandes de Souza				
						102.1	Assistente Técnico: 102.1	2. Antonio Henrique Magatti Fernandes				
									CGAFI	COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
								101.4	Coordenador – Geral: 101.4	1. Edmir Celestino de Almeida Ferraz		
								101.1	Chefe de Serviço: 101.1	3. Ismael de Souza Rosa		
					DIVRH			DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS				
				101.2	Chefe de Divisão: 101.2			1. Sérgio Carneiro da Cunha Moscoso				
					SEPOF - SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA							
				101.1	Chefe de Serviço: 101.1			1. Maria José Moreira Vilas Boas				
					SECAF			SERVIÇO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO				
				101.1	Chefe de Serviço: 101.1			2. Frederico Braga Barreto				
									CGGET	COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA		
						101.4	Coordenador – Geral: 101.4	1. Elieser Barros Correia				
							DIAGE	DIVISÃO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO ESTRATÉGICA				
						101.2	Chefe de Divisão: 101.2	1. Abdon Rocha Brandão				
							SEAAE	SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA				
						101.1	Chefe de Serviço: 101.1	1. Abadia das Graças Coelho				
							CGETC	COORDENAÇÃO-GERAL TÉCNICO- CIENTÍFICA				
						101.4	Coordenador – Geral: 101.4	1. Manfred Willy Muller				
							DITEC	DIVISÃO-TÉCNICA- CIENTÍFICA				
						101.2	Chefe de Divisão: 101.2	1. Vago				
							ASSESSOR					
						102.1	Assistente Técnico: 102.1	1. Luis Ricardo Brüggemann				
				SUPERINTENDÊNCIA / BA	DIVISÕES	SERVIÇOS		SUEBA- SUPERINTENDÊNCIA DE DESENV. DA REGIÃO CACAUEIRA NO ESTADO DA BAHIA				
							101.3	SUPERINTENDENTE: 101.3	1. Antônio Zózimo de Matos Costa			
								SERPA	SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, COMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	SE RP		
							101.1	Chefe de Serviço: 101.1	1. Mário Luiz Albuquerque Tavares			
								SECOI	SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	SE RP		
							101.1	Chefe de Serviço: 101.1	2. Antonio Luiz Oliveira Conceição			
								DIVRH	DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS			
							101.2	Chefe de Divisão: 101.2	1. Hermann Celso Fonseca Isensee			
										DIV-CEPEC	DIVISÃO DE PESQUISA E TECNOLOGIA DO CACAU DA BAHIA	
									101.2	Chefe de Divisão: 101.2	2. Adonias de Castro Virgens Filho	
						SERPA			SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, COMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO			
					101.1	Chefe de Serviço: 101.1			3. José Marques Pereira			
						SEPAC			SERVIÇO DE PESQUISA E TECNOLOGIA DO CACAU			
					101.1	Chefe de Serviço: 101.1			5. Stela Dalva Vieira Midlej Silva			



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Q.1.4.B	ESTRUTURA / HIERARQUIA / DAS						ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E TITULAR DAS UNIDADES JURIDICIONADAS DA CEPLAC/MAPA						
	DAS-5	DAS-4	DAS-3	DAS-2	DAS-1	DAS	CICLO DE GESTÃO		01/01/10 a 31/12/2010				
							DIV-CENEX	DIVISÃO DO CENTRO DE ATER DO CACAU DA BAHIA					
						101.2	Chefe de Divisão: 101.2	3. Sergio Murilo Correia Menezes					
							SERPA	SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, COMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO					
						101.1	Chefe de Serviço: 101.1	4. João Henrique Silva Almeida					
							SATER	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ATER					
						101.1	Chefe de Serviço: 101.1	6. Milton José da Conceição					
						SUPERINTENDÊNCIA / PA	DIVISÕES	SERVIÇOS		SUEPA - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENV. DA REGIÃO CACAUEIRA NO ESTADO DO PARÁ			
									101.3	SUPERINTENDENTE: 101.3	1. Raymundo da Silva Mello Junior		
										DIV.CEPEC	DIVISÃO DE PESQUISA E TECNOLOGIA DO CACAU DO PARÁ		
									101.2	Chefe de Divisão: 101.2	2. Augusto Olímpio da Silva Santos		
				DIV.CENEX	DIVISÃO DE ATER DO CACAU DO PARÁ								
			101.2	Chefe de Divisão: 101.2	1. Fernando Antonio Teixeira Mendes								
				(*) SEPLA	(*) SXXXX								
			101.1	Chefe de Serviço: 101.1	Luiz Pinto de Oliveira								
				(*) SXXXX	(*) SXXXX								
			101.1	Chefe de Serviço: 101.1	2. José Roberto Cordovil								
				(*) SXXXX	(*) SXXXX								
			101.1	Chefe de Serviço: 101.1	1. Sandra Maria Vieira da Silva								
			SUPERINTENDÊNCIA / RO	DIVISÕES	SERVIÇOS		SUERO - SUPERINTENDÊNCIA DE DES. DA REGIÃO CACAUEIRA NO ESTADO DE RONDÔNIA						
						101.3	SUPERINTENDENTE	1. Francisco das Chagas Rodrigues Sobrinho					
							(*) DXXXX	(*) SXXXX					
						101.2	Chefe de Divisão	1. Ana Carolina Martins Cidin					
							(*) DXXXX	(*) SXXXX					
						101.2	Chefe de Divisão	2. Amarildo Pinheiro Virgulino					
							DIV.CEPEC	DIVISÃO DE PESQUISA E TECNOLOGIA DO CACAU DE RONDONIA					
						101.1	Chefe de Serviço	1. Caio Marcio Vasconcellos Cordeiro de Almeida					
							DIV.CENEX	DIVISÃO DE ATER DO CACAU DE RONDONIA					
						101.1	Chefe de Serviço	2. Wilson Destro					
							SERPA	SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, COMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO					
			101.1	Chefe de Serviço	3. Paulo Gil Gonçalves de Matos								
			GERÊNCIAS		SERVIÇOS		ERAM - GERÊNCIA DE DESENV DA REGIÃO CACAUEIRA NO ESTADO DO AMAZÔNAS						
						101.2	Gerente	1. Gláucio Cezar Vieira da Silva					
							GERES - GERÊNCIA DE DES. DA REGIÃO CACAUEIRA NO ESTADO DO ESPÍRAITO SANTO						
						101.2	Gerente	1. Paulo Roberto Siqueira					
	EREM - GERÊNCIA DE DES. DA REGIÃO CACAUEIRA NO ESTADO DO MATO GROSSO												
101.2	Gerente	1. Fernando César Oliveira da Silva											
Obs.	(*)	Informações em asterisco devem-se ao fato de ter havido alterações na Estrutura Regimental da CEPLAC											



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

Neste item, atendendo requerimentos e, em conformidade com o a integra do texto abaixo, da DN/CGU/TCU N.º 107, abordar-se-á sobre: Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades, contemplando:

a) Responsabilidades institucionais da unidade:

I. Competência Institucional.

II. Objetivos estratégicos;

b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:

I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida;

II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

c) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:

I. Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

II. Execução física das ações realizadas pela UJ;

d) Desempenho Orçamentário/Financeiro

I. Programação Orçamentária das Despesas

II. Execução Orçamentária das Despesas

III. Indicadores Institucionais

Objetivo: Apresentar os resultados orçamentários, físicos e financeiros alcançados pela gestão, com base em informações de programação e execução orçamentária, física e financeira, considerando os objetivos e programas de governo associados à UJ.

Estrutura de Informação: A informação está organizada em 13 quadros agrupados em três (3) grupos de demonstrativos distintos, quais sejam: Programação Orçamentária, Execução Orçamentária e Indicadores Institucionais.

Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e que são usuárias do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. As UJ que não se enquadrarem nos critérios acima devem, na medida do possível, seguir as disposições desta Portaria promovendo os ajustes necessários nos formatos e nos conteúdos, de acordo com suas especificidades.

Referências:

- Lei nº 4320/64;
- Lei nº 12.017, de 12/08/2009 (LDO 2010);
- Lei nº 11.653, de 7/4/2008 (PPA 2008/2011);
- Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos);
- Lei nº 9.472/92;
- Lei nº 10.520/2002;
- Decreto nº 93.972/86;
- Portaria MPOG nº 265/2001;
- Portaria Interministerial nº 163, de 2001;
- Manual Técnico de Orçamento para 2010.

2.1 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

As responsabilidades institucionais da UJ, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, são definidas mediante a declaração de dois componentes, quais sejam: Competência Institucional e Objetivos Estratégicos.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



A Competência Institucional corresponde às atribuições da UJ, definidas em lei, estatuto ou regimento, a serem executadas por intermédio de políticas públicas para atender às necessidades dos seus beneficiários diretos e indiretos.

Os objetivos estratégicos, por sua vez, correspondem aos objetivos que a UJ busca atingir, durante o exercício, ao gerenciar e executar programas e ações e cumprir suas atribuições.

Ao informar esses dois componentes, a UJ, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, deve apresentar, além de suas intenções, a síntese de suas realizações, comentando os sucessos e impactos positivos de sua atuação, assim como evidenciar os aprendizados adquiridos e superações conquistadas em relação aos percalços e dificuldades que mais impactaram a execução dos trabalhos ao longo do exercício.

Em síntese, o objetivo essencial do texto a ser elaborado neste tópico do Relatório de Gestão é introduzir as competências da UJ, seus objetivos e realizações, antecipando, em linhas gerais, os conteúdos que serão detalhados nos tópicos seguintes do Relatório.

2.2 - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Para atender aos objetivos e prioridades organizacionais, a UJ, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, deve continuamente analisar as alternativas de atuação surgidas ao longo do exercício de modo a adequar o seu plano de ação anual, inicialmente estabelecido com base no seu planejamento estratégico, às ocorrências ou possibilidades de ocorrência de eventos internos ou externos, sujeitos ou não ao seu controle, que, representando oportunidades ou ameaças, são capazes de influenciar diretamente o seu desempenho operacional.

Tendo o seu plano de ação anual como referência, a UJ pode adotar mudanças nas suas linhas de atuação, modificando o referido plano, por entender que os ajustes são necessários à melhor utilização dos recursos existentes frente às forças e fraquezas internas e às oportunidades e ameaças externas que se apresentam.

O plano de ação e a estratégia de atuação a ele associada, quando compartilhados e revisados permanentemente, geram o benefício de orientar os trabalhos da UJ, nas suas diversas funções e atividades, promovendo a convergência dos esforços de toda a equipe e tornando mais eficiente a utilização dos recursos disponíveis.

Na explanação da sua estratégia de atuação, a UJ deverá informar quais alterações foram realizadas ao longo do exercício no seu plano de ação informando, em seu Relatório de Gestão, os aspectos que justificaram ou influenciaram a adoção dessas decisões. Todos os aspectos devem ser relatados, quer tenham influenciado as decisões tomadas por representarem benefícios reais ou potenciais, quer tenham representado ameaças reais ou potenciais para o alcance do bom desempenho da UJ no exercício.

Nesse sentido, deverá ser apresentada pela UJ uma análise sucinta do andamento dos seus planos estratégico e de ação anual, destacando-se as principais decisões adotadas ao longo do exercício que implicaram na alteração dos referidos planos.

Na descrição das principais decisões estratégicas acima referidas segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU devem ser referenciados:

- a) Contexto (político, econômico, ambiental, tecnológico, social) que limitou as opções de atuação e como influenciou as decisões da UJ;



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



- b) *Limitações internas da unidade (problemas de instalações, deficiências de pessoal, restrições no orçamento e nos recursos financeiros ou outras que, de forma exclusiva ou conjunta, levaram à opção por um determinado caminho ou orientação para a gestão e a abandonar outras opções);*
- c) *Principais medidas adotadas como exceção às normas e regras gerais da administração que a UJ foi obrigada a adotar e quais as razões para isso ter ocorrido.*

A - FUNÇÃO DE GOVERNO DE RESPONSABILIDADE DA CEPLAC:

Compete à COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA - CEPLAC, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, com a Missão de “Promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil, através de ações de pesquisa, extensão rural, ensino técnico profissionalizante, certificação, fiscalização e de atração de recurso para o setor produtivo, visando ampliar a competitividade e sustentabilidade dos segmentos do agronegócio, melhorar as condições de vida das populações no campo, e contribuir para o uso racional dos recursos naturais” e:

1. *Promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil, por meio de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia, formação e educação agropecuária, certificação, e organização da produção;*
2. *Planejar, apoiar e acompanhar ações de fortalecimento do setor produtivo, fortalecendo os arranjos locais, com ênfase em sistemas agroflorestais e na atração de investimentos;*
3. *Promover e ampliar a competitividade e sustentabilidade dos segmentos do agronegócio, o aperfeiçoamento da lavoura cacaueira e o desenvolvimento da produção de cacau no País;*
4. *Promover e melhorar as condições de vida das populações rurais e contribuir para uso racional dos recursos naturais nas regiões produtoras de cacau;*
5. *Ampliar a renda agropecuária e gerar empregos nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento das atividades agrossilvopastoris, observando as relações de equilíbrio socioeconômico, a capacidade de uso intensivo de mão-de-obra e a sustentabilidade ambiental;*
6. *Administrar os recursos provenientes do Fundo Geral do Cacau – FUNGECAU;*
7. *Coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações pertinentes a sua área de competência;*
8. *Propor a programação e acompanhar a implementação de capacitação e treinamento de recursos humanos e colaboradores, em atendimento às demandas técnicas específicas;*
9. *Auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação de ações do Ministério;*
10. *Subsidiar a Assessoria de Gestão Estratégica com informações específicas necessárias à operacionalização do planejamento estratégico do Ministério; e*
11. *Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.*

B - TIPO DE ATIVIDADE E SITUAÇÃO DA UNIDADE (SE EM FUNCIONAMENTO, EM LIQUIDAÇÃO/EXTINÇÃO, EXTINTA NO EXERCÍCIO):

Compete ainda a CEPLAC através da sua estrutura básica de três Superintendências Regionais nos Estados da Bahia, Pará e Rondônia e das três Gerências: Amazonas, Espírito Santo e Mato Grosso, que lhes permitem dar o suporte necessário para desenvolver as atividades inerentes às suas



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



áreas de pesquisa, extensão e educação, a seguir:

1. *Promover a integração da execução das atividades voltadas para a geração, difusão e transferência de tecnologia e ensino técnico e profissionalizante para a sustentação agro econômica das regiões produtoras de cacau;*
2. *Manter permanente e estreita articulação com órgãos e entidades públicas e privadas, visando assegurar a Integração e cooperação para o desenvolvimento da cacaucultura, demais atividades agrossilvipastoris e agroindustriais de interesse regional;*
3. *Proceder à interação e integração das atividades da CEPLAC com os produtores, nos assuntos relacionados com a geração, adaptação, validação, transferência e difusão de tecnologias de produção e serviço, num processo contínuo de alimentação e retro-alimentação de informações entre os agentes do processo;*
4. *Coordenar a impressão e distribuição de trabalhos técnico-científicos para as comunidades científica nacional, internacional e de comunicação rural para os agricultores das regiões produtoras de cacau no âmbito da CEPLAC, com vínculo ao Comitê Científico;*
5. *Coordenar e controlar a execução das atividades de apoio administrativo e de comunicação visual no âmbito da CEPLAC;*
6. *Promover e identificar tecnologias, bens e serviços passíveis de patenteamento e de comercialização, submetendo-os à apreciação do Diretor da CEPLACIMAPA;*
7. *Promover e coordenar as atividades de planejamento, monitoramento, avaliação, revisão e de elaboração do plano gerencial;*
8. *Acompanhar e participar do processo de identificação das prioridades e a formulação de propostas, políticas e estratégias das ações desenvolvidas;*
9. *Instaurar sindicância e processo administrativo;*
10. *Orientar as unidades organizacionais, quanto à aplicação de normas e regulamentos, emitindo parecer;*
11. *Elaborar e acompanhar a execução de contratos; e*
12. *Promover ações de sanidade vegetal em articulação com as Superintendências Federais de Agricultura, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, observadas as regulamentações específicas.*

2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

A análise dos programas de governo sob a responsabilidade da UJ, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, será realizada mediante dois demonstrativos, quais sejam: Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ e Execução Física das ações realizadas pela UJ. O primeiro compreende uma série de informações sobre os resultados alcançados pela UJ na gestão de programas de governo sob sua responsabilidade, enquanto o segundo apresenta os resultados físicos alcançados pela UJ na gestão das ações inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de referência do relatório de gestão.

QUADRO A.2.1. IDENTIFICAÇÃO DO(S) PROGRAMA(S) GOVERNAMENTAL (IS) REGISTRADO(S) NO SIGPLAN, QUANDO APLICÁVEL; E/OU DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO PLANO DE AÇÃO DO PERÍODO DE QUE TRATAM AS CONTAS.			
ÓRGÃO	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA	
PROGRAMA	0362	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	
Unidade responsável	18	COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA - CEPLAC	

Gerente: Jay Wallace da Silva e Mota

Responsável: COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC

QUADRO
2.1.2.A

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO GERAL, OBJETIVOS ESPECÍFICOS E BENEFICIÁRIOS.

▼ **PROBLEMA:** Desestruturação socioeconômica das regiões cacaueiras por efeito da queda dos preços do cacau e do aparecimento da doença vassoura-de-bruxa o que provocou redução na produção e na produtividade da cultura e trouxe consequências socioeconômicas negativas.

▼ **OBJETIVO DE GOVERNO:** Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.

▼ **OBJETIVO SETORIAL:** Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

▼ **TIPO DE PROGRAMA:** Finalístico.

▼ **JUSTIFICATIVA:** Recuperar a renda do produtor rural, através do aumento da produtividade do agronegócio, em especial do cacau e sistemas agroflorestais, contribuindo para a elevação da competitividade da agropecuária, reduzindo assim as desigualdades regionais, promovendo abertura de postos de trabalhos, conservando os recursos naturais e melhorando a qualidade de vida no campo.

A implementação deste Programa atende as orientações estratégicas do Presidente da República para o PPA 2008-2011 constantes nos Megaobjetivos I e II, contribuindo para vencer os Desafios: **a)** Combater a fome promovendo a segurança alimentar; **b)** Ampliar a transferência de renda e aprimorar seus mecanismos; **c)** Promover o aumento da produção bem como a redução dos preços de bens e serviços de consumo popular; **d)** Ampliar e aperfeiçoar o processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes e fortalecer a Agricultura Familiar; **e)** Democratizar e universalizar o acesso à informação e ao conhecimento por meio de novas tecnologias; **f)** Ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a qualificação dos trabalhadores e reduzir a informalidade no mercado de trabalho; **g)** Consolidar o equilíbrio macroeconômico, recuperar e sustentar o crescimento da renda e do emprego; **h)** Coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade com vistas à redução da vulnerabilidade externa; **i)** Construir as bases científicas e tecnológicas de sustentação ao desenvolvimento; **j)** Reduzir as desigualdades regionais com a integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macrorregional, sub-regional e local); **k)** Ampliar a participação do país no mercado internacional preservando os interesses nacionais; **l)** Melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com justiça ambiental.

▼ **OBJETIVO DO PROGRAMA:** Promover o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento e verticalização das atividades agropecuárias regionais, considerando, sobretudo, as relações de equilíbrio socioeconômico, capacidade de uso da mão-de-obra e sustentabilidade ambiental.

▼ **PÚBLICO ALVO:** Produtores e trabalhadores rurais, de perfis sócio-econômicos diversos, das regiões produtoras de cacau contemplados nas ações finalísticas 2127, 2143, e 4715 do



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Programa 0362 e ação 2144 do Programa 1062 e ação 8544 do Programa 1409, executadas pelos Centros de Pesquisa do Cacau e de Desenvolvimento, de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e de Ensino Profissional da CEPLAC. E no que tange a ação Gestão de Administração do Programa – GAPCEPLAC, tem como público alvo direto, os servidores da CEPLAC, e tem como papel, dar suporte administrativo e logístico, principalmente àqueles lotados nos Centros de Pesquisa do Cacau/Desenvolvimento e de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Ensino Profissional.

▼ **DESAFIO:** Não definido

▼ **ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO:** O Programa foi concebido com o propósito de sistematizar e aglutinar os esforços do Governo no campo de geração e difusão de base tecnológica, gestão e organização social produtiva com responsabilidade ambiental. As ações de geração, difusão de tecnologia e capacitação para o agronegócio cacau e sistemas agroflorestais, serão implementadas diretamente ou em parcerias, de forma a contribuir para a sustentabilidade do agronegócio nas regiões produtoras de cacau, priorizando as ações voltadas para a cacauicultura pela importância dessa atividade agroeconômica para o desenvolvimento rural sustentável, considerando-se, sobretudo as relações de equilíbrio sócio-econômico, a capacidade de uso intensivo de mão-de-obra e a sustentabilidade ambiental.

Outros focos de atuação da CEPLAC estão direcionados para aumentar as estratégias do manejo integrado da vassoura-de-bruxa; pesquisas com biocontroladores, principalmente fungos parasíticos e endofíticos; pesquisas nutricionais, visando induzir resistência através de aplicação de micronutrientes e o mapeamento genético do cacau; diversificação e assistência produtiva rural com outras culturas e criações visando reduzir a dependência do produtor da monocultura do cacau, aumentando a renda da propriedade pela exploração de agrossistemas e verticalização da produção com o aproveitamento de subprodutos; realizar a introdução, a seleção e a avaliação de cultivos com potencial econômico; fiscalização e certificação de produtos agropecuários; instalação de sistemas agroflorestais como forma de utilização racional da terra como sombreamento produtivo; sistemas de produção de carne e de leite; apicultura como alternativa de geração de renda; estudos das agroindústrias de polpa de cacau e outras fruteiras tropicais; pesquisas de recursos ambientais, especialmente da biodiversidade e da ecofisiologia da mata Atlântica, dos manguezais e da floresta. A fiscalização e certificação dos produtos da agropecuária e dos sistemas de produção igualmente farão parte da estratégia do programa.

▼ **NÚMERO DE AÇÕES:** 5/5

▼ **ENDEREÇO INTERNET DO PROGRAMA:** Não definido

▼ **HORIZONTE DE TEMPO:** Contínuo

❖ **BASE LEGAL DE GESTÃO DO PPA - 2008/2011, PRESTAÇÃO DE CONTAS E ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO GESTOR**

❖ **GESTÃO DO PPA 2008/2011**

- ✓ **LEI Nº 11.653**, de 07 de abril de 2008. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período - 2008/2011;
- ✓ **Lei Nº 12.214**, de 26 de janeiro de 2010 (Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010);



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



✓ **Lei Nº 2.352**, de 28 de dezembro de 2010. (Altera o Anexo I da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008-2011);

✓ **DECRETO Nº 6.601**, de 10 de outubro de 2008 - Dispõe sobre a gestão do Plano Plurianual 2008-2011 e de seus programas;

✓ **DECRETO Nº 7.094**, de 3 de fevereiro de 2010 - Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências;

✓ **DECRETO Nº 7.189**, de 30 de maio de 2010 - Altera os arts. 2º e 8º e os Anexos I, II, VII, VIII, IX e X do Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

➤ **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

❖ **NORMAS RELACIONADAS AO RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2010:**

QUADRO COMPARATIVO ENTRE A IN TCU Nº 57/2008 E A IN TCU Nº 63/2010;

- **Instrução Normativa TCU nº 63/2010** - Estabelece normas gerais sobre a prestação de contas da administração pública federal a partir do exercício de 2010;

- **Resolução TCU nº 234/2010** - Estabelece diretrizes para tratamento, pelas unidades técnicas do Tribunal, da prestação de contas do exercício de 2010 e seguintes;

- **Decisão Normativa TCU nº 107/2010** - Define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2010, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação;

- **Decisão Normativa TCU nº 110/2010** - Dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2010 julgadas pelo Tribunal, especificando a forma, os prazos e os conteúdos das peças complementares que as comporão, nos termos dos arts. 4º, 5º, 9º e 13 da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010;

- **Portaria TCU nº 277/2010** - Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2010, nos termos do art. 4º, § 3º da DN TCU nº 107/2010.

- **Instrução Normativa nº 57, de 27 de agosto de 2008**. Estabelece normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão e dos processos de contas da administração pública federal. Substituída pela IN nº 63/2010, ACIMA RELACIONADA;

- **Portaria CGU Nº 2.238**, de 19/12/2008. Aprova, na forma dos **Anexos I a V**, desta Portaria, **Norma de Execução CGU Nº 03**, de 19/12/2008, destinada a: Substituída pela **PT Nº 2.546**, de 27/12/2010 e **Norma de Execução Nº 03**, de 27/12/2010:

a) - Aprovar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, Norma de Execução destinada a orientar tecnicamente os órgãos e entidades sujeitos ao Controle Interno do Poder Executivo Federal, sobre o acompanhamento do Plano de Providências Permanente, a elaboração do Relatório de Gestão, os procedimentos da auditoria anual de contas realizada pelo órgão de controle interno e a organização e formalização das peças que constituirão os processos de contas da administração pública federal a serem apresentadas ao Tribunal de Contas da União, na forma prevista na Instrução Normativa TCU nº 63, de 01.09.2010 ou norma que a substitua;

b) Norma de Execução nº 03/2010, tem por objetivo orientar, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 ou legislação que a substitua e das normas complementares publicadas pelo TCU, os responsáveis pela apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da Administração Pública Federal, nas Unidades Jurisdicionadas (UJ) ao Controle Interno do Poder Executivo Federal.

❖ **ORIENTAÇÕES PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS:**



Dicas para elaboração do Relatório de Gestão de 2010



Tutorial para cadastramento de usuários no Portal TCU



Tutorial para geração do relatório de gestão no formato PDF



Tutorial para envio eletrônico de relatório de gestão

[Portaria - TCU nº 016](#), de 26 de janeiro de 2010 - [Estabelece os formatos do arquivo eletrônico de Relatório de Gestão.](#)



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Áreas Geográficas de atuação no BRASIL



ATIVIDADE PRINCIPAL - CACAU





PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Xxx

PRINCIPAIS DESTAQUES ALCANÇADOS NA ATIVIDADE(S)/PROJETO(S)/AÇÃO(ÕES)/PROGRAMA(S)

Contribuição para o desenvolvimento regional





PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Outras - Atividades Desenvolvidas

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



CEPLAC



Outra - COMBUSTÍVEL RENOVÁVEL - DEDÊ



COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



CEPLAC



Outra - Borracha Natural - SERINGUEIRA



27

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



CEPLAC



Outras - Atividades Desenvolvidas



Fonte - CEPLAC/MAPA

17

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



CEPLAC



Outras Atividades Desenvolvidas



Mandioca

Pastagens

Peixes

Sistemas Agroflorestais

Fonte - CEPLAC/MAPA

18



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



ROL DAS CINCO AÇÕES DO PROGRAMA 0362 E DUAS AÇÕES DOS PROGRAMAS 1062 E 1409 SOB A RESP. DA CEPLAC

ÓRGÃO	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA		
Unidade Orçamentária	22101	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA		
FUNÇÃO	20	Agricultura	SUBFUNÇÃO	Administração Geral
AÇÃO	2272	GESTÃO E ADMINSTRAÇÃO DO PROGRAMA		
Mod. de Implementação	Direta		Tipo	Atividade
Produto	Não defino		Unidade de Medida	
Tipo de Orçamento	Fiscal		Localizador	0001 – Nacional
Unidade Responsável	52660 – Coord. Geral de Apoio Operacional – CEPLAC/DIRET/CGAO			
Base Legal	Base Legal da Ação - Decreto nº 86.179 de 06/07/1981 e Decreto Legislativo nº 66 de 21/12/1990.			
Especificação do Produto				
Não definido				

Detalhamento da Implementação

Atividade desenvolvida pelo pessoal da área MEIO de Administração e Gestão do Programa, utilizando a infra-estrutura administrativa disponível em suas unidades em apoio e suporte aos serviços dos: técnicos, extensionistas e pesquisadores dos três (03) Centros de Extensão Rural – CE-NEX/CEPLAC, dos três Centros de pesquisa do Cacau – CEPEC/CEPLAC, cujos centros de ATER e P&D estão instalados nas Superintendências da: Bahia, Pará e Rondônia, cobrindo ainda, as áreas das três (03) Gerências dos Estados do Amazonas, Espírito Santo e Mato Grosso, contando ainda com os técnicos e professores e das (04) Unidades de Ensino Profissional Agrícola da Bahia e (1) de Rondônia e finalmente, das áreas: operacional e tática destas mesmas Gerências e Superintendências e finalmente da estrutura de Gestão Estratégica do Programa/Ações/Atividade/Produtos, através da Diretoria, sediada em Brasília – DF.

• **CONTEXTO – *Lembrete***

- Neste campo tem-se a oportunidade de apresentar informações objetivas e claras adicionais àquelas constantes das demais telas do módulo as quais julgue convenientes para o bom entendimento de seu programa, ação focalizando, dentre outros, os seguintes pontos:
- Qual a forma pretendida para equacionar tal problema, ou seja, explicar qual a estratégia de implementação adotada para atingimento do objetivo;
- Em linhas gerais descrever qual o mecanismo operacional de implementação (quais são os principais parceiros envolvidos e responsabilidades de cada um, como será o financiamento e a forma de implementação – direta, descentralizada, etc.);
- A contribuição esperada para o alcance dos macro objetivos da Orientação Estratégica do Presidente da República e/ou objetivos setoriais definidos na Orientação Estratégica dos Ministérios.
- Caso necessário especificar e quantificar as principais metas que se pretende alcançar, assim como os benefícios do programa/ação;
- No caso dos programas multissetoriais, o gerente deverá descrever qual a estratégia adotada para implementação do Programa.

A.1 COMENTÁRIO

O Plano Estratégico da CEPLAC para o PPA 2008/2011, foi fruto de uma discussão, em Oficina, realizada na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, em Brasília, contou com a participação do Diretor Geral da CEPLAC, da Superintendência Regional Bahia e Espírito Santo,



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



além de representantes de diferentes unidades dos seis estados: Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Rondônia, totalizando 33 pessoas. O evento contou, igualmente, com a presença do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e dos palestrantes: Antonio de Freitas Filho da EMBRAPA; Aloísio Novaes do MAPA; Célio Porto, Chefe de Gabinete do MAPA; João Henrique Hummel, Assessor de Orçamento e Coordenação Geral do MAPA.

Posteriormente o Plano foi adaptado e aperfeiçoado pela divisão de planejamento e ações estratégica da CEPLAC, que, tomou por base o Planejamento Estratégico realizado pelo Centro de Pesquisas do Cacau - CEPEC, o Projeto de Institucionalização da CEPLAC e uma oficina de trabalho realizado pelo Centro de Extensão - CENEX da CEPLAC, alicerçado no Plano Pluri Anual do Governo Federal. O Plano é um produto que contempla grandes Objetivos e Prioridades Estratégicas, portanto é uma ferramenta gerencial básica que assegura racionalidade ao processo decisório que orientam a organização na condução de promoção do desenvolvimento e a reconstrução do crescimento das Regiões Produtoras de Cacau, no prazo estabelecido 2008 a 2011, a saber:

Em 2010, a CEPLAC atuou formalmente em três Programas, sendo um, nº 0362 – de sua responsabilidade direta de execução, composto por cinco Ações: 2127, 4715, 2272, 2143, 0297, e em mais dois Programas: o de nº 1062, Ação – nº 2144 e o nº 1409, Ação – 8544, vide detalhamento nas respectivas paginas: (12 a 44; 45 a 52 e 53 a 62). Os objetivos estratégicos e as estratégias institucionais são orientadores de parâmetros de avaliação para consecução da visão de futuro e da missão estabelecida para a CEPLAC.

A. INFORMAÇÕES GERAIS - *Lembrete* - O objetivo deste comentário é definir a finalidade e descrição da Ação, além de possibilitar ao usuário a montagem e visualização do mapa de responsabilidade pela execução da ação.

B.1 – Finalidade

Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio Programa.

B.2 – Descrição

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

ÓRGÃO	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA		
Unidade Orçamentária	22101	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA		
FUNÇÃO	20	Agricultura	SUBFUNÇÃO	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
AÇÃO	2127	GERAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA O AGRONEGÓCIO DO CACAU E SISTEMAS AGROSSILVOPASTORIS		
Mod. de Implementação	Direta		Tipo	Atividade
Produto	Pesquisa desenvolvida		Unidade de Medida	Unidade
Tipo de Orçamento	Fiscal		Localizador	0001 - Nacional
Unidade Responsável	52660 – Coord. Geral de Apoio Operacional – CEPLAC/DIRET/CGAO			



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Base Legal Base Legal da Ação - Decreto nº 86.179 de 06/07/1981 e Decreto Legislativo nº 66 de 21/12/1990.

Especificação do Produto

Não definido

Detalhamento da Implementação

As Atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D, voltadas para dar suporte ao conjunto de ações do Programa, são exercidas por técnicos, pesquisadores, utilizando-se de uma infra-estrutura: (21) Laboratórios de Pesquisas, Científicas e Tecnológicas; (3) Núcleos de Tecnologia Avançada/Piloto (3) Bancos de Germoplasma / Estações de Recursos Genéticos, (17) Estações Experimentais, (1) Estação Ecológica de "Porto Seguro", (1) Estação de Piscicultura-Sede Reg. da Sueba, (14) Estações Meteorológicas, (69) Postos Pluviométricos, (1) Sist. de Tratamento de Imagens Satélites, dos três (03) Centros de Pesquisas do Cacau - CEPEC/CEPLAC, respaldados através do suporte técnico dos técnicos, extensionistas dos três (03) Centros de Extensão Rural - CENEX/CEPLAC, cujos centros de P&D estão instalados nas Superintendências da: Bahia, Pará e Rondônia, cobrindo ainda, as áreas das três (03) Gerências dos Estados do Amazonas, Espírito Santo e Mato Grosso, contando ainda com os técnicos e professores das (04) Unidades de Ensino Profissional Agrícola da Bahia e (1) de Rondônia e finalmente, das áreas: operacional e tática destas mesmas Gerências e Superintendências e finalmente da estrutura de Gestão Estratégica do Programa/Ações/Atividade/Produtos, através da Diretoria, sediada em Brasília - DF.

2.1.3.A.b Avaliação do resultado, indicando causas de sucesso ou insucesso

- **CONTEXTO - Lembrete**
- *Neste campo tem-se a oportunidade de apresentar informações objetivas e claras adicionais àquelas constantes das demais telas do módulo as quais julgue convenientes para o bom entendimento de seu programa, ação focalizando, dentre outros, os seguintes pontos:*
- *Qual a forma pretendida para equacionar tal problema, ou seja, explicar qual a estratégia de implementação adotada para atingimento do objetivo;*
- *Em linhas gerais descrever qual o mecanismo operacional de implementação (quais são os principais parceiros envolvidos e responsabilidades de cada um, como será o financiamento e a forma de implementação - direta, descentralizada, etc.);*
- *A contribuição esperada para o alcance dos macro objetivos da Orientação Estratégica do Presidente da República e/ou objetivos setoriais definidos na Orientação Estratégica dos Ministérios.*
- *Caso necessário especificar e quantificar as principais metas que se pretende alcançar, assim como os benefícios do programa/ação;*
- *No caso dos programas multissetoriais, o gerente deverá descrever qual a estratégia adotada para implementação do Programa.*

A.1 COMENTÁRIO

Esta ação visa o desenvolvimento e/ou adaptação de tecnologias voltadas para a agropecuária, agroecologia, agroindústria e estudos do Cacau e outros Sistemas Agrossilvopastoris que tem como finalidade promover o desenvolvimento das comunidades rurais, através do fortalecimento das atividades produtivas, elevando o seu padrão de qualidade de vida e estimulando a geração de emprego, renda e inclusão social, por meio da transferência de conhecimentos e capacitação de produtores e trabalhadores. Nessa ação, o Centro de Pesquisa do Cacau - Cepec, interage fortemente com o Centro de Extensão da CEPLAC, transferindo tecnologias geradas, testadas e adaptadas para o treinamento dos extensionistas e posterior transferência ao produtor, bem como obtendo informações sobre problemas tecnológicos que ocorrem nas áreas agrícolas. Tópico 6 da ajuda de tela contexto - A concretização da Missão institucional da CEPLAC através dos Centros de Pesquisas do Cacau - CEPEC vem sendo alcançada a partir da observância aos seguintes objetivos: I - Gerar e difundir tecnologias necessárias para consolidar a base de conhecimentos requerida para ampliar a competitividade e sustentabilidade dos segmentos dos agronegócios regionais através das linhas de pesquisa abaixo descritas, usando para isto a estrutura organizacional do CEPEC e as cadeias produtivas que compõem a sua programação. 1. Desenvolvimento de tecnologias para as explorações agrossilvopastoris em bases agroecológicas: Direcionadas aos sistemas de produção de cacau tradicional, cabruca, orgânico, sistemas agroflorestais e de cultivos diversificados, objetivando o suporte para a expansão e consolidação da diversificação do agronegócio, oportunizando o estabelecimento de novas culturas, tipos de sistemas de produção e produtos voltados para nichos de mercado (madeiras, essências medicinais, aromáticas e industriais, alimentos orgânicos, etc.); 2. Desenvolvimento de estudos para incorporação de resistência, objetivando prevenir os riscos e ameaças fitossanitárias e para desenvolver e incorporar novas qualidades aos cultivos/produtos trabalhados: Abrange também trabalhos envolvendo outros campos de interesse em relação aos cultivos regionais, a exemplo de características organolépticas, produtividade, fitossanitária, entre outras propriedades da produção; 3. Geração, adaptação, validação e certificação de tecnologias para agricultura familiar: Formatação de novos sistemas de produção e/ou aprimoramento de sistemas em uso pela pequena pro-



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



priedade familiar.

B. INFORMAÇÕES GERAIS - Lembrete - O objetivo deste comentário é definir a finalidade e descrição da Ação, além de possibilitar ao usuário a montagem e visualização do mapa de responsabilidade pela execução da ação.

B.1 – Finalidade

Desenvolver tecnologias sustentáveis, capazes de assegurar as bases para a consolidação, ampliação e diversificação das cadeias produtivas do cacau e de outras explorações nas regiões de atuação da CEPLAC, reduzindo custos de produção, gerando empregos, favorecendo a inclusão social e elevando renda, contribuindo, por conseguinte, para o processo de desenvolvimento regional.

B.2 – Descrição

Geração, adaptação e validação de tecnologia nas áreas de manejo integrado, conservação e fertilidade do solo, fisiologia da produção pré e pós-colheita, fitossanidade, melhoramento genético, socioeconômica, e processos agroindustriais, com ênfase na adaptação e validação de tecnologias voltadas para processos agroecológicos. Elaboração e atualização de diagnósticos econômicos e sócio-ambientais, com zoneamento agro-ecológico em micro-bacias hidrográficas das regiões produtoras de cacau. Caracterização e conservação da biodiversidade faunística e florística. Atualização e manutenção dos sistemas de informação da CEPLAC (solos, clima, hidrografia, vegetação e fauna). Desenvolvimento de metodologias para a avaliação dos impactos ambientais das tecnologias geradas, bem como o desenvolvimento de metodologias para determinação de padrões de qualidade dos produtos, como capacitação dos agentes internos (da CEPLAC) para realização dos trabalhos de certificação e fiscalização. Emissão de certificados de origem, relativos aos processos de produção, abrangendo os aspectos tecnológicos, sociais e ambientais. Análise de resíduos de agroquímicos em produtos de origem vegetal e animal, destinados aos mercados interno e externo. Análise de formulação de fertilizantes e agroquímicos. Produção e Divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos em periódicos especializados, radiodifusão, folder, circulares técnicas, relatórios técnicos, meios eletrônicos e televisivos.

ÓRGÃO	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA		
Unidade Orçamentária	22101	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA		
FUNÇÃO	20	Agricultura	SUBFUNÇÃO	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
AÇÃO	4715	DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS PARA O AGRONEGÓCIO DO CACAU E SISTEMAS AGROSSILVOPASTORIS		
Mod. de Implementação	Direta		Tipo	Atividade
Produto	Produtor atendido		Unidade de Medida	Unidade
Tipo de Orçamento	Fiscal		Localizador	0001 – Nacional
Unidade Responsável	52660 – Coord. Geral de Apoio Operacional – CEPLAC/DIRET/CGAO			
Base Legal	Base Legal da Ação - Decreto nº 86.179 de 06/07/1981 e Decreto Legislativo nº 66 de 21/12/1990.			

Especificação do Produto

Assistência técnica, extensão rural e capacitação para os produtores e trabalhadores rurais, especialmente o segmento constituído pelos produtores familiares, através da aplicação de procedimentos metodológicos que permitam a participação das comunidades rurais na construção coletiva do saber tecnológico e implementação de ações de difusão e transferência de tecnologia.

Detalhamento da Implementação

As Atividades de capacitação de produtores e trabalhadores rurais, bem como disseminação de tecnologias para entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER são desenvolvidas por técnicos extensionistas, utilizando-se de uma infra-estrutura de oito (08) Postos Avançados, noventa e cinco (95) Escritórios Locais, treze (13) Regionais e três (03) Centros de Extensão Rural – CENEX/CEPLAC, respaldados através do suporte técnico dos pesquisadores dos três (03) Centros de Pesquisas do Cacau – CEPEC/CEPLAC, cujos centros de ATER e P&D estão instalados nas Su-



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



perintendências da: Bahia, Pará e Rondônia, cobrindo ainda, as áreas das três (03) Gerências dos Estados do Amazonas, Espírito Santo e Mato Grosso, dos técnicos e professores das (04) Unidades de Ensino Profissional Agrícola da Bahia e (1) de Rondônia e finalmente, das áreas: operacional e tática destas mesmas Gerências e Superintendências e finalmente da estrutura de Gestão Estratégica do Programa/Ações/Atividade/Produtos, através da Diretoria, sediada em Brasília – DF.

- **CONTEXTO – *Lembrete***
- *Neste campo tem-se a oportunidade de apresentar informações objetivas e claras adicionais àquelas constantes das demais telas do módulo as quais julgue convenientes para o bom entendimento de seu programa, ação focalizando, dentre outros, os seguintes pontos:*
- *Qual a forma pretendida para equacionar tal problema, ou seja, explicar qual a estratégia de implementação adotada para atingimento do objetivo;*
- *Em linhas gerais descrever qual o mecanismo operacional de implementação (quais são os principais parceiros envolvidos e responsabilidades de cada um, como será o financiamento e a forma de implementação – direta, descentralizada, etc.);*
- *A contribuição esperada para o alcance dos macro objetivos da Orientação Estratégica do Presidente da República e/ou objetivos setoriais definidos na Orientação Estratégica dos Ministérios.*
- *Caso necessário especificar e quantificar as principais metas que se pretende alcançar, assim como os benefícios do programa/ação;*
- *No caso dos programas multissetoriais, o gerente deverá descrever qual a estratégia adotada para implementação do Programa.*

A.1 COMENTÁRIO

A Difusão de tecnologias de produção e de gestão dos agronegócios regionais se faz por meio da capacitação de produtores e trabalhadores rurais, instalação de unidades demonstrativas, realizações de dias de campo e outros métodos participativos de extensão rural. Estímulo à instalação de pólos agroindustriais para beneficiamento da produção agropecuária e produção de energia renovável. Elaboração e atualização de diagnósticos econômicos e sócio-ambientais em microbacias hidrográficas, educação ambiental dos trabalhadores e produtores rurais e avaliação dos impactos ambientais das tecnologias desenvolvidas. Promoção do acesso das comunidades às modernas técnicas de exploração dos fatores de produção, de agregação de valor e de gestão do agronegócio, bem como de tecnologias geradas e adaptadas com base no uso sustentável dos recursos naturais, por meio da capacitação de produtores e trabalhadores rurais/qualificação de mão-de-obra rural, via treinamentos de curta duração nas fazendas e em pólos de concentração de agricultores familiares, assentados e empresários agroindustriais atendidos pela CEPLAC. O mecanismo operacional de implementação dessa ação é de forma direta desenvolvido pelos centros de extensão rural, localizados nas unidades descentralizadas nos estados da Bahia, do Espírito Santo, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Amazonas, com vistas a contribuir na execução das atividades, em especial, o produto da Lei, com o atendimento previsto de 54.363 produtores, além dos outros produtos já citados foram inseridos: área assistida, visita e reunião nacional realizadas, família beneficiada, eventos realizados, agrossistemas mantidos, microbacia zoneada, que irão contribuir no processo de difusão de tecnologias para o agronegócio do cacau e outros sistemas agrossilvopastoris. Finalidade: Promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, através do fortalecimento das atividades produtivas, elevando o seu padrão de qualidade de vida e estimulando a geração de emprego, renda e a inclusão social, por meio da transferência de conhecimentos tecnológicos e gerenciais, da organização social e produtiva e do uso sustentável dos recursos naturais, tendo como enfoque a conservação produtiva, a verticalização da produção e a construção de redes de comercialização. Detalhamento da Implementação: Capacitação de produtores e trabalhadores rurais, bem como disseminação de tecnologias para entidades de assistência técnica e extensão rural.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



B. INFORMAÇÕES GERAIS - *Lembrete* - *O objetivo deste comentário é definir a finalidade e descrição da Ação, além de possibilitar ao usuário a montagem e visualização do mapa de responsabilidade pela execução da ação.*

B.1 – Finalidade

Promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, através do fortalecimento das atividades produtivas, elevando o seu padrão de qualidade de vida e estimulando a geração de emprego, renda e a inclusão social, por meio da transferência de conhecimentos tecnológicos e gerenciais, da organização social e produtiva e do uso sustentável dos recursos naturais, tendo como enfoque a conservação produtiva, a verticalização da produção e a construção de redes de comercialização.

B.2 – Descrição

Difusão de tecnologias de produção e gestão dos agronegócios regionais por meio da capacitação de produtores e trabalhadores rurais, instalação de unidades demonstrativas, realização de dias de campo e outros métodos participativos de extensão rural. Estímulo à instalação de pólos agroindustriais para beneficiamento da produção agropecuária e produção de energia renovável. Elaboração e atualização de diagnósticos econômicos e sócio-ambientais em microbacias hidrográficas, educação ambiental dos trabalhadores e produtores rurais e avaliação dos impactos ambientais das tecnologias desenvolvidas.

ÓRGÃO	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA		
Unidade Orçamentária	22101	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA		
FUNÇÃO	20	Agricultura	SUBFUNÇÃO	Defesa Sanitária Vegetal
AÇÃO	2143	CONTROLE DA DOENÇA VASSOURA-DE-BRUXA		
Mod. de Implementação	Direta		Tipo	Atividade
Produto	Área Controlada		Unidade de Medida	ha
Tipo de Orçamento	Fiscal		Localizador	0001 - Nacional
Unidade Responsável	52660 – Coord. Geral de Apoio Operacional – CEPLAC/DIRET/CGAO			
Base Legal	Base Legal da Ação - Decreto nº 86.179 de 06/07/1981 e Decreto Legislativo nº 66 de 21/12/1990.			

Especificação do Produto

Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, e de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D voltados à capacitação de produtores e trabalhadores rurais e especialmente o segmento constituído pelos produtores familiares, através da aplicação de procedimentos metodológicos que permitam a implementação de ações de pesquisa, difusão e transferência de tecnologias voltadas ao controle da enfermidade Vassoura-de-bruxa – VB, nas áreas recomendadas pela CEPLAC.

Detalhamento da Implementação

As Atividades dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, e de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D voltados à capacitação de produtores e trabalhadores rurais, bem como disseminação de tecnologias para entidades de assistência técnica e extensão rural visando o controle de “VB”, são desenvolvidas por técnicos extensionistas, utilizando-se de uma infra-estrutura: dos três Centros de Extensão Rural – CENEX/CEPLAC, respaldados através do suporte técnico dos pesquisadores dos três Centros de Pesquisas do Cacau – CEPEC/CEPLAC, ambos os centros de ATER e P&D, instalados nas Superintendências da: Bahia, Pará e Rondônia, cobrindo ainda, as áreas das três Gerências dos Estados do Amazonas, Espírito Santo e Mato Grosso e dos técnicos das quatro Unidades de Ensino Profissional Agrícola da Bahia e uma de Rondônia e finalmente, das unidades das equipes das áreas: operacional, tática destas mesmas Gerências, Superintendências e de Gestão Estratégica do Programa, através da Diretoria, sediada em Brasília – DF.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



- **CONTEXTO – Lembrete**
- Neste campo tem-se a oportunidade de apresentar informações objetivas e claras adicionais àquelas constantes das demais telas do módulo as quais julgue convenientes para o bom entendimento de seu programa, ação focalizando, dentre outros, os seguintes pontos:
- Qual a forma pretendida para equacionar tal problema, ou seja, explicar qual a estratégia de implementação adotada para atingimento do objetivo;
- Em linhas gerais descrever qual o mecanismo operacional de implementação (quais são os principais parceiros envolvidos e responsabilidades de cada um, como será o financiamento e a forma de implementação – direta, descentralizada, etc.);
- A contribuição esperada para o alcance dos macro objetivos da Orientação Estratégica do Presidente da República e/ou objetivos setoriais definidos na Orientação Estratégica dos Ministérios.
- Caso necessário especificar e quantificar as principais metas que se pretende alcançar, assim como os benefícios do programa/ação;
- No caso dos programas multissetoriais, o gerente deverá descrever qual a estratégia adotada para implementação do Programa.

A.1 COMENTÁRIO

Na Bahia, não obstante terem sido implementados alguns programas de recuperação da lavoura, tornou-se claro, em decorrência das características e da complexidade da doença Vassoura-de-bruxa - VB, que o seu manejo para ser bem sucedido dependeria da adoção, de forma integrada e continuada, dos conhecimentos até então gerados, o que permitiria um convívio bem sucedido com a doença, assegurando alta produtividade e sustentabilidade à atividade agrícola, além de aumentar a competitividade da cultura frente ao mercado globalizado. As recomendações atuais para o manejo integrado da vassoura-de-bruxa na Bahia incluem, o uso racional tanto de um fungicida protetor, à base de cobre (óxido cuproso), quanto de um sistêmico do grupo dos triazóis o tebuconazole (controle químico), além da remoção de tecidos infectados (controle cultural), da clonagem de cacaueiros suscetíveis com genótipos mais resistentes (controle genético), como também do controle biológico utilizando-se o fungo micoparasita *Trichoderma stromaticum* Samuels & Pardo-Schultheiss. Na Bahia, não obstante terem sido implementados alguns programas de recuperação da lavoura, tornou-se claro, em decorrência das características e da complexidade da VB, que o seu manejo para ser bem sucedido dependeria da adoção, de forma integrada e continuada, dos conhecimentos até então gerados, o que permitiria um convívio bem sucedido com a doença, assegurando alta produtividade e sustentabilidade à atividade agrícola, além de aumentar a competitividade da cultura frente ao mercado globalizado. As recomendações atuais para o manejo integrado da vassoura-de-bruxa na Bahia incluem, o uso racional tanto de um fungicida protetor, à base de cobre (óxido cuproso), quanto de um sistêmico do grupo dos triazóis (tebuconazole), além da remoção de tecidos infectados, da clonagem de cacaueiros suscetíveis com genótipos mais resistentes, como também do controle biológico utilizando-se o fungo micoparasita *Trichoderma stromaticum* Samuels & Pardo-Schultheiss. Controle cultural - A poda fitossanitária, recomendada por quase um século (Stahel, 1915), ainda permanece como uma medida efetivamente utilizada no controle da doença. À época e o número de remoções é função das condições climáticas de cada região. Outro aspecto igualmente importante num programa de manejo integrado, especialmente no caso da VB, seria o nutricional. Ao conferir maior vigor, resistência e produtividade, proporcionaria aos produtores melhores condições na implementação do programa de manejo integrado da doença, uma vez que o processo de remoção de vassouras e de outros tecidos infectados deixa, normalmente, as plantas cada vez mais debilitadas, podendo até levá-las à morte, em casos extremos (Oliveira & Luz, 2005). Controle genético - O sonho de encontrar genótipos de cacau imunes à VB, embalsou pesquisadores pioneiros no estudo desta doença, motivando diversas expedições de coleta de materiais nativos nas florestas tropicais americanas, principalmente ao longo dos rios amazônicos, na busca de resistência à doença. Avaliações quanto à resistência a VB feitas em Trinidad, destacaram-se os clones Scavina 6 - (SCA 6) e Scavina 12 - (SCA 12) como altamente resistentes, enquanto o genótipo IMC 67 comportou-se como moderadamente resistente. A partir destes materiais desenvolvidas as séries de clones conhecidas como TSH - (Trinidad Selected Hybrids) e TSA - (Trinidad Selected Amazonian), derivadas de seleções realizadas em famílias de cruzamentos contendo SCA 6 como genitor.

B. INFORMAÇÕES GERAIS - Lembrete - O objetivo deste comentário é definir a finalidade e descrição da Ação, além de possibilitar ao usuário a montagem e visualização do mapa de responsabilidade pela execução da ação.

B.1 – Finalidade

CEPLAC - DIRET – Fone – 61 3966-3250 / 61 3966-3252 – Fax - 61 3966-3282 – Sítio – www.ceplac.gov.br – E-mail - diret@ceplacdf.gov.br
Rua G – Setor Sudoeste – Campus do INMET - CEPLAC – CEP 70.680-900
Cruzeiro – Brasília - Distrito Federal – DF



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Recuperar a produção e produtividade; melhorar a qualidade do cacau brasileiro e aumentar a competitividade, de forma a favorecer a balança comercial e recuperar e aumentar o número de empregos; maximizar o potencial moageiro do parque industrial instalado; sustentar o retorno dos investimentos financeiros do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira; e gerar renda no ambiente da cadeia produtiva do cacau.

B.2 – Descrição

Prospecção e seleção de clones e variedades seminais de alta produtividade e resistentes à Vassoura de Bruxa; desenvolvimento de sistemas gerenciais e de tecnologias voltadas para a maximização da eficiência/eficácia do sistema de manejo integrado de controle da vassoura-de-bruxa; geração de tecnologias e disponibilização de insumos de baixo impacto ambiental para o manejo da enfermidade, bem como de material reprodutivo/propagativo para o produtor; e, treinamento de técnicos, produtores e trabalhadores rurais no manejo integrado da doença.

ÓRGÃO	74000	OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	
Unidade Orçamentária	74101	Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	
FUNÇÃO	20	Agricultura	SUBFUNÇÃO Outros Encargos Especiais
AÇÃO	0297	EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA RECUPERAÇÃO DA LAVOURA CACAUEIRA BAIANA	
Mod. de Implementação	Linhas de Crédito		Tipo Operações Especiais
Produto	Não definido		Unidade de Medida
Tipo de Orçamento	Fiscal	Localizador	0029 – No Estado da Bahia
Unidade Responsável	3236	Secretaria-Executiva	
Base Legal	Lei nº 9.126/95, Resoluções do Conselho Monetário Nacional.		
Especificação do Produto			
Não definido			
Detalhamento da Implementação			
Mediante solicitação do Banco do Brasil, o Tesouro Nacional repassa os recursos orçamentários, para que aquela instituição financeira empreste aos cacauicultores da região do extremo sul da Bahia. A equalização de juros é concedida para os recursos do BNDES alocados no programa.			

• CONTEXTO – Lembrete

- Neste campo tem-se a oportunidade de apresentar informações objetivas e claras adicionais àquelas constantes das demais telas do módulo as quais julgue convenientes para o bom entendimento de seu programa, ação focalizando, dentre outros, os seguintes pontos:
- Qual a forma pretendida para equacionar tal problema, ou seja, explicar qual a estratégia de implementação adotada para atingimento do objetivo;
- Em linhas gerais descrever qual o mecanismo operacional de implementação (quais são os principais parceiros envolvidos e responsabilidades de cada um, como será o financiamento e a forma de implementação – direta, descentralizada, etc.);
- A contribuição esperada para o alcance dos macro objetivos da Orientação Estratégica do Presidente da República e/ou objetivos setoriais definidos na Orientação Estratégica dos Ministérios.
- Caso necessário especificar e quantificar as principais metas que se pretende alcançar, assim como os benefícios do programa/ação;
- No caso dos programas multissetoriais, o gerente deverá descrever qual a estratégia adotada para implementação do Programa.

A.1 COMENTÁRIO

Ação de responsabilidade técnica do Órgão – 74000 - Operações Oficiais de Crédito, UO – 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
Unidade Responsável – 3236 - Secretaria Executiva, conforme detalhamento no tópico inicial desta ação.

B. INFORMAÇÕES GERAIS - Lembrete - O objetivo deste comentário é definir a finalidade e descrição da Ação, além de possibilitar ao usuário a montagem e visualização do mapa de responsabilidade pela execução da ação.

B.1 – Finalidade

Possibilitar ao produtor rural condições financeiras para o pagamento de dívidas contraídas no âmbito do “Programa 0362 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU”.

B.2 – Descrição

Equalização de taxas de juros, com recursos do Tesouro Nacional, a mini e pequenos produtores de cacau das regiões baianas atingidas pela doença "vassoura de bruxa", na renegociação de dívidas no âmbito desse programa.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

**2º - O****OBJETIVOS E METAS (FÍSICAS E FINANCEIRAS) INSTITUCIONAL E/OU PROGRAMÁTICAS**

Objetivos e metas (físicas e financeiras) institucionais e/ou programáticas sob sua gerência, previstos na Lei Orçamentária Anual e registrados no SIGPLAN, quando houver, e das ações administrativas (projetos e atividades) contidas no seu plano de ação, informando:

2º - P Identificação do(s) Programa(s) governamental (is) registrado(s) no SIGPLAN, quando aplicável; e/ou das ações administrativas do plano de ação do período de que tratam as contas.

ÓRGÃO	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
-------	-------	--

PROGRAMA	1409	DESENVOLVIMENTOS DA AGROENERGIA
----------	------	---------------------------------

Unidade Responsável	18	Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE
---------------------	----	---

Xxx	Descrição do objetivo geral, objetivos específicos e beneficiários.
-----	---

▼ Programa

1409	DESENVOLVIMENTOS DA AGROENERGIA
------	---------------------------------

▼ Problema:

Necessidade de estruturar as cadeias produtivas ligadas às matérias-primas agroenergéticas, com foco no objetivo estratégico do MAPA, de aumentar a participação da agroenergia na matriz energética nacional.

▼ Gerente de Programa

Manoel Vicente Fernandes Bertone

▼ Gerente Executivo do Programa

Xxx

▼ Analista Setorial

Marcos Antonio Pereira de Oliveira Silva

▼ Objetivo de Governo

Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda

▼ Objetivo Setorial

Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética

▼ Desafio:

Não definido

▼ Tipo de Programa

Finalístico.

▼ Justificativa

A preocupação com uma matriz energética mais limpa e renovável entrou na agenda mundial. O Tratado de Kyoto deixou isso bem claro, ao estabelecer metas de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para os países desenvolvidos. No Brasil, o álcool e o carvão vegetal já ocupavam posição de destaque. O mesmo se espera para o biodiesel num futuro próximo. Em função disso, é necessário se estruturar um plano de ações, visando fomentar a agroenergia, de forma que ela venha a constituir um novo negócio para a agricultura. Nesse contexto, a agroenergia deverá ter como foco não apenas os combustíveis líquidos (álcool e biodiesel) e o carvão vegetal, como também os resíduos de biomassa agrícola (bagaço e palha da cana, casca de arroz, resíduos florestais, etc.), as gorduras residuais de frigoríficos e o biogás produzido a partir de dejetos da pecuária. Isso deve ser feito respeitando algumas restrições importantes, como o caráter estratégico do mercado de combustíveis, o que exige a regularidade no abastecimento, a preços relativamente previsíveis. Em função disso, é necessário implementar um conjunto de ações, voltadas para o fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, bem como, à capacitação dos produtores rurais para se inserirem nesse novo mercado. Por último, como o Brasil ocupa posição de vanguarda em tecnologias para agricultura tropical e em biocombustíveis, o Programa também objetiva estruturar as ações de cooperação técnica internacional em agroenergia.

▼ Objetivo do Programa



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva.

▼ **Público Alvo**

Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis.

▼ **Estratégia de Implementação**

O Programa foi concebido com o propósito de aglutinar os esforços do Governo no campo da agroenergia, devendo ser implementado de forma multi-institucional. Há uma proposta em estudo na Casa Civil, para transformar o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool em Conselho Interministerial da Agroenergia. Esse Conselho deverá ser o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, bem como, monitorar as Ações no âmbito do Programa. A Ação de Pesquisa e Desenvolvimento deverá envolver o trabalho conjunto da Embrapa (Embrapa Agroenergia) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (Fundo Setorial do Agronegócio), buscando meio de engajar os diversos centros de referência no assunto, em benefício das prioridades definidas pelo Conselho. Da mesma forma, o fomento à organização produtiva, a difusão de tecnologias e a capacitação de produtores rurais, bem como, o estudo das potencialidades regionais para a agroenergia, deverão ser implementadas conjuntamente pelo MAPA e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Quanto à Cooperação Internacional, o Ministério das Relações Exteriores já vem exercendo a coordenação, por meio do seu Departamento de Energia, sob a supervisão direta da Casa Civil. Até mesmo a ação de inspeção e certificação de unidades produtoras de açúcar e álcool também deverá contar com a interação entre o MAPA (órgão responsável pela inspeção) e a Agência Nacional do Petróleo, que necessita de informações precisas sobre a oferta de biocombustíveis, a fim de monitorar o abastecimento no mercado doméstico.

▼ **Número de Ações:**

1/11

▼ **Endereço Internet do Programa:**

Não definido

▼ **Horizonte de Tempo:**

Contínuo

ÓRGÃO	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA	
Unidade Orçamentária	22101	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA	
FUNÇÃO	20	Agricultura	SUBFUNÇÃO Promoção da Produção Vegetal
AÇÃO	8544	DESENVOLVIMENTO DA POTENCIALIDADE AGROENERGÉTICA DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	
Mod. de Implementação	Direta		Tipo Atividade
Produto	Área Atendida		Unidade de Medida Há
Tipo de Orçamento	Fiscal		Localizador 0001 – Nacional
Unidade Responsável	18 – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira		
Base Legal	❖ Base Legal da Ação - Decreto nº 86.179 de 06/07/1981 e Decreto Legislativo nº 66 de 21/12/1990.		

Especificação do Produto

Não definido

Detalhamento da Implementação

As Atividades dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, e de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D voltados à capacitação de produtores e trabalhadores rurais, bem como disseminação de tecnologias para entidades de assistência técnica e extensão rural voltadas para a agroenergia, são desenvolvidas por técnicos extensionistas, utilizando-se de uma infra-estrutura: dos



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



três Centros de Extensão Rural – CENEX/CEPLAC, respaldados através do suporte técnico dos pesquisadores dos três Centros de Pesquisas do Cacau – CEPEC/CEPLAC, ambos os centros de ATER e P&D, instalados nas Superintendências da: Bahia, Pará e Rondônia, cobrindo ainda, as áreas das três Gerências dos Estados do Amazonas, Espírito Santo e Mato Grosso e dos técnicos das quatro Unidades de Ensino Profissional Agrícola da Bahia e uma de Rondônia e finalmente, das unidades das equipes das áreas: operacional, tática destas mesmas Gerências, Superintendências e de Gestão Estratégica do Programa, através da Diretoria, sediada em Brasília – DF.

Ressalta-se que esta ação está sendo desenvolvida, inicialmente pela CEPLAC/SUEBA na Bahia, em parceria com a Petrobrás.

• **CONTEXTO – *Lembrete***

- *Neste campo o tem-se a oportunidade de apresentar informações objetivas e claras adicionais àquelas constantes das demais telas do módulo as quais julgue convenientes para o bom entendimento de seu programa, ação focalizando, dentre outros, os seguintes pontos:*
- *Qual a forma pretendida para equacionar tal problema, ou seja, explicar qual a estratégia de implementação adotada para atingimento do objetivo;*
- *Em linhas gerais descrever qual o mecanismo operacional de implementação (quais são os principais parceiros envolvidos e responsabilidades de cada um, como será o financiamento e a forma de implementação – direta, descentralizada, etc.);*
- *Caso necessário especificar e quantificar as principais metas que se pretende alcançar, assim como os benefícios do programa/ação;*
- *No caso dos programas multissetoriais, o gerente deverá descrever qual a estratégia adotada para implementação do Programa.*
- *A contribuição esperada para o alcance dos macro objetivos da Orientação Estratégica do Presidente da República e/ou objetivos setoriais definidos na Orientação Estratégica dos Ministérios.*

A.1 COMENTÁRIO

Descrição: Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, possibilitando a redução de emissões de gases de efeito estufa, promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável com geração de emprego e distribuição de renda, tendo como público alvo produtores rurais suas associações corporativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa e consumidores finais de energia. Visa implementar estudos e ações de melhoria e otimização do agronegócio de dendê e outras oleaginosas, tanto na consolidação da agricultura familiar quanto nas pequenas e médias propriedades agrícolas, para atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização do óleo, especialmente dendê como matéria prima para a produção de biodiesel, visando à implementação de um programa sustentável de produção de biocombustível nas regiões produtoras de cacau, bem como promover a ampliação e renovação de dendezaís nas áreas zoneadas para o cultivo, além de auxiliar na difusão de tecnologias que permitam a capacitação técnica dos produtores rurais e o aumento dos investimentos nesta fonte de energia renovável. Atividades de pesquisa desenvolvidas na Ação Desenvolvimento das potencialidades agro-energéticas das regiões produtoras de cacau 1 - Caracterização físico-química do óleo de dendê, proveniente de diferentes matérias-primas e processos de extração do óleo; 2 - Desenvolvimento de métodos de implantação de dendezaís no sistema de renovação gradual, com ênfase na consorciação e na agricultura familiar; 2.1 - Análise de custos do óleo de dendê produzido a partir de diferentes arranjos produtivos; 2.2 - Avaliação das melhores condições logísticas, de transporte e de armazenamento entre a fase de colheita e a produção do óleo de dendê; 3 - Modernização das unidades e equipamentos de extração de óleo de pequeno porte, visando à melhoria no rendimento e na



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



qualidade do produto; 4 - Comparação da produtividade e do rendimento de extração do óleo de dendê com variedades genéticas desenvolvidas pela CEPLAC; 4.1 - Realização de cruzamentos controlados visando à produção de novos híbridos de dendê Tenera e preparação de mudas para futuros ensaios; 5 - Quantificação de co-produtos (óleo e torta de palmiste) e de resíduos (fibra, casca e cachos vazios) do dendê, visando à utilização dos mesmos para uma maior eficiência econômica da cadeia produtiva e redução dos impactos ambientais; 6 - Caracterização dos efluentes do processo de extração do óleo de dendê e estudos para seu tratamento e aproveitamento econômico 7 - Avaliação da produção de cachos e caracterização do mercado local de óleo de dendê dos municípios produtores da Região do Baixo-Sul e Recôncavo Baiano, visando avaliar o potencial de replicabilidade do projeto em questão para produção de biodiesel, considerando em paralelo o mercado alimentício local atual e potencial; 8 - Aplicação de sistema de manejo agrícola fundamentado em conhecimentos tecnológicos atualmente disponíveis, visando à otimização do processo produtivo do dendê; 9 - Avaliação do carbono fixado à biomassa no processo agrícola do dendê (atividade a ser desenvolvida pela Universidade Federal do Paraná - responsável técnico Prof. Carlos Roberto Sanquetta) 10 Análise energético-ambiental dos biocombustíveis líquidos obtidos do fruto do dendezeiro (atividade a ser desenvolvida pela Universidade Estadual de Santa Cruz - responsável técnico Prof. José Adolfo de Almeida Neto).

B. INFORMAÇÕES GERAIS - *Lembrete* - *O objetivo deste comentário é definir a finalidade e descrição da Ação, além de possibilitar ao usuário a montagem e visualização do mapa de responsabilidade pela execução da ação.*

B.1 – Finalidade

Implementar estudos e ações de melhoria e otimização do agronegócio do dendê, tanto na consolidação da agricultura familiar quanto nas pequenas e médias propriedades agrícolas, para atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização do óleo de dendê como matéria-prima para a produção de biodiesel, visando à implementação de um programa sustentável de produção de biocombustível nas regiões produtoras de cacau, bem como promover a ampliação e renovação de dendezaís nas áreas zoneadas para o cultivo, além de auxiliar na difusão de tecnologias que permitam a capacitação técnica dos produtores rurais e o aumento dos investimentos nesta fonte de energia renovável.

B.2 – Descrição

Geração e Difusão de Tecnologias para o desenvolvimento das cadeias produtivas agroenergéticas nas Regiões Produtoras de Cacau.

3º - O

OBJETIVOS E METAS (FÍSICAS E FINANCEIRAS) INSTITUCIONAL E/OU PROGRAMÁTICAS

Objetivos e metas (físicas e financeiras) institucionais e/ou programáticas sob sua gerência, previstos na Lei Orçamentária Anual e registrados no SIGPLAN, quando houver, e das ações administrativas (projetos e atividades) contidas no seu plano de ação, informando:

3º - P

Identificação do(s) Programa(s) governamental (is) registrado(s) no SIGPLAN, quando aplicável; e/ou das ações administrativas do plano de ação do período de que tratam as contas.

ÓRGÃO

26000

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – ME



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



PROGRAMA	1062	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
-----------------	-------------	---

Unidade Responsável	1977	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
---------------------	------	---

2.1.2.C.a **Descrição do objetivo geral, objetivos específicos e beneficiários.**

▼ **Problema**

Não há, ainda, condições de garantir formação profissional aos milhões de jovens e adultos que têm direito à educação e ao desenvolvimento profissional.

▼ **Gerente de Programa**

Eliezer Moreira Pacheco

▼ **Gerente Executivo do Programa**

Xxx

▼ **Analista Setorial**

Maria do Rosário de Holanda Cunha Cardoso

▼ **Objetivo de Governo**

Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade

▼ **Objetivo Setorial**

Ampliar a oferta da educação profissional levando em conta sua articulação com os demais níveis e modalidades de ensino

▼ **Tipo de Programa**

Finalístico.

▼ **Justificativa**

A exclusão social refere-se ao processo que impossibilita parte da população de partilhar dos bens e recursos oferecidos pela sociedade, considerando-se não apenas a carência de bens e serviços essenciais para a satisfação das necessidades básicas, como também a falta de acesso à educação, segurança, justiça, cidadania e representação política. O aprofundamento deste processo provoca alterações na dinâmica e na estrutura social e restringe o potencial de desenvolvimento humano.

As bases sobre as quais se ergueu o sistema de proteção social no Brasil - emprego, renda, contribuição e benefícios sociais configurando o modelo de seguro social apoiado na capacidade contributiva - relegaram ao plano da assistência, supostamente residual, o enorme contingente de brasileiros excluídos da proteção. Como resultado, há um saldo de 53 milhões de pobres, dos quais 23 milhões de indigentes, 11,5 milhões de desempregados, crianças desamparadas e moradores de rua, analfabetos declarados e funcionais; há o recrudescimento de doenças do século XVIII, como a tuberculose; a manutenção do trabalho infantil, escravo, doméstico; o agravamento da concentração de renda; além do aumento da violência urbana e rural.

A educação em seus diversos níveis é um direito de todos, além de ser uma estratégia para o desenvolvimento

CEPLAC - DIRET - Fone - 61 3966-3250 / 61 3966-3252 - Fax - 61 3966-3282 - Sítio - www.ceplac.gov.br - E-mail - diret@ceplacdf.gov.br
Rua G - Setor Sudoeste - Campus do INMET - CEPLAC - CEP 70.680-900
Cruzeiro - Brasília - Distrito Federal - DF



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



social e econômico de uma nação. Se é assim, como explicar a existência, no País, de um contingente de 25 milhões de jovens e adultos sem escolaridade ou com até 2 anos de escolaridade, para os quais, é de fundamental importância a educação e a formação profissional?

Os números da Educação Profissional no Brasil, apresentados em seu último Censo - 716 mil matrículas no Nível Técnico e 91 mil concluintes - são indicadores de que não há, ainda, condições de garantir formação profissional aos milhões de jovens e adultos que representam a força de trabalho do País.

Sendo o papel da Educação Profissional e Tecnológica de fundamental relevância nas novas diretrizes do Governo Federal, no que tange à retomada do crescimento econômico do País, uma vez que a geração de empregos e o crescente desenvolvimento tecnológico exigem uma atuação proeminente quanto à formação profissional de sua força de trabalho, faz-se necessário que sejam assegurados os meios para que a oferta seja condizente com a demanda, tanto quantitativa, quanto qualitativa.

Isso exige medidas quanto ao desenvolvimento de uma nova política pública para a mesma, incluindo a revisão da legislação vigente, a fim de que, entre outras medidas, se possa ofertar uma Educação Profissional, Tecnológica e Universitária articulada com as políticas nacionais de geração de emprego, trabalho e renda.

Ainda no tocante à política de fortalecimento da inclusão de camadas desassistidas da escola regular, inclusive, o presente programa se insere na base da resolução do problema ora apresentado, pois busca, dentre outros aspectos:

- Otimizar a utilização de recursos e potencializar experiências exitosas desenvolvidas por organismos e entidades da sociedade civil.

- Revitalizar 150 unidades escolares agrícolas, dispersas pelo interior do país, para que possam oferecer educação profissional de nível básico e técnico articulada com elevação da escolaridade, proporcionando o fortalecimento de ações que apontem para geração de trabalho e renda nos mais distantes espaços geográficos.

- Apoio à criação de 500 novas instituições de educação profissional, fortalecendo uma política de inclusão social.

Além disso, contradizendo também os direitos constitucionais dos cidadãos, os dados do Censo Demográfico de 2000, mostram que os jovens das camadas mais pobres praticamente não têm acesso à educação superior pública: apenas 7,7% dos jovens entre 18 e 22 anos frequentam cursos universitários. Cerca de 70% deles estudam em estabelecimentos privados. Quando conseguem chegar ao ensino superior, o custo é tão alto que apenas os que têm bons empregos ou apoio econômico da família conseguem pagar a faculdade e, que, por isso, há elevada inadimplência e evasão, até porque o sistema de apoio e financiamento ao estudante, que poderia ser uma alternativa, é ainda insuficiente e inadequado. Daí, o apoio a ser estendido aos cursos superiores de Tecnologia, aos cursos de pós-graduação, aos professores e aos pesquisadores será fundamental para a reversão desses perversos indicadores sociais e educacionais.

▼ Objetivo do Programa

Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade.

▼ Público Alvo

Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional.

▼ Desafio

Não definido

▼ Estratégia de Implementação

Desenvolvimento de ações de formação profissional, técnica e superior tecnológica, diretas e descentralizadas, a serem implementadas pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), e instituições federais de ensino, com possibilidades de parcerias com outras instituições governamentais e não governamentais, no país e no exterior,



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



voltadas para o desenvolvimento da educação profissional, técnica e superior tecnológica.

Para o desenvolvimento dessas ações voltadas à educação profissional, técnica e superior tecnológica, destacam-se como estratégias de implementação, dentre outros:

Articulação e estabelecimento de parcerias com o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, estados e municípios, ONGs representativas da sociedade civil organizada, Sistema 'S', de modo a obter o compartilhamento de ações que consolidem a inclusão do público almejado. Para a execução das ações descentralizadas, o repasse dos recursos e a distribuição das responsabilidades se dará por meio da realização de convênios entre o MEC e as diversas instituições envolvidas.

▼ **Número de Ações**

1/29

▼ **Endereço Internet do Programa**

Não definido

▼ **Horizonte de tempo**

Contínuo

ÓRGÃO	22000	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA		
Unidade Orçamentária	22101	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA		
FUNÇÃO	20	AGRICULTURA	SUBFUNÇÃO	Ensino profissional
AÇÃO	2144	ENSINO PROFISSIONAL NAS REGIÕES CACAUEIRAS		
Mod. de Implementação	Direta		Tipo	Atividade
Produto	Aluno Matriculado		Unidade de Medida	Unidade
Tipo de Orçamento	Fiscal		Localizador	0001 – Nacional
Unidade Responsável	52.661 - Divisão de Administração e Finanças			
Base Legal	❖ Base Legal da Ação - Decreto nº 86.179 de 06/07/1981 e Decreto Legislativo nº 66 de 21/12/1990.			

Especificação do Produto

Não definido

Detalhamento da Implementação

As atividades de manutenção dos cursos técnicos de Ensino Profissional Agrícola são voltadas para a formação de jovens e de treinamentos direcionados aos agricultores e trabalhadores rurais e desenvolvidas por técnicos, professores, das (4) Unidades de Ensino Profissional Agrícola da Bahia e (1) de Rondônia, vinculadas ao Centro de Educação do Cacau – CEDUC/CEPLAC, utilizando-se da infra-estrutura disponível das EMARC/CEPLAC; com respaldo dos técnicos, extensionistas e pesquisadores, lotados nos três Centros de Extensão Rural – CENEX/CEPLAC e dos três Centros de Pesquisas do Cacau – CEPEC/CEPLAC, cujos Centros de ATER e P&D, estão instalados nas Superintendências da: Bahia, Pará e Rondônia, cobrindo ainda, as áreas das três Gerências dos Estados do Amazonas, Espírito Santo e Mato Grosso e finalmente, das unidades operacional e tática de uso das equipes estaduais das Gerências, Superintendências e de Gestão Estratégica do Programa, através da Diretoria, sediada em Brasília – DF.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



• **CONTEXTO – Lembrete**

- Neste campo tem-se a oportunidade de apresentar informações objetivas e claras adicionais àquelas constantes das demais telas do módulo as quais julgue convenientes para o bom entendimento de seu programa, ação focalizando, dentre outros, os seguintes pontos:
- Qual a forma pretendida para equacionar tal problema, ou seja, explicar qual a estratégia de implementação adotada para atingimento do objetivo;
- Em linhas gerais descrever qual o mecanismo operacional de implementação (quais são os principais parceiros envolvidos e responsabilidades de cada um, como será o financiamento e a forma de implementação – direta, descentralizada, etc.);
- Caso necessário especificar e quantificar as principais metas que se pretende alcançar, assim como os benefícios do programa/ação;
- No caso dos programas multissetoriais, o gerente deverá descrever qual a estratégia adotada para implementação do Programa.
- A contribuição esperada para o alcance dos macro objetivos da Orientação Estratégica do Presidente da República e/ou objetivos setoriais definidos na Orientação Estratégica dos Ministérios.

A.1 COMENTÁRIO

As Escolas Médias de Agropecuária Regional da CEPLAC - EMARCS – em: URUÇUCA, ITAPE-
TINGA, VALENÇA e TEIXEIRA DE FREITAS na Bahia e ARIQUEMES em Rondônia são unidades interde-
pendentes do Centro de Educação da CEPLAC - CEDUC e tem como objetivo desenvolver e difundir tecnolo-
gias através da formação de mão-de-obra qualificada, necessária ao incremento do processo de desenvolvimento
tecnológico, gerencial agropecuário e agroindustrial da Região Cacaueira. As atividades agropecuárias e agroin-
dustriais instaladas no espaço de atuação das unidades contam com o aporte de conhecimentos tecnológicos e
gerenciais, gerados ou adaptados por pesquisadores, educadores e extensionistas, nos respectivos laboratórios e
unidades produtivas da Instituição CEPLAC.

MISSÃO DAS EMARCS

Capacitar e habilitar pessoas para que, agindo de forma empreendedora, inovadora e solidária, possam
exercer a cidadania e contribuir para o desenvolvimento econômico social das regiões produtoras de cacau do
Brasil.

As atividades agropecuárias e agroindustriais instaladas no espaço de atuação das Unidades contam
com o aporte de conhecimentos tecnológicos e gerenciais, gerados ou adaptados por pesquisadores, educadores
e extensionistas da Instituição CEPLAC, nos laboratórios e unidades produtivas.

As EMARCS são estabelecimentos de educação profissional de nível médio, que atua na formação
de técnicos em: Agropecuária, Agrimensura, Tecnologia de Alimentos, Turismo e Hotelaria na EMARC de
Uruçuca e Agropecuária e Ensino Médio em Itapetinga, Valença e Teixeira de Freitas, no regime de tempo inte-
gral, mantido pela CEPLAC, órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento.

A EMARC-TF, desde a sua fundação encontra-se situada numa área de 150 ha, situada no Km 882 da
BR 101, Salvador/Vitória em Teixeira de Freitas-BA. Com área construída de 5.500 m².

A EMARC-VA, desde a sua fundação, encontra-se situada numa área de 10 ha, situada na Rua Glicério
Tavares de A. Neto, s/n, Bairro Bate Quente, em Valença - Bahia. E uma área de campo com 43,06 ha situada
no Km 07 da Rod. Valença / BR 101. Com área construída de 5.181,28 m².

A EMARC-IT, desde a sua fundação, encontra-se situada numa área de 105 ha, situada no Km 02 da
Rod. Itapetinga/Itororó, Bairro Clerolândia, Itapetinga-BA. Com área construída de 5.000 m².

A EMARC-UR, desde a sua fundação, encontra-se situada numa área de 153 ha, situada na Rua Dr.
João Nascimento, s/n, Centro, Uruçuca - Bahia. Com área construída de 22.543 m² e 16.000 m² em urbaniza-
ção.

A EMARC-AR, desde a sua fundação, encontra-se situada numa área de xxx ha, situada na BR 364,
KM 13, Zona rural, CEP - 78.932-000, Ariquemes – Rondônia. Com área construída de 3.825 m² e 2.998.120
m² em urbanização.

Na estrutura da CEPLAC, as EMARCS estão associadas à promoção do Ensino Profissionalizante e
Ensino Médio, necessário ao incremento do processo no desenvolvimento tecnológico gerencial e agroindus-



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



trial regional.

INSTALAÇÕES PARA EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRO-INDUSTRIAIS:

- Instalações agropecuárias: cacauicultura, heveicultura, bovinocultura, suinocultura, piscicultura, avicultura, apicultura, cunicultura, olericultura, fruticultura, cultivo de especiarias, ecoturismo (trilhas interpretativas), etc.;
- Instalações agroindustriais: unidade de produção da linha de doces, polpas de frutas, derivados de vegetais, derivados de leite, derivados de carnes, derivados da abelha, etc.;
- Instalações de apoio ao processo ensino-aprendizagem: oficina de mecanização agrícola; laboratórios de topografia, agrimensura, química, biologia, microbiologia e informática; cooperativa-escola; alojamentos, restaurantes, hospedaria, parque poli-esportivo, salas de aula, biblioteca e salas de audiovisuais.

ATRIBUIÇÕES

- a) Ensino Profissionalizante em nível de 2º grau (concomitante com o Ensino Médio e pós-Ensino Médio) conforme a Lei 9394/96; tem como objetivo formar técnicos em habilitações voltados para o desenvolvimento sócio-econômico do agro negócio regional.
- b) Promover e apoiar programas educacionais e outros de interesse da CEPLAC.
- c) Estimular a produção de bens e serviços, objetivando por meio de atividades práticas o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.

Às EMARCs de Uruçuca, Itapetinga, Valença, Teixeira de Freitas na Bahia e Ariquemes – RO direcionaram suas ações buscando atender aos objetivos da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) oferecendo cursos com programas atualizados conforme orientações do MEC e atendendo às necessidades do mercado de trabalho, gerando elevada procura pelas opções apresentadas pelas escolas. Neste exercício, foram desenvolvidas as atividades que são descritas no presente Relatório de Gestão.

NORMA DE CRIAÇÃO E FINALIDADE DA UNIDADE:

A Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC, localizada no município de Uruçuca, foi o primeiro dos estabelecimentos educacionais da CEPLAC, cuja experiência se estende as outras quatro localidades situadas estrategicamente no Sul da Bahia e uma em Rondônia.

O sistema de educação da CEPLAC comemora neste ano, precisamente 44 anos. Autorizada a funcionar desde 1965, pelo Egrégio Conselho Estadual de Educação da Bahia – CEE-BA, mesmo mantidas com recursos federais. Em julho de 2003, o CEE-BA emitiu Parecer de “incompetência legal” para autorizar ou credenciar Instituições de Ensino do Sistema Federal. Com a emissão deste Parecer a CEPLAC buscou o credenciamento junto ao MEC/SETEC, onde todos nossos cursos profissionalizantes já estão autorizados e também o Ensino Médio das EMARCs de Teixeira de Freitas, de Valença, de Itapetinga na Bahia e de Ariquemes - RO.

B. INFORMAÇÕES GERAIS - *Lembrete* - O objetivo deste comentário é definir a finalidade e descrição da Ação, além de possibilitar ao usuário a montagem e visualização do mapa de responsabilidade pela execução da ação.

B.1 – Finalidade

Qualificar e capacitar recursos humanos visando à atuação em setores prioritários para o agronegócio do cacau e demais atividades geradoras de emprego e renda, contribuindo para o desenvolvimento regional.

B.2 – Descrição

Execução das atividades administrativas e pedagógicas das Escolas Médias de Agropecuária Regional da CEPLAC (EMARC) nos cursos de formação técnica de nível médio nas áreas de agropecuária, agrimensura, agricultura, zootecnia, tecnologia de alimentos, turismo e hotelaria, bem como desenvolvimento de ações direcionadas à capacitação de mão-de-obra.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



2.3.1 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

O demonstrativo “Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ”, apresentado no **Quadro A.2.1** abaixo, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, está composto por três (3) conjuntos de informação, a saber: **Identificação do Programa de Governo, Informações orçamentárias e financeiras do Programa e Informações sobre os resultados alcançados**, que se descrevem a seguir.

OBJETIVOS E METAS (FÍSICAS E FINANCEIRAS) INSTITUCIONAL E/OU PROGRAMÁTICAS

Objetivos e metas (físicas e financeiras) institucionais e/ou programáticas, a seguir, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, sob sua gerência, previstos na Lei Orçamentária Anual e registrados no SIGPLAN, quando houver, e das ações administrativas (projetos e atividades) contidas no seu plano de ação, informando:

QUADRO A.2.1 -B		DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO				
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						EM R\$ 1,00
Dotação		Despesa Em- penhada	Despesa Li- quidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
32.400.000,00	32.400.000,00	25.590.839,03	18.543.832,44	6.224.931,22	17.677.615,56	
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
Ordem	Indicador (Uni- dade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	R\$ / ha	31/12/2010	650,00	1.300,00	1.250,00	1.542,64
FÓRMULA DE CÁLCULO DO ÍNDICE: Relação entre o valor da produção agropecuária regional e a unida- de de área ocupada.						
ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO						

1. RENDA AGROPECUÁRIA NAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL

A dimensão econômica suscita o impacto das metas físicas executadas no interstício avaliado sobre a renda auferida através da exploração das atividades agroeconômicas. Constitui o aporte de riqueza aos detentores dos meios de produção, corporificados nos grandes, médios e pequenos produtores rurais, agricultores familiares, indígenas e quilombolas. Valor da produção = Σ valor da produção. O rendimento da agropecuária é determinado pela relação entre o valor bruto da produção (multiplicação do preço do produto pela produção colhida das lavouras e criações). Resulta na renda obtida num hectare ocupado com cultivos permanentes, temporários e pastagens. Incorpora as lavouras de abacaxi, abóbora, açaí, acerola, banana, banana da terra, cacau, café, cajá, cana-de-açúcar, citrus, coco, cravo-da-índia, cupuaçu, dendê, feijão, graviola, guaraná, mamão, mandioca, maracujá, melancia, milho, piaçava, pimenta-do-reino, pupunha, seringueira e urucum. Inclui a criação de abelhas, aves, bovinos e suínos. Cabe ao Centro de Extensão dimensionar a área cultivada e produção auferida pelos cultivos e criações, captam-se do cadastro das unidades produtivas atendidas, regis-



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



tradas no SisCENEX pelos extensionistas atrelados aos escritórios locais. Portanto, grau e critério de preenchimento garantem credibilidade do indicador, essenciais para diagnosticar a real situação da agropecuária. O Centro de Pesquisas disponibiliza os preços médios praticados pelo mercado, além de se recorrer às redes ou canais de comercialização dos produtos.

Grupos técnicos, representados pelos estados da Bahia, Pará e Rondônia, levantaram e estudaram algumas informações e apropriaram metodologias para definição desse indicador econômico em cada estado, permitindo assim uma média ponderada que resultou no valor de R\$1.542,64/hectare cultivado nas regiões cacaueiras do Brasil. A base de dados para validação foi corroborada por informações do IBGE (Produção Agrícola Municipal e Levantamento Sistemático da Produção), IDARON-2009, Órgãos estaduais e SisCENEX/CEPLAC. Data da apuração: 31/12/2010.

O alcance de índices de referência para o final do PPA no indicador econômico renda agropecuária, ajustado para R\$1.300,00/ha para 2011, tornou-se factível, pois com a melhoria do valor bruto da produção agropecuária nos biomas de atuação, para o ano analisado, já alcançou R\$1.542,64. Portanto, Ainda assim, condiciona-se ao fortalecimento das ações de Pesquisa/Desenvolvimento, Educação Tecnológica, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, bem como alavancar as ações de crédito e repactuação de dívidas, e de ações nos Territórios de Identidade e Cidadania. Merece consideração, ainda, a atual conjuntura econômica mundial e dos seus efeitos no mercado de commodities.

Fonte: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, IBGE.

INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Percentual	31/12/2010	40	32,96	25	25

Fórmula de Cálculo do Índice: Relação percentual entre a população ocupada na agropecuária regional e a População Economicamente Ativa (PEA) Regional.

ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO:

2. TAXA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL

Atento aos objetivos do Programa que busca a promoção do desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil, tendo como enfoque a conservação e o uso racional dos recursos naturais, tem-se buscado aperfeiçoar a metodologia de apuração desse indicador tomando como referência conceitos como tais: Área conservada - área manejada e/ou preservada de modo a manter o equilíbrio (estabilidade) das características físicas, bióticas e sócio-econômicas, com o suporte da capacidade produtiva e da qualidade ambiental; Pousio - prática que prevê a interrupção de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais do solo por até 10 anos para recuperar sua fertilidade; Lavoura com práticas de conservação do solo - sistema de uso da terra, preferencialmente com consórcios agrícolas, que atende e segue manejo conservacionista - para manutenção continuada da capacidade de produção das terras e das suas funções ambientais - adotando-se, conjuntamente e de acordo com recomendações técnicas, práticas como: cultivo conforme a vocação



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



da terra, plantio em curva de nível, controle de queimadas, correção e adubação do solo, manejo do mato (incluindo plantas de cobertura e/ou adubos verdes), cordões vegetativos permanentes, dentre outras; Reserva Legal - conceito dado pelo Código Florestal, em seu art. 1º, §2º, III, inserido pela MP nº. 2.166-67, de 24.08.2001, sendo: "área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas"; Área de Preservação Permanente - Estas áreas, conforme doutrina de Edis Milaré "consistem em uma faixa de preservação de vegetação estabelecida em razão da topografia ou do relevo, geralmente ao longo dos cursos d'água, nascentes, reservatórios e em topos e encostas de morros, destinadas à manutenção da qualidade do solo, das águas e também para funcionar como corredores de fauna; Sistema agroflorestal - sistema agroflorestal é uma forma de uso da terra na qual se combinam espécies arbóreas (frutíferas e/ou madeiras) com cultivos agrícolas e/ou animais, de forma simultânea ou em sequência temporal e que interagem econômica e ecologicamente; Sistema agroflorestal Cacau-Cabruca - a cabruca - nome dado ao sistema também chamado cacau-cabruca - tem origem na palavra cabrocamento: fazer o raleamento da floresta nativa (cabrocar, inclusive retirando madeiras comerciais), eliminando a vegetação de menor porte e mantendo grande parte as árvores de grande porte. Uns grupos de técnicos representados pelos estados da Bahia, Pará e Rondônia, estudaram informações e apropriaram metodologias para definição desse indicador ambiental em cada estado, permitindo assim uma média ponderada que resultou no índice nacional de 32,96% de taxa de degradação nas regiões cacaueiras do Brasil. A base de dados para validação foi corroborada por informações do IBGE, IBAMA, IDARON-2009, BNB e Órgãos estaduais. Data da apuração: 31/12/2010.

O alcance da meta de redução das áreas degradadas para índices de 25,00% em 2011 está se tornando factível pela adoção de sistemas agrícolas sustentáveis – eixo da nossa atuação nos biomas de atuação. Realça-se ainda, o condicionamento ao fortalecimento das ações de Educação ambiental, Pesquisa/Desenvolvimento, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, bem como maior rigidez na aplicação da legislação. Associa-se à necessidade de políticas públicas compartilhadas com os órgãos ambientais e de fiscalização.

Fonte: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, IBGE e IBAMA.

INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Percentual	31/12/2010	30,00	38,60	40,00	40,00

Fórmula de Cálculo do Índice: Relação percentual entre a população ocupada na agropecuária regional e a População Economicamente Ativa (PEA) Regional.

Análise do Resultado Alcançado

3. TAXA DE OCUPAÇÃO NA AGROPECUÁRIA DAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL

A ocupação da mão-de-obra corresponde à relação entre o quantitativo de operários absorvidos pelas explorações agropecuárias nas áreas totais cultivadas e a população economicamente ativa - PEA regional. Configura em média o quantum de trabalhadores existentes para a condução das atividades agrossilvipastoris instaladas no espaço cacaueiro brasileiro. As informações alusivas



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



ao comportamento da força de trabalho extraem-se do cadastro dos imóveis rurais atendidos pela Extensão Rural, constantes do SisCENEX, lançadas e/ou atualizadas pelos extensionistas lotados nas unidades operativas quando da visita ao imóvel ou contato com o produtor. Com base neste cadastro se dimensiona o movimento da classe trabalhadora considerando-se a média de operários absorvidos pelo processo produtivo no decorrer do ciclo das explorações, abarca as lavouras e criações implantadas nas unidades produtivas. Grupos de técnicos representados pelos estados da Bahia, Pará e Rondônia, estudaram informações e apropriaram metodologias para definição desse indicador social em cada estado, permitindo assim uma média ponderada que resultou no índice nacional de 38,60% de taxa de ocupação na agropecuária das regiões cacaueiras do Brasil. A base de dados para validação foi corroborada por informações do IBGE, Governo de Rondônia - Indicadores sociais, SEI - BA, SisCENEX/CEPLAC e Órgãos estaduais. Data da apuração: 31/12/2010.

Indicador social como o de emprego, especialmente extrato representativo da PEA na agropecuária, está sempre sujeito a variações com a conjuntura regional. O alcance da meta de 40,00% para 2011 está condicionado ao fortalecimento das ações de Pesquisa/Desenvolvimento, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, bem como da dinamização de ações voltadas para o desenvolvimento dos Territórios de Identidade e Cidadania.

Fonte: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

Análise do Resultado Alcançado: Análise desenvolvida pelo Gestor quanto ao valor alcançado pelo indicador no exercício, discriminando as causas e consequências deste resultado encontram-se explicitado no texto abaixo e no **Quadro A.2.1-B**, acima.

ANÁLISE CRÍTICA

- *Após o preenchimento deste demonstrativo, segundo requerimento e, dos órgãos CGU e TCU, o gestor deverá realizar uma análise crítica da execução orçamentária por programa de governo respondendo às seguintes questões:*
- **Contingenciamento no exercício:** o gestor deverá examinar o efeito do contingenciamento na execução orçamentária do Programa de Governo, destacando as consequências sobre o alcance dos indicadores de resultados.
- **Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo:** o gestor deverá apresentar e examinar as consequências decorrentes de eventos negativos ou positivos que porventura tenham prejudicado ou facilitado a execução dos Programas de Governo, como, por exemplo, problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental, tempestividade na liberação de recursos, etc.
- *Além dessas questões o gestor poderá analisar outras que tenham provocado impacto na gestão dos Programas de Governo sob sua responsabilidade e que não tenham sido abordadas nos tópicos anteriores.*
- **IMPORTANTE:** *Esse demonstrativo somente deverá ser preenchido pelas UJ que tiverem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA).*

2.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ:

Neste demonstrativo, segundo a CGU e o TCU, o gestor deverá relacionar as ações orçamentárias constantes da LOA do exercício de referência do relatório que tenham sido objeto de sua gestão. O demonstrativo é composto de dez (10) itens de informação, compondo uma linha detalhe da LOA, conforme se descreve no **Quadro A.2.2** a seguir.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO
A.2.2

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
0	606	0362	2127	P	4	un.	100	112	100
20	606	0362	4715	P	4	un.	70.000	53.027	67.125
20	606	0362	2143	P	4	ha	470.000	470.000	550.000
4	122	0362	2272	A	4	un.	0	0	0
28	841	0362	0297	P	4	un.	0	0	0
12	363	1062	2144	P	4	un.	1.100	1.192	1.100
20	606	1409	8544	P	4	ha	13.000	8.513	13.000

Fonte: SIPLAN/2010 e SIGPLAN/2010.

ANÁLISE CRÍTICA DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

- *Depois de preenchido esse demonstrativo, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, o gestor deverá analisar a Execução Física das ações realizadas pela UJ contemplando as seguintes questões:*
- **Cumprimento das metas físicas:** *Análise circunstanciada do cumprimento das metas físicas, analisando o impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos de médio e longo prazo da UJ;*
- **Ações que apresentaram problemas de execução:** *Evidenciação das ações que apresentaram problemas na execução, especificando os problemas ocorridos, por exemplo: dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental no prazo previsto, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, problemas na licitação, etc.;*
- **Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:** *Evidenciação e justificativa das ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas;*
- **Ações Prioritárias na LDO:** *Avaliar a execução das ações da UJ frente às ações prioritárias definidas pela LDO, examinando as diferenças positivas e negativas porventura observadas entre a execução realizada e a prevista;*

Além dessas questões o gestor poderá analisar outras que tenham provocado impacto na Execução Física das ações realizadas pela UJ e que não tenham sido abordadas nos tópicos anteriores.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS – PI - GERACACAU

A Ação 20.572.0362.2127.0001 - Geração de Tecnologias para o Desenvolvimento Tecnológico das Regiões Produtoras de Cacau - Tem como finalidade desenvolver tecnologias sustentáveis com foco na redução de custos e produção excedentes exportáveis, geração de empregos e, elevação da renda, buscando assegurar as bases para a consolidação, ampliação e diversificação das cadeias produtivas do cacau e de outras explorações geradoras de divisas, visando o desenvolvimento regiões produtoras de cacau do País.

O produto da lei que serve como parâmetro para medir a eficiência da ação é a pesquisa desenvolvida. Visa o desenvolvimento e/ou adaptação de tecnologias voltadas para a agropecuária, agroecologia, agroindústria e estudos do Cacau e outros Sistemas Agrossilvopastoris que tem como finalidade promover o desenvolvimento das comunidades rurais, através do fortalecimento das atividades produtivas, elevando o seu padrão de qualidade de vida e estimulando a geração de emprego, renda e inclusão social, por meio da transferência de conhecimentos e capacitação de produtores e trabalhadores. Nessa ação, o Cepec interage fortemente com o Centro de Extensão da CEPLAC, transferindo tecnologias geradas, testadas e adaptadas para o treinamento dos extensionistas e poste-



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



rior transferência ao produtor, bem como obtendo informações sobre problemas tecnológicos que ocorrem nas áreas agrícolas.

Os resultados de pesquisa produzidos pelos três Centros de Pesquisas do Cacau da CEPLAC mostram avanços na geração do conhecimento, indicando que, novas tecnologias estão sendo incorporadas, possibilitando o alcance de elevada produtividade na lavoura do cacau, resistência às principais doenças e melhoria na qualidade do produto. Tais resultados vêm sendo possibilitados pela interação multidisciplinar, principalmente nas áreas de melhoramento genético, biotecnologia e fitopatologia.

Em 2010, a CEPLAC desenvolveu 112 pesquisas, sendo que a CEPLAC-CEPEC/BA, desenvolveu 51, sendo 39 na Ação Geração de Tecnologias para o Desenvolvimento Tecnológico das Regiões Produtoras de Cacau, e 12 na Ação Controle da Doença Vassoura-de-Bruca, superando a meta prevista de 37. E mais 6 no Estado do Amazonas; 13 no Espírito Santo; 4 no Mato Grosso; 26 no Pará e 12 em Rondônia, superando a meta prevista de 87. Contribuíram para este resultado a gestão baseada em resultados e a busca permanente de parcerias com produtores e outras organizações.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS – PI - GERACACAU

Em dezembro de 2010, o nível de execução da meta física da Ação, GERACACAU, atingiu o percentual de 42,86% com relação a previsto inicial e 112,00% da meta prevista inicial acumulada até o mês, em análise. Isto é, o quantitativo estimado da meta física prevista inicial de 7 pesquisas a serem desenvolvidas no mês, foi realizado 3, porém, das 100 pesquisas programadas e acumuladas, foi desenvolvidas 112 no mês. Enquanto isso, o nível de execução da meta física em dezembro de 2010, atingiu o percentual de realização de 33,33% com relação à meta corrigida e 128,74% da meta prevista corrigida acumulada no período, em análise. Isto é, o quantitativo estimado da meta física corrigida de 9 pesquisas a serem desenvolvidas, foi realizada 3, porém, das 87 pesquisas programadas e acumuladas, foi desenvolvidas 112 no período.

Conclui-se que, o nível de execução anual da meta física da Ação, GERACACAU, atingiu o percentual de 112,00% com relação a previsto inicial na LOA/2010 e 128,74% da meta prevista corrigida no exercício, em análise, em nível de CEPLAC/MAPA.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FINANCEIRAS – PI - GERACACAU

Em dezembro de 2010, o nível de execução da meta financeira da Ação, GERACACAU, atingiu o percentual de 185,73% com relação a previsto inicial e 64,96% da meta prevista inicial acumulada até o mês, em análise. Isto é, o valor estimado da meta financeira prevista inicial de R\$ 577.445,83 para atender o desenvolvimento de pesquisas no mês, foi realizado R\$ 1.072.480,83, porém, de R\$ 6.929.349,96 programados e acumulados, foi realizado R\$ 4.501.184,36 no mês. Enquanto isso, o nível de execução da meta financeira em dezembro de 2010, atingiu o percentual de realização de 42,25% com relação à meta corrigida e 68,04% da meta prevista corrigida acumulada no período, em análise. Isto é, o valor estimado da meta financeira corrigida de R\$ 2.538.666,55 para atender o desenvolvimento de pesquisas, foi realizado R\$ 1.072.480,83, porém, das R\$ 6.615.210,06 programados e acumulados, foi realizado R\$ 4.501.184,36 no período.

Conclui-se que, com base nos índices apurados no SIPLAN/MAPA, o nível de execução da meta financeira anual da Ação, GERACACAU, atingiu o percentual de 64,96% com relação a previsto inicial na LOA/2010 e 56,77% da meta prevista corrigida, porém, com base no SIAFI/MP o nível de execução do valor empenho liquidado com relação ao orçamento disponibilizado atingiu o



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



percentual de 99,94% no exercício em análise, em nível de CEPLAC/MAPA. Vide dados do SIAFI/GERENCIAL, extraído em 07/01/2011, constante nesse Relatório Gestor.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS – PI - VASSOURA

Ação 20.603.0362.2143.0001 - Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa - Tem como finalidade recuperar a produção e produtividade; suprir a capacidade ociosa do parque industrial moageiro instalado; melhorar a qualidade do cacau brasileiro e aumentar a competitividade, de forma a favorecer a balança comercial; sustentar o retorno dos investimentos financeiros do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira; recuperar e aumentar o número de empregos; e, gerar renda no ambiente da cadeia produtiva do cacau. O produto da lei que serve como parâmetro para medir a eficiência da ação é a área controlada.

Embora, o produto da lei dessa ação, seja **ÁREA CONTROLADA**, a CEPLAC-CEPEC/BA desenvolveu 12 pesquisas, com ênfase no manejo integrado de controle da vassoura-de-bruxa e de outras doenças do cacaueiro.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS – PI - VASSOURA

Em dezembro de 2010, o nível de execução da meta física da Ação, VASSOURA, atingiu o percentual de 100,00% com relação a previsto inicial e 100,00% da meta prevista inicial, por ser uma meta não cumulativa, até o mês, em análise. Isto é, o quantitativo estimado da meta física prevista inicial de 470.000 hectares a serem assistidos no mês, foi realizado 470.000, porém, dos 470.000 hectares a serem assistidos, meta não cumulativa, foi realizado 470.000 no mês. Enquanto isso, o nível de execução da meta física em dezembro de 2010, atingiu o mesmo percentual de realização de 100,00% com relação à meta corrigida e 100,00% da meta prevista corrigida por ser uma meta não cumulativa, no período, em análise. Isto é, o quantitativo estimado da meta física corrigida de 470.000 hectares a serem assistidos no período, foi realizado 470.000, porém, dos 470.000 hectares a serem assistidos, acumulados, foi realizado 470.000 no período.

Conclui-se que, o nível de execução anual da meta física da Ação, VASSOURA, atingiu o percentual de 100,00% com relação a previsto inicial na LOA/2010 e 100,00% da meta prevista corrigida no exercício, em análise, em nível de CEPLAC/MAPA.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FINANCEIRAS – PI - VASSOURA

Em dezembro de 2010, o nível de execução da meta financeira da Ação, VASSOURA, atingiu o percentual de 136,76% com relação a previsto inicial e 49,10% da meta prevista inicial acumulada até o mês, em análise. Isto é, o valor estimado da meta financeira prevista inicial de R\$ 382.065,87 para assistir a área programada no mês, foi realizado R\$ 522.495,00, porém, dos R\$ 4.584.790,00 programados e acumulados, foi realizado R\$ 2.251.193,18 no mês. Enquanto isso, o nível de execução da meta financeira em dezembro de 2010, atingiu o percentual de realização de 68,57% com relação à meta corrigida e 80,78% da meta prevista corrigida acumulada no período, em análise. Isto é, o valor estimado da meta financeira corrigida de R\$ 761.958,16 para assistir a área programada no período, foi realizado R\$ 522.495,00, porém, dos R\$ 2.786.893,61 programados e acumulados, foi realizado R\$ 2.251.193,18 no período.

Conclui-se que, com base no SIPLAN/MAPA, o nível de execução da meta financeira anual da Ação, VASSOURA, atingiu o percentual de 49,10% com relação a previsto inicial na LOA/2010 e 62,80% da meta prevista corrigida, porém, com base no SIAFI/MP o nível de execução do valor empenho liquidado com relação ao orçamento disponibilizado atingiu o percentual de 99,20%



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



no exercício em análise, em nível de CEPLAC/MAPA. Vide dados do SIAFI/GERENCIAL, extraído em 07/01/2011, constante Relatório Gestor.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS - PI - DIFUTEC

Ação 20.573.0362.4715.0001 - Difusão de Tecnologias para o Agronegócio Cacau e Sistemas Agrosilvopastoris - Tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais através do fortalecimento das atividades produtivas, elevando o padrão de qualidade de vida e estimulando a geração de emprego, renda e inclusão social, por meio da transferência de conhecimentos tecnológicos e gerenciais, organização social e produtiva e uso sustentável dos recursos naturais, tendo como enfoque a conservação produtiva, verticalização da produção e construção de redes de comercialização.

Embora, o produto da lei que serve como parâmetro para medir a eficiência dessa Ação, seja PRODUTOR ATENDIDO, só a CEPLAC-CEPEC/BA promoveu e/ou participou de 119 eventos em 2010: Ação 2127 - Geracacau, 86; Ação 2143 - Vassoura-de-Bruca, 18; Ação 8544 - Dese-nagroen, 15.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS - PI - DIFUTEC

Em dezembro de 2010, o nível de execução da meta física da Ação, DIFUTEC, atingiu o percentual de 105,28% com relação a previsto inicial e 75,75% da meta prevista inicial acumulada até o mês, em análise. Isto é, o quantitativo estimado da meta física prevista inicial de 2.820 produtores a serem atendidos no mês, foi realizado 2.969, porém, das 70.000 produtores a serem atendidos, acumulados, foi realizado 53.027 no mês. Enquanto isso, o nível de execução da meta física em dezembro de 2010, atingiu o percentual de realização de 120,94% com relação à meta corrigida e 90,26% da meta prevista corrigida acumulada no período, em análise. Isto é, o quantitativo estimado da meta física corrigida de 2.455 produtores a serem atendidos no período, foi realizado 2.969, porém, dos 58.750 produtores a serem atendidos, acumulados, foi realizado 53.027 no período.

Conclui-se que, o nível de execução da meta física anual da Ação, DIFUTEC, atingiu o percentual de 75,75% com relação a previsto inicial na LOA/2010 e 90,26% da meta prevista corrigida, no exercício em análise, em nível de CEPLAC/MAPA.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FINANCEIRAS - PI - DIFUTEC

Em dezembro de 2010, o nível de execução da meta financeira da Ação, DIFUTEC, atingiu o percentual de 160,98% com relação a previsto inicial e 42,91% da meta prevista inicial acumulada até o mês, em análise. Isto é, o valor estimado da meta financeira prevista inicial de R\$ 815.738,50 para atender os produtores no mês, foi realizado R\$ 1.313.140,29, porém, de R\$ 9.788.862,00 programados e acumulados, foi realizado R\$ 4.200.087,26 no mês. Enquanto isso, o nível de execução da meta financeira em dezembro de 2010, atingiu o percentual de realização de 77,28% com relação à meta corrigida e 70,62% da meta prevista corrigida acumulada no período, em análise. Isto é, o valor estimado da meta financeira corrigida de R\$ 1.699.287,24 para atender os produtores no período, foi realizado R\$ 1.313.140,29, porém, dos R\$ 5.947.562,52 programados e acumulados, foi realizado R\$ 4.200.087,26 no período.

Conclui-se que, com base no SIPLAN/MAPA, o nível de execução da meta financeira anual da Ação, DIFUTEC, atingiu o percentual de 42,91% com relação a previsto inicial na LOA/2010 e 47,25% da meta prevista corrigida, porém, com base no SIAFI/MP o nível de execução do valor empenho liquidado com relação ao orçamento disponibilizado atingiu o percentual de 99,48%



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



no exercício em análise, em nível de CEPLAC/MAPA. Vide dados do SIAFI/GERENCIAL, extraído em 07/01/2011, constante Relatório Gestor.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS – PI - DESENA-GROEN

Ação 20.572.1409.8544.0001 - Desenvolvimento das Potencialidades Agroenergéticas das Regiões Produtoras de Cacau - Tem como finalidade ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, possibilitando a redução de emissões de gases de efeito estufa, promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável com geração de emprego e distribuição de renda, tendo como público alvo os produtores rurais, suas associações corporativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa e consumidores finais de energia. Visa implementar estudos e ações de melhoria e otimização do agronegócio de dendê e outras oleaginosas, tanto na consolidação da agricultura familiar quanto nas pequenas e médias propriedades agrícolas, para atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização do óleo, especialmente dendê como matéria prima para a produção de biodiesel, visando à implementação de um programa sustentável de produção de biocombustível nas regiões produtoras de cacau, bem como promover a ampliação e renovação de dendezaís nas áreas zoneadas para o cultivo, além de auxiliar na difusão de tecnologias que permitam a capacitação técnica dos produtores rurais e o aumento dos investimentos nesta fonte de energia renovável.

Embora, o produto da lei dessa Ação, seja ÁREA ATENDIDA, a CEPLAC-CEPEC/BA desenvolveu uma (1) pesquisa, com ênfase no manejo integrado de controle da vassoura-de-bruxa e de outras doenças do cacaueiro.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS – PI - DESENAGROEN

Em dezembro de 2010, o nível de execução da meta física da Ação, DESENAGROEN, atingiu o percentual de 76,43% com relação a previsto inicial e 65,48% da meta prevista inicial acumulada até o mês, em análise. Isto é, o quantitativo estimado da meta física prevista inicial de 280 hectares a serem assistidos no mês, foi realizado 214, porém, dos 13.000 hectares a serem assistidos, acumulados no mês, foi realizado 8.513 no mês. Enquanto isso, o nível de execução da meta física em dezembro de 2010, atingiu o percentual de realização de 76,43% com relação à meta corrigida e 100,00% da meta prevista corrigida acumulada no período, em análise. Isto é, o quantitativo estimado da meta física corrigida de 280 hectares a serem assistidos no período, foi realizado 214, porém, dos 13.000 hectares a serem assistidos, acumulados no período, foi realizado 8.513 no período.

Conclui-se que, o nível de execução anual da meta física da Ação, DESENAGROEN, atingiu o percentual de 65,48% com relação a previsto inicial na LOA/2010 e 65,48% da meta prevista corrigida no exercício, em análise, em nível de CEPLAC/MAPA.

O alcance da meta física em 65,48%, com 8.513 hectares de Palma de Óleo assistidos representa desempenho apenas razoável, tendo em vista a meta prevista de 13 mil hectares, estipulado para o exercício 2010. Ressente-se de incentivo de ordem creditícia, com foco na produção de óleo de qualidade melhorada e, com exploração realizada por comunidades de Agricultores Familiares onde os processos de beneficiamento do dendê e extração ainda são artesanais.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FINANCEIRA – PI - DESENAGROEN



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Em dezembro de 2010, o nível de execução da meta financeira da Ação, DESENAGRO-EN, atingiu o percentual de 82,49% com relação a previsto inicial e 23,96 % da meta prevista inicial acumulada até o mês, em análise. Isto é, o valor estimado da meta financeira prevista inicial de R\$ 196.222,92 para assistir á área programada no mês, foi realizado R\$ 161.858,22, porém, dos R\$ 2.158.452,08 programados e acumulados foi realizado R\$ 517.194,30, no mês. Enquanto isso, o nível de execução da meta financeira em dezembro de 2010, atingiu o percentual de realização de 19,36% com relação à meta corrigida e 40,21% da meta prevista corrigida acumulada no período, em análise. Isto é, o valor estimado da meta financeira corrigida de R\$ 835.849,38 para assistir á área programada no período, foi realizado R\$ 161.858,22, porém, dos R\$ 1.286.303,63 programados e acumulados foi realizado R\$ 517.194,30, no período.

Conclui-se que, com base no SIPLAN/MAPA, o nível de execução da meta financeira anual da Ação, DESENAGROEN, atingiu o percentual de 21,96% com relação a previsto inicial na LOA/2010 e 24,41% da meta prevista corrigida, porém, com base no SIAFI/MP o nível de execução do valor empenho liquidado com relação ao orçamento disponibilizado atingiu o percentual de 99,74% no exercício em análise, em nível de CEPLAC/MAPA. Vide dados do SIAFI/GERENCIAL, extraído em 07/01/2011, constante Relatório Gestor.

Consumou-se um nível de execução orçamentária de apenas 24,41%, tendo em vista o orçamento consignado contemplar recursos de convênio, fonte 181, não disponibilizados no exercício em tempo hábil.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS – PI - ENSINOPROF

A Ação 20.572.0362.2144.0001 – Ensino Profissional nas Regiões Cacaueira - A partir de janeiro de 2010, devido à escassez de recursos orçamentário-financeiro para atendimento tempestivo das demandas, bem como, a carência de recursos humanos capacitados nas unidades escolares para atendimento de suas necessidades, a distância da localização geográfica de cada EMARC, a exigüidade do tempo para efetivação da aquisição de alguns materiais/serviços de extrema necessidade para o cumprimento do calendário escolar, as dificuldades impostas pela fase transição da passagem das Escolas para o MEC/IF BAIANO, tivemos que realizar Compras-Diretas, isto é, aquisição de materiais e/ou serviços através da modalidade de Dispensa de Licitação, visando única e exclusivamente à continuidade dos serviços prestados através de nossas Unidades de Ensino, sem deixar de visualizar o lado legal de cada aquisição.

A Escola a partir de janeiro de 2010 é mantida com recursos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia - IFRO As matrículas por Curso estão assim definidas: Curso Técnico em Agropecuária: 02 turmas ingressadas no ano de 2010 (78 alunos); 01 turma remanescente da EMARC de 2ª ano (39 alunos) Curso Técnico em Alimentos: 01 turma ingressada no ano de 2010 (30 alunos); Curso Técnico em Informática: 02 turmas ingressadas em 2010 (77 alunos). Os cursos Técnico em Agropecuária e Técnico em Alimentos é em período integral.

A situação desta atividade continua a mesma, ou seja, a EMARC está sob a orientação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia IFRO. No mês de novembro a maioria dos servidores da CEPLAC estão optando em voltarem para a CEPLAC Escritório Regional de Ariquemes os demais estão aguardando o Termo de Cooperação Técnica. Em decorrência aos formandos o número de matriculado encerrou o ano em 196.

A EMARC Ariquemes está sob a orientação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia, ainda com apóio e presença de servidores da CEPLAC aguardando o Ter-



mo de Cooperação Técnica. Continua com os 224 matriculados, sendo que os últimos 28 alunos que ingressarão pela forma modular da CEPLAC\EMARC concluíram em outubro de 2010.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICA – PI - ENSINOPROF

Em dezembro de 2010, o nível de execução da meta física da Ação, ENSINOPROF, não cumulativa, atingiu o percentual de 88,36% com relação a previsto inicial e 108,38% da meta prevista inicial por ser uma meta não cumulativa, até o mês, em análise. Isto é, o quantitativo estimado da meta física prevista inicial de 1.100 alunos a serem matriculados no mês, foi realizado 972, porém, dos 1.100 alunos a serem matriculados, acumulados no mês, foi realizado 972 no mês. Enquanto isso, o nível de execução da meta física em dezembro de 2010, atingiu o percentual de realização de 83,08% com relação à meta corrigida e 101,89% da meta prevista corrigida por ser uma meta não cumulativa no período, em análise. Isto é, o quantitativo estimado da meta física corrigida de 1.170 alunos a serem matriculados no período, foi realizado 972, porém, dos 1.170 alunos a serem matriculados, acumulados no período, foi realizado e mantido 972 alunos no período.

Conclui-se que, o nível de execução anual da meta física da Ação, ENSINOPROF, atingiu o percentual de 108,38% com relação a previsto inicial na LOA/2010 e 101,89% da meta prevista corrigida no exercício, em análise, em nível de CEPLAC/MAPA.

A gestão das escolas continua ocorrendo de forma compartilhada entre a CEPLAC/MAPA e o IF - Baiano e Rondoniense/MEC e embora a manutenção das EMARC com despesas de custeio e investimentos ocorra por conta do MEC, a CEPLAC vem participando ativamente da execução das ações de ensino, agora protagonizadas pelas metas estabelecidas para a Rede Federal de Ensino Profissionalizante. Não obstante a singularidade do processo, a variação no número de alunos existentes nas escolas OSCILOU NEGATIVAMENTE no período em razão da formatura de 127 (cento e vinte e sete) alunos da EMARC- Uruçuca e evasão natural ocorrida nas demais unidades. A variação no número de alunos existentes nas escolas continua dentro da margem, ou seja, não houve nenhuma mudança significativa, considerando as adversidades do processo de transição.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FINANCEIRAS – PI - ENSINOPROF

Em dezembro de 2010, o nível de execução da meta financeira da Ação, ENSINOPROF, não cumulativa, atingiu o percentual de 9,26% com relação a previsto inicial e 8,98% da meta prevista inicial acumulada até o mês, em análise. Isto é, o valor estimado da meta financeira prevista inicial de R\$ 84.728,67 para atender os alunos matriculados no mês, foi realizado R\$ 7.846,54, porém, de R\$ 1.016.744,00, programados e acumulados, foi realizado R\$ 91.286 no mês. Enquanto isso, o nível de execução da meta financeira em dezembro de 2010, atingiu o percentual de realização de 15,71% com relação à meta corrigida e 66,20% da meta prevista corrigida acumulada no período, em análise. Isto é, o valor estimado da meta financeira corrigida de R\$ 49.960,64 para atender os alunos matriculados no período, foi realizado R\$ 7.846,54, porém, dos R\$ 137.898,66 programados e acumulados, foi realizado R\$ 91.286 no período.

Conclui-se que, com base no SIPLAN/MAPA, o nível de execução da meta financeira anual da Ação, ENSINOPROF, atingiu o percentual de 8,98% com relação a previsto inicial na LOA/2010 e 9,98% da meta prevista corrigida, porém, com base no SIAFI/MP o nível de execução do valor empenho liquidado com relação ao orçamento disponibilizado atingiu o percentual de 99,49% no exercício em análise, em nível de CEPLAC/MAPA. Vide dados do SIAFI/GERENCIAL, extraído em 07/01/2011, constante Relatório Gestor.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



A execução orçamentária por parte da CEPLAC/MAPA ficou restrita às taxas públicas e manutenção das unidades, decorrendo daí o baixo índice de realização de apenas, 9,98%. Enquanto que, o IF - Baiano e Rondoniense/MEC tenha assumido a manutenção das EMARC's no que tange as despesas de custeio e investimentos por conta do MEC

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FINANCEIRAS – PI – GAPCEPLAC

A Ação 20.572.0362.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa - É grave a perda do contingente de mão-de-obra técnica, em decorrência da perda acentuada, gradativa e permanente de pessoal, decorrentes de aposentadorias, desligamentos voluntários e mortes, é imperativo um esforço de recomposição do quadro de pessoal das atividades Fim e Meio do Centro de Pesquisas do Cacau, para continuidade de geração de conhecimentos básicos e desenvolvimento de tecnologias e difusão desses conhecimentos, demandados pelas atividades estabelecidas no Programa da CEPLAC e no Plano de Metas - PRODECAU.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FINANCEIRAS - PI - GAPCEPLAC

Em dezembro de 2010, o nível de execução da meta financeira da Ação, GAPCEPLAC, atingiu o percentual de 145,76% com relação a previsto inicial e 91,56% da meta prevista inicial acumulada até o mês, em análise. Isto é, o quantitativo estimado da meta financeira prevista inicial de R\$ 635.464,88 produtores a serem atendidos no mês, foi realizado R\$ 926.282,99, porém, das R\$ 7.625.579,00 produtores a serem atendidos, acumulados, foi realizado R\$ 6.981.987,02 no mês. Enquanto isso, o nível de execução da meta financeira em dezembro de 2010, atingiu o percentual de realização de 42,80% com relação à meta corrigida e 79,18% da meta prevista corrigida acumulada no período, em análise. Isto é, o quantitativo estimado da meta financeira corrigida de R\$ 2.164.401,27 produtores a serem atendidos no período, foi realizado R\$ 926.282,99, porém, dos R\$ 8.817.432,68 produtores a serem atendidos, acumulados, foi realizado 6.981.987,02 no período, em análise.

Conclui-se que, com base no SIPLAN/MAPA, o nível de execução da meta financeira anual da Ação, GAPCEPLAC, atingiu o percentual de 91,56% com relação a previsto inicial na LOA/2010 e 78,78% da meta prevista corrigida, porém, com base no SIAFI/MP o nível de execução do valor empenho liquidado com relação ao orçamento disponibilizado atingiu o percentual de 99,92% no exercício em análise, em nível de CEPLAC/MAPA. Vide dados do SIAFI/GERENCIAL, extraído em 07/01/2011, constante Relatório Gestor.

AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO

Considerando que a ação Geração de Tecnologias para o Desenvolvimento Tecnológico das Regiões Produtoras de Cacau, que trata da geração de tecnologia, é baseada na execução de experimentos em campo, com cronogramas acoplados ao calendário agrícola, a descontinuidade na liberação de recursos financeiros comprometeu o andamento normal de alguns projetos de pesquisas, resultando também em atraso na obtenção dos resultados experimentais, consequentemente na sua difusão, bem como entraves os burocráticos nos processos de licitação e operacionalização de compras; a falta de previsão de suplementação orçamentária e financeira para aquisição de equipamentos; a demora dos órgãos do meio ambiente, Ibama, Ima, na liberação de licenciamentos; e a carência de pessoal técnico, administrativo e operacional.

Na ação combate a Vassoura-de-bruxa, a principal limitação tem sido a baixa produtividade e rentabilidade da lavoura com reflexo negativo no poder de competitividade no, quando com-



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



parado com o mercado interno e externo do agronegócio cacau e de outras culturas, exploradas em outras regiões produtoras do Brasil e Internacionalmente. Essa conjuntura de crise da economia cacaueira do Sul da Bahia, que se mantém durante o período de quase 25 anos, aliado a outros fatores como o elevado nível de endividamento e descapitalização dos produtores rurais e, o atraso no processo de saneamento financeiro dos produtores, tem gerado o retardamento na contratação e implementação de novos projetos de investimentos nas regiões produtoras de cacau, previsto através do Programa PAC do CACAU, assim como, tem contribuído, significativamente, para o retardamento na solução do problema local, por incapacidade financeira dos produtores de adotarem as novas técnicas preconizadas e recomendadas pelos serviços de pesquisa e extensão rural da CEPLAC para o controle da doença.

Já na ação Desenvolvimento das Potencialidades Agroenergética das Regiões Produtoras de Cacau, os agricultores enfrentaram dificuldades quanto à ausência de política creditícia capaz de aportar recursos visando viabilizar a dinamização da atividade; atraso na entrega de equipamentos adquiridos através do pregão eletrônico; e falta de um veículo, tipo caminhão, para o transporte de mudas produzidas pelo programa para distribuição a agricultores familiares do Baixo Sul.

Quanto a providências a serem adotadas por parte do governo federal e pelos demais interlocutores, sugere-se providências no que tange ao fortalecimento do Programa de desenvolvimento das regiões produtoras de cacau – PRODECAU. Dentre elas, requerer outras providências de caráter de gestão tais como, agilização na liberação dos processos por parte das Comissões de Licitação, NAI; Ibama e Ima, principalmente na liberação de licenciamento para projetos de pesquisas - criação de animais silvestres; contratação de pessoal, de acordo com levantamento realizado pela CEPLAC-CEPEC/BA; e continuidade nas liberações dos recursos.

AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS

Pelo segundo ano consecutivo, o Centro de Pesquisas do Cacau supera as metas estabelecidas nas ações desenvolvidas no Programa de Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau. As 112 pesquisas desenvolvidas, através das Ações de Geração de Tecnologias e Combate a Vassouras-de-bruxa, contribuíram efetivamente para a revitalização do Agronegócio Cacau. Os estudos sobre o manejo da vassoura-de-bruxa nas condições do Sul da Bahia deram ênfase para o controle genético, químico, biológico e cultural, de modo que, em curto, médio e longo prazo, fossem produzidas tecnologias de controle da enfermidade, através do manejo integrado. A pesquisa assumiu um papel de relevância, em razão do desconhecimento de certos aspectos da biologia do fungo e da epidemiologia nas condições da Bahia; essa condição dificultava o desenvolvimento de tecnologias de controle, especialmente aquelas que se referentes à avaliação e seleção de cultivares resistentes ao patógeno.

Ações deste porte contribuíram para a produtividade e a produção brasileira de cacau melhorasse significativamente. A produtividade média que, em 2004 era de 306 kg/ha, passou para 320 kg/ha em 2007, e para 360 kg/ha em 2010, segundo previsão do IBGE. A produção brasileira que em 2004 era de 196.005 ton. passou para 201.651 ton. em 2007, e para 233.710 ton. em 2010, segundo previsão do mesmo órgão. As exportações brasileiras de cacau e derivados neste mesmo período saltaram de 79.795 ton. em 2004 para 82.522 ton. em 2007, e reduzindo-se para 59.625 ton. em 2010, em virtude do aumento do consumo interno de chocolate. Em termos de valores, as exportações saíram de US\$ 319 milhões em 2004, para US\$ 364 milhões em 2007, e US\$ 418 milhões em 2010, fruto dos bons preços praticados no mercado internacional.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Decorridos aproximadamente mais de 20 anos do aparecimento da vassoura-de-bruxa na Bahia, período sabidamente curto para desenvolvimento e validação de tecnologias genéticas em cultivos de ciclo longo, importantes informações foram acumuladas e notáveis experiências de convivência com a vassoura-de-bruxa foram registradas. Importantes informações foram acumuladas, e a CEPLAC pode construir sistemas de controle integrado da enfermidade, garantindo níveis satisfatórios de produtividade.

Iniciou-se um projeto de seleção de cacaueiros (genótipos) resistentes e / ou tolerantes nas propriedades rurais, dos qual foram coletadas sementes e borbulhas para formação de uma população, base de estudo. O êxito da identificação e a seleção de matrizes facilitaram a difusão das técnicas de enxertia, de manejo de formação de cacaueiros clonados e de disseminação de variedades em processo de avaliação. Atualmente, existem cerca de 40 clones disponíveis para os produtores implantarem o jardim clonal, e escolher quais os que melhor se adaptam a sua propriedade.

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Este grupo de demonstrativos segundo requerimentos da CGU e TCU está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

2.4.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Este grupo de demonstrativos, segundo requerimentos dos mesmos órgãos CGU e TCU, compreende as informações sobre a programação orçamentária da UJ, que devem ser demonstradas em quatro (4) quadros, a saber: Programação de Despesas Correntes; Programação de Despesas de Capital; Quadro Resumo da Programação de Despesas; Reserva de Contingência e Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.

Os quatro quadros referidos acima, segundo estes mesmos órgãos, devem ser precedidos de informações identificadoras das Unidades Orçamentárias (UO) que detêm as programações orçamentárias utilizadas pelas UJ que compõem o Relatório de Gestão, conforme **Quadro A.2.3** abaixo. Caso a UJ não seja UO e não tenha UGO consolidada ou agregada, deve fazer constar esta informação neste tópico do Relatório de Gestão:

QUADRO A.2.3	IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
	Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO Código SIAFI da UGO
	MAPA / CGOF	130.101 130.010
	MAPA / CGOF	130.101 137.003

2.4.1.1 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

O **Quadro A.2.4** abaixo, denominado **Programação de Despesas Correntes**, segundo requerimentos da CGU e TCU, está organizado em três (3) colunas duplas, que contemplam os três (3) grupos de despesa da categoria econômica **Despesas Correntes**, quais sejam: 1 – **Pessoal e Encargos Sociais**; 2 – **Juros e Encargos da Dívida**; 3 – **Outras Despesas Correntes**. Cada grupo de despesa está segmentado nos exercícios de 2009 e 2010. As linhas, por sua vez, estão divididas em dois (2) grupos de informação: **LOA** e **CRÉDITOS**, que são compostos pelos campos de informações descritos a seguir:



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



EM R\$ 1,00

QUADRO A.2.4		PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES					
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO					26.117.036,00	25.800.000,00
	PLOA					26.117.036,00	25.800.000,00
	LOA					19.310.185,00	25.900.000,00
CRÉDITOS	Suplementares					50.000,00	75.000,00
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total						19.360.185,00	25.975.000,00
Fonte:							

59

2.4.1.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

O **Quadro A.2.5** abaixo, denominado Programação de Despesas de Capital, segundo requerimentos da CGU e TCU, está organizado em três (3) colunas duplas, que contemplam os três (3) grupos de despesa da categoria econômica Despesas de Capital, quais sejam: 4 – Investimentos; 2 – Inversões Financeiras; 3 – Amortização da Dívida. Cada grupo de despesa está segmentado nos exercícios de 2009 e 2010.

EM R\$ 1,00

QUADRO A.2.5 -		PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL					
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	4.875.021,00	6.500.000,00				
	PLOA	4.875.021,00	6.500.000,00				
	LOA	5.075.021,00	6.500.000,00				
CRÉDITOS	Suplementares	1.800.000,00	2.875.000,00				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		6.875.021,00	9.375.000,00				

Fonte:

2.4.1.3 QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

O **Quadro A.2.6** a seguir, denominado Quadro Resumo da Programação de Despesas, segundo requerimentos da CGU e TCU, é um quadro resumo dos dois (2) demonstrativos anteriores (Quadros A.2.4 e A.2.5), contemplando ainda a reserva de contingência, quando houver.

60



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO A.2.6		QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS							
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		TOTAIS	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	26.117.036,00	25.800.000,00	4.875.021,00	6.500.000,00	0,00	0,00	30.992.057,00	32.300.000,00
	PLOA	26.117.036,00	25.800.000,00	4.875.021,00	6.500.000,00	0,00	0,00	30.992.057,00	32.300.000,00
	LOA	19.310.185,00	25.900.000,00	5.075.021,00	6.500.000,00	0,00	0,00	24.385.206,00	32.400.000,00
CRÉDITOS	Suplementares	50.000,00	75.000,00	1.800.000,00	2.875.000,00	0,00	0,00	1.850.000,00	2.950.000,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS		19.360.185,00	25.975.000,00	6.875.021,00	9.375.000,00	0,00	0,00	26.235.206,00	35.350.000,00
Fonte:									



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



2.4.1.4 MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

O **Quadro A.2.7** abaixo, denominado Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, segundo requerimentos da CGU e TCU, compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de UG não associada à UJ (ou seja, concedidos ou recebidos de UG relacionada à UJ que não acompanha o Relatório de Gestão) e deve ser preenchido por todas as UJ.

Este Quadro segundo requerimentos dos mesmos órgãos, contempla cinco (5) colunas e está dividido em dois (2) grupos de informação. O primeiro contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas correntes, enquanto o segundo contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas de capital.

QUADRO A.2.7		MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA				
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	130005		229.544,48		
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	420013	17H17.0015			75.000,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Recebidos	420013	20.605.6003.7H17.1328	800.000,00		
		420013	20.573.0362.4715.0056	100.000,00		
		420013	20.605.6003.7H17.1272	200.000,00		
		420013	20.605.6003.7H17.1288	300.000,00		
		420013	20.605.6003.7H17.1298	500.000,00		
		420013	20.605.6003.7H17.1124	100.000,00		
		420013	20.605.6003.7H17.1230	200.000,00		
		420013	20.605.6003.7H17.0011	300.000,00		
		420013	17H17.0015	175.000,00		
		420013	186220015	200.000,00		

Fonte: SETOR DE ORÇAMENTO CEPLAC/DIRET

ANÁLISE CRÍTICA

- Após o preenchimento deste Quadro, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, o gestor deverá realizar uma análise crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa, apresentando as justificativas das concessões e recebimentos ocorridos no exercício da gestão e analisando o impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pela UJ durante o exercício. Em construção.

A maior concentração de despesas correntes, segundo requerimentos da CGU e TCU, refere-se a Outros Serviços de Pessoa Jurídica, Material de Consumo e Locação de Mão-de-obra, cuja somatória destes três elementos correspondeu a 62,08% dos recursos destinados a despesas correntes. Em relação ao exercício de 2009, houve um acréscimo de 1,34% enquanto que o valor o orçamento cresceu no mesmo período, 15,00%.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



No que tange as despesas de Capital, segundo requerimentos da CGU e TCU, houve uma concentração total no item de Despesas Material de Permanente e Obras e Instalações, cuja somatória destes dois elementos correspondeu a 100% dos recursos destinados a despesas de Capital. Em relação ao exercício de 2009, houve um acréscimo de 1, 28% enquanto que o valor total do orçamento cresceu 15,00%.

Dificuldades operacionais inerentes ao processo de licitação, acrescidos da dependência da sua análise final pelo NAJ, portanto fora da Sede bem como das UJ, concorreram também para que o desfecho dos processos de compra e consequentemente empenho das despesas se concentrassem no final do ano. Em função disso, há sempre a tendência de um montante quase sempre elevado de restos a pagar, para o exercício seguinte, com reflexos no acúmulo de serviços nos primeiros meses do ano. Ações de gestão como adoção de licitações em sistema de registro de preços têm amenizado esta situação.

2.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

As informações sobre a Execução Orçamentária segundo os mesmos órgãos, CGU/TCU, estão divididas em dois (2) conjuntos de demonstrativos, que se subdividem em quadros, conforme a seguir:

1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ;
 - a. Despesas por Modalidade de Contratação;
 - b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
 - c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa;
2. Execução Orçamentária de Créditos recebidos pela UJ por movimentação;
 - a. Despesas por Modalidade de Contratação;
 - b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
 - c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa;

Os conjuntos de demonstrativos relacionados acima, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, são compostos por três (3) quadros semelhantes: Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa. A diferença entre esses dois conjuntos reside no fato de o primeiro se referir à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA e dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa. Assim, o conjunto relacionado no item 1 somente deverá ser preenchido pelas UJ que também tenham preenchido os três (3) primeiros quadros da PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Quadros A.2.4, A.2.5 e A.2.6), enquanto o relacionado no item 2 deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos.

2.4.2.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

2.4.2.1.1 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

O **Quadro A.2.8** abaixo, denominado Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ, segundo requerimentos da CGU e TCU, contempla duas (2) colunas com informações sobre a Despesa Empenhada e a Despesa Liquidada, cada uma delas dividida nos exercícios 2009 e 2010. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador “Licitação” encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso, a Consulta e o Registro de Preços, enquanto no grupo “Contratações Diretas” estão a Inexigibilidade e a Dispensa. No grupo “Regime de Execução Especial” está o Suprimento de Fundo, enquanto no grupo “Pagamento de Pessoal” encontra-se o pagamento de Pessoal por meio de Folha de Pagamento ou de Diárias. Por fim, no grupo totalizador denominado “Outros” são consideradas as despesas que não se enquadrem nos itens anteriores.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO A.2.8	DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ
-------------------------------	--

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	9.936,50		9.936,50	
Tomada de Preços		191.422,33		0,00
Concorrência		1.130.000,00		0,00
Pregão	12.692.124,40	12.874.328,52	6.918.335,18	8.741.315,22
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	6.462.942,42	6.143.718,24	5.585.549,42	4.976.589,76
Inexigibilidade	710.667,69	484.247,39	624.369,76	362.395,71
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	234.054,03	361.130,46	234.054,03	360.840,41
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	2.326.729,59	2.692.690,29	2.322.423,00	2.692.540,93
Outros	2.977.079,91	4.230.524,72	2.941.137,52	3.236.474,46
Fonte: SIAFI GERENCIAL				

2.4.2.1.2 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

O **Quadro A.2.9** abaixo, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, denominado Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ, contém quatro (4) colunas com os seguintes campos: Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos. Cada coluna está dividida nos exercícios 2009 e 2010.

As linhas, por sua vez, segundo requerimentos da CGU e TCU, discriminam as despesas pelos três (3) grupos da Despesa Corrente, quais sejam: 1 – Despesas de Pessoal; 2 - Juros e Encargos da Dívida; 3 - Outras Despesas Correntes. Cada grupo de despesa deve ter os 3 (três) elementos de maior montante empenhado em 2010 discriminados em ordem decrescente desse montante (indicar nas linhas 1º, 2º e 3º elemento de despesa), enquanto um quarto elemento totalizador, denominado “Demais elementos do grupo”, deve acumular todos os demais elementos de despesa do grupo.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ - EM R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
339014	2.326.729,59	2.725.451,03	2.326.729,59	2.692.690,29	1.157,31	3.924,85	2.325.572,28	2.692.540,93
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
339039	7.699.737,94	9.372.646,84	7.699.737,34	7.979.457,64	1.216.546,04	927.980,25	6.482.827,30	7.571.091,34
339030	4.329.083,99	4.734.024,61	4.329.089,99	2.815.997,68	1.289.746,40	1.288.768,76	3.039.337,59	2.712.711,14
339037	2.512.760,65	1.974.133,74	2.512.760,65	1858.365,99	86.540,69	70.052,66	2.426.219,76	1.788.108,26
Demais elementos do grupo	1.731.238,77	1.726.968,75	1.731.238,77	1.726.968,75	115.557,67	100.025,53	1.615.681,10	1.481.226,58
Fonte:SIAFI GERENCIAL								



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



2.4.2.1.3 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

O **Quadro A.2.10** abaixo, segundo requerimentos da CGU e TCU denominado Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ, tem a mesma estrutura do demonstrativo anterior, somente diferindo nos grupos de despesas relacionados, quais sejam: 4 – Investimentos, 5 – Inversões Financeiras e 6 – Amortização da Dívida.

EM R\$ 1,00								
QUADRO A.2.10	DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ							
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
449052	4.337.254,01	2.819.542,14	4.337.254,01	1.470.352,09	0,00	1.349.190,01	0,00	1.431.897,61
449051	150.000,00	251.588,33	150.000,00	0,00		251.588,33	0,00	0,00
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Fonte: SIAFI GERENCIAL								

ANÁLISE CRÍTICA

- Depois de preenchidos esses Quadros, segundo requerimentos da CGU e TCU, o gestor deverá realizar uma análise crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ analisando as seguintes questões:
- Alterações significativas ocorridas no exercício: Principais alterações ocorridas na Programação Orçamentária da UJ em razão de novas atribuições ou por motivo de cancelamento e/ou modificação de ação realizada no exercício anterior, destacando as principais alterações nos montantes despendidos por grupo e elemento de despesa, bem como por modalidade de contratação.
- Contingenciamento no exercício: Efeitos na gestão orçamentária provocados pelo contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorrido no exercício, destacando as consequências sobre os resultados planejados;
- Eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária: Relação de eventos internos e externos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da UJ, como, por exemplo, problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental, tempestividade na liberação de recursos, etc., examinando ainda a permanência dos efeitos provocados por esses eventos para o exercício seguinte.

Além dessas questões, se necessário o gestor poderá abordar outras que considere relevantes para explanação da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



2.4.2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

Como explicitado anteriormente, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, o segundo demonstrativo, denominado Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação, contempla a mesma estrutura de informações do demonstrativo explanado anteriormente. A diferença entre esses demonstrativos está no fato de que o primeiro se refere à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA ou dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa e deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos. Assim, deixa-se de discriminar os quadros deste demonstrativo, pois são semelhantes aos quadros explanados no conjunto de demonstrativos associado à execução orçamentária de créditos originários da UJ.

2.4.2.2.1 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

EM R\$ 1,00

QUADRO A.2.11		DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO			
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2009	2010	2009	2010	
Licitação					
Convite					
Tomada de Preços					
Concorrência					
Pregão	0,00	195.310,00	0,00	195.310,00	
Concurso					
Consulta					
Contratações Diretas					
Dispensa					
Inexigibilidade					
Regime de Execução Especial					
Suprimento de Fundos					
Pagamento de Pessoal					
Pagamento em Folha					
Diárias					
Outras					
Fonte:					



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



EM R\$ 1,00

QUADRO- A.2.12	DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO							
	GRUPOS DE DESPESA	DESPESA EM-PENHADA		DESPESA LIQUIDADADA		RP NÃO PRO-CESSADOS		VALORES PAGOS
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009 2010
	1 – Despesas de Pessoal							
	1º elemento de despesa							
	2º elemento de despesa							
	3º elemento de despesa							
	Demais elementos do grupo							
	2 – Juros e Encargos da Dívida							
	1º elemento de despesa							
	2º elemento de despesa							
	3º elemento de despesa							
	Demais elementos do grupo							
	3- Outras Despesas Correntes							
	1º elemento de despesa							
	2º elemento de despesa							
	3º elemento de despesa							
	Demais elementos do grupo							
	Fonte:							

2.4.2.2.3 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

68

EM R\$ 1,00

QUADRO A.2.13	- DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO							
	Grupos de Despesa	Despesa Empe-nhada		Despesa Liqui-dada		RP não processa-dos		Valores Pagos
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009 2010
	4 - Investimentos							
	449052-35	106.355,00		106.355,00				106.355,00
	449052-48	54000,00		54.000,00				54.000,00
	449052-33	34.889,00		34.889,00				34.889,00
	000000-00	0,00		0,00				0,00
	5 - Investições Financeiras							
	1º elemento de despesa							
	2º elemento de despesa							
	3º elemento de despesa							
	Demais elementos do grupo							
	6 - Amortização da Dívida							
	1º elemento de despesa							
	2º elemento de despesa							
	3º elemento de despesa							
	Demais elementos do grupo							
	Fonte: SIAFI GERENCIAL							



ANÁLISE CRÍTICA

- *Depois de preenchidos esses Quadros, segundo requerimentos da CGU e TCU, o gestor deverá realizar uma análise crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação analisando as seguintes questões: Em construção.*
- *Alterações significativas ocorridas no exercício: Principais alterações ocorridas na Programação Orçamentária da UJ em razão da assunção de novas atribuições ou do cancelamento e/ou modificação de ação realizada no exercício anterior, destacando as principais alterações nos montantes despendidos por grupo e elemento de despesa, bem como por modalidade de contratação;*
- *Contingenciamento no exercício: Efeitos na gestão orçamentária provocados pelo contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorridos no exercício, destacando as consequências sobre os resultados planejados;*
- *Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária: Relação de eventos internos e/ou externos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária da UJ, como, por exemplo, problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental, tempestividade na liberação de recursos, etc., examinando ainda a permanência dos efeitos provocados por esses eventos para o exercício seguinte;*

Além dessas questões, se necessário, o gestor poderá abordar outras questões que considere relevantes para explanação da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.

2.4.3 INDICADORES INSTITUCIONAIS

Além do preenchimento dos demonstrativos relacionados anteriormente, segundo requerimentos da CGU e TCU, o gestor deverá apresentar os indicadores institucionais desenvolvidos pela UJ para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão no exercício.

Esses indicadores segundo requerimentos da própria CGU e TCU, deverão vir acompanhados de explanação sucinta sobre as suas fórmulas de cálculo, considerando a sua utilidade e mensurabilidade. Para efeito desta instrução, considera-se:

Utilidade: *Utilização efetiva do indicador em processo de tomada de decisão gerencial que afete o desempenho da UJ. A utilidade de um indicador está diretamente relacionada à sua representatividade em medir o fenômeno-objeto, isto é, computar em uma única expressão as múltiplas variáveis correlacionadas com o fenômeno-objeto. Um indicador é útil quando ele “traduz” para o observador do fenômeno-objeto uma situação relacionada com o seu interesse de análise. Por exemplo, um indicador que meça a relação entre número de professores e número de alunos por classe de estudo é útil para se examinar a economicidade dessa relação, mas pode não ser útil para se examinar a eficácia dessa relação, observando-se que estudos indicam a existência de forte correlação entre o número de professores e de alunos em classe como fator importante na eficácia do ensino ministrado. Nesse sentido, a utilidade de um indicador pode ser claramente percebida quando esse indicador é utilizado como referência para a tomada de decisões gerenciais que afetem o desempenho da UJ.*

Mensurabilidade: *Viabilidade efetiva de o fenômeno-objeto ser medido por intermédio de um indicador. A mensurabilidade de um indicador decorre principalmente da conjugação de três (3) fatores associados à produção do indicador, quais sejam: complexidade, auditabilidade e economicidade. Um indicador com boa mensurabilidade deverá possuir um grau de complexidade proporcional ou menor que fenômeno-objeto, deverá ser auditável por terceiros, permitindo que os mesmos resultados sejam alcançados com base nas mesmas informações utilizadas pela UJ, e deverá ser econômico, isto é, o custo de produção do indicador deverá ser proporcional ao custo associado ao fenômeno-objeto que se deseja analisar. Não existem valores definidos para a relação entre o custo de produção do indicador e o custo associado ao fenômeno, mas indicativos internacionais apontam que o custo total de medição não deve ultrapassar 5% do valor do fenômeno-objeto a ser medido.*



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



ANÁLISE CRÍTICA DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRAS DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

AValiação DO PROGRAMA EXTRAÍDA DO SIGPLAN/MP

AÇÕES (PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA)	METAS FÍSICAS		METAS FINANCEIRAS	
	PREVISTO	REALIZADO	PREVISTO	REALIZADO
Controle da Doença Vassoura-de-Bruca - 2143 (Área controlada /ha)	470.000,00	470.000,00	3.584.790,00	2.251.193,18
(RAP 2009) Controle da Doença Vassoura-de-Bruca - 2143 (Área controlada /ha)	0,00	0,00	614.233,82	564.000,87
Difusão de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e Sistemas Agrossilvopastoris - 4715 (Produtor atendido/Unidade)	70.000,00	53.027,00	8.988.862,00	4.203.787,26
(RAP 2009) Difusão de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e Sistemas Agrossilvopastoris - 4715 (Produtor atendido/Unidade)	0,00	0,00	2.531.896,47	2.420.918,38
Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001) - 0297 (-/-)	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00
(RAP 2009) Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacau - eira Baiana - (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001) - 0297 (-/-)	0,00	0,00	17.661.000,00	0,00
Geração de Tecnologia para o Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau - 2127 (Pesquisa desenvolvida/Unidade)	100,00	112,00	7.929.350,00	4.501.184,36
(RAP 2009) Geração de Tecnologia para o Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau - 2127 (Pesquisa desenvolvida/Unidade)	0,00	0,00	2.051.544,29	1.947.644,61
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	8.862.719,00	6.981.987,02
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	1.595.621,66	1.466.286,35
	PREVISTO		REALIZADO	
Subtotal LOA + Créditos 2010	31.365.721,00		17.938.151,82	
Subtotal RAP 2009	24.454.296,24		6.398.850,21	
Subtotal Nao-Orcamentario 2010	0,00		0,00	
TOTAL	55.820.017,24		24.337.002,03	
Fonte:				

QUESTÃO 1 - REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

Registra-se também os principais resultados tomando por base os objetivos, metas ou prioridades descritas na mensagem presidencial de encaminhamento do PPA 2008-2011, apresentadas no campo Instruções (acima). Alguns Programas podem não ter explícitos esses parâmetros, para esses casos serão apresentadas as instruções gerais. No desenvolvimento da resposta não indique ações orçamentárias, mas os produtos e/ou serviços entregues que contribuíram para os resultados obtidos.

A ALCANCE ACIMA DE 100% DO PREVISTO.	B ALCANCE ENTRE 80% A 100% DO PREVISTO.	C ALCANCE ENTRE 40% A 80% DO PREVISTO.	D ALCANCE ABAIXO DE 40% DO PREVISTO.
-	X	-	-
FONTE			

JUSTIFICATIVA:

Analisado o exercício de 2010 constatou-se que o Programa apresentou um nível de desempenho dentro do esperado, com alcance médio das metas físicas finalísticas de geração, difusão de tecnologias e agroenergia, apuradas de modo cumulativo, equivalente ao índice médio de 94,83%



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



do previsto na LOA e 84,08% da meta corrigida, bem como na cobertura integral das metas finalísticas de vassoura e ensino profissional, apuradas de modo não cumulativo, equivalente ao índice médio de 100,94% do previsto na LOA e 104,18% da meta corrigida, equivalente a 470 mil hectares de cobertura no controle integrado da doença vassoura de bruxa dos cacaueiros resultando em um índice médio do total das ações, equivalente a 94,69%, conforme análise de dados do período apurado.

Os resultados do ano se expressam de forma mais ampla no envolvimento em atividades de assistência técnica e capacitação de mais de 70 mil produtores rurais e trabalhadores da agricultura, com enfoque na modernização do parque produtivo do cacau e demais sistemas agrossilvipastoris, assim como no desenvolvimento de 112 ensaios de pesquisas em linhas diversas. O saldo desse esforço se traduziu no aumento da produção de cacau do Brasil para o patamar das 240 mil toneladas na safra 2010/2011, conforme dados do IBGE, com incremento apenas na safra baiana superior a 40% em relação à safra 2009/2010, o que traduz para o agronegócio cacau uma forte expectativa de recolocação do país no cenário internacional de cacau e derivados, assim como estimulando o consumo interno de derivados.

Os Principais avanços no marco institucional estão realçados na busca e promoção dos objetivos do Programa Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau, com base no fornecimento de tecnologia e gestão qualificada, visando o fortalecimento das cadeias produtivas regionais. Além do aumento da produção e produtividade perseguiram-se como indicadores de resultados, o aumento da renda agropecuária, elevação de postos de trabalho no campo e redução de áreas degradadas; contribuindo assim para a competitividade do agronegócio, redução das desigualdades regionais e responsabilidade social e ambiental, nos Biomas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica.

A Renda Agropecuária Regional apresentou um crescimento de R\$ 986,00/2003 para R\$ 1.542,64 por hectare em 2010 representando uma melhoria significativa de 56,45% de incremento nas condições de renda por unidade de área, ultrapassando, portanto, o índice final previsto para este ciclo do PPA, que é de R\$1.300,00/hectare. Já a Taxa de Degradação Ambiental apresentou uma redução de 40,00% / 2003 para apenas 32,96% em 2010, representando um modesto alcance na meta dos níveis de degradação em 17,60%, quando comparado com o índice previsto inicial deste ciclo analisado e distante do índice de 25% previsto para o final do ciclo. Enquanto isso, a Taxa de Ocupação na Agropecuária apresentou um crescimento de 36,00% / 2003 para 38,60% em 2010, representando uma melhoria de 7,22% na ocupação da agropecuária regional quando comparado com o índice previsto inicial deste ciclo analisado.

Quanto a Ação GAPCEPLAC de gestão do Programa, esta teve seu curso de andamento normal, cuja execução alcançou 91,56% da meta prevista na LOA e 78,78% da meta corrigida, sendo que, ao analisarmos o índice do montante empenhado no conjunto dos PIs do Programa básico e demais Programas de outras Gerências, resultou nos índices: de 115,63% do previsto na LOA e 99,49% da meta corrigida. A melhoria da gestão do Programa da CEPLAC encontra-se em fase avançada o processo licitatório com vistas à elaboração do Planejamento Estratégico, teve sua consumação por meio da Concorrência Pública 01/2010, com recursos já empenhados e consignados em restos a pagar de 2010, para a empresa de consultoria vencedora.

PRINCIPAIS RESULTADOS:



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



I: Atendimento direto a 53.027 produtores rurais, nas unidades produtivas, de um público alvo, superior à aproximadamente de 70 mil, contemplando cerca de 2/ha milhões de hectares assistidos, com enfoque na modernização do parque produtivo do cacau e demais sistemas agrossilvipastoris, através dos Serviços Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER, com envolvimento nos eventos sobre transferência de tecnologia.

II: Qualificação profissional de 40 mil trabalhadores, agricultores e outros agentes do agronegócio regional em técnicas de cultivos, criações e processos diversos de aproveitamento da agropecuária, bem como de gestão das unidades produtivas e melhoria da qualidade dos produtos.

III: Produção e distribuição de 24 milhões de propágulos de espécies vegetais diversas: garfos para enxertia, sementes e mudas de cacau e outras espécies, além da coleta e distribuição de 1 milhão de sementes de essências nativas, em parcerias com os governos da Bahia e do Pará. Esforço consequente da implantação dos sistemas agrícolas sustentáveis, contemplando os estados do Norte: Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia. E, distribuição orientada de 22,5 milhões de sementes de cacau para formação de novos cultivos.

IV: Manutenção e gerenciamento de 132 projetos de pesquisa & desenvolvimento com execução e validação para 112 ensaios de pesquisas em linhas diversas da agropecuária das regiões cacaueiras, realizados tanto nos Centros de Pesquisas e Estações Experimentais localizadas em cada Bioma de atuação da CEPLAC, como em parcerias com produtores em suas propriedades.

V: Validação de 146 tecnologias trabalhadas em especialidades diversas do cacau (melhoramento genético, biotecnologia, fisiologia da produção, socioeconômica, manejo de solo, manejo integrado de pragas e recursos ambientais) e outras 48 tecnologias abrangendo cultivos tropicais e criações diversas.

VI: Os Centros de Pesquisas da CEPLAC gerenciam coleções de germoplasma de cacau (*Theobroma cacao*) e espécies afins, seringueira (*Hevea spp.*) e dendê (*Eleais guineensis*). Mantêm-se bancos de germoplasma (ex-situ) em estações experimentais localizadas nos estados da Bahia, Pará e Rondônia, contendo 4.500 acessos: 3.400 clonais e 1.100 seminais, ocupando área total de 70 hectares.

VII: Continuação dos estudos científicos na identificação e validação de novos atributos à série de clones tolerantes às doenças, consumando 40 cultivares validados e disponibilizados aos produtores até fins de 2010, com destaque para a geração de clones autocompatíveis e de alta produtividade, estratégia definida para o controle da doença vassoura de bruxa e outras pragas do cacaueiro. Consideráveis avanços foram realizados na área de Biotecnologia, incluindo-se a identificação de um dos genes responsáveis pela resistência à vassoura-de-bruxa do cacaueiro, bem como a identificação de potenciais outros genes, que podem aumentar a durabilidade da resistência a esta enfermidade. Juntamente com o CIRAD, na França, está sendo realizado estudo de seqüenciamento do genoma do cacaueiro. Mais recentemente, técnicas de DNA vêm sendo usadas para a seleção de clones com resistência a doenças ausentes no país, que ameaçam a cacaucultura nacional (especialmente o melhoramento preventivo para resistência à monilíase).

VIII: Visando a melhoria da qualidade do cacau brasileiro foram recomendadas pela CEPLAC, técnicas sobre colheita e beneficiamento do produto e atuou também na classificação do cacau produzido com vistas a enquadrá-lo num padrão de qualidade adequada às demandas da indústria chocolateira, assim como tem-se ampliado o, monitoramento do cacau importado, tendo no último exercício a classificação de 2 milhões de sacas de cacau importado. Consoante este esforço,



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



foram fomentados os processos de beneficiamento primário, certificação orgânica da produção, assim como a produção de cacau fino de qualidade Premium.

IX: Ampliação e funcionamento, na Bahia, da unidade piloto de tecnologia da produção - pesquisas em processamento de chocolate e desenvolvimento de equipamentos, visando dar um salto tecnológico na agroindústria regional e na capacitação de produtores e mão-de-obra qualificada. A agregação de valor ao cacau se constituiu em prioridade através da difusão de tecnologia de processamento, com fomento a investimentos da iniciativa privada em fábricas de chocolate com matéria-prima de qualidade. A estratégia de agregação de valor a cadeia do cacau, se expressa na referência de tecnologia de produtos e de processos, e avanços na área de equipamentos, já desenvolvidas pelo Programa da CEPLAC, com vistas à replicagem de unidades com porte adequado para cooperativas de produtores rurais, oferecendo perspectivas de saída da condição de exportador de amêndoa, R\$6,00/Kg para produtor de chocolate, R\$180,00/Kg.

X: Monitoramento e controle da doença vassoura de bruxa em 470 mil hectares de cacaueiros infestados, com manutenção de 150 mil hectares já clonados e em processo de recuperação pela introdução de cultivares mais tolerantes e produtivos, bem como maior eficiência do manejo integrado da enfermidade. Além, dos 40 cultivares resistentes recomendados na clonagem dos cacaueiros, outras 85 tecnologias são trabalhadas no controle integrado dessa doença. Dentre outras atividades foram indicados 7 novos clones resistentes para plantio em pequena escala pelos produtores. Foi reduzido para 3 o número de remoções de vassouras e frutos infectados, que devem ser realizadas em períodos estratégicos para evitar a disseminação da doença. Foi testado e selecionado um novo produto a base de óxido cuproso para controle tanto da vassoura de bruxa como da podridão parda do cacaueiro. Um fungicida sistêmico tebuconazole foi recomendado para o controle da vassoura de bruxa tanto em condições de viveiros quanto de campo. Este produto é eficiente na redução de infecções em almofadas florais, na formação de vassouras em lançamentos foliares e na infecção de frutos.

XI: A validação de tecnologias de controle biológico, como a criação do biofungicida Tricovab, em fase de registro definitivo junto ao Mapa, com alto potencial de controle ao fungo sem resíduos químicos, bem como a continuação do sequenciamento do genoma do patógeno *Moniliophthora perniciosa* e do hospedeiro *Theobroma cacao*, permitindo com isso uma nova geração de biocontrole. O fungo *Trichoderma stromaticum*, base do biofungicida denominado Tricovab está sendo usado com sucesso para reduzir o potencial de inóculo do patógeno (*Moniliophthora perniciosa*) nas plantações de cacau e será recomendado para aplicação sobre as vassouras secas situadas no solo ou na copa dos cacaueiros. A metodologia de produção massal do fungo vem sendo aperfeiçoada, com o objetivo de manter o custo baixo de produção e a produtividade elevada, para atender à grande demanda junto aos cacaucultores. Desta forma, o Brasil se destaca no cenário Internacional como pioneiro no uso dessa tecnologia.

XII: A repactuação das dívidas dos produtores de cacau da Bahia foi resultado do esforço e articulação da parceria interinstitucional da CEPLAC com Governo da Bahia e Agentes financeiros oficiais na formalização do programa de recuperação da economia cacaueira. Ressalta-se que a sanção da MP 472 pela Presidência da República, em 14 de junho último, sinaliza a consolidação da repactuação das dívidas dos produtores de cacau da Bahia e Espírito Santo, cujo ato prorroga prazos e suspende execuções fiscais, relativas a produtores inscritos na Dívida Ativa da União, inicialmente até 30 de novembro de 2010. Bem como melhora os níveis de rebate da dívida, nas respectivas tabelas de descontos, prevista no “PAC do CACAU” e, finalmente, prorroga o prazo para contratos inadimplentes no âmbito do PESA (Lei 12.249/2010), anteriores a 2010. Assim como a Resolução nº



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



3.917 do Conselho Monetário Nacional - CMN, emitida em 28/12/2010, permite ainda que as parcelas vencidas do PESA, anteriores a 2010 sejam pagas com descontos significativos ganhos para os produtores rurais, traduzidos em bônus de até 80%, de acordo com o enquadramento do produtor.

XIII: Na Amazônia, em cooperação com os diversos ministérios, integrou-se esforço no Projeto Mutirão Arco Verde Terra Legal, coordenado pela Casa Civil, nos estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia e, conjuntamente com SDA/MAPA, participou-se da elaboração dos planos de contingência para a Monilíase do cacaueiro, com objetivo de evitar a sua entrada no Brasil, visando proteger a cacaucultura nacional dos danos econômicos, sociais e ambientais associados à entrada, dispersão e estabelecimento dessa doença em território brasileiro.

XIV: No setor da Agroenergia, avançou-se na superação de obstáculos para a utilização do óleo de dendê como matéria-prima para a produção de Biodiesel. No exercício foram assistidos diretamente pelo serviço de ATER 8.513 hectares cultivados por agricultores familiares, dos 13 mil hectares previstos e foi desenvolvido pesquisas laboratoriais sobre qualidade do óleo, bem como produziu-se sementes/mudas e avaliou os níveis de acidez do óleo. Ampliou-se o banco de germoplasma de dendê no Sul da Bahia e outro banco em estágio de implantação no Pará. Concluiu-se o georeferenciamento de 1.609 propriedades rurais produtoras de dendê e 234 unidades artesanais de extração de óleo, o que permitirá difundir as boas práticas de manejo da lavoura e de processamento do dendê. Produziu-se 250.000 mudas e sementes germinadas de dendê de alta produtividade, já distribuídas às famílias de agricultores. Está sendo ampliado o campo de produção de sementes em mais 20 ha na Bahia e instalado 40 ha no Estado do Pará. Para garantir a qualidade do biodiesel de dendê produzido na Bahia, o projeto está buscando a tecnificação da cadeia produtiva, como prioridade. Tem-se avançado na etapa de processamento, com a implantação em curso de 04 unidades agroindustriais, experimentais, para esmagamento e extração de óleo, que funcionarão como unidades de pesquisa e capacitação de agricultores.

XV: No plano internacional garantiu-se a participação da CEPLAC, conjuntamente com a SRI/MAPA em articulação com o Itamarati, nos fóruns de articulação técnico-político dos países produtores, para alinhamento de estratégias do setor, marcando a posição do Brasil em defesa de seus interesses através de parcerias Sul-Sul. Se fez representar nos seguintes eventos internacionais, em 2010: **a)** de 11 a 15 de janeiro, houve reuniões de negociação de novo Acordo Internacional do Cacau (AIC), ICCO - Londres, Reino Unido; **b)** de 21 a 25 de junho, ocorreu a Conferência de Cacau das Nações Unidas. Rodada final de negociação de Novo Acordo Internacional de Cacau (AIC), Genebra, Suíça; **c)** dia 10 e, de 14 a 17 de setembro houveram as reuniões: a) Grupo Ad-Hoc da Organização Internacional do Cacau (ICCO) sobre Cacau Fino ou de Aroma, b) 82ª Sessão Regular do Conselho Internacional do Cacau e Órgãos Auxiliares da mesma ICCO, Londres, Reino Unido; **d)** de 20 a 24 de setembro, houve a participação da 73ª Assembléia Geral e Conselho de Ministros da COPAL, Aliança dos Países Produtores de Cacau, em Kuala Lumpur, Malásia; **e)** de 09 a 12 de novembro, Reuniões da COPAL por ocasião da visita de Secretário-Geral e Secretário-Geral-Adjunto para definição de Acordo de pagamento do CSeverance PackageD (encargos sociais), pela saída do Secretário-Geral da COPAL. Brasília, DF.

QUESTÃO - 2: (QUESTÃO DISPONÍVEL APENAS PARA PROGRAMAS QUE APRESENTAM INDICADORES). PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011. ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



O campo "Medidas Corretivas Necessárias" segundo os órgãos do CGU e TCU, é obrigatório para preenchimento quando a possibilidade de alcance for diferente de "Alta". Esse campo permite no máximo mil caracteres.

O campo "Justificativa" segundo requerimentos dos mesmos órgãos, CGU e TCU é obrigatório para preenchimento quando um ou mais campos a seguir não estiverem preenchidos: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

INDICADOR DO PROGRAMA (DENOMINAÇÃO E UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011			
	ÍNDICE	DATA DE APURAÇÃO	ÍNDICE	DATA DE APURAÇÃO* (MM/20AA)		A ALTA	B MÉDIA	C BAIXA	D MUITO BAIXA
Renda Agropecuária nas Regiões Cacaueiras do Brasil (R\$/ ha)	-	-	1.542,64	12/2010	1.300,00	X	-	-	-

Fonte: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC e IBGE

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Xxxxxx

Justificativa:

O Programa de Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau do Brasil, executado pela CEPLAC, objetiva a promoção e o fortalecimento das cadeias produtivas regionais, com base no desenvolvimento e transferência de novos conhecimentos e tecnologias inovadoras e gerenciais. Busca como Indicadores de Resultados: o aumento da renda agropecuária, a elevação de postos de trabalho no campo e a redução de áreas degradadas; contribuindo assim para a competitividade do agronegócio, redução das desigualdades regionais e responsabilidade social e ambiental nos Biomas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica. Nesse exercício a apuração do indicador econômico de Renda resultou de média ponderada dos índices regionais apurados em cada Superintendência.

INDICADOR DO PROGRAMA (DENOMINAÇÃO E UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011			
	ÍNDICE	DATA DE APURAÇÃO	ÍNDICE	DATA DE APURAÇÃO* (MM/20AA)		A ALTA	B MÉDIA	C BAIXA	D MUITO BAIXA
Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacaueiras do Brasil (PERCENTAGEM)	-	-	32,96	12/2010	25,00	-	X	-	-

Fonte: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, IBGE e IBAMA

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento obrigatório para marcações em 'média', 'baixa' ou 'muito baixa')

O alcance da meta de redução das áreas degradadas para índices de 25% em 2011 apresenta sinais de dificuldades diante do limite já alcançado bem como das pressões sobre flexibilização da legislação com o novo Código Florestal, não obstante a adoção de sistemas agrícolas sustentáveis - eixo da nossa atuação nos biomas de Mata atlântica e Floresta amazônica. Realça-se ainda, o condicionamento ao fortalecimento das ações de Educação ambiental, Pesquisa/Desenvolvimento, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, bem como maior rigidez na aplicação da legislação. Associa-se à necessidade de políticas públicas compartilhadas com os órgãos ambientais e de fiscalização.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Justificativa:

Para maior confiabilidade na apuração desse indicador ambiental, aperfeiçoou-se a metodologia utilizando-se a base de dados do SisCENEX, sistema de monitoramento da Extensão Rural da CEPLAC, cujo controle imprime maior fidelidade na apuração.

Propõe-se para o próximo ciclo do PPA 2012-2015, adotar este mesmo indicador ambiental, concebido.

INDICADOR DO PROGRAMA (DENOMINAÇÃO E UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011			
	ÍNDICE	DATA DE APURAÇÃO	ÍNDICE	DATA DE APURAÇÃO* (MM/20AA)		A ALTA	B MÉDIA	C BAIXA	D MUITO BAIXA
Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacaueiras do Brasil (PERCENTAGEM)	-	-	38,60	12/2010	40,00	X	-	-	-

Fonte: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Medidas corretivas necessárias: (Campo de preenchimento facultativo para marcação no item 'alta')

Propõe-se para o próximo ciclo do PPA 2012-2015, substituir o indicador social Taxa de Ocupação na Agropecuária pelo indicador social, cuja Unidade Média é Trabalhador por Hectare de Exploração.

Justificativa:

Indicador social como o de emprego, especialmente extrato representativo da população economicamente ativa - PEA na agropecuária está sempre sujeito a variações com a conjuntura regional. O alcance da meta de 40% para 2011 está condicionado ao fortalecimento das ações de Pesquisa/Desenvolvimento, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, bem como da dinamização de ações voltadas para o desenvolvimento dos Territórios de Identidade e Cidadania, visto que este índice sofre condicionante da conjuntura econômica e dinâmica do emprego geral nas regiões em apreço. Nesse exercício a apuração do indicador social de emprego resultou da média ponderada dos índices apurados em cada região pelas superintendências.

Nota: (*) data de apuração: corresponde a data final do período de coleta de informações que subsidiam o cálculo do índice do indicador. Observe que esta data pode ser distinta daquela relativa à publicação do índice.

QUESTÃO 3 - AVALIE O DESEMPENHO DO PROGRAMA NO QUE DIZ RESPEITO À COBERTURA DO PÚBLICO-ALVO. JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA, QUANTIFICANDO E EVIDENCIANDO O PERCENTUAL DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA. A JUSTIFICATIVA NÃO É OBRIGATÓRIA PARA MARCAÇÃO NO ITEM "E" (NÃO APLICÁVEL).

A Alcance acima de 100% do previsto.	B Alcance entre 80% a 100% do previsto.	C Alcance entre 40% a 80% do previsto.	D Alcance abaixo de 40% do previsto.	E Não aplicável
-	X	-	-	-
Fonte				

JUSTIFICATIVA:

As ações integradas de P&D e Transferência de Tecnologias desenvolvidas pela CEPLAC estimularam a produção e produtividade das propriedades agrícolas, com reflexos na dinamização das cadeias produtivas regionais, em especial dos níveis de processamento do cacau e consequente manutenção do parque moageiro nacional. Além das pesquisas avançadas com 112 ensaios desenvolvidos em linhas diversas: genética, biologia molecular, fitopatologia, fisiologia da produção e na

CEPLAC - DIRET - Fone - 61 3966-3250 / 61 3966-3252 - Fax - 61 3966-3282 - Sítio - www.ceplac.gov.br - E-mail - diret@ceplacdf.gov.br
Rua G - Setor Sudoeste - Campus do INMET - CEPLAC - CEP 70.680-900
Cruzeiro - Brasília - Distrito Federal - DF



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



diversificação agropecuária, mereceram atenção o grande desafio do processamento de chocolate diferenciado, com a utilização de cacau fino, orgânico e com certificação de origem. A Assistência Técnica e Extensão Rural integrou-se à nova dinâmica de desenvolvimento Territorial, incluiu agricultores familiares, quilombolas, indígena e ribeirinhos em 17 territórios da cidadania, bem como em 5 territórios rurais de identidade, contemplando cerca de 257 municípios nos estados do Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Rondônia, com envolvimento pelos serviços de ATER e participação nos demais métodos coletivos e capacitações, de público superior a 70 mil famílias de produtores e trabalhadores rurais.

*** Público-Alvo: especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual (is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A definição do público-alvo é importante para identificar e focar as ações que devem compor o programa.*

QUESTÃO – 4: O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DE SEUS BENEFICIÁRIOS*?**

SIM	NÃO
-	X
Fonte:	

QUESTÃO 4.2 - EM CASO DE RESPOSTA NEGATIVA, COMENTE QUAIS AS DIFICULDADES PARA A AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA E COMO AS MESMAS PODERÃO SER SUPERADAS.

Apesar de não existir um instrumento formal de controle social dos projetos e ações do Programa executado pela CEPLAC, informalmente, através da percepção dos extensionistas, pesquisadores e educadores tem sido tentado aferir a visão do público alvo com margem de inferência muitas vezes circunstanciada pela autodefesa ou desvio do foco. As oficinas territoriais e audiências públicas com representações dos produtores têm subsidiado uma melhor avaliação institucional. Não obstante a manifestação de reconhecimento do público alvo às ações da CEPLAC impera a necessidade de implantação de instrumento formal de controle social das ações do Programa, bem como aferição ou enquête junto aos beneficiários, através de auditoria externa, isenta e capaz de executar pertinente avaliação.

*** Beneficiários: parcela do público-alvo atendida pelo programa

QUESTÃO 5 - ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

SIM	AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO	NÃO
Fonte:		

QUESTÃO 6 - O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

SIM	NÃO
X	-
Fonte	

Em caso de resposta positiva, indique qual (ais) o(s) mecanismo(s) adotado(s). Justifique. É aceitável mais de uma marcação.

c) Consulta Pública - justificativa:



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Em temáticas específicas promovem-se reuniões com caráter de consulta pública. Um exemplo recente são as discussões sobre reformulação do Código Florestal, em especial sobre Áreas de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal.

c) Reunião com grupos de interesse - justificativa:

Promovem-se reuniões com os segmentos do agronegócio regional, bem como os segmentos sociais envolvidos na implementação e avaliação das políticas públicas voltadas para os territórios da cidadania e identidade integrantes dos biomas de atuação da CEPLAC.

e) Discussão em Conselho Setorial - justificativa:

Todas as unidades locais nos diversos Estados de atuação interagem com os conselhos setoriais de desenvolvimento rural sustentável, nos municípios de atuação, espaço de debate sobre outras políticas transversais como: crédito rural, programas de aquisição de alimentos, recuperação de áreas degradadas, educação para o campo, transportes, comercialização, saúde.

g) Outros (especifique) - justificativa:

Assembléias de Ministros da Aliança dos Países Produtores de Cacau com participação de representações dos países produtores de cacau, bem como da Organização internacional do Cacau quando se incluem industriais e representações dos mercados consumidores de chocolate, com vistas a dirimir políticas para o setor.

Comentários adicionais (campo não obrigatório para a conclusão do relatório):

QUESTÃO 7 - QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA RELACIONADA AO PROGRAMA?

RESPOSTA: - A dinâmica do agronegócio nacional, trás como desafio a construção de novos cenários para as cadeias produtivas, mais precisamente do cacau e demais cadeias agrícolas regionais, tendo como perspectivas a recuperação e modernização do parque produtivo buscando elevar os níveis de produção e produtividade dos cultivos com ênfase nos sistemas agrícolas sustentáveis, bem como avançar em ações voltadas para a agregação de valor à produção, por meio da verticalização agroindustrial, melhoria da qualidade dos produtos e prospecção de mercados potenciais.

Como desafios para a implementar a política relacionada ao programa, definiu-se como tarefa intensificar as ações pesquisa e difusão, em complementação as ações previstas no Plano de Metas do Cacau, denominado PRODECAU, vinculado ao Programa de Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau de responsabilidade técnica de execução da CEPLAC, e alinhá-las as estratégias e metas a serem definidas, nos próximos exercícios, para o ciclo do PPA 2012-2015.

Além de continuidade na manutenção das ações em curso, o programa define como objetivos a expansão e recuperação das áreas de cultivos e aumento da produção e produtividade até 2019, sendo que, no exercício de 2011, destacam-se os novos investimentos nas culturas de: Cacau (68 mil ha), Dendê (6.100 ha), Seringueira (5 mil ha), além de Fruticultura (250 ha) e apoio às demais cadeias produtivas complementares. A agregação de valor ao cacau continuará a ser prioridade através da difusão de tecnologia de produção e processamento, com fomento a novos investimentos dos produtores rurais para garantir maior produtividade, produção e matéria-prima de qualidade, bem como através de parcerias com da iniciativa privada, detentores de fábricas de chocolate. Con-



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



soante este esforço, a certificação orgânica de cacau será fomentada, assim como a produção de cacau fino de qualidade Premium.

A agregação de valor a cadeia do cacau se expressa na referência de tecnologia de produtos e de processos, já desenvolvidas pela CEPLAC, bem como nos avanços na área de equipamentos, com vistas à replicagem de unidades com porte adequado para cooperativas de produtores rurais, oferecendo novas perspectivas de produção, como saída alternativa da condição de exportador de amêndoa, R\$6,00/Kg, para produtor de chocolate, R\$180,00/Kg.

Nesse sentido a Câmara Setorial do Cacau recebeu proposta elaborada pela CEPLAC denominada Programa de implantação de agroindústrias de pequeno e médio porte de derivados de cacau e chocolates especiais, com apoio à criação e inserção de cooperativas agroindustriais e instituições similares do ramo de cacau e chocolates especiais em regiões produtoras de cacau, tendo como objetivos atender nichos de mercado. A proposta apresentada trás a seguinte meta: Implantar 12 agroindústrias de pequeno e médio porte nas regiões produtoras de cacau, sendo 5 na Bahia, 3 no Pará, 1 no Espírito Santo, 1 em Rondônia, 1 no Mato Grosso e 1 no Amazonas.

Outro desafio emergente é o desenvolvimento de tecnologias voltadas para incentivar as ações de Agroenergia. No Litoral Sul da Bahia o esforço visa beneficiar agricultores familiares em 13 mil hectares assistidos, integrando-os no agronegócio da palma, em parceria com investimentos da iniciativa privada.

Como mencionado anteriormente neste relatório, está sendo ampliado o campo de produção de sementes na Bahia em mais 20 ha e, já se encontra instalado no Estado do Pará outros 40 ha. Para garantir a qualidade do biodiesel de dendê produzido na Bahia, o projeto está buscando a técnica da cadeia produtiva, como prioridade. Tem-se avançado também, na etapa de processamento, com a implantação em curso de 04 unidades agroindustriais, experimentais, para esmagamento e extração de óleo, que funcionarão como **unidades de pesquisa e capacitação de agricultores**.

Quanto à heveicultura o Brasil produz apenas 1% da produção mundial de borracha natural, o que corresponde a 34% da sua demanda. A Bahia produziu em 2009 aproximadamente 12 mil toneladas, mas processou 23.500 ton. É o terceiro estado em área plantada, com aproximadamente 26 mil hectares, dos quais 3 mil foram recentemente instalados em SAF como o cacau e cultivos agrícolas. Esta área, entretanto, poderá ser ampliada substancialmente desde que se plante a seringueira em sistemas agroflorestais (SAF) com o cacau. Neste caso específico, os reflexos de ações nessa cadeia produtiva realçam-se não apenas no aumento de produção de borracha natural, mas também de cacau e de alimentos em geral, pois os sistemas propostos pela CEPLAC permitem sem nenhuma restrição a consorciação da seringueira com culturas anuais, semiperenes e perenes durante a fase de implantação e do ciclo produtivo. Esta é a forma mais rápida do estado conquistar posição de destaque no mercado nacional da borracha e, até mesmo, buscar a auto-suficiência do produto. Foram catalogados 770 produtores envolvidos com a seringueira na Bahia e 30 empresas de maior porte. A produtividade é algo em torno de 770 kg de borracha seca/ha/ano.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

Neste item, atendendo requerimentos e, em conformidade com o a integra do texto abaixo, da DN/CGU/TCU N.º 107, abordar-se-á sobre: Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Objetivo: Obter informações quantitativas sobre o reconhecimento pelas UJ de passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados nas contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, com o objetivo de analisar a gestão desses passivos pelas UJ no exercício de referência do relatório de gestão.

Estrutura de Informação: A informação está estruturada de modo a se obter os valores inscritos a título de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, considerados os registros contábeis realizados no Sistema SIAFI no exercício de 2010, bem como as razões que motivaram esses registros e as providências adotadas pelas UJ para sanear as situações que deram origem ao reconhecimento desses passivos.

Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e que são usuárias do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Referências: Nota Técnica do Tesouro Nacional 2.309/2007.

3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

O **Quadro A.3.1**, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, visa a demonstrar a movimentação e o saldo, no exercício de referência do Relatório de Gestão, das Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI nas UG associadas à UJ, que representam o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme Nota Técnica do Tesouro Nacional 2.309/2007.

Para preenchimento desse demonstrativo segundo os mesmos órgãos, CGU/TCU devem ser consideradas todas as contas contábeis registradas na Contabilidade da UJ para Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos que tenham tido movimentação ou que tenham apresentado saldo diferente de zero no final do exercício do Relatório de Gestão.

Deverá ser elaborado, segundo os mesmos órgãos, um quadro para cada conta contábil utilizada para os fins de que trata este item, no qual deverá ser considerado o conjunto de credores que tinham saldo inicial diferente de zero no início do exercício, acrescidos daqueles que tiveram reconhecimento de direitos ao longo do exercício, independente da posição do saldo final apurado ao término do exercício.

QUADRO A.3.1.	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS				
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010

Razões e Justificativas: Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos por não se aplicar a UJ, bem como por não ter havido movimentação nas respectivas Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 como se pode verificar no extrato/razão emitidos através do sistema SIAFI do MP nas UG associadas à UJ, no exercício em análise, conforme Nota Técnica do Tesouro Nacional 2.309/2007

Fonte:

3.2 ANÁLISE CRÍTICA

- A análise crítica da gestão do reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos deverá apresentar uma análise circunstanciada sobre os impactos dos passivos reconhecidos sobre a gestão orçamentária e financeira da UJ no exercício de competência das contas e no exercício seguinte.
- Deve demonstrar ainda se a UJ tinha capacidade de prever a situação que tenha ensejado o lançamento de valor nas referidas contas contábeis.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

Neste item, atendendo requerimentos e, em conformidade com o a integra do texto abaixo, da DN/CGU/TCU N.º 107, abordar-se-á sobre: Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Objetivo: Obter informações quantitativas sobre o pagamento de Restos a Pagar (RP) dos exercícios anteriores, de modo a analisar a gestão e os impactos dessas despesas financeiras no exercício.

Estrutura de Informação: A informação está estruturada em um único demonstrativo de modo a se obter os dados referentes à execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, desde o exercício subsequente ao da inscrição até o exercício de referência do Relatório de Gestão.

Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e que são usuárias do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Referências:

- Lei nº 4320/64
- Lei nº 12.017/ 2009 (LDO 2010)
- Decreto nº 93.972/86
- Decreto nº 6.708/2008

4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O **Quadro A.4.1** abaixo, segundo requerimento dos órgãos CGU/TCU, contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2010, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir.

EM R\$ 1,00

81

QUADRO A.4.1		SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	
2010	570.997,73	1.504,05	546.249,55	23.244,13	
2009	684.114,76	2.031,72	662.087,65	19.995,39	
2008	599.476,96	117,95	583.799,53	15.559,48	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	
2010	6.224.931,22	218.611,09	5.846.604,02	217.896,68	
2009	2.917.713,28	394.705,95	2.477.699,70	59.745,07	
2008	2.773.416,50	228.119,81	2.544.374,17	15.788,50	
Observações: Xxx					
Fonte:					

4.2 ANÁLISE CRÍTICA

- A análise crítica sobre a gestão dos Restos a Pagar de exercícios anteriores ao de competência do relatório de gestão, segundo requerimento dos órgãos CGU/TCU, é obrigatória e aplicável a todas as UJ que tenham saldo de RP ao final do exercício de 2010 ou que tenham realizado pagamento ou cancelamento desses restos a pagar no exercício.
- Nesse contexto e sem prejuízo de outras abordagens que a UJ considere adequadas desenvolver, importa que a UJ analise:
- A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ;
- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores;
- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro;
- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2009 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto;



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



- *Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP.*

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Neste item, atendendo requerimentos e, em conformidade com o a integra do texto abaixo, da DN/CGU/TCU N.º 107, abordar-se-á sobre: Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

- *composição do quadro de servidores ativos;*
- *composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;*
- *composição do quadro de estagiários;*
- *Custos associados à manutenção dos recursos humanos;*
- *locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços;*
- *indicadores gerenciais sobre recursos humanos.*

Objetivo: *Obter informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos da UJ, de forma a possibilitar aos órgãos de controle e à própria UJ a análise da gestão do quadro de pessoal, tanto na dimensão operacional quanto na dimensão estratégica.*

Estrutura de Informação: *A informação está estruturada de modo a se obter dados sobre a composição e custos do quadro de recursos humanos da UJ, indicadores gerenciais porventura instituídos pela UJ sobre a gestão de recursos humanos e análise crítica da UJ sobre a situação da sua gestão de recursos humanos.*

Abrangência: *Órgãos e entidades da Administração Pública Federal dos três (3) poderes da União que operam sob o regime geral da Lei nº 8.112/90.*

Referências:

- *Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;*
- *Leis de carreira dos servidores públicos civis e militares dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal dos três (3) poderes da União;*
- *Leis especiais sobre o instituto da requisição de servidores de outros órgãos e esferas.*

5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

A composição do quadro de servidores ativos da UJ, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, deverá ser demonstrada por intermédio de três (3) demonstrativos: o primeiro compreenderá a lotação efetiva e autorizada do quadro de recursos humanos da UJ, bem assim os ingressos e egressos de servidores no exercício de 2010; o segundo, a composição do quadro de pessoal por faixa etária dos servidores; e o terceiro a composição do quadro de pessoal por nível de escolaridade.

O **Quadro A.5.1** abaixo, correspondente ao primeiro demonstrativo citado, segundo requerimentos dos mesmos órgãos CGU e TCU, compreende uma planilha onde na primeira coluna são discriminadas algumas tipologias de cargos da Administração Pública, enquanto as quatro (4) colunas restantes informam sobre a Lotação Autorizada, a Lotação Efetiva, o número de Ingressos em 2010 e o número de Egressos em 2010, para cada tipologia discriminada na primeira coluna.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Em R\$ 1,00

QUADRO A.5.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010				
TIPOLOGIAS DOS CARGOS		LOTAÇÃO		INGRES- SOS 2010	EGRES- SOS 2010
		Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo					
1.1 Membros de poder e agentes políticos					
1.2 Servidores de Carreira					
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão			1.986	13	3
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado					
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório					
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas					
1.3 Servidores com Contratos Temporários					
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença					
1.4.1 Cedidos			17	0	4
1.4.2 Removidos					
1.4.3 Licença remunerada					
1.4.4 Licença não remunerada			9	1	
2 Provimento de cargo em comissão					
2.1 Cargos Natureza Especial					
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior					
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão			31	1	
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado					
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas					
2.2.4 Sem vínculo			7		
2.2.5 Aposentado			2		
2.3 Funções gratificadas					
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		65	64		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado					
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas					
3 Total			2.116	15	7
Fonte:					



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



O **Quadro A.5.2** abaixo, correspondente ao segundo demonstrativo, atendendo requerimento dos órgãos CGU/TCU, contempla a composição do quadro de recursos humanos por faixa etária, sendo composto de dois (2) grupamentos de informação. O primeiro corresponde aos grupos de tipologias do cargo discriminados no Quadro A.5.1 anterior, enquanto o segundo compreende um conjunto de cinco (5) colunas discriminando cinco (5) faixas etárias sucessivas e complementares.

EM UN.

QUADRO A.5.2	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010				
TIPOLOGIAS DO CARGO	FAIXA ETÁRIA (ANOS)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	5	5	342	1358	406
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	7	12	1
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	3	6	23	8
2.3. Funções gratificadas	0	0	8	47	9
2.4. FCT	0	0	44	188	64
Fonte:					

84

O **Quadro A.5.3** abaixo, correspondente ao terceiro demonstrativo, que contempla a composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade, sendo composto de dois (2) grupamentos de informação. Segundo os órgãos CGU/TCU, o primeiro corresponde aos grupos de tipologias do cargo discriminados no **Quadro A.5.1** anterior, enquanto o segundo compreende um conjunto de nove (9) colunas discriminando nove (9) níveis de escolaridade distintos.

QUADRO A.5.3	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010								
	NÍVEL DE ESCOLARIDADE								
TIPOLOGIAS DO CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira	0	4	479	156	966	377	62	54	18
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	1	8	7	1	0	0
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	4	20	2	9	5
2.3. Funções gratificadas	0	0	3	1	46	11	2	1	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte:



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

A composição do quadro de servidores inativos e pensionistas da UJ, segundo os órgãos CGU/TCU, somente deverá ser preenchida pelas UJ que detenham entre as suas unidades administrativas aquela responsável pela gestão do cadastro de servidores inativos e pensionistas. Esta composição deverá ser demonstrada por intermédio de dois (2) demonstrativos: o primeiro compreenderá a composição do quadro de servidores inativos; o segundo a composição do quadro dos instituidores de pensão.

O **Quadro A.5.4** abaixo, correspondente ao primeiro demonstrativo e, segundo requerimentos dos mesmos órgãos CGU e TCU, compreende uma planilha onde, na primeira coluna, são discriminados dois (2) regimes de proventos, subdivididos em quatro (4) regimes de aposentadoria, cada um, enquanto as duas (2) colunas restantes informam sobre o quantitativo dos servidores na UJ e o número de aposentadorias ocorridas no exercício de 2010, de acordo com os regimes de proventos e de aposentadoria.

QUADRO A.5.4	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	
Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores (*)	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária		50
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente		1
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária		1
2.2 Compulsório		1
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
Fonte:		

O **Quadro A.5.5** abaixo, correspondente ao segundo demonstrativo e compreende uma planilha onde, na primeira coluna, segundo os órgãos CGU/TCU, são discriminadas dois (2) regimes de proventos originários do instituidor de pensão, enquanto as duas (2) colunas restantes informam sobre o quantitativo dos beneficiários e o número de pensões ocorridas no exercício de 2010, vinculados a cada regime de proventos.

EM UN.

QUADRO A.5.5	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	
REGIME DE PROVENTOS ORIGINÁRIO DO SERVIDOR	QUANTITATIVO DE BENEFICIÁRIOS (*)	PENSÕES CONCEDIDAS EM 2010
1. Integral	-	44
2. Proporcional	-	-
Fonte:		



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

O **Quadro A.5.6** abaixo, referente à composição do quadro de estagiários da UJ, segundo os órgãos CGU/TCU, somente deverá ser preenchida pelas UJ que detenham entre as suas unidades administrativas aquela responsável pela gestão do cadastro de estagiários. Esta composição deverá ser demonstrada por intermédio de um (1) demonstrativo contemplando os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes pelo nível de escolaridade exigido, distinguindo-se a alocação na área fim e na área meio, conforme apresentado no respectivo **Quadro A.5.6**.

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Em R\$ 1,00)
Nível superior	7	14	19	8	170.784,80
· Área Fim	5	9	19	8	145.878,68
· Área Meio	2	5	0	0	24.906,12
Nível Médio	5	3	3	0	39.138,18
· Área Fim	0	0	3	0	10.674,05
· Área Meio	5	3	0	0	28.464,13
TOTAIS	12	17	22	8	209.922,98
Fonte:					

5.4 QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS

O **Quadro A.5.7** abaixo, referente à composição do quadro de custos de recursos humanos da UJ, segundo os órgãos CGU/TCU, deverá ser demonstrada no quadro a seguir, que discriminará, para sete (7) tipologias de servidores, as despesas realizadas nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 a título de sete (7) diferentes naturezas de despesa com pessoal, conforme apresentado no **Quadro A.5.7**.

O preenchimento do Quadro de custos de recursos humanos, segundo requerimentos dos mesmos órgãos CGU e TCU, deverá considerar cada grupo de informação, preenchendo-se os sete (7) itens de informação acima descritos para os exercícios de 2008, 2009 e 2010, observando-se o seguinte: para os itens que não se aplicarem à UJ devem ser informados valores zero; ainda que a UJ use terminologia diferente, os custos remuneratórios incorridos devem ser informados, em sua totalidade, por meio das rubricas constantes em cada grupo de informação; os custos previdenciários (parte patronal) e o pagamento de FGTS devem ser desconsiderados.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



								EM R\$ 1,00
QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010								
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis (*)	Total
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	86.699.912,86	2.088.828,88	7.760.275,96	9.259.499,89	1.798.878,80	1.819.829,00	0	109.427.225,39
2009	103.545.231,28	2.006.088,44	666.116,73	14.971.055,04	2.822.924,64	2.835.694,57	0	126.847.110,70
2010	132.018.154,58	2.137.580,66	11.569.566,88	16.372.078,62	4.119.161,05	3.887.450,03	0	170.103.991,82
Servidores com Contratos Temporários								
2008								
2009								
2010								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença (com vencimento, exceto licenças saúde)								
2008	765.199,36	81.310,92	65.224,63	69.722,13	0	21.431,58	0	1.004.896,62
2009	753.372,91	79.566,92	81.091,68	120.194,47	0	18.751,74	0	1.054.986,72
2010	867.158,07	78.951,28	68.863,63	131.690,63	0	23.268,93	0	1.171.942,54
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior (1)								
2008	827.748,45							827.748,45
2009	927.400,39							927.400,39
2010	1.010.682,47							1.010.682,47
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	2.517.779,80							2.517.779,80
2009	2.599.078,62							2.599.078,62
2010	2.807.408,13							2.807.408,13
(*) não se aplica.								
(1) Valores relativos ao custo do DAS. Os demais custos, com servidores de carreira que ocupam DAS, estão no quadro "Servidores de Carreira - Fonte:								



Iniciado no ano de 1987, quando a Ceplac dispunha de 4.382 servidores (Figura 1), o processo de desconfiguração do contingente de pessoas da instituição passou por diversos momentos de agravamento da sua situação. Teve a sua primeira alavanca no congelamento do salário, em especial dos servidores de nível profissional, prosseguindo com a criação de diversas gratificações, sem que ocorresse aumento real na remuneração base.

Outro vertedouro foi a crescente fuga de profissionais, em especial para instituições de ensino nas regiões onde a Ceplac se faz presente, na busca de melhor remuneração, tendo daí ocorrido a perda de significativo número de pessoas.

Como se não bastassem os problemas porque passava a Ceplac quanto ao número de servidores e a impossibilidade de reter talentos, o Governo Federal lançou o PDV - Programa de Demissão Voluntária, o qual contribuiu sobremaneira para perda de profissionais, na sua maioria mestres e doutores, com projetos de pesquisas em andamento e/ou em início.

Recentemente, fruto de ações judiciais e/ou administrativas, a maioria absoluta dos servidores de nível superior e intermediário passou por uma reestruturação da carreira, com ganho significativo na remuneração, fato que levou os gestores a imaginarem que iniciaria um novo momento de possibilidades do ingresso de pessoas, com possibilidade de alavancar novos projetos e atendimento a demanda da sociedade local, porém a indefinição jurídica da instituição, aliada a outros fatores de caráter governamental não deixaram que o atrativo remuneratório fosse capaz de descobrir novos talentos para nutrir a saúde da instituição.

Fator de relevância para a sociedade, a memória técnico-administrativa produzida ao longo dos 54 anos de pesquisa, extensão e educação, está se esvaindo dia a dia, haja vista que todo o cabedal de conhecimento transferido para os livros publicados e demais tipos de documentos técnicos que podem ser manuseados, está ano luz de distância, se comparado a toda informação que deixa de ser transferida aos mais novos pelos mais antigos que estão saindo, aposentando ou falecendo, tendo em vista que estes não estão sendo inserido no contexto desde 1987.

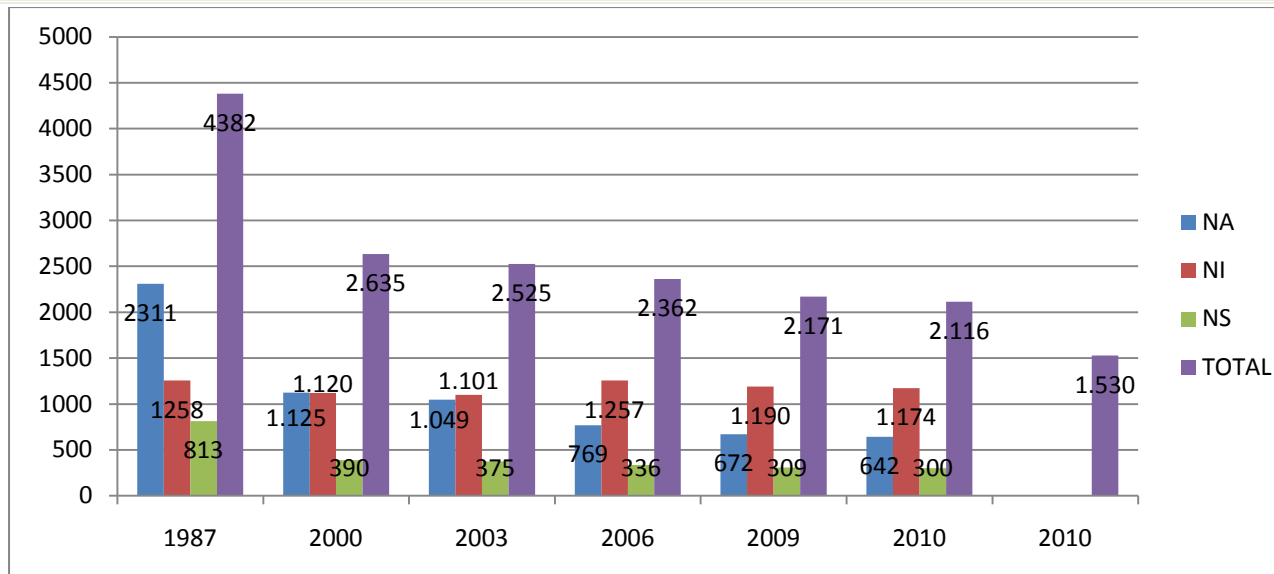
Salienta-se mais uma vez que o número total de servidores hoje disponíveis (2.116 - Figura 1), poderá ser diminuído para 1530 (Figura 1), haja vista que 586 (Figura 2) já dispõem de tempo para aposentadoria, estando incluídos no programa de abono de permanência.

A dificuldade enfrentada há anos pela CEPLAC em relação à escassez de Recursos Humanos - Rh diz respeito à recomposição e à ampliação do quadro. Pelo demonstrado na Figura 01, que trata do quantitativo do quadro de RH, assim como pelo evidenciado, a seguir, na Figura 02, fica claro que a ampliação, com consequente renovação do quadro próprio de pessoal, especialmente de nível superior, é uma questão de “sobrevivência” da Instituição é único caminho para que o Estado possa responder os anseios e requerimentos feitos pelos cidadãos que dependam ações de cunho institucional para os mais diversos problemas que enfrenta o agronegócio do cacau.

FIGURA 01: EVOLUÇÃO DO QUADRO DE RH, POR NÍVEL, NO PERÍODO 1987/10

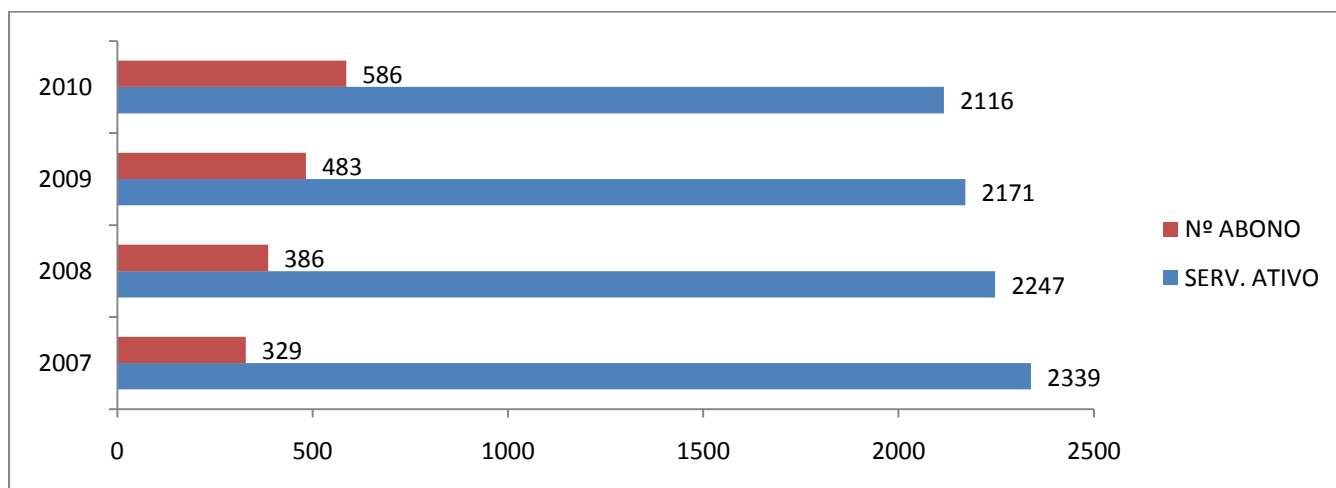


PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Agrava ainda mais a situação comentada no tópico anterior, o fato de que, hoje, um conjunto significativo de servidores já preenche os requisitos para a aposentadoria, estando eles recebendo abono permanência (Figura 02). Pelos dados apresentados é possível inferir as tendências opostas de evolução do contingente total em relação ao quantitativo de servidores com o abono. Evidencia, também, que se os servidores com direito adquirido, resolver optar pelo seu direito, isto é, pela aposentadoria, ou melhor, se decidirem deixar o Órgão hoje, o efetivo total da CEPLAC será reduzido a 1.541 funcionários, correspondendo a uma perda de 27,55% do contingente. Podendo afirmar que, esse número de pessoal, inviabiliza a manutenção da máquina em funcionamento pleno, o que se traduz em erdas significativas para as populações que vivem onde a CEPLAC atua, bem como para o atingimento das metas e atingimento dos objetivos governamentais de sua competência.

FIGURA 02: EVOLUÇÃO DA AQUISIÇÃO DO ABONO PERMANÊNCIA VERSUS CONTINGENTE TOTAL DE SERVIDORES NOS ANOS DE 2007, 2008, 2009 E 2010.





PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Em contrapartida à situação do quadro efetivo de servidores, acima descrito, os impactos da terceirização tem sido positivos, porquanto sem esse recurso, frente à redução do efetivo de servidores auxiliares, agravado com o seu envelhecimento, os trabalhos de manutenção de áreas agrícolas usadas para pesquisa, a manutenção de bens móveis e imóveis, o transporte de servidores, entre outras atividades de apoio as ações finalísticas do Órgão, não poderiam ser executadas no quantitativo demandado.

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS

NÍVEL	CARGO	TOTAL
AUXILIAR	ARTIFICE DE CARPINTARIA E MARCENARIA	1
	AUX EM TRANSP MARITIMO E FLUVIAL	4
	AUX OPERAC DE SERV ENGENHARIA	1
	AUX OPERACIONAL DE SERV DIVERSOS	22
	AUXILIAR DE ARTIFICE	23
	AUXILIAR DE LABORATORIO	13
	AUXILIAR OPERACIONAL EM AGROPECUARIA	562
	TRATORISTA	16
	TOTAL DO NÍVEL	642
INTERMEDIÁRIO	AGENTE ADMINISTRATIVO	336
	AGENTE DE ATIVIDADES AGROPECUARIAS	338
	AGENTE DE CINEFOTO MICROFILMAGEM	4
	AGENTE DE COMUNICACAO SOCIAL	13
	AGENTE DE HIGIENE E SEGURANCA DO TRABALHO	2
	AGENTE DE PORTARIA	45
	AGENTE DE SERVICO EM ENGENHARIA	12
	AGENTE DE VIGILANCIA	61
	AGENTE TELECOMUNICACOES ELETRICIDADE	3
	ARTIFICE DE ARTES GRAFICAS	16
	ARTIFICE DE CARPINTARIA E MECANICA	1
	ARTIFICE DE ELETRICIDADE E COMUNICACAO	1
	ARTIFICE DE MECANICA	36
	AUX OPERACIONAL DE SERV DIVERSOS	77
	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	1
	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	2
	AUXILIAR DE METEOROLOGIA	9
	AUXILIAR EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3
	CLASSIFICADOR DE CACAU	1
	DESENHISTA	15
	ESCRITURARIO	2
	LABORATORISTA	7
	MOTORISTA OFICIAL	121
	OPERADOR DE COMPUTACAO	2
	PROFESSOR HORISTA	5
	PROGRAMADOR	11
	TECNICO AGRICOLA	1
	TECNICO DE LABORATORIO	27
	TECNICO EM AGRICULTURA E PECUARIA	1
	TECNICO EM CONTABILIDADE	20
	TELEFONISTA	1
	TOTAL DO NÍVEL	1.174
SUPERIOR	ANALISTA DE SISTEMAS	12
	ASSISTENTE JURIDICO	1
	ASSISTENTE SOCIAL	3



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



NÍVEL	CARGO	TOTAL
	BIBLIOTECARIO	1
	CONTADOR	1
	ECONOMISTA	1
	ENGENHEIRO	4
	FISCAL FEDERAL AGROPECUARIO	220
	MÉDICO	1
	NUTRICIONISTA	1
	PESQUISADOR	1
	PESQUISADOR EM CIENCIAS EXATAS E DA NATUREZA	1
	PESQUISADOR EM TECNOLOGIA E CIENCIAS AGRICOLAS	12
	PROFESSOR	7
	PROFESSOR DE 1. E 2. GRAUS	1
	PSICOLOGO	1
	SECRETARIO EXECUTIVO	1
	TECNICO DE PLANEJAMENTO-GESTAO	16
	TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	15
	TOTAL DO NÍVEL	300
TOTAL GERAL		2.116

5.5 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, segundo os órgãos CGU/TCU, serão demonstrados por intermédio de três (3) demonstrativos: Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene ostensiva; Contratos de prestação de serviço com locação de mão de obra; Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão de obra.

O **Quadro A.5.8** abaixo, segundo requerimentos dos mesmos órgãos CGU e TCU, compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva que tiveram em vigência no exercício de 2010, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2010, mesmo que não efetivados no exercício.

O **Quadro A.5.9** abaixo, segundo os órgãos CGU/TCU, compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra que tiveram em vigência no exercício de 2010, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2010, mesmo que não efetivados no exercício. Excetuam-se deste Quadro os contratos relativos à Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva, que devem ser tratados no Quadro A.5.8 anterior.

O **Quadro A.5.10** abaixo, segundo os órgãos CGU/TCU, compreende a situação em 31/12/2010 da distribuição de trabalhadores contratados mediante os contratos de locação de mão de obra relacionados nos Quadros A.5.8 e A.5.9 anteriores pelas unidades administrativas associadas à UJ.

5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

A UJ que seja responsável pela área de recursos humanos, ou que tenha entre as UJ consolidadas uma com essa responsabilidade, segundo instruções dos órgãos CGU e TCU, deve informar os indicadores dos quais se utiliza para tal gerenciamento. As UJ que não tenham indicadores desenvolvidos para a área de pessoal devem fazer constar essa informação no Relatório de Gestão e informar se há previsão de desenvolvê-los.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Os indicadores, segundo instruções dos mesmos órgãos CGU e TCU, deverão ser informados de modo a explicitar os padrões utilizados, os objetos mensurados, os objetivos e metas fixados e, por fim, as conclusões quantitativas e qualitativas daí decorrentes sobre a gestão de recursos humanos.

Em especial, mas sem prejuízo de outros indicadores que a UJ tenha desenvolvido e considere adequado informar, interessam aqueles que tratem dos seguintes temas:

- *Absenteísmo;*
- *Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;*
- *Rotatividade (turnover);*
- *Educação Continuada;*
- *Satisfação e Motivação;*
- *Disciplina;*
- *Desempenho funcional;*
- *Níveis Salariais;*
- *Demandas Trabalhistas.*

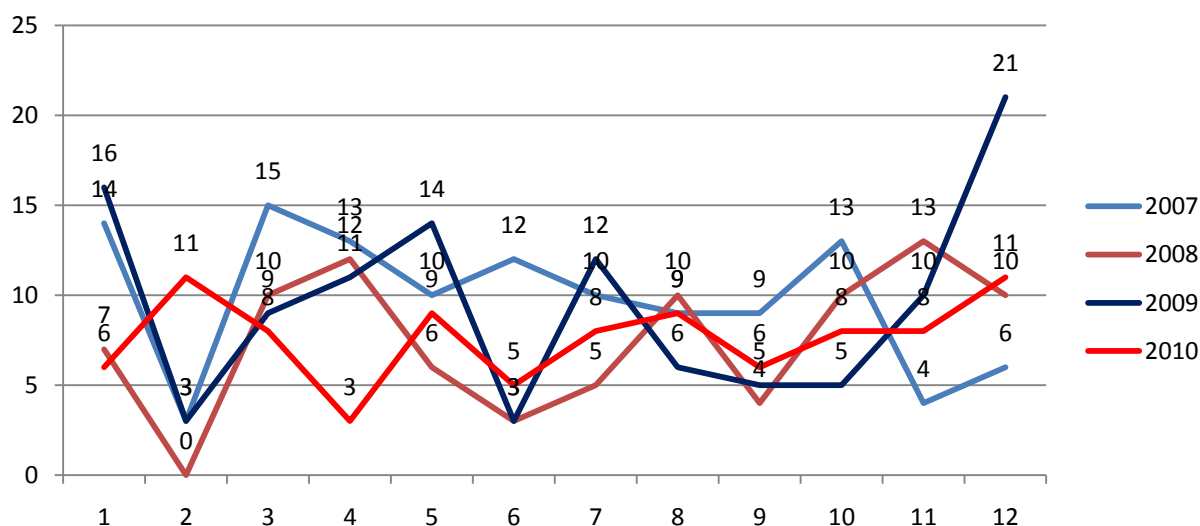
B - INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS INSTITUÍDOS PELA UNIDADE

Na atualidade, parte dos indicadores inicialmente considerados para abordagem no Relatório de Gestão é obtido, diretamente, através de sistemas informatizados já em uso, enquanto outros dependem do aproveitamento de informações geradas por sistemas que não tem o indicador desejado como o seu objetivo principal. Isso ocorre, por exemplo, com o SIAPE em relação ao indicador absenteísmo.

A recuperação de dados no SIAPE permitiu a construção do gráfico apresentado na Figura 03, onde se verifica que as faltas no período analisado, na maioria dos meses, tem se mantido no intervalo de 5 a 15 e 2010, em especial, entre os intervalos de 5 a 10.

92

FIGURA 03: EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE FALTAS AO SERVIÇO NO PERÍODO 2007 A 2010





PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO A.5.8		QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA													
UJ / UG		Unidade Contratante													
		Nome:													
		UG/Gestão:							CNPJ:						
		Informações sobre os contratos													
							Empresa Contrata- da (CNPJ)	Período contratual de execu- ção das atividades contrata- das		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhado- res contratados					
	Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato			Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
GERAM	130.127	2008	L	0	07/2009	06.032.743/0001-20	26/12/2008	25/12/2009	3	3	1	1			
GERES	130.125														
GEREM	130.129														
SUEBA	130.008														
	130.122	2009	L	0	32/2009	01383525/0001-16	16/11/2010	15/11/2011							P
		2009	L	0	49/2009	01383525/0001-16	25/01/2010	26/01/2012							P
	130.132														
	130.133	2009	L	0	49/2009	00138352/0001-16	25/01/2010	26/01/2010							P
SUEPA	130.031														
	130.126														
	130.134														
	130.135														
	130.136														
SUERO	130.128	2009	L	O	Contrato CEPLAC/Suero n°. 25/2009/PVH	08.808.437/0001-68	23/06/2009	22/06/2010	2	2					E
		2009	L	O	Contrato CEPLAC/Suero n°. 27/2009/O. Preto	03.022.531/0001-73	01/07/2009	30/06/2011	2	2					P
		2010	L	O	Contrato CEPLAC/Suero n°. 16/2010/PVH	84.580.141/0001-10	09/09/2010	08/09/2011	2	2					A
		2006	V	O	Contrato CEPLAC/Suero n°. 31/2006/O. Preto	03.024.076/0001-45	16/10/2006	01/07/2010	4	4					E
		33/2008	V	O	Contrato CEPLAC/Suero n°. 33/2008/PVH/Ariquemes	03.024.076/0001-45	31/10/2008	01/07/2010	8	4 *					E
		2010	V	E	Contrato CEPLAC/Suero n°. 13/2010/PVH/O. Preto	05.562.593/0001-01	12/07/2010	11/12/2010	8	8					E
	2010	V	O	Contrato CEPLAC/Suero n°. 20/2010/PVH/O. Preto	10.570.899/0001-31	12/12/2010	11/12/2011	8	8					A	
	137.043														
Obs.															
LEGENDA															
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.															
Fonte:															



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO A.5.9		CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA													
UJ / UG		Unidade Contratante													
		Nome:													
		UG/Gestão:						CNPJ:							
		Informações sobre os contratos													
		Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						
						Início	Fim	P	C	P	C	P	C	Sit.	
GERAM	130.127														
GERES	130.125	2010	1	O	02/2010	07.213.314/0001-11	01/05/2010	30/04/2011	11	11	-	-	-	-	A
GEREM	130.129														
SUEBA (*)	130.008														
	130.122	2010	2	O	11/2010	07.015.165/0001-86	07/06/2010	06/06/2011						A	
	130.132	2010	2	O	11/2010	07.015.165/0001-86	07/06/2010	06/06/2010						A	
	130.133	2009	2	O	35/2009	07.770.857/0001-30	30/11/2010	30/11/2011						A	
		2009	2	O	36/2009	07.015.165/0001-86	30/11/2009	30/11/2011						A	
		2010	2	O	13/2010	07.015.165/0001-86	17/06/2010	14/06/2011						P	
		2010	2	O	16/2010	07.015.165/0001-86	19/08/2010	31/01/2011						E	
		2010	2	O	37/2010	10.309.919/0001-15	03/01/2011	03/05/2011						A	
SUEPA	130.031	2007	1	O	015/2007	03.765.290/0001-52	01/11/2007	30/10/2010			5	5		E	
		2008	1	O	007/2008	09.409.620/0001-53	08/10/2007	07/10/2011			1	1			
		2010	1	O	002/2010	09.409.620/0001-53	08/03/2010	07/03/2011			48	48			
		2007	8	O	011/2007	05.742.568/0001-80	01/08/2007	31/07/2011			18	18			
		2009	7	O	005/2009	09.409.620/0001-53	09/10/2009	09/09/2011			14	14			
		2010	1	O	015/2010	04.774.128/0001-63	17/12/2010	16/12/2011			3	3			
	130.126														
	130.135														
	130.136														
	130.134														



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO A.5.9		CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA													
UJ / UG		Unidade Contratante													
		Nome:													
		UG/Gestão:							CNPJ:						
		Informações sobre os contratos													
		Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados					Sit.	
SUERO	130.128	2009	1	O	028/2009/Operário Rural	07.047.898/0001-00	15/09/2009	14/09/2011	18	22					P
		2009	1	O	028/2009/Técnico Informática	07.047.898/0001-00	15/09/2009	14/09/2011	1	1					P
		2009	2	O	028/2009/Artífice Serviços Gerais	07.047.898/0001-00	15/09/2009	14/09/2011	1	1					P
	137.047														
Observação: (*) O Edital não exigiu informação sobre escolaridade.															
LEGENDA															
Área:															
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;															
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis															
3. Serviços de Copa e Cozinha;															
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;															
5. Serviços de Brigada de Incêndio;															
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;															
7. Outra															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior															
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado															
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.															
Fonte:															



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO A.5.10 DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA					
UG / UJ		Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
GERAM	130.127				
GERES	130.125	02/2010	1	11	GERES – Estação Experimental Filogônio Peixoto
GEREM	130.129				
SUEBA	130.008	-			
	130.122	11/2010	2	24	Sede Regional
	130.132	11/2010	2	3	CENEX/Granja
	130.133	13/2010	2	5	Sede Regional
		16/2010	2	10	Sede Regional
		35/2009	2	8	CEPEC - Estação Experimental Lemos Maia - Una - BA
		35/2009	2	46	CEPEC - Estação Experimental Arnaldo Medeiros - Ilhéus - BA
		35/2009	2	7	CEPEC - Estação Experimental Djalma Bahia -Una - BA
		36/2009	2	8	CEPEC - Estação de Zootecnia do Extremo Sul - Itabela - Bahia
		36/2009	2	6	CEPEC - Estação Experimental Esomi -Santo Amaro - BA
		37/2010	2	10	CEPEC – Sede Regional
		49/2009	2	1	SIPRA/CEPEC
	130.031	015/2007	1	5	CEPLAC/SUEPA/SEPES
		007/2008	1	1	CEPLAC/SUEPA/SEPES
		002/2010	1	48	CEPLAC/SUEPA/SEPES
		011/2007	8	18	CEPLAC/SUEPA/SECAD
		005/2010	1	3	CEPLAC/SUEPA/SECAD
		015/2009	7	14	CEPLAC/SUEPA/SECAD
SUEPA	130.126				
	130.134				
	130.135				
	130.136				



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



SUERO	130.128	Contrato CEPLAC/Suero n°. 25/2009/PVH	7	2	MAPA/CEPLAC/SUERO/Limpeza Sede Porto Velho/RO
		Contrato CEPLAC/Suero n°. 27/2009/O. Preto	7	2	MAPA/CEPLAC/SUERO/Limpeza Sede Ouro Preto/RO
		Contrato CEPLAC/Suero n°. 16/2010/PVH	7	2	MAPA/CEPLAC/SUERO/Limpeza Sede Porto Velho/RO
		Contrato CEPLAC/Suero n°. 31/2006/O. Preto	8	4	MAPA/CEPLAC/SUERO/Vigilância sede Ouro Preto/RO
		Contrato CEPLAC/Suero n°. 33/2008/PVH/Ariquemes	8	4	MAPA/CEPLAC/SUERO/Vigilância sede Porto Velho/Escola Ariquemes/RO
		Contrato CEPLAC/Suero n°. 13/2010/PVH/O. Preto	8	8	MAPA/CEPLAC/SUERO/Vigilância Sede Porto Velho/Ouro Preto/RO
		Contrato CEPLAC/Suero n°. 20/2010/PVH/O. Preto	8	8	MAPA/CEPLAC/SUERO/Vigilância sede Porto Velho/Ouro Preto/RO
		Contrato CEPLAC/Suero n°. 028/2009/Operário Rural	1	22	MAPA/CEPLAC/SUERO/Operário Rural Manutenção Estex-Op
		Contrato CEPLAC/Suero n°. 028/2009/Técnico Informática	1	1	MAPA/CEPLAC/SUERO/Técnico Informática sede Porto Velho
		Contrato CEPLAC/Suero n°. 028/2009/Artífice Serv Gerais	2	1	MAPA/CEPLAC/SUERO/Artífice Serviços Gerais sede Porto velho
	137.047				
Obs.:					
Legenda					
Área:					5. Serviços de Brigada de Incêndio;
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;					6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizês;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;					7. Higiene e Limpeza;
3. Serviços de Copa e Cozinha;					8. Vigilância Ostensiva;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;					9. Outras.
Fonte:					



6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010:

Neste item, atendendo requerimentos e, em conformidade com o a íntegra do texto abaixo, da DN/CGU/TCU N.º 107, abordar-se-á: Informações sobre as transferências mediante **convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres**, vigentes no exercício de referência.

Objetivo: Obter Informações sobre as transferências realizadas pela UJ no exercício de referência do relatório de gestão mediante convênios, contratos de repasse, termos de cooperação e termos de parceria, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições, de modo a se avaliar as ações de controle e acompanhamento efetuadas pela UJ sobre essas modalidades de transferências financeiras a terceiros.

Estrutura de Informação: A informação está estruturada de modo a se obter, mediante o preenchimento de cinco (5) quadros, o detalhamento dos valores transferidos, bem como as ações destacadas para o controle e acompanhamento dessas operações.

Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que realizaram transferências a título de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílios ou contribuições no exercício de referência do relatório de gestão.

Referências:

- Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000 (LRF);
- Lei n.º 4320/64;
- Lei n.º 6.404/76;
- Lei n.º 12.017, de 12/08/2009 (LDO 2010);
- Lei n.º 9.790, de 22 de março de 1999;
- Lei n.º 11.578, de 26 de novembro de 2007;
- Decreto n.º 6.170/2007;
- Decreto n.º 93.972/86;
- Decreto 6.708/2008;
- Decreto 6.993/2010;
- Portaria MPOG n.º 265/2001;
- Portaria Interministerial n.º 163, de 2001;
- Manual Técnico de Orçamento para 2010.

6.1 TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO

Importante: Para uma melhor apresentação dos quadros a seguir, que provavelmente serão de grande extensão, sugere-se que seja utilizada a Orientação “Paisagem” no “Layout da Página” para a suas elaborações e apostos no capítulo de Anexos do Relatório de Gestão, fazendo-se as devidas referências no corpo do Relatório.

6.1.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2010

O **Quadro A.6.1** abaixo, segundo requerimentos dos órgãos CGU/TCU, contempla os valores das transferências vigentes no exercício de referência do relatório de gestão. A UJ deverá informar, por concedente ou contratante, o conjunto de instrumentos de transferências vigentes no exercício, informando o tipo e identificação da transferência, a identificação do beneficiário, os valores e as contrapartidas pactuadas, os repasses efetuados no exercício e acumulados até o final do exercício, as datas de início e fim de vigência, considerados todos os termos aditivos, bem como a



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



situação da transferência registrada no Sistema SIAFI ou outro sistema equivalente. Deve ser elaborado um quadro específico para cada concedente ou contratante que compor o Relatório de Gestão.

QUADRO A.6.1		CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO							
UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA									
CNPJ:00.396.895/0088-86					UG/GESTÃO:130010				
INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
							Início	Fim	
1	21070.000626/2010-42	CEPLAC	3.636.000,00	0,00	0,00	0,00	23/12/2010	22/12/2013	1
1	21070.00033/2010-65	CACAUCULTURA NACIONAL	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	27/12/2010	26/12/2013	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte:

6.1.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

O Quadro A.6.2 abaixo segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

QUADRO A.6.2	RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS					
UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE						
Nome:COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA						
CNPJ:00.386.895/0088/86				UG/GESTÃO:130010		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	0	0	2	0,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	0	0	2	0,00	0,00	0,00
Fonte:						



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



6.1.3 **INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO NO EXERCÍCIO DE 2011 E SEGUINTE**

O Quadro A.6.3 abaixo segundo instruções dos órgãos CGU e TCU, contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os valores já repassados e a serem transferidos, relativos aos instrumentos que permanecerão vigentes no exercício de 2011 e seguintes.

QUADRO A.6.3 RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE					
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA					
CNPJ:00.396.895/0088-86			UG/GESTÃO:130010		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	25	5.636.000,00	0,00	1.618.549,00	0,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	25	5.636.000,00	0,00	1618549,00	0,00
Fonte:					

6.1.4 **INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE**

O **Quadro A.6.4** abaixo, segundo os órgãos CGU/TCU, visa a demonstrar a quantidade de instrumentos de convênio e de contrato de repasse, assim como os respectivos montantes repassados, segmentados por ano em que deveriam ser prestadas as contas, de forma a evidenciar o perfil da prestação de contas das transferências sob essas modalidades. Dessa forma, a UJ deve identificar, por ano da prestação de contas, a quantidade de instrumentos “Convênios” e “Contratos de Repasse”, assim como os respectivos montantes, segmentando-os entre instrumentos que tiveram suas contas prestadas e instrumentos que não tiveram contas prestadas.

A data que deve ser considerada para identificar a prestação ou não das contas segundo requerimentos dos mesmos órgãos CGU/TCU, é 31/12/2010. Assim, o Quadro evidenciará a quantidade e o montante repassado dos instrumentos que, até o final do exercício de referência do Relatório, ainda não estavam com a prestação de contas atualizada pelo conveniente ou contratado.

O **Quadro A.6.5**, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, contempla informações sobre a análise das prestações de contas a cargo do concedente e do contratante. Com base nos exercícios em que as contas foram apresentadas, a UJ deve apresentar informações de quantidade e montante envolvendo contas analisadas e não analisadas, de forma a evidenciar a qualidade do gerenciamento empreendido pela UJ. A data de referência para definir se a conta foi analisada ou não é 31/12/2010.

6.2 **ANÁLISE CRÍTICA**

- *A análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo segundo requerimento dos órgãos CGU/TCU, é obrigatória e aplicável a todas as UJ.*
- *Nesse contexto e sem prejuízo de outras abordagens que a UJ considere adequado fazer, importa que a UJ informe sobre:*
- *Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;*
- *Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do Decreto 6.752/2010, com a redação dada pelo Decreto 6.993/2010, ou legislação que o altere;*
- *Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos;*
- *Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011;*
- *Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;*
- *Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;*



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO
A.6.4

RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE

UNIDADE CONCEDENTE

Nome: COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

CNPJ: 00.396.895/0088-86

UG/GESTÃO: 130010

EXERCÍCIO DA PRESTATAÇÃO DE CONTAS	QUANTITATIVOS E MONTANTE REPASSADOS		INSTRUMENTOS (QUANTIDADE E MONTANTE REPASSADO)		
			CONVÊNIOS	CONTRATOS DE REPASSE	
2010	Ainda no prazo de prestação de contas		Quantidade	2	
			Montante Repassado	0,00	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		-
			Montante Repassado (R\$)		-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		-
			Montante Repassado (R\$)		-
2009	Contas prestadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
2008	Contas prestadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
Fonte:					



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



EM R\$ 1,00

QUADRO
A.6.5

VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

CNPJ: 00.396.895/0088-86

UG/GESTÃO: 130010

EXERCÍCIO DA PRES- TAÇÃO DE CONTAS	QUANTITATIVOS E MONTANTES REPASSADOS			INSTRUMENTOS	
				CONVÊNIOS	CONT.OS DE REPASSE
2010	Quantidade de contas prestadas			0	-
	Com prazo de análise ainda não vencido		Quantidade	2	-
			Montante repassado (R\$)	0,00	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	-
			Quantidade Reprovada	0	-
			Quantidade de TCE	0	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	-
			Montante repassado (R\$)	0	-
2009			Quantidade de contas prestadas		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante repassado (R\$)	-	-	
2008	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante repassado	-	-	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante repassado	-	-	
Fonte:					



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.

Neste item, atendendo requerimentos e, em conformidade com o a integra do texto abaixo, da DN/CGU/TCU N.º 107, abordar-se-á sobre: Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

- I. ambiente de controle;*
- II. avaliação de risco;*
- III. procedimentos de controle;*
- IV. informação e comunicação;*
- V. monitoramento.*

Objetivo: Demonstrar a estrutura de controles internos da Unidade Jurisdicionada, de forma a evidenciar a suficiência desses controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas, a obediência (compliance) às leis e regulamentos que a regem ou ao seu negócio, a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano e a eficácia e eficiência de suas operações.

Estrutura de Informação: A informação está estruturada em um formulário contendo afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos da UJ: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento. Para cada afirmativa, a UJ deverá indicar um valor na escala de 1 a 5, de acordo com a situação em que se encontrava ao final do exercício de 2010.

Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

7.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

A informação, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, está estruturada conforme o **Quadro A.9.1** abaixo, que dispõe diversas afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos da UJ: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

QUADRO A.9.1	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ					
ASPECTOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO		AVALIAÇÃO				
AMBIENTE DE CONTROLE		1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.						X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das			X			



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO
A.9.1

ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ASPECTOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO		AVALIAÇÃO				
AMBIENTE DE CONTROLE		1	2	3	4	5
instruções operacionais ou código de ética ou conduta.						
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X			
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.						X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.						X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X			
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X	



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO
A.9.1

ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ASPECTOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	AVALIAÇÃO				
	1	2	3	4	5
AMBIENTE DE CONTROLE					
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			

Considerações gerais:

LEGENDA

- Níveis de Avaliação:
 - Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
 - Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
 - Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
 - Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
 - Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Neste item, atendendo requerimentos e, em conformidade com o a integra do texto abaixo, da DN/CGU/TCU N.º 107, abordar-se-á sobre: Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Objetivo: Verificar se as aquisições de bens/produtos e contratação de obras e serviços da unidade são baseadas em critérios de sustentabilidade ambiental nos respectivos processos licitatórios, tendo em vista o impacto ambiental dos produtos e serviços adquiridos e de seus processos de elaboração e prestação.

Estrutura de Informação: A informação é estruturada em forma de questionário de modo a se obter da UJ seu nível de concordância com cada item de afirmação, sendo que a resposta deve ser indicada pela assinalação de um "X" em uma escala de 1 a 5.

Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Referências:

- Decreto nº 5.940/2006;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010.

8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

O tópico sobre gestão ambiental e licitações sustentáveis, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, traz questões que o gestor terá de avaliar segundo sua concordância ou não com as afirmações apresentadas no Quadro A.10.1 abaixo.

QUADRO A.10		GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS				
ASPECTOS SOBRE A GESTÃO AMBIENTAL		AVALIAÇÃO				
LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS		1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? ✓ Quando solicitada no edital, a pontuação é feita com base nas certificações compulsórias.					X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? ✓ A água utilizada na limpeza e manutenção é proveniente de poço artesiano, com aproveitamento de água do lençol freático e de chuva; ✓ O consumo total de energia no período janeiro a dezembro de 2010 regrediu em função da aquisição de bens com tecnologia voltada à economia.				X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					X	



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO A.10		GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS				
ASPECTOS SOBRE A GESTÃO AMBIENTAL		AVALIAÇÃO				
LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS		1	2	3	4	5
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <input checked="" type="checkbox"/> <i>Papel ofício para impressão.</i>						
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? <input checked="" type="checkbox"/> <i>Os veículos adquiridos trazem de fábrica equipamentos que atuam como antipoluentes do ar, meio ambiente e sonoro.</i>					X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		X				
<i>Considerações Gerais: Xxx</i>						
LEGENDA						
Níveis de Avaliação:						
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						
2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.						
3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.						
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.						
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.

Neste item, atendendo requerimentos e, em conformidade com o a integra do texto abaixo, da DN/CGU/TCU N.º 107, abordar-se-á sobre: Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros.

Objetivo: Analisar a gestão dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ classificados como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros.

Estrutura de Informação: A informação sobre a gestão de bens imóveis de uso especial deve ser organizada em quatro quadros: Distribuição Espacial de Bens de Uso Especial de Propriedade da União; Distribuição Espacial de Bens de Uso Especial Locados de Terceiros; Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União de responsabilidade da UJ; Discriminação dos Bens Imóveis Locados de Terceiros pela UJ. Além dos quadros, também é exigida do dirigente análise crítica sobre a gestão dos imóveis efetuada pela UJ.

Abrangência: Unidades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União, unidades da administração direta, autarquias e fundações do Poder Executivo que tiveram sob sua responsabilidade a administração de imóveis e que utilizam o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet no exercício de referência do relatório de gestão.

Referências normativas:

- Decreto-Lei nº 9.760/1946;
- Lei nº 9.636/1998;
- Portaria SPU nº 241/2009;
- Manual do SPIUnet/2007.

108

9.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

O Quadro A.11.1 a seguir, denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2009 e 2010, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

QUADRO A.11.1	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO		
	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	AMAZONAS	2	2
	ITACOATIARA	1	1
	MANAUS	1	1
	BAHIA	81	81
	AIQUARA	1	1
	ARATACA	2	2
	AURELINO LEAL	1	1
	BARRA DO ROCHA	1	1
	BARRO PRETO	2	2
	BELMONTE	2	2
	BUERAREMA	1	1
	CAMACAN	2	2
	CAMAMU	1	1
	CANAVIEIRAS	4	4
	COARACI	2	2
	EUNAPOLIS	2	2



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO A.11.1

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
BRASIL	FLORESTA AZUL	1	1
	GANDU	2	2
	GONGOGI	1	1
	GUARATINGA	1	1
	IBICARAI	2	2
	IBIRAPITANGA	2	2
	IBIRAPUA	1	1
	IBIRATAIA	1	1
	ILHEUS	2	2
	IPIAU	2	2
	ITABELA	1	1
	ITABUNA	2	2
	ITAGIBA	1	1
	ITAJUIPE	2	2
	ITAMARAJU	3	3
	ITAMARI	2	2
	ITANHEM	1	1
	ITAPEBI	1	1
	ITORORO	2	2
	ITUBERA	1	1
	JITAUNA	1	1
	JUSSARI	1	1
	LAJE	1	1
	MARAU	1	1
	MASCOTE	1	1
	MEDEIROS NETO	1	1
	MUTUIPE	1	1
	PAU BRASIL	2	2
	PORTO SEGURO	1	1
	SALVADOR	2	2
	SANTA LUZIA	1	1
	SAO SEBASTIAO DO PASSE	1	1
	TAPEROA	1	1
	TEIXEIRA DE FREITAS	1	1
	TEOLANDIA	1	1
	UBAIRA	1	1
	UBAITABA	1	1
	UBATA	1	1
	UMA	2	2
	URUCUCA	3	3
	VALENCA	4	4
	ESPÍRITO SANTO	2	2
	LINHARES	2	2
	MARANHÃO	1	1
	SANTA INES	1	1
	PARÁ	84	84
	ACARA	1	1
	ALENQUER	1	1
	ALTAMIRA	4	4
	ANANINDEUA	1	1
	BELEM	1	1
	BENEVIDES	1	1
	BRASIL NOVO	3	3
	CAMETA	2	2
	CASTANHAL	1	1
	ITAITUBA	4	4
	MEDICILANDIA	39	39
	NOVO REPARTIMENTO	1	1
	PRAINHA	1	1



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO A.11.1		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	
	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
	RUROPOLIS	4	4
	SANTA ISABEL DO PARA	1	1
	TOME-ACU	11	11
	TRAIRAO	1	1
	TUCUMA	1	1
	URUARA	6	6
	RONDÔNIA	43	43
	ARIQUEMES	4	4
	BURITIS	1	1
	CACAULANDIA	1	1
	CACOAL	3	3
	CAMPO NOVO DE RONDONIA	1	1
	COLORADO DO OESTE	1	1
	JARU	1	1
	JI-PARANA	3	3
	MACHADINHO D'OESTE	1	1
	MIRANTE DA SERRA	1	1
	OURO PRETO DO OESTE	17	17
	PORTO VELHO	3	3
	URUPA	6	6
Subtotal Brasil		213	213
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		213	213
Fonte: SPIUNET			

O **Quadro A.11.2** a seguir, denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela UJ no final dos exercícios de 2009 e 2010, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

QUADRO A.11.2		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	
	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Amazonas	1	1
	Itacoatiara	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	0	0
	cidade 1		



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO A.11.2		DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1
Fonte: Relatório Gestor			

O **Quadro A.11.3** a seguir, denominado Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, segundo os órgãos CGU/TCU, está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse Quadro devem ser relacionados todos os imóveis que, em 31/12/2010, estavam sob a responsabilidade da UJ apresentadora do relatório de gestão e de UJ a ela consolidada ou agregada.

Observação: Para melhor apresentação das informações exigidas, segundo requerimentos dos mesmos órgãos CGU e TCU, esse Quadro poderá ser elaborado com orientação em paisagem, de acordo com o leiaute de página do editor de texto.

UADRO A.11.3		DISTRIBUIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ						
UG	RIP do Imóvel SPIUnet	Regime de Utilização	Estado e Conser- vação	Valor do Imóvel			Despesas com Manutenção no Exercício	
				Valor Histórico	Data	Valor de Reavaliação	Imóvel	Instalação
130127	0241000335002	ENTREGA – ADM FEDERAL DIRETA	(*)	210,12	(*)	(*)	(*)	(*)
130127	0255006955002	ENTREGA – ADM FEDERAL DIRETA	(*)	44.398.844	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3311000025004	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	38,19	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3073000035000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	14,76	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3073000045006	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	199,32	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3347000025005	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	163,55	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3361000025000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	53,75	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3365000035009	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	159,29	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3365000045004	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	27,07	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3367000105003	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	59,03	(*)	(*)	(*)	(*)
130133	3367000115009	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	1.123.022	(*)	(*)	(*)	(*)
130122	3393000035004	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	1.869.163	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3411000045001	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	273,20	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3411000055007	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	264,00	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3415000055000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	75,84	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3425000105004	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	180,44	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3425000115000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	37,29	(*)	(*)	(*)	(*)
130133	3425000125005	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	239,20	(*)	(*)	(*)	(*)
130133	3425000135000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	452,43	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3459000035000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	130,04	(*)	(*)	(*)	(*)



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



UADRO A.11.3								
DISTRIBUIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ								
UG	RIP do Imóvel SPIUnet	Regime de Utilização	Estado e Conser- vação	Valor do Imóvel			Despesas com Manutenção no Exercício	
				Valor Histórico	Data	Valor de Reavaliação	Imóvel	Instalação
130132	3459000045006	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	247,61	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3117000135000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	142,04	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3117000145006	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	398,00	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3519000025002	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	43,02	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3523000435004	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	293,97	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3523000445000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	191,41	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3529000025000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	4,97	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3535000025004	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	73,19	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3541000035004	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	86,29	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3541000045000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	138,23	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3555000035004	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	37,01	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3555000045000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	271,14	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3557000025005	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	14,69	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3559000025001	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	73,56	(*)	(*)	(*)	(*)
130122	3573001645009	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	18.448,972	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3573001655004	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	4.608,541	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3579000045007	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	23,47	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3579000055002	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	403,93	(*)	(*)	(*)	(*)
130133	3279000025007	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	1.490,197	(*)	(*)	(*)	(*)
130122	3597000415007	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	1.401,612	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3597000425002	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	898,58	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3605000025009	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	185,53	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3611000035009	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	138,88	(*)	(*)	(*)	(*)
130133	3611000045004	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	622,10	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3613000105003	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	64,14	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3613000115009	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	49,21	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3613000125004	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	146,81	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3615000035001	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	20,60	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3615000045007	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	105,21	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3621000035006	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	71,25	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3627000025000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	247,16	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3643000035007	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	2,46	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3643000045002	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	78,36	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3647000055000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	157,53	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3667000025009	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	70,85	(*)	(*)	(*)	(*)
130133	3069000025007	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	306,11	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3677000025006	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	43,64	(*)	(*)	(*)	(*)
130122	3715000115001	VAGO PARA USO	(*)	767,15	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3719000025005	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	171,13	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3723000045004	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	68,69	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3749000025007	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	70,86	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3779000035004	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	89,63	(*)	(*)	(*)	(*)



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



UADRO A.11.3								
DISTRIBUIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ								
UG	RIP do Imóvel SPIUnet	Regime de Utilização	Estado e Conser- vação	Valor do Imóvel			Despesas com Manutenção no Exercício	
				Valor Histórico	Data	Valor de Reavaliação	Imóvel	Instalação
130132	3779000045000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	83,90	(*)	(*)	(*)	(*)
130133	3807000235002	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	1.284.002	(*)	(*)	(*)	(*)
130122	3849004615000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	1.249.448	(*)	(*)	(*)	(*)
130122	3849004625005	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	110,59	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3987000025002	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	155,52	(*)	(*)	(*)	(*)
130133	3889000025002	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	1.058.342	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3923000035001	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	79,80	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3993000095005	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	335,88	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3931000025007	EM REGULARIZACAO - OUTROS	(*)	90,07	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3941000025004	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	40,91	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3943000025000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	161,36	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3945000035002	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	74,42	(*)	(*)	(*)	(*)
130133	3949000165006	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	1.506.576	(*)	(*)	(*)	(*)
130133	3949000175001	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	4,38	(*)	(*)	(*)	(*)
130008	3953000045009	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	4.243.806	(*)	(*)	(*)	(*)
130008	3953000065000	EM REGULARIZACAO - OUTROS	(*)	53,99	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3953000055004	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	101,50	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3957000115000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	175,58	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3957000125005	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	186,68	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3957000135000	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	208,89	(*)	(*)	(*)	(*)
130132	3957000145006	IRREGULAR - ENTREGA	(*)	2.911.835	(*)	(*)	(*)	(*)
130125	5663000365002	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	183,28	(*)	(*)	(*)	(*)
130125	5663000375008	VAGO PARA USO	(*)	1.129.912	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0957000175006	ENTREGA – ADM FEDERAL DIRETA	(*)	139,98	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0403000025003	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	65,54	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0407000165002	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	32,29	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0411003095003	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	78,96	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0411003105009	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	46,55	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0411003115004	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	59,24	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0411003125000	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	151,26	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0415000155008	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	370,20	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0427006565007	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	3.430.233	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0429000155008	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	4.790.259	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0639003145003	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	27,56	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0639003155009	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	87,67	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0639003165004	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	55,19	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0441000135006	EM REGULARIZACAO - CESSAO	(*)	845,31	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0441000145001	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	20,83	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0447001865007	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	109,38	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0471002365000	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	26,02	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0471002385001	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	27,37	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0471002395007	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,65	(*)	(*)	(*)	(*)



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



UADRO A.11.3								
DISTRIBUIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ								
UG	RIP do Imóvel SPIUnet	Regime de Utilização	Estado e Conser- vação	Valor do Imóvel			Despesas com Manutenção no Exercício	
				Valor Histórico	Data	Valor de Reavaliação	Imóvel	Instalação
130126	0471002575005	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	90,46	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000445006	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	6,86	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000455001	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	17,48	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000465007	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	6,78	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000475002	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000485008	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	18,45	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000495003	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000505009	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000515004	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000525000	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	17,48	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000535005	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	13,35	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000545000	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	4,64	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000555006	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	6,86	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000565001	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	4,85	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000575007	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000585002	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000595008	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000605003	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000615009	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000625004	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000635000	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000645005	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000655000	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000665006	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000675001	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000685007	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000695002	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000705008	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	13,07	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000715003	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	12,52	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000725009	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	6,86	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000735004	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000745000	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	6,78	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000755005	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	1,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000765000	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	329,12	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000775006	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	58,71	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000785001	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	98,24	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000795007	EM REGULARIZACAO - CESSAO	(*)	194,27	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000805002	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	5,59	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000815008	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	87,65	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0589000825003	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	25,98	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0629000025000	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	75,18	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0519000325000	EM REGULARIZACAO - CESSAO	(*)	69,79	(*)	(*)	(*)	(*)



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



UADRO A.11.3								
DISTRIBUIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ								
UG	RIP do Imóvel SPIUnet	Regime de Utilização	Estado e Conser- vação	Valor do Imóvel			Despesas com Manutenção no Exercício	
				Valor Histórico	Data	Valor de Reavaliação	Imóvel	Instalação
130126	0597000055004	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	20,75	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0597000065000	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	15,75	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0597000075005	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	116,75	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0597000085000	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	57,30	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0529000075000	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	75,07	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0559000165001	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	20,74	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0559000175007	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	8,92	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0559000185002	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	8,92	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0559000195008	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	17,79	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0559000205003	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	20,74	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0559000215009	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	8,92	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0559000225004	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	17,79	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0559000245005	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	10,50	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0559000255000	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	17,79	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0559000275001	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	191,86	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0559000285007	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	122,76	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0635000025004	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	96,17	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0397001375000	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	120,98	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0399000105005	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	16,63	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0399000115000	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	12,00	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0399000125006	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	12,00	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0399000135001	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	16,63	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0399000145007	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	85,01	(*)	(*)	(*)	(*)
130126	0399000165008	USO EM SERVICO PUBLICO	(*)	12,00	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0007000655004	IRREGULAR - OUTROS	(*)	85,20	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0007000775000	ENTREGA – ADM FEDERAL DIRETA	(*)	129,36	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0007000785005	ENTREGA – ADM FEDERAL DIRETA	(*)	1.001.809	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0007000805006	IRREGULAR - OUTROS	(*)	192,77	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0004000055002	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	75,99	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0677000025000	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	48,82	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0009000335006	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	126,15	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0009000525000	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	13,20	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0009000585002	ENTREGA - ADMINISTRACAO FEDERAL DIRETA	(*)	58,24	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0679000025006	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	83,19	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0023000585008	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	46,05	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0015000345006	ENTREGA – ADM FEDERAL DIRETA	(*)	152,77	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0005000525007	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	97,16	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0005000535002	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	74,40	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0005000545008	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	46,84	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0039000545002	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	79,56	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0697000025004	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	52,46	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0017000405005	EM REGULARIZACAO - ENTREGA	(*)	9,20	(*)	(*)	(*)	(*)



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



UADRO A.11.3		DISTRIBUIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ						
UG	RIP do Imóvel SPIUnet	Regime de Utilização	Estado e Conser- vação	Valor do Imóvel			Despesas com Manutenção no Exercício	
				Valor Histórico	Data	Valor de Reavaliação	Imóvel	Instalação
130128	0017000415000	IMÓVEL FUNCIONAL	(*)	9,20	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0017000425006	IMÓVEL FUNCIONAL	(*)	9,20	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0017000435001	EM REGULARIZAÇÃO - ENTREGA	(*)	9,20	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0017000455002	IMÓVEL FUNCIONAL	(*)	13,20	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0017000465008	EM REGULARIZAÇÃO - ENTREGA	(*)	13,20	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0017000475003	IMÓVEL FUNCIONAL	(*)	13,20	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0017000485009	EM REGULARIZAÇÃO - ENTREGA	(*)	13,20	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0017000495004	EM REGULARIZAÇÃO - ENTREGA	(*)	9,20	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0017000505000	EM REGULARIZAÇÃO - ENTREGA	(*)	11,60	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0017000515005	EM REGULARIZAÇÃO - ENTREGA	(*)	9,20	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0017000525000	EM REGULARIZAÇÃO - ENTREGA	(*)	9,20	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0017000535006	EM REGULARIZAÇÃO - ENTREGA	(*)	31,10	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0017000545001	EM REGULARIZAÇÃO - ENTREGA	(*)	66,64	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0017000555007	IMÓVEL FUNCIONAL	(*)	31,10	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0017000565002	EM REGULARIZAÇÃO - ENTREGA	(*)	102,50	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0017000575008	EM REGULARIZAÇÃO - ENTREGA	(*)	937,71	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0003002525008	IMÓVEL FUNCIONAL	(*)	68,45	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0003002535003	IMÓVEL FUNCIONAL	(*)	68,45	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0003003435002	IMÓVEL FUNCIONAL	(*)	817,50	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0977000555008	EM REGULARIZAÇÃO - ENTREGA	(*)	58,80	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0977000565003	IRREGULAR - OUTROS	(*)	26,41	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0977000575009	IMÓVEL FUNCIONAL	(*)	25,15	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0977000585004	EM REGULARIZAÇÃO - ENTREGA	(*)	26,47	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0977000595000	IMÓVEL FUNCIONAL	(*)	24,83	(*)	(*)	(*)	(*)
130128	0977000605005	EM REGULARIZAÇÃO - ENTREGA	(*)	39,95	(*)	(*)	(*)	(*)
Fonte: Consulta SPIUNET e Unidades da CEPLAC								

Obs.: (*) A informação solicitada não foi gerada pelo Sistema – SPIUNET/MP

ANÁLISE CRÍTICA: Após o preenchimento dos quadros, segundo requerimentos dos órgãos CGU e TCU, o gestor deverá realizar uma análise crítica acerca da gestão de imobilizados sob sua responsabilidade, inclusive devendo registrar a existência de bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010

Neste item, atendendo requerimentos e, em conformidade com o a integra do texto abaixo, da DN/CGU/TCU N.º 107, abordar-se-á sobre: Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; e contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Objetivo: Analisar o grau de desenvolvimento da gestão de TI na UJ.

Estrutura de Informação: A informação é estruturada em forma de questionário de modo a se obter da UJ seu nível de concordância com cada item de afirmação, sendo que a resposta deve ser indicada pela assinalação de um "X" em uma escala de 1 a 5.

Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

10.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.12.1	GESTÃO DE TI DA UJ				
Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		X			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Nihil				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			

117



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO
A.12.1

GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Nihil				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.		X			
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			

Considerações Gerais:

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/ 10/2010.

Neste item, atendendo requerimentos e, em conformidade com o a integra do texto abaixo, da DN/CGU/TCU N.º 107de 27/10/2010 abordar-se-á sobre: Informações sobre as Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ, bem como sobre as fiscalizações realizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil voltadas para a averiguação da regularidade das renúncias de receitas tributárias.

Objetivo Imediato: Obter um panorama geral acerca das renúncias de receitas geridas pela UJ, viabilizando o exame acerca de sua legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e efetividade.

Observação: De acordo com o art. 14, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o termo renúncia de receitas compreende a concessão, prorrogação ou ampliação de anistia, remissão, subsídio de natureza tributária, financeira, ou creditícia, crédito presumido, isenção em caráter não geral, redução discriminada de alíquota ou de base de cálculo relativas a impostos, taxas ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Para preenchimento dos quadros que se seguem, devem ser considerados apenas os incentivos e benefícios de natureza tributária, sendo excluídos aqueles de natureza financeira ou creditícia.

Os termos "caráter não geral", "redução discriminada" e "tratamento diferenciado", constantes do § 1º do art. 14 da LRF, referem-se a dispositivo legal que excepciona a legislação instituidora de um tributo com objetivo específico, alcançando grupo específico de contribuintes, setor ou região. Tais expressões devem ser interpretadas restritivamente nos casos de concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo, e outros benefícios. Por seu turno, a anistia, a remissão, o subsídio e o crédito presumido, tanto em caráter geral como específico, são considerados renúncia de receita.

Vários são os termos utilizados como sinônimos para "renúncia de receita": "benefício tributário", "gasto tributário", "incentivo tributário", "alívio tributário", "desoneração tributária" e outros. Considerando que a sua definição é controversa e pouco explorada pela doutrina especializada em direito tributário e financeiro, o preenchimento das informações requeridas nos quadros a seguir deverá ser feito com base no conceito trazido no art. 92 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010 (LDO-2010), Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009:

"Art. 92. São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para os fins do art. 91 desta Lei, os gastos governamentais indiretos decorrentes do sistema tributário vigente que visem atender objetivos econômicos e sociais, explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao sistema tributário de referência e que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte."

Não se enquadram no conceito acima os casos de alteração de alíquotas previstos no § 3º, inciso I, do art. 14 da LRF, quais sejam, os impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º.

11.1 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ

O **Quadro A.14.1** abaixo, segundo os órgãos CGU/TCU, contempla informações a respeito: i) do tributo sobre o qual a renúncia incide; ii) da legislação que a disciplina (leis, decretos, portarias etc.); iii) da sua natureza, conforme o disposto no art. 14, § 1º, da LRF; iv) dos objetivos sócio-econômicos da renúncia; v) da condição imposta para fruição do benefício tributário (contrapartida), com a discriminação dos critérios estabelecidos para seu cumprimento e da legislação que os define; vi) do prazo de vigência da renúncia; vii) das medidas de compensação utilizadas para a concessão da renúncia, conforme se descreve a seguir.

QUADRO A.14.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação

Justificativa: Não houve Renúncias Tributárias bem como, fiscalizações realizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil voltadas para a averiguação da regularidade das renúncias de receitas tributárias sob a gestão da UJ ou não aplica de acordo com o art. 14, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Fonte:



12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

Neste item, atendendo requerimentos e, em conformidade com o a integra do texto abaixo, da DN/CGU/TCU N.º 107, abordar-se-á sobre: Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a unidade jurisdicionada ou as justificativas para o seu não cumprimento, em conformidade com os esclarecimentos a seguir:

Objetivo: Conhecer as providências adotadas pelas UJ para dar cumprimento às determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU ou as recomendações apresentadas em relatórios de auditoria do órgão de controle interno (OCI) que fiscaliza a UJ ou as justificativas para o seu não cumprimento.

Estrutura de Informação: A informação está estruturada em dois (2) grupos de demonstrativos, cada um composto por dois (2) demonstrativos complementares, sendo o primeiro relativo às deliberações do TCU e o segundo referente às recomendações do OCI que fiscaliza a UJ.

O primeiro grupo está composto por dois (2) demonstrativos com o mesmo conteúdo informacional distinguindo-se em razão de o primeiro estar relacionado com as deliberações do TCU atendidas pela UJ no exercício de referência do relatório de gestão, independentemente do exercício em que originaram, enquanto o segundo se refere às deliberações que permaneceram pendentes de atendimento até o final do exercício de referência do relatório de gestão, igualmente independentemente do exercício em que originaram.

O segundo grupo também está composto por dois (2) demonstrativos com o mesmo conteúdo informacional distinguindo-se em razão de o primeiro estar relacionado com as recomendações expedidas pelo OCI atendidas pela UJ no exercício de referência do relatório de gestão, independentemente do exercício em que originaram, enquanto o segundo se refere às recomendações propostas pelo OCI que permaneceram pendentes de atendimento até o final do exercício de referência do relatório de gestão, também independentemente do exercício em que originaram.

Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que tenham sido objeto no exercício de referência de deliberações do TCU ou recomendações do OCI ou que ao final do exercício de referência, tinham deliberações do TCU ou recomendações do OCI, integral ou parcialmente pendentes de cumprimento, independentemente do exercício em que se originaram.

Referências:

- Lei nº 8.443/1992;
- Regimento Interno do TCU.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



12.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

O **Quadro A.15.1** abaixo, segundo o CGU e TCAU, deverão contemplar as informações sobre as providências adotadas pelo órgão e entidades jurisdicionadas para atender às deliberações do TCU, estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada e Deliberações do TCU**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares: **Deliberações expedidas pelo TCU**, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, em nível de item do Acórdão, e **Providências Adotadas**.

QUADRO A.15.1		CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO			
UNIDADE JURISDICIONADA					
DENOMINAÇÃO COMPLETA:					Código SIORG
DELIBERAÇÕES DO TCU					
DELIBERAÇÕES EXPEDIDAS PELO TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Ressalta-se que, as informações do gestor sobre as **providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão**, não foram estruturadas a contento e estão explicitadas logo abaixo, vide, **NOTA EXPLICATIVA: Memorando Circular nº 138/2011-DIRET**, de 06 de abril de 2011. Anexo.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



12.2

DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

O **Quadro A.15.2** abaixo, segundo os órgãos CGU/TCU, contem as justificativas para o não atendimento às deliberações do TCU e possui a mesma estrutura informacional contemplada no **Quadro A.11.1** descrito anteriormente, com exceção dos campos **Síntese da providência adotada** e **Síntese dos Resultados Obtidos** que são substituídos pelo campo **Justificativa para o seu não cumprimento**, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da deliberação expedida pelo Tribunal.

UADRO A.15.2 -	SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO				
UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:					Código SIORG
DELIBERAÇÕES DO TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p style="color: blue;">Ressalta-se que, as informações do gestor sobre o não cumprimento da deliberação expedida pelo Tribunal, não foram estruturadas a contento e estão explicitadas logo abaixo, vide, NOTA EXPLICATIVA: : Memorando Circular nº 138/2011-DIRET, de 06 de abril de 2011. Anexo.</p>					

122



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



12.3 **RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

O **Quadro A.15.3** abaixo, segundo os órgãos CGU/TCU, contém as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados para atender às **recomendações expedidas pelo OCI** que as fiscaliza estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada e Recomendações do OCI**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: **Recomendações expedidas pelo OCI**, que identifica a recomendação expedida pelo OCI, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento à recomendação.

QUADRO A.15.3 -	RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI		
UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:			Código SIORG
RECOMENDAÇÕES DO OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Ressalta-se que, as informações do gestor sobre as <u>recomendações expedidas pelo OCI</u>, não foram estruturadas a contento e estão explicitadas logo abaixo, vide, <u>NOTA EXPLICATIVA: Memorando Circular nº 138/2011-DIRET</u>, de 06 de abril de 2011.			
Fonte:			



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



12.4

RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

O **Quadro A.15.4** abaixo, segundo os órgãos CGU/TCU, contém as **justificativas para o não atendimento às recomendações do OCI** e possuem a mesma estrutura informacional contemplada no **Quadro A.11.3** descrito anteriormente, com exceção dos campos **Síntese da providência adotada** e **Síntese dos Resultados Obtidos** que são substituídos pelo campo, **Justificativa para o seu não cumprimento**, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da recomendação expedida pelo OCI.

QUADRO A.15.4		SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	
UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:			Código SIORG
RECOMENDAÇÕES DO OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Ressalta-se que, as informações do gestor sobre as justificativas para o seu não cumprimento da recomendação expedida pelo OCI, não foram estruturadas a contento e estão explicitadas logo abaixo, vide, NOTA EXPLICATIVA: Memorando Circular nº 138/2011-DIRET , de 06 de abril de 2011.			
Fonte:			

124



B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

Neste item, atendendo requerimentos e, em conformidade com o a integra do texto abaixo, da DN/CGU/TCU N.º 107, abordar-se-á sobre: Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

- *Objetivo: Evidenciar a responsabilidade do Contador quanto ao registro, análise e elaboração das demonstrações contábeis das unidades jurisdicionadas (UJ).*
- *Estrutura de Informação: A Declaração poderá ser elaborada de três (3) formas distintas, de acordo com o julgamento do Contador: Declaração Plena, Com Ressalvas e Adversa. A primeira, quando as demonstrações contábeis refletirem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ que apresenta o relatório de gestão e estão de acordo com os princípios e as normas brasileiras de contabilidade; a segunda, quando a discordância do Contador não seja de tal magnitude que requeira Declaração Adversa; a terceira, quando as demonstrações contábeis não refletirem a adequada situação orçamentária, financeira e Patrimonial da UJ que apresenta o relatório de gestão.*
- *Abrangência: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal que tenham a sua contabilização regida pela Lei nº 4.320/64 e que sejam usuárias do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.*

Referências:

- Lei nº 4.320/1964

Observação: A declaração do contador deve ser incluída na parte de anexos ao relatório de gestão.

13.1 DECLARAÇÃO PLENA, COM RESSALVA OU ADVERSA

A Declaração do Contador responsável por UJ que apresenta Relatório de Gestão para dar cumprimento a normativo do TCU, segundo os órgãos CGU/TCU, incluirá a denominação completa da UJ; o código da UJ no SIAFI (UG); o texto da Declaração, de acordo com os Quadros B.1.1, B.1.2, e B.1.3, (Plena, Com Ressalva e Adversa apresentados a seguir); local e data da elaboração da declaração; o nome completo do Contador responsável pela UJ, bem como o respectivo nº do registro do profissional no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

VEJA A SEGUIR O ROL DAS 16 DECLARAÇÕES COM AS SUAS RESPECTIVAS RESSALVAS POR UG:



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO B.1.2		DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
		DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
COMISSÃO EXESECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/ENSINO-BA		130008	

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 14290.00.00

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO

QUADRO B.1.2		DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
		DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
COMISSÃO EXESECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/DF		130010	

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) CONTAS COM IMPROPRIEDADES: 333903099, 333903699, 333903999 E 142900000

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO

QUADRO B.1.2		DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
		DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
COMISSAO EXEC.DO PLANO DA LAV.CACAUEIRA/PA		130031	

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO B.1.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA		
Denominação completa (UJ):		Código da UG:
COMISSAO EXEC.DO PLANO DA LAV.CACAUEIRA/BA-ADM.		130122

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO

QUADRO B.1.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA		
Denominação completa (UJ):		Código da UG:
COMISSAO EXEC.DO PLANO DA LAV.CACAUEIRA/ES		130125

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO

QUADRO B.1.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA		
Denominação completa (UJ):		Código da UG:
COMISSAO EXEC.DO PLANO DA LAV.CACAUEIRA/PA		130126

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) CONTAS COM IMPROPRIEDADES: 142900000 E 212196001.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO B.1.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
COMISSAO EXEC.DO PLANO DA LAV.CACAUEIRA/AM	130127

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO

QUADRO B.1.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
COMISSAO EXEC.DO PLANO DA LAV.CACAUEIRA/RO	130128

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO

QUADRO B.1.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
COMISSAO EXEC.DO PLANO DA LAV.CACAUEIRA/MT	130129

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

**QUADRO B.1.2****DECLARAÇÃO DO CONTADOR****DECLARAÇÃO COM RESSALVA****Denominação completa (UJ):**

COMISSAO EXEC.DO PLANO DA LAV.CACAUEIRA/BA

Código da UG:

130132

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO

QUADRO B.1.2**DECLARAÇÃO DO CONTADOR****DECLARAÇÃO COM RESSALVA****Denominação completa (UJ):**

COMISSAO EXEC.DO PLANO DA LAV.CACAUEIRA/BA

Código da UG:

130133

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO

QUADRO B.1.2**DECLARAÇÃO DO CONTADOR****DECLARAÇÃO COM RESSALVA****Denominação completa (UJ):**

COMISSAO EXEC.DO PLANO DA LAV.CACAUEIRA/PA

Código da UG:

130134

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO B.1.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ): COMISSAO EXEC.DO PLANO DA LAV.CACAUEIRA/PA			Código da UG: 130135

Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO

QUADRO B.1.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ): COMISSAO EXEC.DO PLANO DA LAV.CACAUEIRA/PA			Código da UG: 130136

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO

QUADRO B.1.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ): FUNDO GERAL DO CACAU			Código da UG: 137003

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000 E 422190000.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO

QUADRO B.1.2

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO COM RESSALVA

Denominação completa (UJ):

Código da UG:

CEPLAC/ARIQUEMES/RO

137043

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração de Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO



C. PARTE C, ITEM 14 DO RELATÓRIO DE GESTÃO – CONSIDERAÇÕES FINAIS

14.1 DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS COLIMADOS

Com a falta de ingresso de novos servidores a partir do ano de 1987, quando a CEPLAC dispunha de 4.382 servidores (Figura 1), a instituição passou a merecer especial atenção, em particular, pela demanda social, que se mantém crescente, enquanto que o número de servidores disponíveis e aptos ao trabalho, está reduzindo a um quantitativo cada vez menor e inversamente proporcional ao requerimento da sociedade, pelas diversas razões já enumeradas e de conhecimento de todos os elos da cadeia e principalmente de quase todos os níveis de autoridades da estrutura de governança da União.

Mesmo com o quadro de pessoal deficitário de forma contínua e múltipla, as unidades que compõem a estrutura funcional da CEPLAC se mantêm como um Órgão Institucional, que detém a primazia de informações técnicas em nível nacional e/ou internacional principalmente sobre o cultivar, cacau dendê e seringueira, cujo fato está ligado à qualidade do seu maior patrimônio: as pessoas, que ainda estão no quadro de servidores ativos.

Mesmo com esse excelente nível de conhecimento agregado que detêm os servidores da CEPLAC, com o aparecimento da enfermidade da praga Vassoura-de-bruxa nas regiões produtoras de cacau, principalmente da Bahia, os servidores que sempre estiveram aliados aos produtores, sem as condições desejadas, não foram capazes, por se só, de sobrepor a capacidade de busca de inovações e saída para superar a crise que perdura a mais de duas décadas. Mas vale destacar que, mesmo tendo o dissabor de constantemente perder talentos para outras instituições ou aposentadoria, asseguraram o retorno da região à condição de produtora, com retomada parcial das exportações de cacau e não importadora nos níveis anteriores, como chegou a fazer. **Contudo, o nível de segurança está chegando ao ponto crítico**, fato esse, que requer solução por parte das autoridades, para que a sociedade, usuária dos serviços da instituição, seja contemplada com a eficiência dos serviços de ATER e P&D e não penalizada, com a ineficiência dos mesmos, em função da falta de servidores para fazer funcioná-la adequadamente.

Ressalta-se também, além da escassez de recurso, manutenção do fluxo de repasse de recursos concentrados no último trimestre do ano, carência de sistemas informatizados nos níveis operacional, tático e estratégico, bem como carência de treinamento de pessoal compatível com as respectivas áreas de conhecimento e, responsabilidade do papel de cada servidor.

Esse quadro conjuntural de políticas públicas, ações e procedimentos adotados até então, está sendo incompatível e ou supostamente insuficiente, para execução das atividades e ou ações de pesquisa, difusão tecnológica e ensino profissional nos níveis necessários para alavancar o Programa de **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU**, principalmente quando esta região vem convivendo com problemas graves como: doença da vassoura-de-bruxa, baixa produtividade, elevado nível de endividamento, descapitalização do produtor, desempregos, aumento dos problemas ambientais como desmatamento e outros, o que tem gerado reflexos negativos como paralisação e ou retardamento do início de novas atividades, ações e ou projetos, o que tem comprometido significativamente para o não cumprimento da meta planejada.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



14.2 COMENTÁRIOS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DE INSUCESSO E RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS

Para facilitar o processo de compreensão e elaboração deste relatório desde a fase de coleta de dados nas respectivas unidades executoras das atividades fins até as demais fases de organização e, consolidação das informações necessárias para elaboração e estruturação deste Relatório Gestor/2010 e que, deverá servir de base para confecção do próximo RG de 2011, encerrando o último exercício do ciclo do PPA-2008/2011, utilizou-se, como auxílio, o próprio texto para esclarecer o conteúdo dos quadros requeridos e previstos na **PARTE A, ITEM 2 e PARTE B, ITEM 1 DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.**

A princípio, as informações contidas neste relatório têm fontes e origens diversas, deste a CEPLAC - SISCENEX, MAPA – SIPLAN, MP - SIGPLAN, MP – SIAPE, – MP – SIAFI, MP - SIAFI GERENCIAL, IBGE e outras fontes como texto e planilhas regionais das unidades operativas, etc., além de normas e instruções dos órgãos de CI/CGU/TCU, emitidas dentro do próprio exercício, portanto, sem um sistema informatizado de gestão, equipamentos e logística adequada de apoio, sem treinamento, sem quantitativo e qualitativo de pessoal, sem o tempo suficiente para se poder adequar os diversos instrumentos de controles internos e sistemas disponíveis, muitos e variados quantitativamente porém, ainda insuficientes e ou, inadequados, como mecanismo de gestão eficiente e eficaz. Esses fatos e condições requereram um tempo superior ao atribuído inicialmente, bem como uma jornada árdua das equipes envolvidas. Tudo isso seria minimizado, se houvesse uma política de governo que valorizasse o investimento em TI, necessários para gerenciar todo o processo de forma integrada e em tempo real, desde o primeiro dia útil do exercício. Seguramente que, os ganhos para a sociedade seriam significativos, os dados e informações seriam mais precisos e com maior grau de confiabilidade, com menor custo benefício, portanto, maior eficiência, eficácia, economicidade e efetividade em benefício da sociedade, minimizando o retrabalho e valorizando a análise.

De 2008 a 2011, desenvolveram-se ações e projetos fundamentados em um Plano Emergencial. A atual administração está trabalhando na construção de um novo Plano Estratégico da CEPLAC, já contratado em 2010 e, com previsão para entrar em curso de construção no primeiro trimestre de 2011, visando fazer frente às novas demandas dos produtores rurais e da sociedade regional no período de 2012 a 2022.

Como informado na P. 70, deste RG, no exercício de 2010 constatou-se que o Programa 0362 de responsabilidade da CEPLAC apresentou um nível de desempenho dentro do esperado, com alcance médio das metas físicas finalísticas de geração, difusão de tecnologias e agroenergia, apuradas de modo cumulativo, equivalente ao índice médio de 94,83% do previsto na LOA e 84,08% da meta corrigida, bem como na cobertura integral das metas finalísticas de vassoura e ensino profissional, apuradas de modo não cumulativo, equivalente ao índice médio de 100,94% do previsto na LOA e 104,18% da meta corrigida, resultando em um índice médio do total das ações, equivalente a 94,69%, conforme análise de dados do período apurado

Conclui-se que, o índice médio dos indicadores atingiu-se o percentual médio de 94,69% de desempenho do programa, de uma meta de 100% para 2010, equivalente ao índice médio da somatória dos Índices de: **“Renda Agropecuária nas Regiões Cacaueiras do Brasil”**, mais **“Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacaueiras do Brasil”**, e **“Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacaueiras do Brasil”** previstos, como indicadores de Avaliação do Programa - **0362 - Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau.**

	Local/Data – Brasília – DF, 30 de Abril de 2009
Abdon Rocha Brandão, Abadia e Luis da Equipe – DIPLI - DF e Técnicos da das Unidades Federativas - Elaboração do R. de Gestão	Elieser Barros Correia COORDENADOR – CGEST
	Jay Wallace de Silva e Mota Diretor da CPLAC



ANEXOS

ANEXO I - REL. DO CENTRO DE ATER DO CACAU – CENEX/CEPLAC - PAG. 1/93

ANEXO II - REL. DO CENTRO DE PESQUISA DO CACAU – CEPEC/CEPLAC - PAG. 1/99

ANEXO III – PLANO DE PROVIDÊNCIAS SOBRE DELIBERAÇÕES DO TCU - PAG. 1/1

ANEXO IV – RECOMENDAÇÕES DO OCI - PAG. 1/1

134



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



ANEXO I - REL. DO CENTRO DE ATER DO CACAU – CENEX/CEPLAC PAG. 1/93

0

Fim.VF.CEPLAC.MAPA.CGU.TCU.15.07.2011.18h11m.



M

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA
CENTRO DE EXTENSÃO

R E L A T Ó R I O

G E S T O R – 2 0 1 0

ILHÉUS – BAHIA
FEVEREIRO - 2010

1

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Ministro: Wagner Gonçalves Rossi

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

Diretor: Jay Wallace da Silva e Mota

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

Diretor Adjunto: Edemir Celestino de Almeida Ferraz

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

Coordenador Geral de Apoio Operacional: Manfred Willy Muller

CEPLAC – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA

Superintendente: Antônio Zózimo de Matos Costa

CENEX – CENTRO DE EXTENSÃO

Chefe: Sérgio Murilo Correia Menezes

CENEX – SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

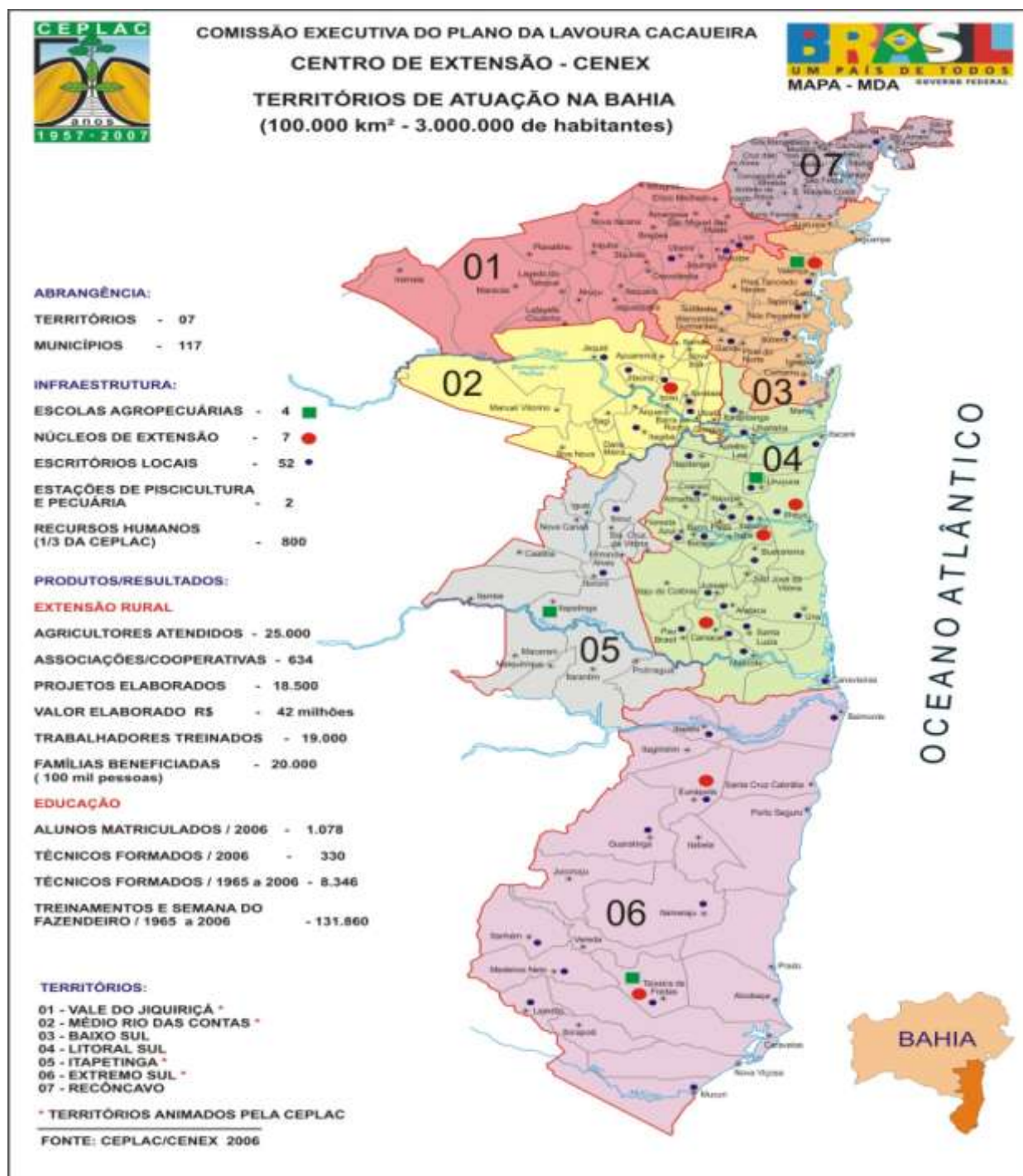
Chefe: João Henrique Silva Almeida

CENEX – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Chefe: Milton José da Conceição



ÁREA DE ATUAÇÃO DA CEPLAC NO ESTADO DA BAHIA





INDICE

Índice de Tabelas e Quadros	V
Relação de Siglas	VI
Apresentação	VII
Centro de Extensão – CENEX	1
Programas – Ações	1
Desenvolvimento Sustentável	2
1 – Difusão de Tecnologia	2
1.1 – Difusão de Conhecimentos	3
1.1.1 – Metas Físicas – Cacau e Sistemas Agroflorestais	3
1.1.1.1 – Metas Físicas – Cacaucultura	4
1.1.1.2 – Metas Físicas – Sistemas Agrossilvipastoris	6
1.1.2 – Granja Experimental e Estação de Piscicultura	7
1.1.2.1 – Granja Experimental	8
1.1.2.2 – Estação de Piscicultura	9
1.1.3 – Metodologia – Cacau e Sistemas Agroflorestais	11
1.1.3.1 – Metodologia – Cacaucultura	11
1.1.3.2 – Metodologia – Sistemas Agroflorestais	13
1.1.4 – Esforço da Extensão	15
1.1.4.1 – Esforço da Extensão – Eventos	15
1.1.4.2 – Esforço da Extensão – Público	17
1.1.5 – Crédito Rural – Cacau e Sistemas Agroflorestais	19
1.2 – Organização Social e Produtiva	19
1.2.1 – Metas Físicas – Agricultura Familiar	20
1.2.2 – Metodologia – Agricultura Familiar	21
1.2.3 – Crédito Rural – Agricultura Familiar	23
1.2.3.1 – Crédito Rural – Agentes Financeiros – Projetos	23
1.2.3.2 – Crédito Rural – Agentes Financeiros – Recursos Financeiros	24
1.2.3.3 – Crédito Rural – Programas – Custeio	25
1.2.3.4 – Crédito Rural – Programas – Investimento	26
1.2.3.5 – Crédito Rural – Programas – Custeio/Investimento	27
1.2.3.6 – Crédito Rural – Atividades Agropecuárias	29
1.3 – Certificação – Produtos e Sistemas	31
1.3.1 – Metas Físicas – Certificação	31
1.3.2 – Metodologia – Certificação	33
1.4 – Uso Sustentável dos Recursos Naturais	34
1.4.1 – Metas Físicas – Recursos Naturais	34
1.4.2 – Metodologia – Recursos Naturais	35
2 – Controle Integrado da Doença Vassoura de Bruxa	36
2.1 – Metas físicas – Vassoura de Bruxa	37
2.2 – Metodologia – Vassoura de Bruxa	38
3 – Territórios da Cidadania	40
3.1 – Território Baixo Sul	40
3.1.1 – Metas Físicas – Território Baixo Sul	41
3.1.2 – Metodologia – Território Baixo Sul	43



ÍNDICE - CONTINUAÇÃO

3.2 – Território Litoral Sul	45
3.2.1 – Metas Físicas – Território Litoral Sul	45
3.2.2 – Metodologia – Território Litoral Sul	47
3.3 – Esforço da Extensão Rural - Territórios	48
3.3.1 – Esforço da Extensão – Território Baixo Sul	49
3.3.2 – Esforço da Extensão – Território Litoral Sul	50
4 – Manutenção das Unidades Operativas	52
4.1 – Estrutura do Centro de Extensão – CENEX	53
4.2 – Fonte de Informações – CENEX	54
4.3 – Recursos Humanos – CENEX	55
4.3.1 – Quadro de Pessoal – CENEX	55
4.3.2 – Qualificação de Pessoal – CENEX	56
4.4 – Recursos Materiais – Meios – CENEX	58
4.5 – Recursos Financeiros – CENEX	58
4.5.1 – Recursos Financeiros – Fonte – CENEX	59
4.5.2 – Recursos Financeiros – Elementos de Despesas – CENEX	60
4.5.3 – Recursos Financeiros – Unidade Gestora – CENEX	62
4.5.4 – Recursos Financeiros – Ações Trabalhadas – CENEX	62
4.6 – Parcerias – Articulações – CENEX	64
4.7 – Cartão Corporativo – CENEX	64
Desenvolvimento da Agroenergia	65
1 – Potencialidades Agroenergéticas	65
1.1 – Metas Físicas – Biocombustíveis	66
1.2 – Metodologia – Biocombustíveis	67
Bibliografia	69
Anexos	72
Municípios Integrantes dos Territórios da Cidadania	72
Distribuição do Crédito Rural pelos Municípios	73
Distribuição do Crédito pela Produção Vegetal	75
Distribuição do Crédito pela Produção Animal	76
Distribuição do Crédito pela Infraestrutura	77
Distribuição do Crédito para Máquinas e Equipamentos	78
Distribuição do Crédito para outras Finalidades	79
Endereços Eletrônicos e Telefones – CENEX	80



INDICE – TABELAS E QUADROS

T A B E L A S	
Tabela 1 – Desempenho da ação difusão de tecnologias – geral	3
Tabela 2 – Desempenho da ação difusão de tecnologias – cacauicultura	5
Tabela 3 – Desempenho da ação difusão de tecnologias – diversificação	6
Tabela 4 – Distribuição de alevinos pela Estação de Piscicultura	10
Tabela 5 – Qualificação da mão-de-obra – cacauicultura	12
Tabela 6 – Qualificação de mão-de-obra – sistemas agroflorestais	13
Tabela 7 – Métodos aplicados pela extensão rural – eventos	16
Tabela 8 – Métodos aplicados pela extensão rural – público	18
Tabela 9 – Desempenho da ação promoção da organização social e produtiva	21
Tabela 10 – Qualificação dos recursos humanos – organização social/produtiva	22
Tabela 11 – Distribuição do crédito rural pelos agentes financeiros – projetos	24
Tabela 12 – Distribuição do crédito rural pelos agentes financeiros – recursos	25
Tabela 13 – Distribuição do crédito rural – custeio	26
Tabela 14 – Distribuição do crédito rural – investimento	27
Tabela 15 – Distribuição do crédito rural pelos programas	28
Tabela 16 – Distribuição do crédito rural pelas atividades agropecuárias	30
Tabela 17 – Qualificação para o uso sustentável dos recursos naturais	36
Tabela 18 – Desempenho da ação controle da doença vassoura de bruxa	37
Tabela 19 – Qualificação da mão-de-obra – controle da vassoura de bruxa	39
Tabela 20 – Desempenho das metas – Território Baixo Sul	41
Tabela 21 – Qualificação de mão-de-obra – Território Baixo Sul	44
Tabela 22 – Desempenho das metas – Território Litoral Sul	46
Tabela 23 – Qualificação de mão-de-obra – Território Litoral Sul	48
Tabela 24 – Esforço da extensão rural – Território Baixo Sul	49
Tabela 25 – Esforço da extensão rural – Território Litoral Sul	51
Tabela 26 – Movimentação dos servidores do CENEX – nível funcional	55
Tabela 27 – Capacitação dos recursos humanos – CENEX/CEPLAC	56
Tabela 28 – Crédito orçamentário alocado por fonte de recursos	59
Tabela 29 – Crédito orçamentário alocado por elemento de despesas	61
Tabela 30 – Crédito orçamentário alocado por ações trabalhadas	63
Tabela 31 – Desenvolvimento das potencialidades agroenergéticas	66
Tabela 32 – Qualificação da mão-de-obra – potencialidades agroenergéticas	68
Tabela 33 – Distribuição do crédito rural pelos municípios	73
Tabela 34 – Distribuição do crédito rural pela produção vegetal	75
Tabela 35 – Distribuição do crédito rural pela produção animal	76
Tabela 36 – Distribuição do crédito rural pela infraestrutura	77
Tabela 37 – Distribuição do crédito rural para máquinas e equipamentos	78
Tabela 38 – Distribuição do crédito rural para outras finalidades	79
Q U A D R O S	
Quadro 1 – Municípios integrantes dos territórios da cidadania	72



RELAÇÃO DE SIGLAS

ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
AGU – Advocacia Geral da União
AML – Aproveitamento de Material Lenhoso
APAUT – Associação de Produtores Agrícolas União e trabalho
APC – Associação dos Produtores de Cacau
APP – Área de Preservação Permanente
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil
BB – Banco do Brasil
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BRADESCO – Banco Brasileiro de Descontos
CENEX – Centro de Extensão
CEPEC – Centro de Pesquisas do Cacau
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CO₂ – Gás Carbônico
COOAFBA – Coop. de Agricult. Famil. e Economia Solidária da Bacia do Rio Almada e Adjacências
CTGA – Comissão Técnica de Garantia Ambiental
CTP – Câmara Técnica Permanente
CV – Cavalo Vapor
DASV – Dispensa de Autorização para Supressão Vegetal
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMARC-Uruçuca – Escola Média de Agropecuária da Região Cacaueira
FAEB – Federação da Agricultura do Estado da Bahia
FNE – Fundo Constitucional do Nordeste
FTC-Itabuna – Faculdade de Tecnologia e Ciências
GPS – Global Positioning System
IBMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IMA – Instituto de Meio Ambiente da Bahia
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDL – Low Density Lipoprotein
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAC-Cacau – Programa de Aceleração da Cacaucultura
PRODECCOP – Programa de Desenvolv. Coop. para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
PRODUZA – Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável
PROGER-Rural – Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
RCI – Roteiro de Caracterização de Imóvel Rural
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI – Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIPLAN – Sistema de Informações de Planejamento
SisCENEX – Sistema de Controle do Centro de Extensão
SisDAP – Sistema de Declaração de Aptidão
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
UNIME-Itabuna – União Metropolitana de Educação e Cultura
UVAGRO – Unidade de Vigilância Sanitária Agropecuária – Ilhéus
WWF – World Wildlife Fund



APRESENTAÇÃO

O relatório gestor do Centro de Extensão – CENEX ajusta-se ao modelo de avaliação das entidades públicas, destaca esforço no sentido de concretizar as metas, ações e programas. Constitui meio de controle, disponibiliza informações de caráter econômico, financeiro e social referentes ao desenvolvimento das atividades agroeconômicas no espaço abrangido pela atuação da CEPLAC em território baiano.

Configura conteúdo sintonizado com elementos que integram os programas desenvolvimento sustentável do agronegócio cacau/sistemas agrossilvipastoris e desenvolvimento da agroenergia. Visam promover/dinamizar as lavouras e criações instadas nas propriedades assistidas. Perseguem segurança alimentar/nutricional, geração de emprego/renda, elevação da produtividade do trabalho, suprimento de matérias-primas, melhoria das condições de vida, inserção social e resgate ou conquista da cidadania.

Compete ao serviço de extensão rural/assistência técnica propiciar orientação aos segmentos envolvidos com a agropecuária e preparar os recursos humanos requisitados para gestão dos empreendimentos e execução dos afazeres atinentes à condução das atividades agroeconômicas instaladas nas propriedades atendidas pelo Centro de Extensão. Conhecimentos, tecnologias e experiências compartilham-se entre público alvo e profissionais da Instituição.

As ações do CENEX estendem-se às regiões produtoras de cacau no estado da Bahia, este espaço reparte-se em 107 municípios, integram os territórios da cidadania {Baixo Sul (15) e Litoral Sul (27)} e identidade – Extremo Sul (21), Médio Rio das Contas (14), Itapetinga (10), Vale do Jiquiriçá (8), Recôncavo (6), Portal do Sertão (3), Região Metropolitana de Salvador (2) e Litoral Norte (1). Obedece a diretriz de planejamento delineada pelo governo federal – territorialidade.

Dentre as explorações agropastoris assentadas nas terras abrangidas pelas ações da CEPLAC destacam-se as lavouras permanentes (acerola, cacau, café, coco, cravo da índia, dendê, graviola, guaraná, macadâmia, piaçava, pupunha e seringueira), cultivos de ciclo curto (abacaxi, banana, cana-de-açúcar, feijão, mamão, mandioca, melancia e milho) e criações – bovinocultura, piscicultura, apicultura, suinocultura e avicultura.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



A transmissão dos ensinamentos da extensão rural baseia-se em métodos de ensino-aprendizagem com caráter participativo e coletivo, centralizam-se em cursos, demonstrações grupais, dias de campo, encontros, excursões, exposições, feiras, palestras, oficinas, reuniões e seminários. Os atores sociais objetivados compõem-se pelos produtores tradicionais, agricultores familiares, assentados, quilombolas, povos indígenas, pescadores artesanais, gerentes, administradores, trabalhadores rurais e comunidades rurais/urbanas vinculadas à agropecuária e/ou correlacionadas com os agronegócios.



CENTRO DE EXTENSÃO

Centro de Extensão-CENEX emerge para cenário da agropecuária instalada nas regiões abrangidas pelas ações da extensão rural/assistência técnica no Estado da Bahia em 1964, permeia-se pela profunda crise socioeconômica que assola a lavoura cacaueira. Trata-se de unidade que compõe estrutura organizacional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira-CEPLAC – subordina-se ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Responde pela comunicação/transmissão do conhecimento técnico-científico para público constituído pelos seguintes segmentos sociais: agricultores familiares, indígenas, assentados, pescadores artesanais, produtores tradicionais, quilombolas, trabalhadores e comunidades vinculadas às atividades agroeconômicas residentes no território da cidadania (Baixo Sul e Litoral Sul) e identidade (Extremo Sul, Litoral Norte, Itapetinga, Médio Rio das Contas, Portal do Sertão, Região Metropolitana de Salvador, Recôncavo e Vale do Jiquiriçá). Abarca criações/lavouras exploradas em 107 municípios, cuja superfície geográfica estende-se por 72.249 km².

A gestão do Centro integra-se por esfera de coordenação, corporifica-se na chefia, assessorias e núcleos de extensão (sete unidades) – ordenam as ações. Execução das atividades finalísticas compete aos extensionistas lotados nos 49 escritórios locais localizados estrategicamente nos municípios que demarcam área de atuação do Órgão, dedicam-se ao ensino-aprendizagem informal dos aspectos tecnológicos, sociais, gerenciais, ambientais, sociais, econômicos, dentre outros.

PROGRAMAS – AÇÕES

O programa de ação focaliza primordialmente sustentabilidade sócio-política, econômica e ambiental. Persegue equilíbrio social (componente humano e cultural), gestão eficiente dos recursos naturais (matérias-primas e recursos humanos) e manutenção das funções e componentes dos ecossistemas (preserva espécies e “habitats” naturais) – con-

dições de vida, fontes de energia, biodiversidade, justiça social e oportunidades (RIBEIRO, 2010).

Cabe ao Centro de Extensão executar ações corporificadas nos programas desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau (ações: difusão de tecnologias para agronegócio cacau/sistemas agrossilvipastoris, controle integrado da doença vassoura de bruxa, territórios da cidadania e manutenção das unidades administrativas) e Desenvolvimento da agroenergia – ação desenvolvimento das potencialidades agroenergéticas das regiões produtoras de cacau.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento sustentável depende de planejamento e reconhecimento da finitude dos recursos naturais, representa forma de desenvolvimento econômico que considera a natureza. Implica na redução do uso de matérias-primas e produtos, aumento da reutilização e reciclagem. Reconhece as virtudes da biodiversidade, conservação do meio ambiente e proteção dos espaços ameaçados, vitais para bem-estar da humanidade e manutenção da vida na terra ([HTTP://www.wwf.org.br](http://www.wwf.org.br)).

Constata-se que dimensão do programa desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau/sistemas agrossilvipastoris envolve os agronegócios estabelecidos no espaço de atuação da CEPLAC em território baiano. Objetiva desenvolver as atividades agroeconômicas, redundando na elevação da produção e produtividade dos agronegócios, secunda-se por geração de emprego e renda. Pontua-se pela sustentabilidade socioeconômica e ambiental do bioma Mata-Atlântica – biodiversidade vegetal, animal e ecossistemas.

12

1 – DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS

Comunicação rural constitui processo educativo/informativo, entabula diálogo e interação social, acarreta mudança de valores, comportamento social, atitudes, relações humanas e costumes, baseia-se nas experiências afetivas e cognitivas que influenciam reciprocamente conduta para diferentes fins. Nesta perspectiva encara-se desenvolvimento como sistema complexo de mudança e transformação da ordem econômica, política, humana, social e ambiental, satisfaz diversificado leque de necessidades, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (MAGALHÃES, 2010).

1.1 – DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS

Ação difusão de tecnologias para agronegócio cacau/sistemas agroflorestais objetiva incrementar produtividade das lavouras e criações instaladas no espaço demarcado pela cacauicultura baiana. A comunicação dos conhecimentos assenta-se em métodos de ensino-aprendizagem com caráter coletivo/participativo. Valoriza experiências emanadas

dos segmentos vinculados à agropecuária, construção de idéias, concepções e práticas através de harmônica interação homem/natureza.

1.1.1 – METAS FÍSICAS – CACAU/SISTEMAS AGROFLORESTAIS

As metas físicas delineiam-se em conformidade com conjunto de tendências e cenários econômicos, sociais, políticos, ambientais e institucionais. Corporificam programas, projetos e ações, convertem idéias ou concepções em realidade. O espaço geográfico abrangido pelas intervenções do Centro de Extensão permite exploração de vasto espectro de vegetais e animais, destaca-se apicultura, banana, bovinocultura, cacau, café, coco, cravo da Índia, dendê, graviola, guaraná, mamão, mandioca, pastagens, piaçava, pimenta do reino, pupunha, seringueira e outros.

Percebe-se que quantitativo de produtores atendidos, meta estabelecida por lei, durante exercício 2010 alcança 18.131 agricultores, suplanta 2009 em 7,0% ou 1.183 proprietários, fato devido ao desempenho da atividade cacaueira e pequena produção familiar. O Programa Aceleração da Cacaucultura – PAC-Cacau revela pequeno avanço quanto ao equacionamento do endividamento, olvida-se do aporte de recursos creditícios para modernizar processo produtivo (Tabela 1).

13

Tabela 1 – Desempenho da ação difusão de tecnologias – geral

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	REALIZADO		2010		%		
		2008 (A)	2009 (B)	PROG (C)	REAL (D)	D/A	D/B	D/C
Produtor atendido	nº	17.955	16.948	27.852	18.131	101,0	107,0	65,1
Propriedade assistida	nº	15.277	18.969	28.141	19.843	129,9	104,6	70,5
Área assistida	ha	691.252	681.829	1.028.707	647.062	93,6	94,9	62,9
Trabalhador treinado	nº	23.828	24.545	35.427	25.647	107,6	104,5	72,4
Recursos financeiros	R\$mil	2.900	895	1.763	1.354	46,7	151,3	76,8

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Observa-se que inserção dos produtores ao serviço de extensão rural e assistência técnica no decorrer de 2010 equipara-se ao alcance efetivado em 2008 (17.955 agricultores – representa 95,6%), sinaliza com tendência de ampliação da procura, caso as condições conjunturais (preço e mercado) preservem perspectivas para intercâmbio dos gêneros extraídos das explorações agrossilvipastoris.



As propriedades rurais assistidas consignam aumento no biênio 2009/2010, saltam de 18.969 imóveis (2008) para 19.843 unidades (2010), ascendem 4,6% ou 874 fazendas. Comportamento imputado à política creditícia pública voltada para estimular as atividades agroeconômicas instaladas nas terras pertencentes aos agricultores familiares, assentados, quilombolas e indígenas.

A área cultivada contemplada com serviços de ATER, universo de cultivos e criações detectadas nas fazendas (647.062 ha), revela desempenho decrescente durante período 2008/2010, diminui 6,4% ou 44.190 hectares. Resulta em retração da ação extensionista, diminui superfície plantada assistida, por consequência reduz produção, postos de trabalho e renda, acentua desníveis sociais/regionais.

Visando elevar produtividade social do trabalho nas explorações agropastoris efetiva-se preparo de 25.647 pessoas, expressam alcance 7,6% (1.819 treinados) superior ao perpetrado no decorrer de 2008. Corporificam-se nos proprietários, administradores e trabalhadores. Os ensinamentos abordam aspectos atinentes à administração do empreendimento, organização social-produtiva e técnicas-práticas para condução das atividades agroeconômicas.

14

Aporte de recursos financeiros para execução da assistência técnica-extensão rural situa-se em R\$1,35 milhão, representa 46,7% do montante alocado em 2008. Portanto, insuficiente para oferecer serviço com qualidade requisitada pelo público alvo, redundando na degradação do atendimento, dificulta mobilização e entrava atualização profissional – qualificação dos recursos humanos da CEPLAC.

1.1.1.1 – METAS FÍSICAS – CACAUCULTURA

A cacaucultura compõe atividade agroeconômica que agrupa ação difusão de tecnologias para agronegócio cacau e sistemas agrossilvipastoris. Constitui exploração com potencial econômico (geração de renda e divisas), social (propicia ocupação para significativo contingente de operários e pequenos produtores) e ambiental – convive harmonicamente com essências do bioma Mata-Atlântica, representa rico banco de germoplasma natural.

Performance do agronegócio que estabelece dinâmica das forças produtivas e relações sociais de produção no espaço ocupado pela lavoura revela que produtores atendidos corresponde a 63,6% (10.466 agricultores) do conjunto previsto para 2010. Aponta

incremento de 16,7% (1.511 produtores) com relação a 2008. Destaca-se caráter conservacionista do cultivo, preserva vasto leque de essências que recobrem os cacauais, sombreamento definitivo (Tabela 2).

Tabela 2 – Desempenho da ação difusão de tecnologia – cacauicultura

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	REALIZADO		2010		%		
		2008 (A)	2009 (B)	PROG (C)	REAL (D)	D/A	D/B	D/C
Produtor atendido	nº	8.965	8.502	16.457	10.466	116,7	123,1	63,6
Propriedade assistida	nº	10.075	9.187	16.069	11.032	109,5	120,1	68,7
Área assistida	ha	265.552	273.164	262.780	397.821	149,8	145,6	151,4
Trabalhador treinado	nº	14.418	11.499	20.799	14.409	99,9	125,3	69,3

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Com respeito às unidades produtivas assistidas detecta-se que no interstício 2008/2010 mostra aumento de 9,5% (957 imóveis), reflete resultado promissor manifestado pela produção, retorno auferido com aplicação das práticas e técnicas preconizadas pelo CEPEC, conecta-se ainda ao sucesso das áreas demonstrativas instaladas pelo CENEX em algumas fazendas espalhadas pelas regiões produtoras de cacau em território baiano.

Área cacaueira assistida mostra realização que supera em 49,8% (124.657 hectares) 2009, atinge 397.821 hectares. Esta ampliação emana da modernização do processo produtivo e aplicação dos tratamentos culturais, pouco resulta da expansão, desponta clonagem dos cacaueiros e combate à enfermidade vassoura de bruxa – eleva produção e produtividade.

Manifesta-se, mesmo que de forma singela, exploração de cacauais em base orgânica, abrange 13.405 hectares, representa 3,4% da área assistida ocupada pela lavoura. Agricultura orgânica ou biológica significa produção de alimentos sem uso de produtos sintéticos. Sistema de manejo sustentável da unidade produtiva – privilegia preservação ambiental, ciclos biológicos, agrobiodiversidade e qualidade de vida (NEVES; RIBEIRO; GUERRA; ESPINDOLA; ALMEIDA, 2010).

Para melhoria dos conhecimentos/habilidades dos segmentos que gerenciam e/ou executam afazeres atinentes à condução dos tratamentos fitossanitários e culturais efetiva-se qualificação de 14.409 cidadãos, retrata alta de 25,3% (2.910 pessoas) referenciando

2009. Fenômeno devido às perspectivas delineadas pela confiança nas tecnologias voltadas à recuperação da cacauicultura.

1.1.1.2 – METAS FÍSICAS – SISTEMAS AGROSSILVIPASTORIS

Por sistemas agroflorestais entende-se conjunto de atividades agropastoris assistidas pelo CENEX em território baiano, exceto cacau, inclui lavouras de ciclo curto, permanentes e pastagens, despona pecuária, seringueira, dendê, banana, mandioca, apicultura, pupunha, graviola, cravo da Índia, pimenta do reino, guaraná, café, coco, melancia e abóbora.

Os sistemas agropastoris ou diversificação denotam que contingente de agricultores atendidos em 2010 alcança 8.564 produtores, demonstra desempenho 41,3% (6.022 agricultores) inferior ao verificado em 2008, ascende 23,2% (1610 agricultores) relativo a 2009. Vislumbra possibilidade de diminuir dependência às determinações dos monopólios que controlam intercâmbio e agroindustrialização dos produtos/matérias-primas (Tabela 3).

16

Tabela 3 – Desempenho da ação difusão de tecnologias – diversificação

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	REALIZADO		2010		%		
		2008 (A)	2009 (B)	PROG (C)	REAL (D)	D/A	D/B	D/C
Produtor atendido	nº	14.586	6.954	16.310	8.564	58,7	123,2	52,5
Propriedade assistida	“	11.538	7.174	14.767	8.105	70,2	113,0	54,9
Trabalhador treinado	“	8.657	9.978	14.628	11.238	129,8	112,6	76,8
Área assistida	ha	425.700	408.665	716.685	365.330	85,8	89,4	51,0
✓ Pastagem	“	382.064	278.768	-	260.858	68,3	93,6	-
✓ Lavoura permanente	“	31.100	77.938	-	73.130	235,1	93,8	-
✓ Cultivo temporário		12.536	51.959	-	31.342	250,0	60,3	-
Rebanho bovino	cab.	355.145	305.952	-	368.054	103,6	120,3	-
✓ Corte	“	213.087	122.380	-	187.307	87,9	153,1	-
✓ Leite	“	70.100	76.489	-	73.611	105,0	96,2	-
✓ Misto	“	71.958	107.083	-	107.136	148,9	100,0	-

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Quanto às unidades produtivas assistidas, onde se assentam as explorações agropastoris, verifica-se que durante 2010 registra-se inserção de 8.105 imóveis, significa realização de 70,2% se relacionado a 2008, perde consistência atenção à diversificação a-



gropecuária, diminui 3.433 imóveis, redundando na ampliação do atrelamento dos produtores às imposições do sistema. A qualificação da mão-de-obra objetiva aprimoramento dos saberes, habilidades e destrezas, nesta linha ocorre preparação de 11.238 pessoas, alcance desafiador, foca aspectos alusivos à aplicação das técnicas e práticas demandadas pelas atividades agroeconômicas.

A paisagem rural demarca-se pelo vasto leque de sistemas agroflorestais, estendem-se por 365.330 hectares, exploram cultivos e criações, corresponde a 85,8% do realizado no transcurso de 2008. As pastagens para apascentar rebanho bovino, eqüino, asinino e muar compõem-se por gramíneas de diferentes espécies, ocupam superfície de 260.858 hectares, retrata redução de 6,4% (17.910 hectares) com respeito a 2009, revela retrocesso da diversificação.

Verifica-se que as lavouras permanentes apresentam no exercício avaliado queda de 6,2% (4.808 hectares) relativa a 2009. Quanto aos cultivos temporários detecta-se redução de 39,7% (20.617 hectares) com relação à área assistida em 2009. O baixo desempenho dos plantios de ciclo longo e curto acoberta-se pela preponderância da monocultura cacaueira e bovinocultura no espaço contemplado com as ações da CEPLAC no estado da Bahia.

Detecta-se que plantel bovino alimentado pelas gramíneas cultivadas nas fazendas povoa-se por 368.054 animais aptidão corte (50,9% – 187.307 animais), mista (29,1% – 107.136 animais) e leite (20,0% – 73.611 animais), esta repartição reflete comportamento do preço auferido pelo produto carne e/ou leite, retorno ao capital aplicado na atividade, acarreta-se em função da ausência de política pública direcionada às modalidades de exploração. Destaca-se vertente “ecológica” dos produtos gerados pela pecuária, originam-se majoritariamente de criações a pasto, poucos provêm de arraçoamento à base de aditivos e suplementos artificiais.

A qualidade das gramíneas e manejo do plantel afere-se através da lotação ou capacidade de suporte das pastagens, situa-se em 1,4 animal/hectare/ano, aponta melhoria do teor mineralógico/energético dos capins e manejo dos animais. Desconsidera rebanho eqüino, asinino e muar presente nas unidades produtivas, representa pressão sobre forragens. Competitividade da bovinocultura conecta-se ao adequado manejo do rebanho e pastagens.



1.1.2 – GRANJA E ESTAÇÃO DE PISCICULTURA

Granja Experimental Carlos Brandão/Estação de Piscicultura formam campo experimental e unidade de validação tecnológica, propiciam acesso a tecnologias de produção/manejo economicamente sustentáveis, fomentam desenvolvimento da criação de bovinos e alevinos. Potencializam produção e geração de excedentes para mercado – diversificação agropastoril. Estabelecem padrões de qualidade e regularidade no abastecimento.

1.1.2.1 – GRANJA EXPERIMENTAL

Núcleo de Tecnologia Aplicada/Granja Experimental desenvolve e valida tecnologias direcionadas para manejo sanitário (padrão comportamental e saúde animal), nutricional (alimentação e balanço energético), genético (cruzamento e seleção) e reprodutivo – fisiologia da lactação e criação. Persegue melhoria da produtividade da bovinocultura aptidão leite.

A Granja integra-se por pastagens (100 ha), cerca (8,7 km), galpão (11 – 363 m²), capineira (1,5 ha), escritório (2 – 254 m²), casa (2 – 264 m²), refeitório (135 m²), laboratório (2 – 552 m²), carpintaria (96 m²), sala de ordenha (300 m²), dormitório (115 m²), esterqueira (119 m²), depósito (2 – 101 m²), curral (720 m²), balança (30 m²), maternidade (2 – 272 m²), baia (9 – 1.162 m²) e sala de arração (178 m²). Esta infraestrutura encontra-se em regular ou precário estado de conservação.

Neste exercício financeiro concretiza-se manutenção de 85 hectares de pastagens, 1,5 hectares de capineira e construção/reforma de 5,7 quilômetros de cerca convencional/elétrica e aceiro de 8,2 quilômetros de cerca. Processa reforma de galpão (88 m²), conserto nos bebedouros para animais e reparo dos banheiros do estábulo, opta-se pelos bens que se acham mais estragados. Efetiva vacinação (contra febre aftosa – 247 animais e raiva – 221 animais), controle de ectoparasitas (230 animais), vermifugação (247 animais) e descorna (13 animais).

Dentre os produtos gerados pelo Núcleo sobressai o leite, observa-se que no decorrer de 2010 extraem-se 61.734 litros. Comercializam-se com Laticínio Boa Hora 38.870 litros ou 63,0% do quantitativo produzido. O consumo da CEPLAC se expressa por 31,6% {19.490 litros – CENEX (16,4% – 3.206 litros), CEPEC (40,1% – 7.810 litros) e SUEBA



(43,5% – 8.474 litros)}. Doações equivalem a 5,4% (3.374 litros) – contempla Instituto Evangélico de Recuperação (Renascer: 63,8% – 2.154 litros) e Albergue Bezerra de Menezes (36,2% – 1.220 litros).

Detecta-se que plantel bovino compõe-se por 247 animais, constitui universo de faixas etárias. O perfil revela a seguinte distribuição: machos 1/12 meses – 27 cabeças, fêmeas 1/12 meses – 21 cabeças, machos 13/24 meses – 14 cabeças, fêmeas 13/24 meses – 24 cabeças, machos 25/36 meses – 16 cabeças, fêmeas 25/36 meses – 18 cabeças, machos acima de 36 meses – 10 cabeças e fêmeas acima de 36 meses – 117 cabeças.

Conhecimento técnico aplicado na gestão compartilha-se com entidades da sociedade civil através da realização de cursos sobre inseminação artificial e manejo do rebanho/pastagens, atingem 35 estudantes de medicina veterinária, alunos da EMARC-Uruçuca e vaqueiros. Implanta-se projeto para controle dos ectoparasitas em parceria com UESC. Recebe visitas de produtores e alunos das escolas técnicas (Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença) e UESC.

1.1.2.2 – ESTAÇÃO DE PISCICULTURA

Estação de Piscicultura dedica-se à produção de peixes em águas doces continentais ou interiores. Objetiva ampliar segurança alimentar, desenvolver meio rural e enriquecer dieta nutricional. Permite equilíbrio entre interesse econômico e exploração racional da natureza. Incrementa demanda por carnes brancas, grupo dos peixes, trata-se de alimentos saudáveis, apresentam baixo teor de gordura, livres do mau colesterol (LDL – low density lipoprotein).

A Piscicultura estende-se pela área de 6,0 hectares, possui 3,5 hectares de espelhos d'água. Integra-se por prédio onde se encontra laboratório de hipofização (18,4 m²), laboratório de limnologia (12,2 m²), tanque azulejado para reprodutores e crias (3 unidades – 6,0 m²), galpão de distribuição (120 m² – 5 tanques azulejados, perfazem 10,0 m²), escritório (19,5 m²), sala (2 unidades – 25,5 m²/10,8 m²) e prédio com 190 m² – cozinha/refeitório, depósito, dependência sanitária/vestiário e almoxarifado. Infraestrutura hidráulica compõe-se por 35 viveiros, abastecem-se via eletrobomba (2 unidades com 14 CV), extrai água do Ribeirão da Alegria, escoada através de monges.

Durante 2010 produção/distribuição de alevinos alcança 354.900 animais, configura redução de 66,3% (699.252 peixes) com relação a 2009, quadro causado pela insuficiên-

cia de água para suprir os tanques destinados ao desenvolvimento da atividade. Revelam-se recorrentes os estragos ocasionados por efeito do excesso de chuvas (intempéries climáticas) ou falta de água para abastecer os reservatórios, prejudicam andamento do projeto (Tabela 4).

Objetivando equacionar os danos acarretados pelas enchentes ou secas, resultam no suprimento irregular dos tanques para criação de peixes, executa-se escavação/ampliação da capacidade de captação/estocagem, limpeza/perfuração de poço artesiano, construção de unidade para reutilização da água do laboratório e dragagem do leito e elevação dos taludes que margeiam Ribeirão da Alegria.

Tabela 4 – Distribuição de alevinos pela Estação de Piscicultura

ESPÉCIES	QUANTIDADE PRODUZIDA			
	2007	2008	2009	2010
Tambaqui	277.790	143.980	222.850	34.060
Tambacu	158.350	107.600	300.730	99.530
Curimatã	36.630	118.940	47.406	5.900
Tilápia nilótica	82.700	81.050	155.000	116.950
Carpa comum	20.050	17.200	92.220	13.900
Piauaçu	162.350	33.780	21.650	6.210
Carpa cabeça grande	114.530	124.680	66.056	31.650
Carpa capim	60.820	51.430	137.690	16.400
Pacu	12.650	-	10.550	30.300
T O T A L	925.870	678.660	1.054.152	354.900

Fonte: Estação de Piscicultura – CENEX/CEPLAC – 2010

Produção de alevinos registra a seguinte seqüência: tilápia nilótica (33,0% – 116.950 peixes), tambacu (28,0% – 99.530 peixes), tambaqui (9,6% – 34.060 peixes), carpa cabeça grande (8,9% – 31.650 peixes), pacu (8,5% – 30.300 peixes), carpa capim (4,6% – 16.400 peixes), carpa comum (3,9% – 13.900 peixes), piauaçu (1,8% – 6.210 peixes) e curimatã (1,7% – 5.900 peixes). Observa-se que as espécies tilápia nilótica e tambacu significam 61,0% (216.480 peixes) da população distribuída, aspecto determinado



pelas características atinentes a palatabilidade, rusticidade, valor nutricional, ganho de peso e mercado.

No transcurso de 2007/2010 constata-se que 2009 mostra melhor execução, supera 2008 em 55,3% (375.492 alevinos) e 2010 representa 33,7% com relação ao ano visado – pior desempenho no período. Entre 2009/2010 as maiores quedas verificam-se na produção da carpa capim (88,1% – 121.290 alevinos), curimatã (87,6% – 41.506 alevinos), carpa comum (84,9% – 78.320 alevinos), tambaqui (84,7% – 188.790 alevinos), piauaçu (71,3% – 15.440 alevinos) e tambacu (66,9% – 201.200 alevinos). A menor perda configura-se na carpa cabeça grande (52,1% – 34.406 alevinos) e tilápia nilótica (24,5% – 38.050 alevinos). Desponta realização retratada pelo pacu, ascende 187,2% – 19.750 alevinos.

Compete aos técnicos da Estação transmitir os ensinamentos e tecnologias pertinentes ao ordenamento da infraestrutura e criação de alevinos. Neste sentido entabulam visita a 4 assentamentos, 2 associações e 18 unidades produtivas. A venda de animais alcança 271 propriedades (301.300 peixes – 84,9%) e doação para 151 agricultores familiares (53.600 peixes – 15,1%). Expõem as ações para 238 estudantes e produtores.

1.1.3 – METODOLOGIA – CACAU E SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Ação da extensão rural centra-se em métodos direcionados para promoção do desenvolvimento sustentável. Baseia-se em concepção educativa que considera extensionista, agricultor e trabalhador protagonistas da transformação. Pauta-se em visão holística, legitimada pelo público envolvido. Assenta-se em vertente crítica, participativa e emancipatória. Trata-se de construção coletiva, libertária e auto-realização. As abordagens respaldam-se em cursos, palestras, reuniões, oficinas, demonstrações grupais, dias de campo e seminários (ASBRAER, 2010).

As capacitações voltadas ao universo das atividades agropecuárias, cacau-sistemas agrossilvipastoris, alcança 25.647 pessoas – produtores, administradores e trabalhadores. Detecta-se que 2010 registra aumento de 10,9% (2.516 pessoas) comparado ao efetivado no decorrer de 2008, resulta dos cenários ou perspectivas delineadas primordialmente pela confiança nas tecnologias para dinamização da cacauicultura (Tabelas 5 e 6).

1.1.3.1 – METODOLOGIA – CACAUCULTURA



Capacitação/transmissão de conhecimentos/tecnologias para os segmentos envolvidos com exploração da cacauicultura embasa-se em métodos de ensino-aprendizagem com caráter participativo e coletivo, considerando que possibilitam compartilhamento/socialização do saber e experiências. Qualificação dos recursos humanos objetiva elevação da produtividade social do trabalho, redução de custos, aumento da competitividade e incremento da lucratividade.

Visando ampliar produtividade social do trabalho no agronegócio cacau, aprimoramento da mão-de-obra que gerencia e/ou executa os tratos culturais e fitossanitários, efetiva-se qualificação de 14.409 pessoas, consigna crescimento de 183,1% (9.320 cidadãos) com relação a 2009, fato devido ao sucesso da aplicação das tecnologias para modernização do processo produtivo e validação do saber nos imóveis rurais através das áreas demonstrativas (Tabela 5).

Tabela 5 – Qualificação da mão-de-obra – cacauicultura

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	REALIZADO		2010		%		
		2008 (A)	2009 (B)	PROG (C)	REAL (D)	D/A	D/B	D/C
Adubação/calagem	nº	2.407	1.456	3.808	2.762	114,7	189,7	72,5
Formação de cacauais	“	1.892	273	1.586	766	40,5	280,6	48,3
Poda/raleamento de sombra	“	1.886	2.555	4.899	3.723	197,4	145,7	76,0
Cultivo do cacaueiro	“	-	-	6.232	5.375	-	-	86,2
Controle de doenças	“	1.461	208	1.106	401	27,4	192,8	36,3
Combate às pragas	“	734	61	712	343	46,7	562,3	48,2
Conservação de solos	“	711	13	491	-	-	-	-
Controle de ervas daninhas	“	436	133	607	267	61,2	200,8	44,0
Administração rural	“	404	145	359	111	27,5	76,6	30,9
Beneficiamento	“	287	162	757	544	189,5	335,8	71,9
Orientações técnicas	“	4.200	83	242	117	2,8	141,0	48,3
T O T A L	“	14.418	5.089	20.799	14.409	99,9	283,1	69,3

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

A preparação da força de trabalho para execução dos afazeres pertinentes aos tratos culturais centra-se no cultivo do cacaueiro (37,3% – 5.375 pessoas), poda/raleamento de sombra (25,8% – 3.723 pessoas), adubação/calagem (19,2% – 2.762 pessoas), formação de cacauais (5,3% – 766 pessoas) e controle das ervas daninhas (1,9% – 267 pesso-



as), demonstram preocupação dos produtores com a lavoura, situação atrelada ao aumento da produção/produktividade – tecnificação e condições climáticas favoráveis.

Efetiva-se capacitação a respeito do controle fitossanitário para 744 pessoas, conjunto de técnicas recomendadas para evitar e combater os inimigos das plantas. Congrega enfrentamento das doenças (2,8% – 401 cidadãos) e combate às pragas (2,4% – 343 cidadãos). Adoção dos tratamentos culturais e fitossanitários vincula-se a oferta de preço compensador e/ou alta produtividade do cultivo. Preço aviltado-baixo rendimento desestimula modernização das atividades.

Para aperfeiçoamento da gestão qualificam-se 111 produtores e/ou gerentes-administradores. Dentre as deficiências mais graves das explorações agropecuárias destaca-se processo decisório, primordialmente quanto ao relacionamento com mercado, insenta-se do controle e fixação dos preços para produtos “in natura” e matérias-primas, domina-se por grandes conglomerados, agentes ou intermediários comerciais – capitais que dominam dinâmica da acumulação.

Manifesta-se preocupação com qualidade dos gêneros ofertados, persegue segurança alimentar/nutricional e defesa da sanidade animal/vegetal. Capacita-se nos aspectos relativos ao beneficiamento 544 pessoas, processamento primário da amêndoa de cacau – colheita, quebra, fermentação, secagem e armazenamento. Esta tendência reforça-se pela exigência dos nichos de mercado para cacau fino, orgânico e certificado de origem.

23

1.1.3.2 – METODOLOGIA – SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Expansão/modernização do processo produtivo pertinente às atividades agropecuárias, exceto cacau, compreende os sistemas agroflorestais, exige adoção de pedagogias educativas com enfoque voltado para conjunto/grupamento de pessoas, possibilita efetiva participação dos agentes sociais focados, oportuniza expressar, discutir e analisar idéias e concepções.

Com objetivo de dinamizar as atividades rurais, modernização/expansão do processo produtivo, concretiza-se qualificação de 11.238 pessoas, cresce 29,0% (2.525 cidadãos) com relação ao alcance de 2008 e 6,7% (702 cidadãos) quanto ao realizado durante 2009. O desempenho auspicioso de 2010 respalda-se no resgate da confiança dos produtores com exploração das lavouras e criações, compensam aplicação de capital (Tabela 6).



Tabela 6 – Qualificação da mão-de-obra – sistemas agroflorestais

ESPECIFICAÇÃO	UNID	REALIZADO		2010		%		
		2008 (A)	2009 (B)	PROG (C)	REAL (D)	D/A	D/B	D/C
1 – Divers. agroeconômicas	“	5.604	9.969	12.039	8.955	159,8	89,8	74,4
Pecuária	“	2.507	2.534	4.750	3.820	152,4	150,7	80,4
Cultivos/Especiarias	“	3.097	7.435	7.289	5.135	165,8	69,1	70,4
2 – Outros	“	3.109	567	2.589	2.283	73,4	402,6	88,2
Aproveit. agroindustrial	“	12	225	320	237	-	105,3	74,1
Associativismo	“	2.386	111	1.418	1.223	51,3	-	86,2
Administração	“	711	231	851	823	115,8	356,3	96,7
TOTAL – SISTE- MAS	“	8.713	10.536	14.628	11.238	129,0	106,7	76,8
TOTAL – CACAU	nº	14.418	5.089	20.799	14.409	99,9	283,1	69,3
TOTAL – GERAL	“	23.131	15.625	35.427	25.647	110,9	164,1	72,4

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

As qualificações focadas na pecuária atingem 3.820 pessoas no decorrer de 2010, revela desempenho superior ao concretizado no decurso de 2008 e 2009, registra alta de 52,4% (1.313 cidadãos) e 50,7% (1.286 cidadãos) respectivamente, denota preocupação com preparação dos recursos humanos. Direccionam-se para manejo do rebanho/gramíneas, tratos zoonos, inseminação artificial, preparo de pastagens e sanidade animal.

Com objetivo de estimular expansão/ inovação dos cultivos permanentes e temporários, exceto cacau, promove-se capacitação de 5.135 pessoas, sobe 65,8% (2.038 cidadãos) com respeito a 2008, representa 69,1% das preparações feitas em 2009. As especiarias encontram-se nos municípios de Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Tapeiroá, Una e Valença, compreende os cultivos da baunilha, cravo da Índia, canela, cardamomo, gengibre, pimenta do reino e noz-moscada.

Aproveitamento agroindustrial dos produtos gerados pela agropecuária atrai para esta modalidade de ensino-aprendizagem 237 pessoas, possibilita agregação de valor às matérias-primas, criação de emprego/renda e redução dos desníveis sociais/regionais. Constata-se elevado potencial para expansão da indústria agroalimentar, implica na queda da exportação para transformação-beneficiamento fora do espaço de origem.



Com vistas à organização social/produtiva, associativismo/cooperativismo, efetiva-se qualificação de 1.223 pessoas, significa 51,3% da realização de 2008, reflete interesse do produtor pela congregação, ativa inserção política e conquista dos direitos/cidadania. Os ensinamentos tratam de questões atinentes à criação de entidades, gestão e comercialização. Constitui processo que evoca emancipação política, social e econômica, mediações que ofertam saber capaz de afetar as potentes determinações impostas pelo sistema capitalista.

Afirma-se com certa insistência que a agropecuária revela-se eficiente da porteira para dentro (aspectos do processo produtivo) e ineficiente na relação com o mercado, intercâmbio dos produtos "in natura"/matérias-primas. Visando aprimorar gestão da propriedade promove-se preparo em administração rural para 823 pessoas, supera 2009 em 256,3% (592 pessoas). Oferece meios científicos para uso adequado dos recursos humanos, físicos e financeiros.

O programa radiofônico "De Fazenda em Fazenda", produzido e coordenado por profissionais da comunicação social do CENEX, veicula-se pela Rádio Difusora de Itabuna (5:30 às 6:00 horas). Transmite 243 programas e 450 entrevistas com produtores, gerentes, operários, representações, técnicos e instituições ligadas à agropecuária. Capta informações junto à ADAB, EBDA, SEAGRI, Mercado do Cacau, MAPA, CEPLAC, Notícias Agrícolas, Globo Rural e Agência Climatempo. As notícias veiculadas alimentam produção do Espelho Ceplaqueano, Jornal do Cacau, Site da CEPLAC e imprensa regional

25

1.1.4 – ESFORÇO DA EXTENSÃO RURAL

Assistência técnica/extensão rural coaduna-se com educar e demonstrar conhecimentos, experiências e técnicas para dinamizar os negócios agropastoris. Este processo assenta-se nas modalidades que entabulam organização grupal e participativa. Como formas criativas e eficazes de compartilhar e socializar saberes sobressai uso de unidades demonstrativas, dias de campo, demonstrações técnicas e outros (RIBEIRO, 2010).

1.1.4.1 – ESFORÇO DA EXTENSÃO – EVENTOS

Estratégias metodológicas objetivam encadear desenvolvimento sustentável. Os sistemas de comunicação e informação fomentam diálogo com agricultores, trabalhadores,

administradores/gerentes, organizações e segmentos da população. Transmissão dos conhecimentos e experiências embasa-se primordialmente em métodos participativos – curso, encontro, exposição, excursão, oficina, seminário, dia de campo, feira, reunião, palestra e demonstração de resultados.

O esforço da extensão rural ou aplicação dos métodos didático-pedagógicos de inter-relação com público alvo baseiam-se em estratégias com vertente coletiva e participativa, possibilitam ampliação das mensagens e socialização dos saberes e experiências. Entre quantitativo de eventos coletivos destacam-se demonstrações grupais, aparecem com 3.566 conclaves, suplantam realização de 2009 em 39,0% ou 1.000 efemérides (Tabela 7).

Reunião – precede-se por criterioso processo de preparo e esclarecimento dos participantes quanto ao motivo ou temática. Durante 2010 efetiva-se realização de 1.368 reuniões, consigna incremento de 8,7% (109 eventos) se relacionado a 2009, representa 6,6% quanto ao conjunto das incursões da extensão. Corporifica transmissão de conhecimentos específicos para público determinado.

Tabela 7 – Métodos aplicados pela extensão rural – quantidade de eventos

MÉTODO	2009 (A)	2010		%	
		PROG (B)	REAL (c)	C/A	C/B
Reunião	1.259	1.153	1.368	108,7	118,6
Palestra	595	712	611	102,7	85,8
Demonstração grupal	2.566	4.507	3.566	139,0	79,1
Curso/reciclagem	493	663	377	76,5	56,9
Seminário	33	24	39	118,2	162,5
Dia de campo	65	34	46	70,8	135,3
Excursão	474	203	138	29,1	68,0
Mesa redonda	67	19	25	37,3	131,6
Oficina	3	2	6	200,0	300,0
TOTAL – COLETIVOS	5.555	7.317	6.176	111,2	84,4
Visita técnica	13.887	14.487	12.743	91,8	88,0
Elaboração projeto	2.405	3.729	1.387	57,7	37,2
Demonstração individual	668	148	417	62,4	281,8
TOTAL – INDIVIDUAIS	16.960	18.364	14.547	85,8	79,2
T O T A L	22.515	25.681	20.723	92,0	80,7

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010



Palestra – trata-se de conferência ou exposição breve acerca de assunto científico com limites definidos. As palestras expressam-se por 611 efemérides, comparadas a 2009 registram elevação de 2,7% (16 eventos). Excursão – viagem ou deslocamento com fim específico – aplica-se para apreensão da realidade. Detecta-se que em 2010 operacionalizam-se 138 excursões, significam 29,1% (336 eventos) do atingimento de 2009, performance sofrível.

Curso/reciclagem – exige criteriosa organização do tempo, conteúdo, escolha de monitores e processo avaliativo, corriqueiramente conecta interação teoria-prática. Os cursos configuram-se em 377 eventos, consignam redução de 23,5% (116 conclaves) sobre 2009. Por efeito da maior duração encontram óbices para liberação dos trabalhadores, pois compromete execução dos afazeres afetos à condução do processo produtivo.

As efemérides que requerem atenção especial na organização e execução, seminários, dias de campo, mesas redondas e oficinas, encetam realização de 116 conclaves, registram pior desempenho que 2009, quando alcançam 168 eventos, denota queda de 31,0% ou 52 conclaves. Possibilitam acesso ao saber de forma simples e eficaz. Propiciam aos participantes ambiente acolhedor e estratégia de aprendizagem estimulante e criativa.

Os métodos individuais, visita técnica (86,6% – 12.743 eventos), elaboração de planos (9,5% – 1.387 eventos) e demonstração (2,9% – 417 eventos), revelam-se mais caros e menos abrangentes quanto ao público atendido, mas inevitáveis para resolver situações específicas – avaliação de imóveis, incidência de doenças, ataque de pragas e outros quadros graves. O conjunto expressa-se por 14.547 atendimentos em 2010, significa 70,2% dos conclaves processados no exercício avaliado e 85,8% do realizado em 2009.

1.1.4.2 – ESFORÇO DA EXTENSÃO – PÚBLICO

Como princípio norteador do serviço de extensão rural/assistência técnica destaca-se inclusão social e respeito à diversidade social, econômica, política e étnica. O público alvo compreende produtores tradicionais, agricultores familiares, quilombolas, assentados, operários, pescadores artesanais e povos indígenas. Trata-se dos segmentos sociais que compartilham com profissionais do CENEX conhecimentos, experiências, percepção da realidade e articulação de consciência crítica/libertadora.



As reuniões atraem adesão de 18.590 participantes, correspondem a 23,7% do conjunto de qualificações realizadas em 2010 (13,6 pessoas/evento), comparado a 2009 revela queda de 3,7% (719 pessoas). Demarca estratégia pedagógica mais aplicada, situação ocasionada pela facilidade de organização, especificidade do conteúdo, receptividade do público, reduzido custo e facilidade para absorção das mensagens e conhecimentos transmitidos (Tabela 8).

O público das palestras aparece como terceiro mais expressivo em 2010, representa 18,3% (14.382 pessoas) entre as diferentes modalidades de conclaves (23,4 pessoas/evento), registra diminuição de 17,6% (3.066 pessoas) com relação aos participantes das palestras realizadas em 2009. Constitui evento seletivo em termos de segmentos sociais, ambiente para efetivação de temática específica, mostra caráter informativo quanto a questão que requer compartilhamento.

Demonstrações grupais atrelam-se estreitamente às atividades finalísticas da extensão rural, pois resultam na aplicação dos conhecimentos e tecnologias para dinamização das atividades agropastoris, atinge público que executa os afazeres referentes à condução das lavouras/criações. A população participante corresponde a 21,2% (16.652 pessoas) do universo de segmentos sociais inseridos nos eventos patrocinados pelo Centro de Extensão (4,7 pessoas/efeméride), consigna alta de 29,4% (3.785 pessoas) se equiparado a 2009.

Tabela 8 – Métodos aplicados pela extensão rural – quantidade de público

MÉTODO	2009 (A)	2010		%	
		PROG (B)	REAL (c)	C/A	C/B
Reunião	19.309	19.933	18.590	96,3	93,3
Palestra	17.448	13.281	14.382	82,4	108,3
Demonstração grupal	12.867	22.170	16.652	129,4	75,1
Curso/reciclagem	3.705	8.347	3.261	88,0	39,1
Seminário	3.523	2.360	2.626	74,5	111,3
Dia de campo	4.665	1.100	1.969	42,2	179,0
Excursão	2.570	2.486	1.532	59,6	61,6
Mesa redonda	741	150	344	46,4	229,3
Oficina	65	240	176	270,8	73,3
TOTAL – COLETIVOS	64.893	70.067	59.532	91,7	85,0
Visita técnica	19.249	17.312	16.890	87,7	97,6
Elaboração projeto	2.894	4.125	1.648	56,9	40,0

	<p align="center">PODER EXECUTIVO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA</p>				
Demonstração individual	668	148	417	62,4	281,8
TOTAL – INDIVIDUAIS	22.811	21.585	18.955	83,1	87,8
T O T A L	87.704	91.652	78.487	89,4	85,5

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Como finalidade as excursões assemelham-se às demonstrações grupais, porém revelam-se mais onerosas, atraem participação de 1.532 pessoas (11,1 cidadãos/evento) durante 2010, registra queda de 40,4% sobre 2009, alcance pouco estimulante. Os cursos (38,9% – 3.261 pessoas), seminários (31,4% – 2.626 pessoas), dias de campo (23,5% – 1.969 pessoas), mesas redondas (4,1% – 344 pessoas) e oficinas (2,1% – 176 pessoas) contemplam-se com presença de 8.376 pessoas ou 10,7% do conjunto social atendido pelo CENEX.

Os métodos individuais, visita técnica (89,1% – 16.890 pessoas), elaboração de projeto (8,7% – 1.648 pessoas) e demonstração (2,2% – 417 pessoas), atingem 18.955 cidadãos. Quanto ao público atendido pela extensão rural detecta-se que os participantes dos métodos individuais significam 24,2% do contingente envolvido. Aplicação das metodologias trilha direção da economicidade e abrangência, quanto ao público privilegia métodos coletivos.

29

1.1.5 – CRÉDITO RURAL – CACAU E SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Crédito rural consiste no suprimento de recursos financeiros a produtores para aplicação nas atividades agroeconômicas, antecipação que se transforma em prestação futura. Instrumento de política agrícola essencial ao desenvolvimento do país. Objetiva aumentar produtividade, gerar emprego/renda, melhorar padrão de vida das populações rurais e promover defesa do meio ambiente (ALVES, 2010).

O crédito rural (vertente custeio e investimento) constitui fator dinamizador das atividades agropastoris, expansão/modernização de cultivos/criações. Promove avanço das forças produtivas/relações sociais de produção, produtividade social do trabalho e capacidade de acumulação ou competitividade. Aumenta composição orgânica do capital nas atividades agroeconômicas, redução da subordinação à lógica dos capitais que controlam os circuitos de intercâmbio e beneficiamento das cadeias produtivas.



Constata-se que desde 2006 inexistiu política creditícia direcionada para os produtores tradicionais – médios e grandes proprietários. Agentes oficiais e privados alheiam-se de financiar estes segmentos, acobertam-se pelo endividamento dos produtores, inviabiliza negociação das dívidas (definição de base plausível) e aporte de recursos para dinamização das atividades agropastoris, secunda-se pela fixação de preço aviltado aos produtos e baixa produtividade dos sistemas produtivos.

As entidades representativas dos produtores rurais (Sindicatos Patronais, Associação dos Produtores de Cacau e Federação da Agricultura), governo do estado da Bahia (Secretaria da Agricultura), agentes financeiros (Banco do Brasil e Banco do Nordeste) e Instâncias governamentais (CEPLAC) lutam para viabilizar o PAC-Cacau quanto ao equacionamento do endividamento e injeção de recursos para aplicação nas explorações vegetais e animais. Detectam-se tênues conquistas, pouco relevantes para equacionar grave crise que afeta as regiões produtoras de cacau desde os anos 80.

1.2 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA

30

Por desafio estratégico da produção agropecuária destaca-se coexistência com desenvolvimento sustentável, requisita substituição do enfoque metodológico e paradigma tecnológico. Aponta para resgate e construção de conhecimentos sobre distintos agroecossistemas, variedade de arranjos culturais e condições sociais e econômicas. Resulta em serviço de assistência técnica/extensão rural que adota metodologias participativas, privilegia potencial endógeno, interage com produtor, fortalece papel educativo e facilita processo de desenvolvimento sustentado (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2008).

Organização social/produtiva subentende articulação dos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais atinentes aos segmentos constituídos pelos agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas para angariar acesso às políticas públicas – educação, saneamento, saúde, moradia, transporte, cidadania, crédito rural e assistência técnica. Congrega estes contingentes em entidades representativas, associações e cooperativas, persegue tomada de consciência através da construção coletiva e participativa de ser social autônomo e libertário.

1.2.1 – METAS FÍSICAS – AGRICULTURA FAMILIAR

A dimensão territorial do planejamento sinaliza os espaços preferenciais de intervenção para construção de futuro desejado. A definição dos recortes territoriais baseia-se em critérios econômicos, ambientais e sócio-políticos. Oportuniza tomada de decisão, processo permanente de reflexão e análise. Orienta e molda vontade dos atores e decisões coletivas. Incorpora e combina dimensão política e técnica, envolve disputa entre agentes sociais, espaço privilegiado de negociação e articulação – escolha coletiva (BUARQUE, 2010).

Corriqueiramente quantitativo de famílias camponesas beneficiadas conecta-se ao número de unidades produtivas assistidas, constata-se que terra e família constituem espaço de vivência, socialização e realização dos processos essenciais à reprodução deste relevante segmento social. No transcurso de 2010 atende-se a 13.659 famílias, registra alta de 4,5% (594 núcleos) focando 2009 e 36,9% (3.678 núcleos) comparando com 2008. Trata-se de população alheada do acesso às políticas públicas e direitos sociais (Tabela 9).

Para avanço das atividades agropastoris instaladas nas unidades produtivas dos pequenos produtores familiares destaca-se Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) – aporta recursos para expansão e modernização dos cultivos e criações. Quanto à superfície plantada detecta-se que exploram 82.488 hectares em 2010, retrata comportamento crescente no triênio 2008/2010, ascende 86,5% ou 38.250 hectares no período analisado.

Tabela 9 – Desempenho da ação promoção da organização social e produtiva

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	2008 (A)	2009 (B)	2010		%		
				PROG (C)	REAL (D)	A/D	B/D	C/D
Família beneficiada	“	9.981	13.065	18.556	13.659	136,9	104,5	73,6
Área assistida	ha	44.238	61.750	-	82.488	186,5	133,6	-
Produtor treinado	nº.	2.386	2.065	6.204	3.332	139,6	161,4	53,7
Associação/cooperativa	“	279	264	-	329	117,9	124,6	-

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

A terra possui significado especial para este contingente, constitui fonte ou base para garantia da reprodução, representa ocupação produtiva para os membros do núcleo familiar, fator essencial para exercício da cidadania. Assim, averigua-se que área média



plantada por família salta de 4,43 hectares para 6,04 hectares no interstício 2008/2010, consigna subida de 36,3 (1,61 hectares). Configura ampliação do espaço capaz de dignificar existência deste conjunto social.

Com relação à qualificação do universo de segmentos verifica-se preparação de 3.332 pessoas, representa aumento de 39,6% (946 pessoas) se equiparado a 2008. As capacitações embasam-se primordialmente em métodos coletivos e participativos, compartilham/socializam experiências – palestras, demonstrações grupais, oficinas, excursões, cursos, encontros, dentre outros.

Organização social/produtiva, associativismo/cooperativismo, firma vivência política e democrática entre os pequenos produtores familiares, participação efetiva nas entidades da sociedade civil, resgate da cidadania e conquista dos direitos. No exercício avaliado a extensão rural trabalha com 329 organizações, avança 17,9% (50 entidades) sobre 2008, integra-se por 326 associações e 3 cooperativas. Denota pequeno progresso na direção do rompimento com submissão econômica, social, cultural, ideológica e política. O CENEX presta assistência técnica ao cacau instalado nas unidades produtivas de 55 assentamentos de reforma agrária

1.2.2 – METODOLOGIA – AGRICULTURA FAMILIAR

O processo de comunicação da extensão rural contribui para promover desenvolvimento rural sustentável, adota abordagem sistêmica e multidisciplinar mediante métodos participativos e paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia. Alicerça-se em prática educativa dialógica e pedagogia construtivista. Estimula melhoria da qualidade de vida, fortalece cidadania, amplia produção de alimentos limpos e preserva meio ambiente. Adota estratégia de aprendizagem com caráter grupal – demonstração de resultados, excursão, oficina, exposição, dia de campo, curso e unidade demonstrativa.

Revela-se essencial para sucesso da organização consensual maturação de consciência coletiva e participativa, induz prática congregacionista construtiva e solidária, contrapõe-se à subordinação, submissão e individualismo articulados pelo sistema capitalista. Estas modalidades de organização facultam formulação de políticas públicas, recursos/serviços, melhoria nas relações de troca, economia de escala (inserção competitiva no mercado) e incremento do poder de barganha, entabula processo educativo.

Desempenho da extensão rural conecta-se à eficiência dos métodos de ensino-aprendizagem aplicados para transmissão dos conhecimentos e tecnologias voltados para dinamização das atividades agropecuárias. Para apoio à organização social/produtiva qualificam-se 4.088 pessoas, mostra aumento de 1.257,8% (3.763 pessoas) com relação a 2008. O elevado desempenho demonstra perspectiva para rompimento com alheamento e despolitização, secunda-se por construção solidário-participativa das bases para futuro destes segmentos sociais (Tabela 10).

Tabela 10 – Qualificação dos recursos humanos – organização social/produtiva

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	2008 (A)	2009 (B)	2010		%		
				PROG (C)	REAL (D)	D/A	D/B	D/C
Apoio à organização	nº.	325	90	2.581	4.088	1.257,8	4.542,2	158,4
Lavouras/plantios	"	1.105	1.468	5.574	2.593	234,7	176,6	46,5
Criações animais	"	301	221	1.149	646	214,6	292,3	56,2
Qualidade de vida	"	378	14	2.006	1.390	367,7	-	69,3
Outros	"	277	100	777	634	228,9	634,0	81,6
T O T A L	"	2.386	1.893	12.087	9.351	391,9	494,0	77,4

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Visando aprimorar habilidades/conhecimentos para aplicação na condução das atividades agroeconômicas preparam-se 2.593 cidadãos, revela alta de 134,7% (1.488 pessoas) focando 2008, explicita inquietação dos produtores quanto ao aumento da produtividade do trabalho, reflete-se sobre ocupação dos membros da família (postos de trabalho) e rendimento das lavouras e criações. Aborda aspectos atinentes aos tratos culturais e fitossanitários, uso sustentável dos recursos naturais e colheita/beneficiamento.

Direcionado à criação de animais (bovinos, suínos, asininos muares, eqüinos e aves) deflagra-se capacitação de 646 pessoas, corresponde a 214,6% do atingido em 2008, voltam-se para manejo do rebanho/pastagens, ordenha, construção de cercas e preparo dos pastos. Os animais exercem estratégia econômica e papel de reserva – comercializa-se em caso de doença, dote para as filhas, instalação dos filhos e educação de descendentes.

Para melhoria da qualidade de vida, interação com educação, alimentação, saúde, nutrição, higiene, lazer e bem-estar, preparam-se 1.390 pessoas, significa 367,7% do contingente alcançado durante 2008. Retrata interesse da população objetivada quanto à mo-

delagem dos costumes e práticas conectadas à vivência harmônica/salutar em sociedade – objetivo perseguido pelas populações urbanas.

1.2.3 – CRÉDITO RURAL – AGRICULTURA FAMILIAR

Os recursos creditícios para agropecuária de pequena escala resultam da articulação agricultores/movimentos sociais – organização/mobilização. Valorização da pequena produção familiar impacta emprego e renda, contribui para redução da pobreza, eleva produção de alimentos, diminui êxodo rural ou pressão migratória sobre as cidades, conquista dos direitos e paz social no campo, proporciona bem-estar e melhora qualidade de vida (SOUZA; LAUME, 2010).

1.2.3.1 – CRÉDITO RURAL – AGENTES FINANCEIROS – PROJETOS

Projeto constitui documento que apresenta de forma organizada concepção, fundamentação e planejamento – acompanha e avalia qualquer intervenção. Desempenho econômico-financeiro da empresa envolve aplicação de alternativas que atendem especificações técnicas. Implica na mobilização de recursos com expectativa de produzir resultados futuros. As decisões de negócio assentam-se na maximização da riqueza (MOURA, 2010).

No transcurso de 2010 averigua-se que relação projeto contratado “versus” elaborado revela índice de 33,8%, afere-se que Banco do Brasil se mostra mais eficiente, alcança 38,3% (314 planos) e Banco do Nordeste expressa-se por 27,9% (277 planos). Concretiza marcante perda de tempo, energia e recursos, danosos diante da precariedade e escassez dos fatores de produção, requisitam priorização no sentido de reduzir desperdício (Tabela 11).

Tabela 11 – Distribuição do crédito rural pelos agentes financeiros – projetos

BANCOS	2009 (A)	2010		%	
		ELAB (B)	CONT (C)	C/A	C/B
Banco do Brasil	1.137	820	314	27,6	38,3
Banco do Nordeste	1.036	994	277	26,7	27,9
BANCOOB	-	34	34	-	100,0
T O T A L	2.173	1.848	625	28,8	33,8

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010



Biênio 2009/2010 denota desempenho decrescente com respeito ao Banco do Brasil e Nordeste, caem de 2.173 para 625 planos ou redução de 71,2% (1.548 projetos), demonstra atenuação das políticas públicas deflagradas pelo governo federal para alavancar aspectos sociais, econômicos, ambientais, educacionais, políticos e culturais relativos aos pequenos produtores familiares.

Banco do Nordeste insere-se inicialmente como principal agente financeiro repassador de recursos para contingente constituído pelos agricultores familiares, perde consistência à medida que cresce inadimplência. No período compreendido entre 2009/2010 observa-se queda de 73,3% (759 planos) quanto aos projetos pactuados, torna-se seletivo para concessão do crédito – custeio/investimento.

1.2.3.2 – CRÉDITO RURAL – AGENTES FINANCEIROS – RECURSOS

A política agrícola direcionada aos pequenos produtores familiares objetiva alocar recursos para incrementar produção/produtividade, regularizar suprimento, reduzir desigualdades sociais/regionais, melhorar condições de vida, gerar postos de trabalho, promover inclusão social, garantir abastecimento alimentar/nutricional, proteger meio ambiente e conservar os recursos naturais. Integra agropecuária ao processo de modernização.

Aporte de recursos financeiros à produção camponesa familiar centra-se nos agentes oficiais Banco do Brasil e Banco do Nordeste. A liberação do crédito revela prevalência do Banco do Brasil, significa 55,9% (R\$2,97 milhões) do valor pactuado. Banco do Nordeste 36,5% (R\$1,94 milhão) com relação ao montante financiado. Destaca-se presença do Banco de Crédito Cooperativo – BANCOOP, injeta R\$402 mil ou 7,6% da quantia liberada no decurso de 2010 (Tabela 12).

Contratado “versus” elaborado denota grande defasagem, apresenta 21,9% (R\$24,3 milhões) por grau de pactuação. Dentre os agentes financeiros detecta-se melhor performance no Banco do Brasil (21,8% – R\$13,6 milhões), enquanto Banco do Nordeste atinge 18,9% (R\$10,3 milhões). Redunda em desperdício para Banco, produtor e agente da extensão rural, exige persistente e amiadada priorização na escolha dos produtores. O BANCOOP financia totalidade do valor proposto, grata surpresa, delineia perspectiva futura.

Tabela 12 – Distribuição do crédito rural pelos agentes financeiros – valor R\$1.000



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



BANCOS	CONTRATADO			2010		%			
	2007 (A)	2008 (B)	2009 (C)	ELAB (D)	CONT (E)	E/A	E/B	E/C	E/D
Banco do Brasil	3.307	1.159	11.101	13.645	2.972	89,9	256,4	26,8	21,8
Banco do Nordeste	7.918	4.514	3.081	10.266	1.943	24,5	43,0	63,1	18,9
Bradesco	74	64	-	-	-	-	-	-	-
BONCOOB	-	-	-	402	402	-	-	-	100,0
T O T A L	11.299	5.737	14.182	24.313	5.317	47,1	92,7	37,5	21,9

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Baixo desempenho quanto ao valor contratado/elaborado afere alto nível de inadimplência entre agricultores familiares, assentados, quilombolas, indígenas e pescadores artesanais, compromete avanço das atividades agropecuárias destes segmentos sociais. Entrava dinâmica econômica causada pelo aporte de recursos, acentua desníveis sociais e regionais.

A evolução do crédito rural no interstício 2007/2010 mostra comportamento oscilatório, 2007/2008 desce 49,2% (R\$5,56 milhões), 2008/2009 cresce 147,2% (R\$8,45 milhões) e durante biênio 2009/2010 registra queda de 62,5% (R\$8,87 milhões). Aponta para repensar soluções visando sanar os entraves causadores do quadro retratado pela oferta de crédito ao público em questão.

Observa-se que montante financiado pelos programas/linhas de crédito por projeto situa-se em R\$8,5 mil. Banco do Brasil R\$9,5 mil – suplanta média em R\$1,0 mil ou 11,8%. Banco do Nordeste fixa-se em patamar inferior à média (17,6% – R\$7,0 mil). Manifesta redução no aporte de recursos para conjunto social focado e crescimento do valor liberado por contrato efetivado no decurso de 2010.

1.2.3.3 – CRÉDITO RURAL – PROGRAMAS – CUSTEIO

Crédito rural para custeio destina-se ao financiamento de bens e serviços absorvidos pela agropecuária. Cobre despesas com lavouras de ciclo curto e longo em produção. Aplica recursos na contratação de mão-de-obra, insumos, preparo da terra, sementes, rações, manutenção, colheita, armazenamento e beneficiamento primário. Exige encargos financeiros atrativo-adequados à atividade (BRADESCO – [HTTP://www.bradecorural.com.br](http://www.bradecorural.com.br)).

Verifica-se que pactuação dos planos de custeio decorrer de 2010 configura aceitação de 60,1% (262 projetos). Quanto aos programas creditícios detecta-se menor desperdício com relação ao PRONAF, deixa de financiar 31,2% (82 planos) em 2010. Programas consignam redução de 53,2% (92 planos), expressiva por força do seu peso entre as proposições (Tabela 13).

Tabela 13 – Distribuição do crédito rural – custeio

PROGRAMA	PLANOS					VALOR – R\$1.000				
	2009 (A)	2010		%		2009 (A)	2010		%	
		ELAB (B)	CONT (C)	A/C	B/C		ELAB (B)	CONT (C)	A/C	B/C
PRONAF	566	263	181	32,0	68,8	2.103	1.456	725	34,5	49,8
Outros	101	173	81	80,2	46,8	1.547	4.624	1.012	65,4	21,9
T O T A L	667	436	262	39,3	60,1	3.650	6.080	1.737	47,6	28,6

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Constata-se que relação valor contratado/elaborado revela grau de 28,6% (R\$1,74 milhão). Entre os outros programas liberação de recursos responde pela injeção de 58,3% (R\$1,0 milhão) do montante pactuado e PRONAF aloca 41,7% (R\$725 mil). Recursos essenciais para estimular as explorações implantadas nas unidades produtivas pertencentes aos agricultores familiares.

Quantia liberada no período 2009/2010 registra comportamento decrescente, diminui 52,4% ou R\$1,91 milhão. Detecta-se que PRONAF registra redução de 65,5% (R\$1,38 milhão). Demais programas consignam perda menos significativa – 34,6% (R\$535 mil). Diminuição que afeta avanço social, econômico, político, cultural e ambiental do contingente integrado pelos pequenos produtores.

1.2.3.4 – CRÉDITO RURAL – PROGRAMAS – INVESTIMENTO

As linhas de crédito direcionadas ao investimento aportam recursos para aquisição de bens essenciais à produção/modernização da agropecuária. Financia operações de médio e longo prazo, superior a um ano. Contempla aquisição de animais, telefonia, eletri-

ficação, benfeitorias/instalações, máquinas/equipamentos, recuperação do solo, formação das lavouras, compra de veículos e outros (BB – [HTTP://www.agronegocios-e.com.br](http://www.agronegocios-e.com.br)).

A semelhança entre custeio/investimento se configura na defasagem quanto ao número de projetos pactuados/elaborados durante 2010, consolida desperdício. Biênio 2009/2010 registra acentuada queda na procura por esta linha de crédito, demonstra redução de 76,4% ou 1.172 projetos, fenômeno acarretado pelo elevado índice de inadimplência, inviabiliza acesso a produtores localizados em municípios que atingem patamar de risco para segurança do sistema (Tabela 14).

Tabela 14 – Distribuição do crédito rural – investimento

PROGRAMA	PLANOS					VALOR – R\$1.000				
	2009 (A)	2010		%		2009 (A)	2010		%	
		ELAB (B)	CONT (C)	A/C	B/C		ELAB (B)	CONT (C)	A/C	B/C
PRONAF	1.197	1.143	264	22,1	23,1	4.610	10.938	1.744	37,8	15,9
Outros	338	269	99	29,3	36,8	5.922	7.295	1.836	31,0	25,2
T O T A L	1.535	1.412	363	23,6	25,7	10.532	18.233	3.580	34,0	19,6

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Quanto ao nível da quantia contratada detecta-se que investimento retrata índice de 19,6% (R\$3,58 milhões), revela-se inferior ao pactuado para custeio, situação enfatizada por força da política dos agentes financeiros, privilegiam custeio por força da garantia as-sentar-se na produção, consubstancia superação da acentuada inadimplência – aplicação na manutenção das lavouras e criações.

Entre 2009/2010 observa-se que montante liberado apresenta redução de 66,0% (R\$6,95 milhões), contrai dinâmica econômica decorrente da diminuição no aporte dos recursos creditícios. Verifica-se que os demais programas correspondem a 51,3% (R\$1,84 milhão) e PRONAF 48,7% (R\$1,74 milhão) do valor liberado no transcurso de 2010, equilíbrio ocasionado pelos atrativos atinentes a carência, juro, prazo e espectro das linhas de crédito.

1.2.3.5 – CRÉDITO RURAL – PROGRAMAS – CUSTEIO/INVESTIMENTO

Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF representa instru-mento prioritário para financiamento das atividades agropastoris instaladas nas unidades

produtivas dos pequenos produtores. Proporciona aumento de renda, gera postos de trabalho e agrega valor ao produto mediante avanço do sistema produtivo. Estimula oferta de alimentos e permanência do agricultor no meio rural com dignidade e qualidade de vida ([HTTP://www.ceplac.gov.br](http://www.ceplac.gov.br)).

Direcionado para custeio/investimento da agropecuária de baixa produção averigua-se que PRONAF responde por 46,4% (R\$2,47 milhões) das pactuações efetivadas em 2010. Outros programas significam 53,6% (R\$2,85 milhões). Biênio 2009/2010 PRONAF exibe abatimento de R\$5,28 milhões (68,2%) e programas restantes revelam redução de 55,7% (R\$3,59 milhões), atrela-se às condições creditícias, acessibilidade e burocracia (Tabela 15).

Tabela 15 – Distribuição do crédito rural pelos programas

BANCOS	UNID.	REALIZADO		2010		%		
		2008 (A)	2009 (B)	ELAB (C)	CONT (D)	D/A	D/B	D/C
PRONAF	R\$1.000	5.427	7.749	12.393	2.469	45,5	31,9	19,9
PRONAF-Alimentos	"	-	-	7.462	763	-	-	10,2
PRONAF-B	"	2.886	766	1.028	314	10,9	41,0	30,5
PRONAF-C	"	1.128	2.442	935	501	44,4	20,5	53,6
PRONAF-A	"	4	32	35	8	200,0	25,0	22,9
PRONAF-D	"	786	2.248	2.522	660	84,0	29,4	26,2
PRONAF-E	"	561	1.225	98	45	8,0	3,7	45,9
PRONAF-Outros	"	62	1.036	313	178	287,1	17,2	56,9
OUTROS PROGRAMAS	"	310	6.433	11.920	2.848	918,7	44,3	23,9
BNB-Diversos	"	-	130	1.116	-	-	-	-
BB-Diversos	"	-	-	1.979	859	-	-	43,4
FNE	"	202	597	3.870	1.074	531,7	179,9	27,8
PRODECOOP	"	-	-	214	214	-	-	100,0
PRODUZA	"	-	-	893	-	-	-	-
PROGER-Rural	"	-	-	536	-	-	-	-
Outros	"	108	5.706	3.312	701	649,1	12,3	21,2
T O T A L	"	5.737	14.182	24.313	5.317	92,7	37,5	21,9

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

As linhas de crédito pactuadas pelo PRONAF revelam seguinte seqüência quanto ao montante de recursos liberados em 2010: PRONAF-Alimentos (30,9% – R\$763 mil), PRONAF-D (26,7% – R\$660 mil), PRONAF-C (20,3% – R\$501 mil) e PRONAF-B (12,7% –



R\$314 mil). Trata-se das vertentes (R\$2,24 milhões – 90,6%) mais apropriadas à realidade do negócio explorado pelos pequenos produtores – atividades agroeconômicas, lavouras e criações.

PRONAF-Alimentos financia investimento objetivando estimular plantios e criações: avicultura, aquicultura, bovinocultura (aptidão carne e leite), café, feijão, fruticultura, mandioca, pesca e suinocultura. Averigua-se que o nível de contratação situa-se em 10,2% (R\$763 mil) do valor proposto, configura baixíssima adesão, contempla apenas 52 planos ou 11,5% dos projetos pactuados.

O restante dos programas de financiamento disponíveis para agricultores familiares diminuem performance em 55,7% (R\$3,59 milhões) entre 2009/2010. Representa alternativa pouco confiável como fonte capaz de alocar os recursos demandados, fato referendado pela elevada amplitude das oscilações, articula expectativa permeada por dúvida e insegurança entre público demandante.

Verifica-se que historicamente nível de contratação do PRONAF e demais programas direcionados para pequena produção revela-se baixo, durante 2010 alcança 19,9% do valor previsto. A reduzida pactuação resulta em desperdício para produtor (deslocamento), órgão técnico (elaboração do plano) e agente financeiro (atendimento), imprime ineficiência aos atores sociais envolvidos.

Decurso 2010 sobressai desempenho dos programas FNE (37,7% – R\$1,1 milhão), BB - Diversos (30,2% – R\$859 mil) e PRODECOOP (7,5% – R\$214 mil), significam 75,4% (R\$2,15 milhões) do montante aportado pelos demais programas, exceto PRONAF. As vertentes de crédito focadas apresentam índice de contratação superior ao revelado pelo PRONAF, expressam-se por 27,8%, 43,4% e 100,0% respectivamente.

Acena-se com melhores condições para cacauicultura se incluída no rol das lavouras contempladas pelo PRONAF-Floresta e FNE-Verde, oferecem carência, prazo e juros apropriados para promover alongamento do endividamento e repasse de recursos para expansão/modernização da atividade. Sintoniza-se com preceitos delineados pelo desenvolvimento sustentável/equilíbrio entre exploração antrópica e preservação dos recursos naturais – biodiversidade florística e faunística.

1.2.3.6 – CRÉDITO RURAL – ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

O PRONAF financia as atividades agroeconômicas (lavouras e criações) com vistas à valorização da unidade produtiva e trabalho familiar. Direciona-se: a) investimento – ampliação e modernização da produção; b) custeio – manutenção do ciclo produtivo e c) comercialização – armazenagem e conservação dos produtos para venda futura em melhores condições de mercado – preço compensador ([HTTP://www.bndes.org.br](http://www.bndes.org.br)). .

Distribuição do crédito pelas atividades agropecuárias demonstra que os recursos financeiros pactuados destinados à produção vegetal correspondem a 30,0% (R\$1,59 milhão) do montante liberado para agricultores familiares. Entre 2009/2010 consigna diminuição no valor contratado em 68,9% – R\$3,53 milhões. A relação pactuado/elaborado situa-se em 21,1%, inferior à média (21,9%) auferida pelo desempenho do crédito rural (Tabela 16).

Tabela 16 – Distribuição do crédito rural pelas atividades agropecuárias

GRUPOS	UNID.	REALIZADO		2010		%		
		2008 (A)	2009 (B)	ELAB. (C)	CONT. (D)	D/A	D/B	D/C
Produção vegetal	R\$1.000	2.666	5.119	7.545	1.593	59,8	31,1	21,1
Produção animal	“	2.555	3.757	10.518	1.857	72,7	49,4	17,7
Infraestrutura	“	74	658	1.415	585	790,5	88,9	41,3
Máq/equipamentos	“	50	3.699	2.807	144	288,0	3,9	5,1
Outros	“	392	949	2.028	1.138	290,3	119,9	56,1
T O T A L	“	5.737	14.182	24.313	5.317	92,7	37,5	21,9

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Os recursos para custeio e investimento nas lavouras e criações alocam-se prioritariamente em cacau (39,4.% – R\$628 mil), mandioca (34,8% – R\$555 mil), café (13,8% – R\$220 mil), banana da terra (5,6% – R\$90 mil) e banana (2,8% – R\$44 mil), absorvem 96,5% (R\$1,54 milhão) do valor contratado. Direção encetada pelo mercado para os produtos contemplados – preços compensadores ou atrativos (Tabela 34 – anexa).

Produção animal recebe aporte de R\$1,86 milhão, significa 34,9% do valor financiado em 2010. Averigua-se que exercício analisado representa apenas 49,4% (R\$1,90 milhão) do montante contratado em 2009. Quanto ao grau de pactuação observa-se que alcança 17,7% do valor constante nos planos elaborados, situa-se abaixo da média consolidada pelo conjunto das atividades agropastoris ou 3,6 pontos percentuais inferior ao concretizado pela produção vegetal (Tabela 16).



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Entre elenco de itens contratados para produção animal destacam-se os recursos injetados no preparo de pastagens (30,6% – R\$568 mil), bovinocultura-leite (25,3% – R\$470 mil), bovinocultura-corte (23,4% – R\$435 mil), recuperação de pastagens (4,4% – R\$82 mil), bovinocultura-mista (4,4% – R\$81 mil) e apicultura (4,2% – R\$78 mil), representam 92,3% (R\$1,71 milhão) do valor liberado para as criações (Tabela 35 – anexa).

Constata-se que infraestrutura contempla-se com R\$585 mil ou 11,0% da quantia contratada no decurso de 2010, privilegia construção de cercas (43,8% – R\$256 mil), fábrica de polpa (30,1% – R\$176 mil), recuperação de cercas (14,4% – R\$84 mil) e curral (7,5% – R\$43 mil). Afere-se que contratado/elaborado situa-se em 41,3%, posição boa considerando que suplanta a média. O interstício 2009/2010 configura queda de 11,1% (R\$73 mil), perda que dificulta dinamização do processo produtivo (Tabela 16 e 36 – anexa).

Voltado para aquisição de máquinas/equipamentos, instrumental de trabalho ou conjunto capaz de promover avanço das forças produtivas, produtividade social do trabalho, aloca-se R\$144 mil, representa 2,7% do montante contratado em 2010, apresenta baixíssimo nível de pactuação – 5,1%. Ano 2010 consigna desempenho desconexo, significa 3,9% (3,56 milhões) sobre 2009. Objetivam preferencialmente compra de trator de pneus, corresponde a 79,9% (R\$115 mil) da quantia alocada para esta finalidade (Tabela 16 e 37 – anexa).

Os recursos que não se aplicam nas atividades agropastoris corporificam peso de 21,4% (R\$1,14 milhão) do valor disponibilizado pelos agentes financeiros. O índice liberado “versus” elaborado fixa-se em 56,1%, bem superior à média das pactuações efetivadas no período. Destinam-se majoritariamente para aquisição de barco pesqueiro (77,9% – R\$887 mil) e artesanato (12,8% – R\$146 mil), significam 90,8% (R\$1,03 milhão) do conjunto de bens adquiridos, alternativa para ampliar ocupação da força de trabalho e renda familiar (Tabela 16 e 38 – anexa).

Com relação ao alcance dos planos de desenvolvimento observa-se inserção de propriedades localizadas em 71 municípios (24,3 milhões), inexistente contratação em 34 (R\$9,4 milhões). Com respeito à seqüência da liberação desponta Ituberá (19,8% – R\$1,05 milhão), Guaratinga (16,5% – R\$879 mil), Mucuri (8,5% – R\$453 mil), Mutuípe (5,7% – R\$303 mil), Porto Seguro (3,7% – R\$196 mil), Itapitanga (3,6% – R\$190 mil), Aurelino Leal (3,4% – R\$183 mil), Laje (3,3% – R\$173 mil), Ubaira (3,2% – R\$171 mil), Ibira-pitanga (2,8% – R\$149 mil), Eunápolis (2,7% – R\$142 mil) e Itajuípe (2,7% – R\$141 mil) (Tabela 33 – anexa).



A eficiência da contratação entre os municípios abrangidos pelas ações da CEPLAC revela seguinte indicativo: Itagimirim (100,0%), Laje (100,0%), Mucuri (100,0%), Nova Viçosa (100,0%), Camacan (100,0%), Guaratinga (97,6%), Mutuípe (88,3%), Ubaira (81,0%), Itajuípe (80,1%), Uruçuca (78,8%), Eunápolis (78,5%), Itapitanga (72,0%) e Aurelino Leal (71,5%) (Tabela 33 – anexa).

Os maiores percentuais de contratação, vertente produtiva, se expressa pela piscicultura (100,0%), chocadeira (100,0%), mineralização (100,0%), artesanato (94,2%), cocho saleiro (93,4%), kit vacinas (85,0%), cana-de-açúcar (80,2%), citrus (76,2%), fábrica de polpa (65,4%), construção de cercas (61,8%), recuperação de cercas (58,7%), avicultura (55,0%), mandioca (54,2%), pastagens (49,4%) (Tabelas 34, 35, 36, 37 e 38 – anexas).

1.3 – CERTIFICAÇÃO – PRODUTOS E SISTEMAS



A certificação/fiscalização promove adequação dos sistemas de produção, proteção da biodiversidade, comprovação de origem e segurança alimentar. Define atributos da produção ou serviço e garante enquadramento a normas/padrões estabelecidos. Baseia-se em informações científicas e forte preocupação ambiental e social, contribui para evolução da agropecuária sustentável. Estratégia que atende às exigências do mercado consumidor ([HTTP://www22.sede.embrapa.br](http://www22.sede.embrapa.br)).

1.3.1 – METAS FÍSICAS – CERTIFICAÇÃO

Sub-ação classificação/certificação objetiva aferir qualidade da amêndoa de cacau, dirige-se primordialmente para produto destinado ou oriundo do mercado externo. Delineia-se perspectiva de entabular projeto que foca unidades produtivas, visa identificar especificidades e mapear produtos limpos – nichos de mercado. O Serviço de Classificação de Cacau restringe-se à unidade operativa de Ilhéus.

Persiste necessidade de credenciar a CEPLAC como órgão capaz de realizar classificação de cacau, condição essencial para emissão do respectivo certificado, competência exercida pela Unidade de Vigilância Sanitária Agropecuária de Ilhéus (UVAGRO), inexistente referência ao trabalho do CENEX. Serviço passível de cobrança – aporte de recursos na forma de receitas próprias.

Atendendo ao processo de importação classificam-se 45.292 toneladas de amêndoas de cacau, originárias da Indonésia (71,8% – 32.513 toneladas) e Costa do Marfim (28,2% – 12.779 toneladas), destinam-se para Cargil (59,80% – 27.083 toneladas), Joanes (14,77% – 6.691 toneladas), Barry Callebaut (8,48% – 3.840 toneladas), Delfi (8,48% – 3.839 toneladas) e Nestlé (8,47% – 3.839 toneladas). Denota fragilidade da cacauicultura para suprir capacidade instalada da indústria de transformação, aponta para entabular esforços no sentido de recuperar a lavoura visando atender capacidade instalada da agroindústria processadora.

Classificação de cacau objetiva propriedades rurais, empresas exportadoras e cacau limpo – nichos de mercado. Concretiza aferição requisitada por Brandão Filhos, produto destinado à Argentina/Espanha. Realiza avaliação física, sensorial, química e seleção de amostras para salão de Paris e Expo Brasil. Classifica para Associação dos Produtores de Cacau, Cooperativa de Gandu e Instituto Cabruca. Expande-se na região geração de



produto com características edafoclimáticas e organolépticas especiais, diferencial atrativo a consumidores mais exigentes.

Atentar para aspecto fitossanitário do sistema essências florestais/cacaueiro ou “cabruca”, maciços florestais, reservas legais, ecossistemas terrestres/aquáticos, áreas de preservação, lavouras, criações e bacias hidrográficas. Inaugura-se neste século maior preocupação com preservação dos recursos naturais, ameniza as agressões ao meio ambiente e lega equilíbrio ecológico.

1.3.2 – METODOLOGIA – CERTIFICAÇÃO

Certificação abrange produtos de origem vegetal, animal e processados, inclui sistemas agroflorestais, persegue segurança e qualidade alimentar. Recorre a mecanismos de inspeção e auditoria para avaliar sistema de produção. Promove conservação da biodiversidade/manutenção do patrimônio natural – ecossistemas, espécies, equilíbrio da biosfera e qualidade de vida. Secunda-se por conjunto de normas, padrões e procedimentos cientificamente definidos (ALVES; FERRAZ; PINTO e SZMRECSÁNYI, 2010).

45

Verifica-se que emerge direcionamento forte pela busca da qualidade de vida e conservação da natureza. Empresas e cidadãos focam responsabilidade social e ambiental como primado, implica na mudança de atitudes e costumes danosos à saúde humana, animal e meio ambiente. Classificação/certificação de alimentos, sistemas produtivos e ecossistemas exercem papel relevante na aferição e correção da contaminação/poluição.

Neste exercício realizam-se capacitações sobre qualidade, beneficiamento e padronização de cacau. As aprendizagens atingem 333 membros da Associação de Produtores Agrícolas União e Trabalho (APAUT), Associação dos Produtores de Cacau (APC) e Cooperativa de Agricultores Familiares e Economia Solidária da Bacia do Rio Almada e Adjacências (COOAFBA), público residente nos municípios de Almadina, Barro Preto, Buera-remá, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Itapitanga, Ilhéus e Itajuípe.

Os técnicos lotados no Serviço de Classificação de Ilhéus encontram-se capacitados para aplicar Instrução Normativa nº 38, regula sistema de classificação da amêndoa de cacau. Delineia-se potente perspectiva quanto à certificação de origem geográfica, demarca características organolépticas influenciadas pelas condições edafoclimáticas vigentes em determinado espaço.



1.4 – USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

Sustentabilidade consiste em conciliar aspirações da sociedade, crescimento econômico e preservação ambiental. Mudanças climáticas, poluição, erosão do solo, escassez de água, desmatamento e perda da biodiversidade remetem para proteção do patrimônio ambiental. Preservação da vida sobre o planeta depende da capacidade de sustentação dos recursos naturais, particularmente terra e água, induzem persistente busca do desenvolvimento sustentável ([HTTP://www.scielo.br](http://www.scielo.br)).

1.4.1 – METAS FÍSICAS – RECURSOS NATURAIS

As metas físicas que referendam sub-ação uso sustentável dos recursos naturais sintoniza-se com preservação dos maciços florestais remanescentes da Mata-Atlântica (sistema agroflorestal “cabruca”), mananciais hídricos, racionalização na utilização do solo, biodiversidade, qualidade ambiental e respeito à legislação vigente. Atenta para harmonização da relação homem/natureza, equilíbrio entre aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Com base nos marcos legal e regulatório da política nacional para meio ambiente articula-se Comissão Técnica de Garantia Ambiental da CEPLAC (CTGA), rege-se por regulamento homologado pelo Instituto de Meio Ambiente da Bahia (IMA), configura instrumento de gestão e controle ambiental, relaciona as ações de pesquisa, extensão e exploração da agropecuária das regiões produtoras de cacau em território baiano. Orienta regularização ambiental dos imóveis rurais e definição do manejo agrossilvicultural do cacau e lavouras instaladas no espaço do bioma Mata-Atlântica.

O ambiente ocupado pela cacauicultura baiana convive com amplo espectro de ecossistemas, destacam-se: maciços florestais, “sistema cabruca”, atividades antrópicas e bacias hidrográficas. Merecem atenção especial os 178.285 hectares cobertos com consórcios agrossilvipastoris, representam 27,6% da área cultivada assistida – “cabruca” (93,2% – 166.172 hectares) e associações vegetais (6,8% – 12.113 hectares).



Espectro de arranjos produtivos corporifica-se nas seguintes combinações vegetais: cacau-seringueira (72,7% – 8.803 hectares), cacau-cravo da Índia (6,3% – 766 hectares), coco-pastagem (4,7% – 568 hectares), seringueira-açaí (3,1% – 376 hectares), cacau-banana (3,0% – 365 hectares), cacau-açaí (1,9% – 225 hectares), coco-cupuaçu (1,4% – 169 hectares), coco-café (1,3% – 156 hectares), cacau-cupuaçu (0,5% – 66 hectares) e guaraná-piaçava (0,4% – 51 hectares), significam 95,3% (11.545 hectares) da área concernente aos consórcios.

1.4.2 – METODOLOGIA – RECURSOS NATURAIS



As metodologias direcionadas aos recursos naturais perseguem educação, preservação e consciência ambiental. Enfatiza transformação da relação homem “versus” natureza. Ressalta que o meio ambiente constitui campo de interações culturais, sociais e naturais – dimensão física e biológica. Processo pedagógico participativo que consiste em despertar consciência crítica no aprendente sobre problemática ambiental, desperta sociedade para as persistentes agressões aos ecossistemas terrestres.

Neste exercício detecta-se que as qualificações relativas à preservação da natureza centram-se na atenção aos recursos naturais, atrai adesão de 2.307 pessoas, representa 76,5% do contingente preparado visando uso sustentável do meio ambiente e 537,8% quanto ao quantitativo capacitado em 2008. Desempenho relevante para equilíbrio do bioma terrestre – exige do ser social responsabilidade com relação à biodiversidade e processos biológicos (Tabela 17).

Quanto à conservação do solo, base natural ou substrato onde se encontram vegetais, animais e microorganismos, supre demandas requeridas pelo ser humano, importantíssimo fator de produção, qualificam-se 120 pessoas, representa 4,0% do realizado em 2010 e 45,6% com relação a 2008. Esta modalidade de ensinamento direciona-se principalmente para cultivos de ciclo curto e pecuária, mais sujeitos ao processo erosivo.

Tabela 17 – Qualificação para o uso sustentável dos recursos naturais

ESPECIFICAÇÃO	UNID	2008 (A)	2009 (B)	2010		%		
				PROG (C)	REAL (D)	D/A	D/B	D/C
Recursos naturais	nº.	429	-	1.864	2.307	537,8	-	123,8
Conscientização ambiental	“	-	55	-	-	-	-	-
Conservação de solos	“	263	93	612	120	45,6	129,0	19,6

	<p align="center">PODER EXECUTIVO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA</p>							
Silvicultura	“	-	26	304	476	-	-	156,6
Arborização/jardinagem	“	2	-	55	46	-	-	83,6
Impacto ambiental	“	17	1	235	68	400,0	-	28,9
T O T A L	“	711	175	3.070	3.017	424,3	-	98,3

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Reflorestamento/silvicultura retrata comportamento surpreendente, consegue atrair 476 pessoas ou 15,8% do contingente qualificado durante período focado. Objetiva prevenir-se contra iminente falta de madeira para construção civil, estacas e lenha – edificação da infraestrutura, contenção dos animais e secagem de cacau.

Arborização/jardinagem de propriedades/cidades apresenta realização pífia, conta com presença de 46 pessoas, significa 1,5% do realizado em 2010, percebe-se desleixo com embelezamento e qualidade de vida das populações urbanas e rurais. Prevenção de impactos ambientais contempla-se com capacitação de 68 pessoas, representa 2,3% quanto ao conjunto envolvido no interstício avaliado, mediação salutar para recomposição do meio ambiente.

48

2 – CONTROLE DA DOENÇA VASSOURA DE BRUXA

Doenças das plantas revelam origem biótica, causada por patógeno (fungo, bactéria, nematóide e vírus) e abiótica, provocada pela deficiência de nutrientes e fatores ambientais. Manifestam-se em função da interação do patógeno, hospedeiro susceptível e condições ambientais favoráveis para concretização do processo de infecção/colonização/reprodução. Visualizado sintoma da enfermidade, identifica-se agente causal e adota-se estratégia de controle (NECHET, 2010).

2.1 – METAS FÍSICAS – VASSOURA DE BRUXA

Os genótipos resistentes à doença mostram resultados prometedores quanto à eficiência do controle e produtividade dos cacaueiros clonados. Agilização da enxertia conecta-se ao aporte de recursos financeiros via política creditícia, pois o produtor encontra-se

descapitalizado e endividado, incapaz de honrar as despesas acarretadas pela adoção das tecnologias e conhecimentos preconizados para controle da vassoura de bruxa.

No decurso de 2010 área assistida, produto ou meta da lei, pelo serviço de assistência técnica/extensão rural atinge 119.621 hectares, consigna diminuição de 13,1% (17.979 hectares) durante triênio 2008/2010. Fenômeno ocasionado pela ausência de poupança própria e política creditícia adequada à realidade da lavoura, entravam avanço da enxertia dos cacaueiros susceptíveis à doença e adensamento das glebas pouco povoadas. Neste exercício revelam-se condições climáticas desfavoráveis à proliferação da moléstia (Tabela 18).

Tabela 18 – Desempenho da ação controle da doença vassoura-de-bruxa

ESPECIFICAÇÃO	UNID	REALIZADO		2010		%		
		2008	2009	PROG	REAL	D/A	D/B	D/C
		(A)	(B)	(C)	(D)			
Área controlada	ha	137.600	115.511	253.768	119.621	86,9	103,6	47,1
Produtor atendido	nº.	7.407	4.527	-	7.985	107,8	176,4	-
Propriedade assistida	"	8.798	5.030	17.235	8.139	92,5	161,8	47,2
Trabalhador treinado	"	10.706	4.174	9.453	4.640	43,3	111,2	49,1
Recursos	R\$ 1.000	727	575	705	637	87,6	110,8	90,4

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Detecta-se que quantitativo de produtores atendidos em 2100 ascende 7,8% (578 agricultores) acima do alcançado em 2008. Com relação a 2009 observa-se melhoria no desempenho, cresce 76,4% ou 3.458 proprietários. Observa-se que 2010 registra realização superior à consignada no biênio 2008/2009, destaca-se esforço dos extensionistas para ampliar e aprimorar atendimento.

As ações da extensão rural para controle integrado da moléstia vassoura de bruxa revelam inserção de 8.139 unidades produtivas, suplanta em 61,8% (3.109 fazendas) alcance realizado em 2009. Resultado auspicioso considerando evolução no combate à enfermidade, situação causada por força da qualidade dos genótipos (resistência e produtividade), rompe com astral derrotista que permeia imaginário dos produtores de cacau.

Visando execução ou aplicação das práticas, conhecimentos e tecnologias recomendados para controle do vírus ("Moniliophthora perniciosa") causador do mal, processa-se capacitação de 4.640 pessoas em 2010, queda de 56,7% (6.066 pessoas) com relação



a 2008. Ensinaamentos ministrados para produtores, gerentes e trabalhadores versam sobre enxertia, adensamento, resistência induzida, controle integrado da doença e outros.

A manutenção ou ressarcimento para execução das metodologias/esforço da extensão rural direcionado ao controle da enfermidade consome (R\$637 mil) no transcurso de 2010, explicita comportamento decrescente entre 2008/2010, mostra inflexão de 12,4% (R\$90 mil). Registra perda de eficiência, compromete qualidade do atendimento ao público usuário dos serviços de ATER.

2.2 – METODOLOGIA – VASSOURA DE BRUXA

Metodologia para transferir conhecimentos voltados para controle da doença vassoura de bruxa centra-se em estratégias pedagógicas de ensino-aprendizagem com caráter coletivo e participativo, abordam questões pertinentes às técnicas disponíveis para manter população do patógeno abaixo do limiar de dano econômico e minimizar os efeitos deletérios sobre a natureza. O controle integrado engloba aspectos culturais, físicos, químicos, biológicos e genéticos.

Preparação da mão-de-obra redundando na ampliação da produtividade social do trabalho, propicia aumento da capacidade acumulativa, apropriação da riqueza ou excedente gerado no processo produtivo agropecuário. A capacitação dos atores sociais envolvidos com combate ao patógeno causador da moléstia envolve 4.640 pessoas em 2010. Inters-tício 2008/2010 mostra aumento de 21,9% (835 pessoas), configura tênue recuperação (Tabela 19).

Enxertia/clonagem contempla-se com preparação de 2.007 pessoas, significa 43,3% do conjunto de capacitações efetivadas em 2010. Exercício avaliado revela desempenho superior ao consolidado no biênio 2008/2009. Preço e produção estimulantes redundam na conquista de condições financeiras para enfrentamento da moléstia, possibilitam clonagem dos cacaueiros susceptíveis com material botânico resistente e adoção dos tratamentos fitossanitários/culturais

Tabela 19 – Qualificação da mão-de-obra – vassoura de bruxa

ESPECIFICAÇÃO	UNID	REALIZADO		2010		%		
		2008 (A)	2009 (B)	PROG (C)	REAL (D)	D/A	D/B	D/C
Enxertia/clonagem	nº.	1.721	1.685	3.803	2.007	116,6	119,1	52,8
Formação de jardim clonal	"	30	40	317	143	476,7	357,5	45,1
Controle de doenças	"	2.820	425	998	599	21,2	140,9	60,0
Seleção de plantas	"	11	8	45	44	400,0	550,0	97,8
Resistência induzida	"	4.934	1.647	3.332	1.014	20,6	61,6	30,4
Adensamento	"	985	-	178	64	-	-	36,0
Outros	"	-	-	780	769	-	-	98,6
T O T A L	"	10.501	3.805	9.453	4.640	44,2	121,9	49,1

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Com foco na formação de jardins clonais qualificam-se 143 pessoas, retrata recuperação do processo, amplia disponibilidade/oferta de material botânico capaz de suprir demanda do cacauicultor. As diminutas capacitações destinam-se para multiplicar os genótipos correspondentes às últimas gerações, aprimorados quanto aos aspectos da resistência/tolerância e produtividade das plantas.

Para controle integrado da moléstia, químico, genético, cultural e biológico, prepararam-se 599 pessoas, mostra recuperação (40,9% – 174 pessoas) com relação a 2009, mas em patamar inferior ao realizado no decurso de 2008, significa 21,2% (2.221 pessoas) do alcance deste exercício. Ressalta-se que elevação da produção imputa-se às condições climáticas favoráveis e efeito da tecnificação da lavoura.

Indução da resistência ao ataque da vassoura de bruxa surge como panacéia para solução deste grave problema, frustra alguns em decorrência da aplicação inadequada da tecnologia, mas os resultados revelam-se bastante atrativos quando obedecidas as recomendações prescritas. A respeito desta técnica capacitam-se 1.014 pessoas – corresponde a 20,6% (3.920 cidadãos) do alcançado em 2008. Retrata sistemático comportamento decrescente entre 2008/2010.

Adensamento do “stand”, glebas ou roças com cacaueiros dispersos, poucos indivíduos por hectare, consubstancia desempenho desanimador, transcurso de 2010 prepararam-se 64 pessoas. Situação ocasionada pela dificuldade em conduzir plantas adensadas,



excesso de sombra provocado pelos cacaueiros velhos, inibe crescimento das mudas, prejudica atividade fotossintética/processos biológicos.

Embate travado entre profissionais da CEPLAC/produtores, secundado pela dúvida quanto à tolerância/produtividade dos genótipos recomendados, encontra convergência, comprova-se que os clones manifestam características genéticas se aplicados os adequados tratos culturais/fitossanitários, expectativa dos técnicos quanto à qualidade do material distribuído – fato aferido pelos cacaucultores em nível das fazendas. Projeto área demonstrativa valida “acessos” pelos diferentes agrossistemas cacaueiros mapeados em território baiano.

3 – TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

A concepção da estratégia de desenvolvimento rural sustentável, enfoque territorial, representa espaço de articulação e gestão de políticas públicas, persegue enfrentamento da pobreza; mecanismos de participação; degradação ambiental, exclusão social e desigualdades regionais, sociais e econômicas que atingem o meio rural brasileiro. Combina crescimento econômico e equilíbrio social/territorial.

O programa território da cidadania idealiza-se pelo governo federal, entabula parcerias com governos estaduais, municipais e entidades da sociedade civil. Objetiva estender os direitos básicos e geração de trabalho/renda ao campo através da integração e reforço das ações entre esferas de poder. Escolha respaldada no dinamismo econômico, índice de desenvolvimento humano (IDH), quantitativo de público beneficiário e índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB).

Processo coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Estimula capacidade de auto-gestão das organizações e movimentos sociais. Apóia gestão descentralizada de políticas públicas voltadas para agricultores familiares, assentados, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores. Valoriza atributos naturais, tecido social, teia de relações e raízes histórico/culturais. Entabula medidas na área da educação, habitação, saúde, saneamento, cultura, concessão de crédito, assistência social, regularização fundiária, assistência técnica/extensão rural, qualificação dos recursos humanos, organização comunitária, direitos sociais e outros.

3.1 – TERRITÓRIO BAIXO SUL

O território da cidadania Baixo Sul abrange área de 7.638,10 km², compõe-se por 15 municípios (Quadro 1 – anexo). A população alcança 345.362 habitantes, deste contingente 46,24% (159.693 habitantes) reside no meio rural. Possui 22.048 agricultores familiares, 1.412 famílias assentadas, 39 comunidades quilombolas e uma terra indígena. Registra IDH médio de 0,63, caracteriza baixo desenvolvimento ([HTTP://www.territoriosdacidadania.gov.br](http://www.territoriosdacidadania.gov.br)).

3.1.1 – METAS FÍSICAS – BAIXO SUL

Transferência/compartilhamento de conhecimentos com público alvo permite acesso tecnologias que potencializam especificidades das comunidades biológicas ou espaços geográficos. Garante sustentabilidade ambiental aliada à geração de renda, criação de postos de trabalho e verticalização da produção. Baseia-se em processo de ensino-aprendizagem que articula evolução do ser humano (LIMA; SOUZA; PIRES, 2010).

Quanto aos produtores atendidos no Baixo Sul detecta-se participação de 3.932 agricultores familiares em 2010, representam 21,7% do universo envolvido para dinamização dos sistemas agrossilvipastoris instalados no espaço abarcado pelos serviços do CENEX. Observa-se que biênio 2009/2010 registra queda de 15,0% (694 rurícolas), revela retração na inserção da população (Tabela 20).

Tabela 20 – Desempenho das metas – Território Baixo Sul

DISCRIMINAÇÃO	UNID	2009 (A)	2010		%	
			PROG (B)	REALIZ (C)	C/A	C/B
Produtor atendido	pes	4.626	7.236	3.932	85,0	54,3
Propriedade assistida	un	5.617	7.293	4.406	78,4	60,4
Área assistida – geral	ha	78.988	40.326	59.540	75,4	147,6
Área assistida – lavouras	ha	61.149	27.169	44.281	72,4	163,0
Área assistida – pastagens	ha	17.839	13.157	15.259	85,5	116,0
Rebanho assistido	cab	7.460	-	9.107	122,1	-
Pessoal treinado	pes	8.826	3.983	4.105	46,5	103,1
Família beneficiada	un.	3.753	3.995	3.003	80,0	75,2
Associação assistida	un	75	-	80	106,7	-
Cooperativa assistida	un	-	-	-	-	-

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010



Propriedade assistida congrega aporte de saberes e troca de experiências em 4.406 imóveis durante 2010, cai 21,6% (1.211 glebas) com relação a 2009, diminui processo de adesão aos ensinamentos propiciados pela extensão rural. A terra desempenha relevante papel para este conjunto, constitui local de socialização e reprodução do núcleo familiar.

A superfície cultivada explorada com atividades agropastoris estende-se por 59.540 hectares, biênio 2009/2010 corporifica queda de 24,6% (19.448 hectares). Corriqueiramente cultivam diversificado leque de lavouras (cacau, dendê, mandioca, piaçava, cravo da Índia, graviola, pupunha e outras) e criações (aves, bovinos, suínos, abelhas e animais de serviço). Garantem ocupação eficiente da força de trabalho e retirada uniforme no decorrer do ciclo produtivo, submetem-se às formas de capital comercial que imprimem subordinação a produtos/matérias-primas.

Distribuição da área cultivada entre explorações vegetais e animais revela que 74,4% (44.281 hectares) destina-se para cultivos (permanentes e temporários) e 25,6% (15.259 hectares) ocupam-se por pastagens. As lavouras mostram redução de 27,6% (16.868 hectares) visualizando 2009. Demonstra direção preferencial para as lavouras, intencional considerando capacidade de absorção de mão-de-obra para condução dos afazeres, sintoniza-se com disponibilidade de força de trabalho nas unidades produtivas familiares, criações exercem papel de reserva para atender eventualidades imediatas.

As pastagens configuram queda de 14,5% (2.580 hectares) com relação a 2009, diminui peso da atividade junto ao segmento focado. Registra-se presença majoritária de pastagens naturais/artificiais em precárias condições de conservação. Detecta-se manejo rudimentar das gramíneas, poucas divisões de pastos para propiciar adequado movimento do rebanho.

Rebanho bovino, universo categorias animais, compõe-se por 9.107 cabeças, revela comportamento ascendente no período 2009/2010, aumenta 22,1% (1.647 bovinos), apresenta melhoria quanto à apropriação do sobretrabalho gerado, devido ampliação do patrimônio. Detecta-se que condição de apascentamento/capacidade de suporte situa-se em 0,6 animal/hectare/ano, bastante baixa se comparada à média do estado da Bahia (0,93 animal/hectare/ano), confirma caráter de reserva da atividade e segurança alimentar.



Para aprimoramento da força de trabalho enceta-se capacitação de 4.105 pessoas, significa 46,5% (4.721 pessoas) do contingente preparado no decurso de 2009. Adota modalidades de ensino-aprendizagem caracterizadas pela socialização de saberes e experiências, resultam em salutar construção coletiva e participativa. Aborda principalmente aspectos atinentes à condução do negócio e organização social/produtiva.

Constata-se que quantitativo de famílias beneficiadas alcança 3.003 núcleos em 2010, comparado a 2009 retrata queda de 20,0% (750 núcleos). Averigua-se certa similaridade entre famílias/unidades produtivas. Trata-se de segmentos onde existe estreita conexão núcleo familiar, ocupação e gleba para garantir reprodução digna dos que vivem da exploração da terra.

Organização social/produtiva consigna presença de 80 associações, crescem 6,7% (5 unidades) com respeito ao alcance efetivado em 2009. Constitui ambiente de vivência e discussão das questões que afetam grupo envolvido. Articula consciência crítica transformadora da realidade captada pela população participante dos eventos. Inexiste cooperativa, organização que ingere sobre processo produtivo e intercâmbio das mercadorias, fomenta ação livre e soberana dos intermediários comerciais – enfrentamento das imposições do capital

3.1.2 – METODOLOGIA – TERRITÓRIO BAIXO SUL

Através das metodologias de extensão se entabula difusão das tecnologias e conhecimentos voltados para modernizar os agronegócios, verticalizar produção e capacitar recursos humanos. Visa basicamente pequenos produtores – agricultores familiares, assentados, quilombolas e indígenas. Prioriza consecução das políticas públicas centradas na promoção do desenvolvimento rural sustentável. Para efeito do planejamento reparte-se espaço em territórios, grupo baseado nos aspectos sociais, políticos, econômicos, ecológicos, geográficos e culturais. Prima pela participação popular, descentralização, transparência, autogestão e articulação das forças sociais em defesa dos interesses coletivos e racionalidade no uso dos recursos públicos.

Dentre as capacitações processadas despontam dinamização dos cultivos, representam 28,4% (1.164 pessoas) do conjunto atingido no exercício avaliado. Biênio 2009/2010 consigna queda de 78,8% (4.323 pessoas), configura retração das explorações

vegetais ou gradual atendimento à demanda por qualificação, plausível em razão da baixa rotatividade dos membros da família na condução das lavouras (Tabela 21).

Para executar adequadamente as práticas e técnicas atinentes às criações transferem-se ensinamentos a 39 pessoas, registra queda de 7,1% (3 pessoas) se comparado ao alcance de 2009. Contraria tendência na direção dos produtores ampliarem rebanho bovino, implica persistência dos precários conhecimentos sobre tratos zoossanitários e manejo das pastagens/plantel.

Tabela 21 – Qualificação da mão-de-obra – Território Baixo Sul

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	REALIZADO		%
		2009	2010	
Cultivos	un.	5.487	1.164	21,2
Criações	"	42	39	92,9
Enxertia/clonagem	"	607	637	104,9
Adubação/calagem	"	832	780	93,8
Poda	"	591	516	87,3
Resistência induzida	"	197	160	81,2
Aprov. prod. agroindustriais	"	48	50	104,2
Administração rural	"	-	153	-
Associativismo/cooperativismo	"	29	515	-
Outros	"	78	91	166,7
T O T A L	"	7.911	4.105	51,9

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

As qualificações efetivadas em 2010 para adubação/calagem (19,0% – 780 pessoas), enxertia/clonagem (15,5% – 637 pessoas), poda (12,6% – 516 pessoas) e resistência induzida (3,9% – 160 pessoas) representam 51,0% (2.093 pessoas) do universo de preparações. Entre 2009/2010 afere-se redução da procura por estes treinamentos, diminuem 6,0% (134 pessoas), denota importância da cacauicultura para reprodução deste segmento social, mesmo num território onde prevalecem especiarias – policultura.

Mostra-se enriquecedora busca de capacitações para processar as matérias-primas geradas. Exercício analisado registra preparação de 50 pessoas, significa 1,2% do público integrante dos conclaves ordenados pelo CENEX e suplanta em 4,2% (2 pessoas) realizado no decurso de 2009, alta que indica preocupação com aproveitamento eficiente da produção, amplia postos de trabalho e renda.



Percebe-se interesse pelo aprendizado relativo à gestão, capacitam-se 153 pessoas (3,7% – conjunto de aprendentes) sobre administração rural durante 2010, enquadra-se entre aspectos mais frágeis do negócio agropecuário. Associativismo-cooperativismo conta com preparo de 515 pessoas, significa 12,5% do executado em 2010, explicita vontade para congregação com membros da comunidade nas formas organizativas que encadeiam evolução social, econômica, política e cultural.

3.2 – TERRITÓRIO LITORAL SUL

Território da cidadania Litoral Sul estende-se por 15.741,50 km², integra-se por 26 municípios (Quadro 1 – anexo). Acolhe população de 898.403 habitantes, moram no espaço rural 231.273 (25,74%) pessoas, densidade demográfica de 54,6 habitantes/km². Detectam-se 14.610 agricultores familiares, 2.743 pescadores, 2.564 assentados, 11 comunidades quilombolas e duas terras indígenas. Consigna IDH de 0,67 – demarca região carente ([HTTP://www.territoriolitoralsulbahia.com.br](http://www.territoriolitoralsulbahia.com.br)).

57

3.2.1 – METAS FÍSICAS – TERRITÓRIO LITORAL SUL

Extensão rural ou comunicação dialógico-participativa entre técnico/agricultor objetiva transformação do sistema produtivo/econômico e social do meio rural. Este processo centra-se no aprimoramento das relações homem e natureza, envereda pela mudança na maneira de cultivar a terra, criar animais, administrar, defender a saúde, educar os filhos, cultuar ação comunitária e preservar o meio ambiente ([HTTP://www.webartigos.com](http://www.webartigos.com)).

Produtor atendido representa papel de viabilizador, gestor ou ordenador do processo produtivo, identifica-se com família beneficiada, finalidade precípua dos ensinamentos transmitidos pela extensão rural. Portanto, agricultor contemplado atinge 6.005 pessoas, consigna incremento de 11,5% ou 618 produtores sobre quantitativo envolvido no transcurso de 2009, expande-se assistência técnica aos segmentos que integram agricultura familiar (Tabela 22).

Quanto às propriedades assistidas em 2010 detecta-se engajamento de 6.529 unidades produtivas, significam 110,4% do observado no decorrer de 2009, incorpora 613 imóveis. Ressalta-se que este indicador apresenta interação com produtor atendido e fa-

mília beneficiada, trata-se de tríade imanente à classificação e caracterização da agricultura familiar, desvenda mediações que se mesclam como conjunto uníssono.

A superfície cultivada assistida pelo serviço de extensão rural da CEPLAC abarca 221.224 hectares, relacionada a 2009 revela incremento de 46,2% (69.903 hectares), configura ampliação do atendimento e resgate histórico do acesso destes segmentos sociais às políticas públicas delineadas pelo governo federal, visam conquista da cidadania, direitos sociais e participação política.

Tabela 22 – Desempenho das metas – Território Litoral Sul

DISCRIMINAÇÃO	UNID	2009 (A)	2010		%	
			PROG (B)	REALIZ (C)	C/A	C/B
Produtor atendido	pes	5.387	7.689	6.005	111,5	78,1
Propriedade assistida	un	5.916	7.758	6.529	110,4	84,2
Área assistida – geral	ha	151.321	327.804	221.224	146,2	67,5
Área assistida – lavouras	ha	59.571	152.865	127.683	214,3	83,5
Área assistida – pastagens	ha	91.750	174.939	93.541	102,0	53,5
Rebanho assistido	cab	73.190	-	70.507	96,3	-
Pessoal treinado	pes	7.413	-	11.938	161,0	-
Família beneficiada	un.	3.612	4.296	3.974	110,0	92,5
Associação assistida	un	75	-	81	108,0	-
Cooperativa assistida	un	1	-	1	100,0	-

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Verifica-se que repartição da área das explorações retrata que os vegetais ocupam 127.683 hectares ou 57,7% da extensão plantada com diversificado leque de lavouras (cacau, seringueira, graviola, mandioca, banana, pupunha, dendê e café) e criações (bovinos, eqüinos, asininos e muares) espriam-se por 93.541 hectares ou 42,3% de pastagens naturais/artificiais, corriqueiramente apresentam-se em péssimo estado de conservação.

Rebanho bovino, conjunto de categorias, compõe-se por 70.507 animais, registra queda de 3,7% (2.683 cabeças) com relação a 2009, expressa pequeno retrocesso patrimonial fruto da diminuição do capital amortizado em bovinos. A capacidade de suporte das pastagens situa-se em 0,75 animal/hectare/ano, inferior à registrada em território baiano (0,93 animal/hectare/ano), decorrente da deficiente manutenção das gramíneas e manejo do plantel/pastagens.

Preparação da mão-de-obra familiar para execução dos afazeres inerentes aos cultivos e criações conta com adesão de 11.938 pessoas, comparado a 2009 concretiza au-



mento de 61,0% (4.525 pessoas), situação causada pela elevada demanda por capacitações, população treinada diversifica leque de conhecimentos, responde pela realização de vasto espectro de atividades laborais.

As famílias de pequenos produtores, assentados, quilombolas, indígenas e pescadores artesanais beneficiadas atingem 3.974 núcleos, registram crescimento de 10,0% (362 núcleos) se visualizado 2009. A família camponesa exerce papel vital para organização do processo de trabalho (repartição das tarefas por faixa etária e sexo), relacionamento interparental e comunitário – equilíbrio social.

Organização social/produtiva integra-se por 81 associações e 1 cooperativa, suplantando 2009 em termos de congregações (7,9% – 6 unidades) assistidas pelo CENEX, mostra integração dos produtores em entidades associativas. Demonstra quadro pouco animador diante da incipiente situação organizativa dos segmentos envolvidos com ações desencadeadas pelo Centro de Extensão.

3.2.2 – METODOLOGIA – TERRITÓRIO LITORAL SUL

A comunicação/transferência de tecnologias, saberes e compartilhamento de experiências baseiam-se em métodos didático-pedagógicos coletivos, assenta-se em regras/princípios que despertam espírito crítico/transformador e implica numa construção solidária, desvela compreensão da realidade que cerca conjunto focado, conforma intervenção e delineia políticas públicas sintonizadas com soluções dos problemas que afligem população objetivada.

Observa-se que preparações direcionadas para lavouras exploradas nos municípios componentes do território da cidadania Litoral Sul atinge 3.618 pessoas, supera em 27,1% (772 pessoas) realizado durante 2009. Demonstra interesse dos produtores em aprimorar saberes a respeito da condução das explorações vegetais, persegue subida da produtividade, crescem postos de trabalho/renda (Tabela 23).

Capacitações direcionadas para aprimoramento das técnicas aplicadas na ampliação da produtividade auferida das criações atraem participação de 1.224 pessoas, registra aumento de 169,0% (769 pessoas) relacionado a 2009. Litoral Sul à semelhança do Baixo Sul consubstancia intenção de reforçar atividades pecuárias aptidão carne, leite e mista.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Expressão da cacauicultura afere-se pelo número de treinamentos voltados para aplicação das tecnologias adubação/calagem (37,3% – 1.593 pessoas), poda (33,1% – 1.415 pessoas), enxertia/clonagem (19,2% – 817 pessoas) e resistência induzida (10,5% – 450 pessoas), representam em conjunto 35,8% (4.275 pessoas) do contingente qualificado no decorrer de 2010 e consigna incremento de 95,8% (2.091 pessoas) se visualizada execução de 2009, impõe sua lógica às unidades produtivas onde prevalece a lavoura.

Entre os pequenos produtores familiares detecta-se vontade de avançar no sentido do aproveitamento agroindustrial das matérias-primas, entabulam preparo de 201 (1,7% das preparações) pessoas a respeito do processamento, suplanta sobremaneira 2009 (1.675,0% – 189 pessoas). Promove agregação de valor aos produtos da agropecuária, medida capaz de incrementar abertura de postos de trabalho, aumentar geração de renda e reduzir os desníveis sociais/regionais.

Tabela 23 – Qualificação da mão-de-obra – Território Litoral Sul

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	REALIZADO		%
		2009	2010	
Cultivos	un.	2.846	3.618	127,1
Criações	“	455	1.224	269,0
Enxertia/clonagem	“	369	817	221,4
Adubação/calagem	“	476	1.593	334,7
Poda	“	640	1.415	221,1
Resistência induzida	“	698	450	64,5
Aprov. prod. agroindustriais	“	12	201	-
Administração rural	“	81	148	182,7
Associativismo/cooperativismo	“	68	2.168	-
Outros	“	435	404	92,9
T O T A L	“	6.080	11.938	196,3

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Verifica-se que gestão das unidades produtivas familiares localizadas no território Litoral Sul equipara-se às estabelecidas no Baixo Sul, apresentam quadro bastante deficiente e dedicam reduzido esforço para melhorar os conhecimentos alusivos a administração rural, abarca apenas 148 (1,2% quanto ao conjunto de qualificações) pessoas, supera em 82,7% (67 pessoas) alcance de 2009, constitui evolução que predispõe para saltos mais desafiadores.



Associativismo/cooperativismo desperta interesse de 2.168 pessoas, significa expressivo aumento (3.188,2% – 2.100 pessoas) visualizando 2009, registra alta animadora para projeção organizativa dos segmentos sociais visados pelas políticas públicas compensatórias articuladas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esta vertente deflagra encaminhamento transformador, rompe com subordinação e submissão social, econômica e política

3.3 – ESFORÇO DA EXTENSÃO RURAL – TERRITÓRIOS

Esforço da extensão rural para pequena produção familiar orienta arranjos produtivos vegetais e animais ecologicamente sustentáveis, socialmente justos e economicamente viáveis. Campo de conhecimento que aplica conceitos e princípios da ecologia no manejo e desenho de agrossistemas. Foca aspectos ecológicos, econômicos agronômicos, sociológicos e antropológicos, incorpora dimensão social, cultural, política e ética (CAPORAL; RAMOS, 2010).

61



3.3.1 – ESFORÇO DA EXTENSÃO – TERRITÓRIO BAIXO SUL

Modelo de extensão rural aos pequenos produtores baseia-se em paradigma que enfatiza desenvolvimento sustentável, valoriza diversidade (social, econômica, cultural e étnica), persegue melhoria da qualidade de vida dos beneficiários e promove estilos de agropecuária sintonizados com as condições específicas dos agroecossistemas/resgate da biodiversidade.

No decorrer de 2010 realizam-se 732 eventos coletivos, atraem agricultores familiares, assentados, quilombolas, indígenas e pescadores artesanais. Quanto à participação registra presença de 6.512 cidadãos, média de 8,9 pessoas/evento, bastante baixo, minimiza redução de custos, socialização do saber, vivência social, troca de saberes, articulação política e reversão da realidade vigente (Tabela 24).

Tabela 24 – Esforço da extensão rural – Território Baixo Sul

ESPECIFICAÇÃO	UNID	MÉTODOS		PÚBLICO	
		REALIZADO	%	REALIZADO	%
Reunião	un.	110	-	1.533	-
Palestra	"	52	-	996	-

	<p style="text-align: center;">PODER EXECUTIVO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA</p>				
Demonstração grupal	“	525	-	3.063	-
Curso/reciclagem	“	21	-	331	-
Dia de campo	“	5	-	275	-
Excursão	“	19	-	314	-
TOTAL/COLETIVOS	“	732	-	6.512	-
Elaboração projeto	“	86		112	
Demonstração individual	“	36		36	
Visita técnica	“	2.108	-	2.445	
TOTAL/INDIVIDUAIS	“	2.230	-	2.593	-
TOTAL	“	2.962	-	9.105	-

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Dentre os métodos com feição coletiva destacam-se as reuniões, quantitativo destes eventos durante 2010 significa 3,7% (110 conclaves) do alcance efetivado no ano focado e representa 16,8% (1.533 pessoas – 13,9 indivíduos/efeméride) do conjunto de cidadãos que aderem aos ensinamentos propiciados para condução das explorações vegetais/animais instaladas nas unidades produtivas dos pequenos agricultores familiares.

Demonstração grupal consolida interação entre atores sociais envolvidos no processo de difusão dos conhecimentos técnico-científicos – ensinante/aprendente. Retrata comportamento marcante, registra organização de 525 (17,7%) efemérides, responde pela qualificação de 3.063 pessoas (5,8 indivíduos/evento), corresponde a 33,6% do contingente de público envolvido no universo de ações voltadas para dinamização da agropecuária.

Cursos/reciclagens exigem construção de conteúdo adequadamente definido e programado. Durante 2010 realizam-se 21 (0,7%) cursos, contam com presença de 331 pessoas (15,8 indivíduos/evento), significa 3,6% dos pequenos produtores familiares atendidos pelo serviço de assistência técnico/extensão rural. Visualizam interação teoria/prática e troca de experiências/conhecimentos entre público alvo e monitores – extensionistas.

Excursão/dia de campo facultam vivência direta com explorações, requisitam criterioso processo de organização, considerando complexidade do ordenamento e condução dos conclaves. Efetua-se 24 (0,8%) efemérides no decurso de 2010, atingem 589 (6,5%) pessoas, significa presença de 24,5 pessoas/evento, baixo se referenciado aos dias de campo – 55,0 pessoas/conclave.

Palestra foca público/temática específico, prescreve espaço para debate das idéias/concepções com ouvintes. Realizam-se 52 (1,8%) conclaves no decorrer de 2010, con-

tam com participação de 996 pessoas (19,2 cidadãos/evento), representa 10,9% do universo atendido no interstício avaliado. Aborda aspectos atinentes à organização social/produtiva, política creditícia e outros assuntos relevantes.

Eventos individuais corporificados na visita técnica (94,5% – 2.108 eventos), elaboração de projeto (3,9% – 86 conclaves) e demonstração individual (1,6% – 36 efemérides), totalizam realização de 2.230 atendimentos, efetiva 75,3% de métodos processados e 28,5% quanto ao público envolvido. Constituem eventos mais caros, essenciais em função de exigência premente/específica.



3.3.2 – ESFORÇO DA EXTENSÃO – TERRITÓRIO LITORAL SUL

Especificidade do contingente visado com aplicação das políticas públicas nos territórios da cidadania preceitua adoção de metodologias permeadas pela vertente coletiva e participativa, enveredam por métodos didático-pedagógicos que possibilitam compartilhar experiências e construção de saberes entre segmentos sociais envolvidos – reuniões, unidades demonstrativas, cursos, palestras, oficinas, excursões, dentre outros.

Esforço da extensão no território da cidadania Litoral Sul revela execução de 1.820 (33,8%) eventos coletivos e 3.569 (66,2%) individuais, destaca-se relevância quanto aos métodos personalizados. Referente a público detecta-se que participam dos eventos coletivos 13.150 (73,3%) pessoas e individuais 4.788 (26,7%) pessoas, prevalecem os abrangentes. Registram presença de 3,3 pessoas/evento, coletivos 7,2 pessoas/conclave e individuais 1,3 pessoa/efeméride (Tabela 25).

Tabela 25 – Esforço da extensão rural – Território Litoral Sul

ESPECIFICAÇÃO	UNID	MÉTODOS		PÚBLICO	
		REALIZADO	%	REALZADO	%
Reunião	un.	217	-	4.850	-
Palestra	“	56	-	976	-
Demonstração grupal	“	1.424	-	5.457	-
Curso/reciclagem	“	66	-	597	-
Dia de campo	“	18	-	846	-
Excursão	“	38	-	412	-
Mesa redonda	“	1	-	12	-
TOTAL/COLETIVOS	“	1.820	-	13.150	-
Elaboração projeto	“	47	-	70	-

	<p align="center">PODER EXECUTIVO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA</p>				
Demonstração individual	“	137	-	137	-
Visita técnica	“	3.385	-	4.581	-
TOTAL/INDIVIDUAIS	“	3.569	-	4.788	-
TOTAL	“	5.389	-	17.938	-

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Observa-se que demonstração grupal (93,0% – 5.457 pessoas) e excursão (7,0% – 412 pessoas) conectam conhecimento científico e aplicação da tecnologia no processo de qualificação, conjuntamente representam 27,1% (1.462 eventos) dos conclaves e 32,7% (5.869 pessoas) com relação aos participantes inseridos no decurso de 2010. Excursão congrega 10,8 pessoas/evento e demonstração 3,8 pessoas/ação, percebe-se potencial para ampliar adesão, prescreve-se eficientizar o processo organizativo.

Curso/reciclagem explicita assunto técnico-científico específico, realizam-se 66 conclaves, correspondem a 1,2% do universo de eventos realizados em 2009. Relacionado ao quantitativo de público verifica-se que alcança 597 pessoas, significa 3,3% (9,0 indivíduos/evento) dos cidadãos inseridos nos métodos com caráter coletivo e participativo.

Dia de campo constitui metodologia que permite socializar e/ou compartilhar conhecimentos e experiências entre atores sociais envolvidos. Esta modalidade de metodologia culmina com realização de 18 conclaves ou 0,3% do efetivado em 2010 e inserção de 846 pessoas, responde por 4,7% do conjunto de participantes, alcançam média de 47,0 pessoas/efeméride.

Os conclaves relativos a reunião (79,2% – 217 eventos), palestra (20,4% – 56 eventos) e mesa redonda (0,4% – 1 evento) requisitam organização aprimorada para atingir os objetivos preconizados. Redunda na promoção de 274 efemérides, representam 5,1% dos conclaves coletivos realizados no decorrer de 2010. Quanto ao público detecta-se presença de 5.838 pessoas ou 32,5% do quantitativo de participantes em efemérides coletivas, registra 21,3 pessoas/evento {reunião 4.850 pessoas (83,1% – 22,4 indivíduos/evento), palestra 976 pessoas (16,7% – 17,4 indivíduos/evento) e mesa redonda 12 pessoas (0,2% – 12 indivíduos/evento)}, precisa melhorar performance ou eficiência dos conclaves, reduz dispêndios.

Efeméride com feição individual, elaboração de projeto (1,3% – 47 eventos), demonstração (3,8% – 137 eventos) e visita (94,9% – 3.385 eventos), efetiva 3.569 conclaves, significa 66,2% dos eventos. Quanto ao público nota-se que as visitas representam



95,7% (4.581 pessoas), demonstrações 2,9% (137 pessoas) e preparo de projeto 1,4% (70 pessoas) dos participantes em eventos individuais, corresponde a 26,7% se vinculado ao conjunto focado. Decorre de situações emergenciais, incidência de aspecto inusitado. Trata-se de assistência cara e pouco abrangente no que diz respeito à amplitude da comunicação.

4 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES OPERATIVAS

Operacionalização da gestão integra-se por eficiente estratégia de ação e medida de desempenho. Desenho/transformação de produtos, processos, sistemas e negócios aumenta qualidade, diferenciação, flexibilidade e agilidade. Implica no uso eficiente dos recursos humanos, físicos e financeiros. Manutenção representa conjunto de deliberações indispensáveis ao funcionamento regular de determinada estrutura ou entidade (MENDONÇA, 2010).

4.1 – ESTRUTURA DO CENTRO DE EXTENSÃO – CENEX

Estrutura organizacional constitui interação entre orientação estratégica e atuação, formaliza relações de dependência e cooperação que envolve os membros que compõem a organização. Ordena/agrupa atividades e recursos visando alcance de objetivos e resultados. Projeta/regula relação entre níveis hierárquicos e fluxo de informações para funcionamento da empresa ([HTTP://www.cgu.unicamp.br](http://www.cgu.unicamp.br)).

O Centro de Extensão compõe esfera deliberativa hierarquizada, integra-se pela coordenação (sede da CEPLAC – rodovia Ilhéus/Itabuna), exercida pelo chefe do Centro, complementa-se pelos chefes do serviço de programação e assistência técnica. Conta ainda com instâncias atinentes a programação/acompanhamento, associativismo, projetos especiais, assistência técnica, administração, comunicação rural e processamento de dados. Agrega Estação de Piscicultura (produz, distribui e orienta criação de alevinos) e Núcleo de Tecnologia Aplicada (Granja Experimental – valida sistemas de produção).

Direção do CENEX responde pela gestão dos recursos humanos (movimento de pessoal), físicos (infraestrutura, móveis, máquinas, equipamentos, utensílios e veículos) e financeiros – manutenção dos serviços propiciados para população usuária do serviço de extensão rural. Coordena, controla, acompanha e avalia as instâncias deliberativo-



consultivas voltadas para difusão do saber e tecnologias oferecidas ao conjunto de produtores rurais.

Agrega área que executa atividade finalística, serviço de ATER e qualificação dos segmentos requisitados pela agropecuária, congrega sete núcleos de extensão (Camacan, Eunápolis, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Teixeira de Freitas e Valença) e quarenta e nove escritórios locais – Aiquara, Arataca, Barro Preto, Coaraci, Floresta Azul, Belmonte, Buerarema, Camacan, Camamu, Canavieiras, Guaratinga, Ibicaraí, Ibicuí, Eunápolis, Gandu, Ibirapitanga, Ibirapuã, Ibirataia, Ilhéus, Itamaraju, Itabuna, Itagi, Ipiaú, Itagibá, Itajuípe, Itanhém, Itapebi, Itapitanga, Pau Brasil, Itororó, Ituberá, Laje, Jequié, Jitaúna, Jussari, Medeiros Neto, Mucuri, Mutuípe, Santa Luzia, Santo Amaro, Taperoá, Teixeira de Freitas, Teolândia, Ubaitaba, Ubaira, Uruçuca, Ubatã, Una e Valença. Núcleos concretizam coordenação espacial e Unidades Operativas recebem público alvo.

4.2 – FONTE DE INFORMAÇÕES – CENEX

A informação assume papel relevante quanto à exploração de oportunidades e planejamento de atividades, ingrediente essencial para tomada de decisão. Apóia política institucional, eficientiza conhecimento e articula subsistemas que integram a organização. Secunda-se por sistema de controle que imprime credibilidade e confiança ao desempenho da empresa – produção de bens e serviços.

Programação/controle e acompanhamento/avaliação de desempenho efetiva-se através do sistema denominado SisCENEX, incorpora banco de dados atinente às unidades produtivas cadastradas pelos extensionistas na área de atuação da CEPLAC em território baiano, neste universo selecionam-se empresas passíveis de contar com assistência técnica. Permite extração de relatórios de desempenho humano, físico e financeiro.

Dispõe ainda dos seguintes programas ou sistemas: a) crédito rural – informa agentes financeiros, montante liberado, modalidade de crédito, público contemplado e atividades financiadas, b) bens e serviços – controla fluxo do almoxarifado, c) SIPLAN – registra informações referentes às metas regidas pela lei orçamentária, d) patrimônio – acompanha dinâmica do acervo patrimonial, e) SisDAP – emite documento para facultar acesso ao crédito pelos agricultores familiares e f) SIAFI – efetiva controle orçamentário-financeiro dos recursos aportados ao Centro.



4.3 – RECURSOS HUMANOS – CENEX

A teoria do capital humano apresenta por pressuposto básico produção do patrimônio cultural do ser social, investimento em educação e qualificação. Valoriza conjunto de saberes e habilidades que elevam produtividade social do trabalho, fatores relevantes para o desenvolvimento econômico – altera distribuição de renda entre classes sociais. Trata-se de bem ou acervo imanente ou inseparável do cidadão (SCHULTZ, 1973).

4.3.1 – QUADRO DE PESSOAL – CENEX

A estrutura organizacional projeta e ordena os relacionamentos dos níveis hierárquicos/fluxo de informações essenciais à empresa. O serviço de assistência técnica/extensão rural do CENEX requisita quadro de pessoal com conhecimentos e habilidades sintonizadas com aspectos referentes ao meio rural, recursos naturais, agronomia, veterinária, sociologia, economia, educação e outros. As ações atrelam-se ao desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau na Bahia – territórios da cidadania e identidade.

Quanto ao quadro de servidores observa-se que 2010 registra perda de 3,7% (19 pessoas) entre conjunto de funcionários da ativa. Esta situação reflete-se sobre as categorias da seguinte forma: nível auxiliar cai 5,1% (3 pessoas), intermediário 3,8% (13 pessoas) e superior 2,8% (3 pessoas), fenômeno ocasionado por efeito de transferência (âmbito da Instituição), aposentadoria e morte. Persiste histórica trajetória descendente no contingente de ceplaqueanos (Tabela 26).

Tabela 26 – Movimentação dos servidores do CENEX – nível funcional

NÍVEL FUNCIONAL	UNID.	MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL				%		
		1996 (A)	2008 (B)	2009 (C)	2010 (D)	D/A	C/A	B/C
Superior	nº	256	110	106	103	40,2	83,6	97,2
Auxiliar	“	289	61	59	56	19,3	91,8	94,9
Intermediário	“	581	342	343	330	56,8	96,5	96,2
ATIVOS/CENEX	“	1.126	513	508	489	43,4	95,3	96,3
Removido ou cedido	“	93	70	2	2	-	-	-
T O T A L	“	1.219	583	510	491	40,3	84,2	96,3

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Verifica-se que período 1996/2010 consigna queda de 56,6% (637 pessoas) do universo de servidores. Se focados os desfalques nos níveis funcionais averigua-se que diminuição mais marcante corporifica-se no auxiliar (80,7% – 233 pessoas), seqüencia-se pelo superior (59,8% – 153 pessoas) e intermediário (43,2% – 251 pessoas). Reduções processuais que degradam qualidade do serviço de extensão.

Ressalta-se que desde 1986 não se contrata nenhum servidor para suprir persistentes desfalques. Por conseqüência da elevada idade fragiliza-se a saúde, exige tratamento médico apurado, implica em ausência constante do trabalho. Diante da crônica falta de renovação corre-se risco de desperdiçar ampla gama de saberes angariados pelo funcionalismo, prejuízo inestimável para a sociedade.

Minora-se questão das perdas através da continuação dos servidores que optam pelo abono de permanência, protela aposentadoria para momento mais oportuno – estabilidade econômica. Nesta situação encontra-se parcela expressiva de funcionários. Por paliativo destaca-se também articulação de cooperações e parcerias/convênios com entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil – empresas, órgãos públicos, universidades, prefeituras e outros.

68

4.3.2 – QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL – CENEX

Competência combina com conhecimento, capacidade e experiência, gera vantagem competitiva, relaciona-se com desempenho na realização/resolução de determinada tarefa ou situação – produtividade do trabalho. Se expressa pelo saber agir, mobilizar recursos, integrar saberes, apresentar visão estratégica e assumir responsabilidades, agrega valor econômico/social – (FLEURY e FLEURY, 2010).

Dentre vertentes da qualificação sobressai treinamento, altera modo de atuar para alcançar objetivos organizacionais. Relaciona habilidade e capacidade para melhorar desempenho. Significa mudança na conduta ou incorporação de hábitos, atitudes, conhecimentos e destrezas. Treinamento centra-se na transmissão de informações (diretrizes,

missão, visão, produtos e clientes), articulação de conceitos e desenvolvimento da engenhosidade (CHIAVENATO, 2008).

Afere-se que inexistente política de qualificação focada no doutorado, mestrado e especialização desde os anos 90, olvida-se do ensejo e vantagem das unidades de ensino estabelecidas no eixo Ilhéus/Itabuna, tais como: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), UNIME - Itabuna, Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC - Itabuna), Faculdade Madre Thais (Ilhéus) e Faculdade de Ilhéus. Oferecem cursos coadunados com especificidades das categorias profissionais que integram quadro de servidores do CENEX/CEPLAC – especialização e mestrado (Tabela 27).

Tabela 27 – Capacitação dos recursos humanos – CENEX/CEPLAC

CAPACITAÇÃO	UNID.	PARTICIPANTE/ANO				
		2006	2007	2008	2009	2010
Treinamento em serviço	pessoa	232	248	148	622	377
Especialização	pessoa	-	-	-	-	-
Mestrado e doutorado	pessoa	-	-	-	-	-
Eventos técnicos	pessoa	11	24	-	-	-

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Averigua-se que treinamento em serviço patrocinado pelo CENEX para os extensionistas denota comportamento oscilatório no quinquênio compreendido entre 2006/2010. Volta-se para aprendizados concernentes ao aprimoramento das ações de assistência técnica/extensão rural. A transmissão dos conhecimentos efetiva-se através de metodologias baseadas em reuniões, palestras, seminários, encontros, excursões e cursos.

No transcorrer de 2010 realiza-se capacitação de 377 técnicos, corresponde a 60,6% do contingente concretizado em 2009, melhor desempenho do período 2006/2010. As qualificações tecnológicas envolvem inserção de 288 servidores ou 76,4% quanto ao conjunto preparado, compõe-se de 111 (38,5%) fiscais federais agropecuários e 177 (61,5%) agentes de atividades agropecuárias.

Os conhecimentos transmitidos abordam as seguintes questões: 1) calagem, gessagem e fertilização do cacaueiro, 2) particularidades e potencialidades dos clones ou genótipos do cacaueiro (identificação do material clonal), implantação, produção e combate às pragas, 3) eficiência do controle integrado da moléstia – químico, biológico, genético e



cultural, 4) fundamentos e aplicação básica do GPS, 5) manejo/processamento da produção de dendê, 6) análise do risco de pragas e 7) planilha do PRONAF – BNB-Itabuna.

As capacitações em serviço direcionadas para desenvolvimento sustentável das regiões abrangidas pelas ações da CEPLAC, mais especificamente atividades potencialmente causadoras de impactos ambientais, envolvem participação de 89 profissionais da Instituição ou 23,6% do universo abarcado por esta modalidade de qualificação. O aprendizado versa sobre legislação ambiental, sistema Geobahia de processamento, roteiro para caracterização de imóveis rurais (RCI), reserva legal, supressão vegetação, georeferenciamento do IMA, dispensa de autorização para supressão vegetal (DASV), aproveitamento de material lenhoso (AML) e área de preservação permanente (APP). Conecta-se à Comissão Técnica de Garantia Ambiental da CEPLAC e Câmaras Técnicas Permanentes (CTP) – instaladas no CEPEC e Núcleos de Extensão do CENEX.

Detecta-se redução acentuada na participação dos profissionais em eventos técnico-científicos que abordam temáticas específicas, tais como: feiras, encontros, seminários, conferências, congressos, mesas redondas, palestras e simpósios. Ambiente propício para debater, discutir e acompanhar avanços do conhecimento – auscultam-se especialistas detentores de notório saber e renomada experiência.

70

4.4 – RECURSOS MATERIAIS – MEIOS

Administração de recursos materiais e patrimoniais corporifica atividades relacionadas com especificação, planejamento, compra, armazenagem, distribuição e controle, alimenta processo administrativo e produtivo. Respalda-se em eficiente sistema de aquisição e/ou contratação de materiais, bens e serviços. Gerencia e coordena aglomerado de atividades ligadas à provisão da instituição (POZO, 2007).

Por recursos materiais entendem-se infraestrutura (escritórios, armazéns, depósitos, estações, currais e tanques), lavouras, criações, móveis, equipamentos, máquinas, aparelhos, veículos e utensílios, instrumental requisitado para realizar ações atinentes ao Centro de Extensão. Constituem meio de trabalho, propiciam conforto/confiança para produtores tradicionais, agricultores familiares, assentados, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, operários, sociedade e servidores.



Para conservação da degradada infraestrutura física efetiva-se manutenção do CENEX/Sede, Núcleo de Tecnologia Aplicada, compostagem e escritórios locais de Eunápolis, Gandu, Ilhéus, Ipiaú, Itabuna, Jequié, Teixeira de Freitas, Ubaitaba e Ubatã, Redundam no gasto de R\$32,4 mil (1,1%) do valor liberado para prestação dos serviços de ATER. Priorizam-se unidades operativas que se encontram em pior estado de conservação – cobertura, instalações hidráulico-elétricas e aspectos gerais dos imóveis.

Visando substituição do instrumental de trabalho degradado ou obsoleto (defeituoso/defasado) e modernização concretiza-se aquisição dos seguintes bens: microcomputador (64), ar condicionado split (22), veículos (20), projetor multimídia (16), monitor de vídeo (15), impressora (4), medidor de impurezas (2), roteador wireless (2), tela de projeção (2), motosserra, roçadeira, plaina, serra circular, filtro, central telefônica e nobreak, implicam no dispêndio de R\$744,2 mil, significa 25,4% do repasse efetivado no decurso de 2010. Incluem-se no patrimônio da CEPLAC 58 semoventes ou crias nascidas no presente exercício.

4.5 – RECURSOS FINANCEIROS

Orçamento considera-se ferramenta de gestão por planejar aplicação dos recursos, analisar variações entre previsto “versus” realizado, facilitar prestação de contas, proporcionar visão financeira e gerar informações para tomada de decisão. Trata-se de plano financeiro para efetivar estratégias, possibilita perspectiva ampla da situação, evidencia prioridade e promove alternativas para otimizar os recursos (GONÇALVES; ALBUQUERQUE; LIMA; MARTINS, 2010).

4.5.1 – RECURSOS FINANCEIROS – FONTE

Recursos financeiros aportados emanam prioritariamente de transferências intragovernamentais, com menor expressão aparecem receitas próprias e oriundas de parcerias, convênios e cooperações. O valor alocado aplica-se nos serviços de ATER, concretização dos programas, planos e ações delineados para dinamizar as atividades agroeconômicas instaladas nas unidades produtivas estabelecidas no território baiano abrangido pela atuação da CEPLAC.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Os recursos para execução das ações atinentes ao serviço de assistência técnica/extensão rural centram-se na fonte Tesouro Nacional, responde pelo aporte de 96,9% (R\$2,9 milhões) do montante destinado à compra de bens e serviços. Esta dependência remete para busca de parcerias, cooperações e convênios com entidades públicas, empresas privadas e organizações da sociedade civil, dinamiza uso dos fatores produtivos (Tabela 28).

Tabela 28 – Crédito orçamentário alocado por fonte de recursos – R\$1.000

FONTE	EXERCÍCIO			2010			
	2007	2008	2009	RECEB	EXEC	DIFER	SALDO
Tesouro Nacional – 100	3.503*	2.550	2.036	2.958.516	2.184.800	693.448	80.268
Próprias – 150	114	350	149	92.406	-	92.405	1
T O T A L	3.617*	2.900	2.036	3.050.922	2.184.800	785.853	80.269

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010
Inclui as aquisições processadas por outras unidades gestoras – R\$1.079.833,00

Quanto às receitas próprias observa-se que aportam R\$92 mil, significa 3,1% do valor operado durante exercício 2010. Estes recursos contabilizam-se em conta específica – direção geral da CEPLAC. Aplica-se no espaço onde a Instituição atua – Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Rondônia. Estas receitas originam-se da venda de leite, bovinos, alevinos e outros.

Decurso de 2007/2010 repasses intragovernamentais retratam desempenho decrescente, sofrem redução de 17,8% ou R\$625 mil se equiparado ao aportado em 2007. Com relação às receitas próprias constata-se performance oscilatória, afere-se que 2010 representa 26,3% do valor alocado em 2008, maior entrada do período tratado, corporifica privação de R\$258 mil. Reduções que prejudicam qualidade dos serviços ofertados pelo CENEX/CEPLAC.

Detecta-se que durante 2010 registra-se existência de R\$786 mil como restos a pagar ou recursos não processados significam 36,0% do valor consumido no exercício financeiro avaliado. Registra-se também saldo não utilizado de R\$80,3 mil ou 3,7% quanto à quantia disponibilizada, verifica-se que 98,3% (R\$79 mil) emanam do convênio CENEX/CEPLAC/MDA.

Execução das metas requer injeção de recursos financeiros compatíveis com especificidade e qualidade do serviço prestado, exigem alto custo e eficiência para alcançar



objetivos preconizados (dinamização das atividades agroeconômicas), pontua-se por critério/apurado acompanhamento técnico-científico. Agropecuária subordina-se aos demais setores da economia, cujo processo de modernização conecta-se ao movimento dos preços auferidos pelo produto, determinados pelas esferas que controlam os circuitos de intercâmbio.

4.5.2 – RECURSOS FINANCEIROS – ELEMENTOS DE DESPESA



Despesa constitui saída de recursos, redução de ativos ou incremento de passivos que resultam na diminuição do patrimônio. Dispêndio deriva da utilização de crédito consignado no orçamento. Elemento de despesa tem por finalidade identificar objetos de gasto que administração pública utiliza para consecução dos objetivos prescritos, discrimina, hierarquiza e identifica dispêndios públicos (BRASIL – MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2010).

Distribuição dos recursos consumidos por elemento de despesa em 2010 revela seguinte seqüência: serviço de terceiros pessoa jurídica (37,1% – R\$810 mil), diárias (35,9% – R\$783 mil) e material de consumo (24,3% – R\$531 mil). Estas rubricas respondem pelo enquadramento de 97,2% (R\$2,12 milhões) da compra de bens e serviços pelo Centro de Extensão, sintoniza-se com perfil pertinente à prestação de serviços públicos (Tabela 29).

O montante retido como restos a pagar retrata seqüência descrita a seguir: serviço de terceiros pessoa física (46,8% – R\$368 mil), material de consumo (34,1% – R\$268 mil) e material permanente (18,9% – R\$148 mil), expressa 99,8% (R\$784 mil) com relação aos recursos não processados. Devolução centraliza-se no elemento serviço de terceiros pessoa jurídica – 92,6% (R\$74 mil).

Tabela 29 – Crédito orçamentário alocado por elementos de despesa

DISCRIMINAÇÃO	UNID	REALIZADO		2010			
		1998	2009	PROG	REAL	DIF.	SALDO
Diárias	R\$ 1,00	1.246.356	672.716	783.614	783.337	-	277
Material de consumo	"	1.002.013	538.873	803.095	530.599	267.896	4.600
Passagens/locomção	"	36.107	9.828	13.000	11.853	1.133	14
Serviço de consultoria	"	-	-	7.900	7.900	-	-
Serviço ter. pes. física	"	250.770	28.266	28.500	27.957	490	53
Serviço ter. pes. jurídica	"	934.490	743.718	1.252.318	810.135	367.363	74.298
Material permanente	"	1.273.212	34.288	148.450	-	148.448	2

		PODER EXECUTIVO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA					
Obrig. tributárias e outras	“	-	5.430	5.545	5.543	-	2
Indenizações/restituições	“	-	2.924	8.500	7.476	-	1.024
T O T A L	“	4.742.948	2.036.053	3.050.922	2.184.800	785.853	80.269

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Observa-se que valor repassado em 2010 consigna alta de 7,3% (R\$149 mil) com relação ao aportado durante 2009. Entre 1998/2010, referencia-se 1998 por denotar dotação orçamentária compatível para prestação dos serviços de ATER, verifica-se que crédito orçamentário transferido sofre redução de 37,4% ou R\$1,8 milhão, compromete reposição do instrumental de trabalho, manutenção de bens móveis/imóveis e ressarcimento de diárias, degrada atendimento aos produtores rurais e outros segmentos da sociedade. Detecta-se tênue sinal de recuperação, mas secunda-se por orçamento limitado e impossibilidade de contratação.

Quanto à discriminação das despesas no interstício 1998/2010 detecta-se queda mais expressiva na compra do serviço de terceiros pessoa física (88,7% – R\$222 mil), material permanente (88,3% – R\$1,12 milhão), passagens/locomoção (64,0% – R\$23 mil), material de consumo (20,3% – R\$204 mil) e diárias (37,1% – R\$463 mil). Serviço de terceiros pessoa jurídica cresce 26,1% (R\$244 mil). A mudança no perfil dos gastos imputa-se ao rigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, exige procedimentos legais rigorosos – transparência no uso dos recursos públicos.

Dentre as maiores perdas destaca-se rubrica que responde pelo suprimento dos materiais permanentes, entrava processo de modernização do instrumental de trabalho, trata-se de esfera negligenciada desde quando orçamento registra queda persistente (desaceleração) – substituição de veículos, máquinas, equipamentos, móveis, aparelhos e outros.

Constata-se que Lei de Responsabilidade Fiscal induz reforço no elemento serviço de terceiros pessoa jurídica, oportuniza terceirização de alguns serviços essenciais ao funcionamento de áreas específicas, condição para viabilização dos mesmos diante dos entraves interpostos à contratação de recursos humanos, visa reposição dos desfalques por aposentadoria, transferência e morte.

4.5.3 – RECURSOS FINANCEIROS – UNIDADE GESTORA



Unidade orçamentária ou gestora objetiva administração, operacionalização, arrecadação e gestão de recursos orçamentários e financeiros descentralizados ou próprios, consigna dotações específicas para realização de programas, projetos e atividades/ações. Fixação do valor depende de provisão/destaque para executar programa de trabalho. Sintetiza-se com transparência na administração pública (BRASIL – MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2010).

Detecta-se que interregno 2006/2009 registra processual concentração dos recursos financeiros na unidade gestora 130132/Sede, responde pelo aporte da totalidade (R\$2,97 milhões) do montante mobilizado. Papel das unidades gestoras descentralizadas compete a funcionários credenciados para fazer compras miúdas de pronto pagamento através do cartão corporativo – mobilidade para os escritórios locais e/ou núcleos de extensão mais distantes.

4.5.4 – RECURSOS FINANCEIROS – AÇÕES TRABALHADAS

Programa de trabalho e/ou ação programática constitui dimensão integrante de determinada realidade social, econômica, política, cultural e ambiental. Consiste na planificação estratégica e operativa para equacionar gargalos ou desafios interpostos ao desenvolvimento rural sustentado. Assistência técnica/extensão rural persegue dinamização das atividades agropastoris através da difusão do saber técnico-científico e qualificação da mão-de-obra absorvida pelo processo produtivo.

Verifica-se que distribuição dos recursos financeiros por ação programática no decorrer de 2010 revela seguinte repartição: difusão de tecnologias para cacau-sistemas agrosilvipastoris – 59,3% (R\$1,76 milhão), controle da vassoura de bruxa – 23,7% (R\$705 mil), desenvolvimento das potencialidades agroenergéticas – 6,0% (R\$178 mil), AGU0029 – 0,6% (R\$18 mil) e BQ4260999TC-MDA – 10,4% (R\$307 mil). Repercute relevância do atendimento ao público contemplado com ações da extensão rural (Tabela 30).

Tabela 30 – Crédito orçamentário por ações trabalhadas

AÇÕES	UNID	REALIZADO		2010			
		1998	2009	PROG.	EXEC.	RESTOS	SALDO
AGU0029	R\$ 1,00	-	29.961	18.279	18.279	-	-
CAPACITA1	"	-	3.182	-	-	-	-
Cont. da vassoura-de-bruxa	"	1.436.802	575.324	704.982	637.396	67.327	259
Difusão de tecnologias	"	3.306.146	894.544	1.763.421	1.353.535	408.774	1.112
Manut. unidad. operativas	"	-	393.687	-	-	-	-
DESENAGROEN	"	-	139.355	178.000	175.590	2.410	-
BQ4260999TC-MDA	"	-	-	386.240	-	307.342	78.898
T O T A L	"	4.742.948	2.036.053	3.050.922	2.184.800	785.853	80.269

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

A ação difusão dos conhecimentos técnico-científicos apresenta no exercício avaliado aumento de 96,9% (R\$867 mil) com relação ao desempenho registrado em 2009. Conectando 1998 representa 46,7% – demonstra expressiva queda (R\$1,54 milhão), dificulta evolução do trabalho. Exclui desenvolvimento das potencialidades agroenergéticas e controle da enfermidade vassoura de bruxa, compõem unidades programáticas específicas.

Controle da moléstia (transferência de recursos) mostra no biênio 2009/2010 ampliação de 22,6% (R\$130 mil) para transmitir os conhecimentos requeridos para enfrentar essa insidiosa doença. Comparado 2010/1998 averigua-se que representa 49,1% ou explicita perda de R\$732 mil, degrada atendimento aos segmentos sociais com ações de ATER.

Ação programática manutenção das unidades operativas revela que neste exercício nada se aloca para cobrir gastos específicos, sintoniza-se com compra de bens e serviços essenciais à transferência do saber exigido pelas atividades agropastoris instaladas nas propriedades dos produtores tradicionais, agricultores familiares, assentados, quilombolas e indígenas.

Desenvolvimento da potencialidade agroenergética, dendeicultura detectada nas pequenas propriedades familiares, especificamente nos territórios Baixo Sul, Litoral Sul e Extremo Sul, registra desempenho crescente no intervalo 2009/2010, sobe 28,1% (R\$39 mil) com relação ao montante alocado para atender ao público visado. Objetiva substituir dendezaís subespontâneos por variedades produtivas, resistentes a pragas/doenças e



detentores de qualidades organolépticas especiais – ácidos graxos, ponto de fusão, minerais e acidez.

Os recursos pertinentes ao crédito AGU0029 emanam do compartilhamento da unidade operativa de Ilhéus com Advocacia Geral da União, compensação para cobrir gastos com serviços essenciais. Valor repassado no decurso de 2010 desce 39,0% (R\$11,7 mil) com respeito a 2009, configura uso mais eficiente do espaço físico – instalações do escritório local.

4.6 – PARCERIAS – ARTICULAÇÕES

Entende-se por parceria completude entre pessoas jurídicas que aceitam compartilhar experiências e desenvolver saberes ou articular especialidades com propósito de superar desafios, usufruir oportunidades que dependem de alianças organizacionais com interesses e aspirações convergentes. Subentende comunhão de desiguais para ordenar meios visando alcance de objetivos. Mediação negocial envolvendo atores com características diversas em defesa de projetos comuns (RAPOSO, 2010).

77

Parceria implica em mudança de mentalidade e repartição de decisões com agente social participe. Durante exercício avaliado preserva-se estreita relação com Ministério do Desenvolvimento Agrário – aquisição do instrumental de trabalho e assistência técnica a agricultores familiares. Ressalta-se articulação com Federação da Agricultura do Estado da Bahia em termos de apoio à condução das áreas demonstrativas – fornecimento de insumos. Convênios com prefeituras municipais – reforma de escritórios, abastecimento de veículos, cessão de pessoal e aquisição de material. Compartilha instalações com órgãos do governo federal e estadual – Advocacia Geral da União, Secretaria Federal da Agricultura, Bahia Pesca, EBDA, IBAMA, ADAB e INCRA.

4.7 – CARTÃO CORPORATIVO

O cartão de crédito corporativo possibilita aquisição de bens e serviços pelos órgãos/entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional. Confere ao ordenador de despesas título de autoridade responsável pelo uso, define limites e controle. Permite aquisição de materiais e contratação de serviços enquadrados como suprimento de fundos. Respeita/obedece Lei de Responsabilidade Fiscal e transparência no trato dos recursos públicos (GARCIA, 2010).



Por estratégia CENEX libera cartão corporativo para servidores lotados nos Núcleos de Extensão mais distantes da diretoria/sede, a saber: Núcleo de Camacan – Damaris Nascimento Santos Barreto, Núcleo de Eunápolis – Eliete Alves Lemos, Núcleo de Valença – Jailton Pinto Borges, Núcleo de Teixeira de Freitas – Josenildo de Carvalho Lima, Núcleo de Ipiaú – Gideon Torres Bandeira e sede – Clenildo Azevedo Cruz (núcleos de Ilhéus, Itabuna e coordenação).

Cartão corporativo restringe-se a compra acobertada pela respectiva nota fiscal. I-nexiste retirada/saque para aquisição por meio de numerário. Movimentam R\$62,7 mil, significa 2,1% quanto ao montante gasto 96,5% do valor repassado para finalidade prescrita em 2010. Dentre os agentes credenciados destacam-se: Clenildo Cruz (22,5% – R\$14,1 mil), Jailton Borges (17,5% – R\$11,0 mil), Gideon Bandeira (17,5% – R\$11,0 mil), Josenildo Lima (17,5% – R\$11,0 mil), Eliete Lemos (17,5% – R\$11,0 mil) e Damaris Barreto (7,5% – R\$4,6 mil).

DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA

78

Desenvolvimento do programa direcionado para exploração da agroenergia objetiva diversificar matriz energética, articular processos harmônicos com natureza, reduzir situação de pobreza, agregar valor à matéria-prima e gerar ocupação. Persegue coesão social, melhoria da qualidade de vida e aproveitamento racional dos sistemas ecológicos. Oportuniza promover desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares (SEPÚLVEDA; WILKINSON; TIBÚRCIO; HERRERA, 2010).

1 – POTENCIALIDADES AGROENERGÉTICAS

Biodiesel constitui alternativa aos combustíveis fósseis, origina-se de fontes renováveis, vasta variedade de oleaginosas ou gorduras animais, biodegradável. Apresenta como vantagens presença de carbono neutro (emissão de CO₂, efeito estufa, aquecimento do planeta), cria emprego/renda no campo, diminui êxodo rural, melhora lubrificação e eleva potência dos motores, emite baixa poluição e reduz dependência ao petróleo ([HTTP://www.biodiesel.gov.br](http://www.biodiesel.gov.br)).



1.1 – METAS FÍSICAS – BIOCOMBUSTÍVEIS

Desenvolvimento da potencialidade agroenergética das regiões produtoras de cacau foca os dendezais instalados na Mesorregião Sul Baiano – Microrregião Ilhéus/Itabuna, Porto Seguro e Valença. Este espaço reparte-se nos territórios Baixo Sul, Extremo Sul e Litoral Sul, possui conjunto expressivo de agricultores familiares, assentados, comunidades quilombolas, terras indígenas e pescadores artesanais, público alvo do programa.

Exploração das potencialidades agroenergéticas nas regiões produtoras de cacau inicia-se de forma tênue em 2008. Constata-se que área assistida, produto da lei, durante biênio 2009/2010 registra queda de 18,6% ou perda de 1.945 hectares, ressentido-se da política de fomento aplicada em 2009, doação de material botânico através do convênio CEPLAC-Petrobrás (Tabela 31).

Tabela 31 – Desenvolvimento das potencialidades agroenergéticas

AÇÕES	UNID	REALIZADO		2010		%		
		2008 (A)	2009 (B)	PROG. (C)	EXEC. (D)	D/A	D/B	D/C
Área assistida	ha	6.211	10.457	13.633	8.512	137,0	81,4	62,4
Propriedade assistida	nº	167	310	1.112	316	189,2	101,9	28,4
Produtor atendido	nº	180	269	1.333	305	169,4	113,4	22,9
Pessoal treinado	nº	71	216	128	92	129,6	42,6	71,9
Recursos financeiros	R\$1.000	-	139	178	176	-	126,6	98,9

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

As pequenas unidades familiares assistidas revelam entre 2008/2010 alta de 1,9% ou 16 propriedades, saltam de 310 para 316 imóveis, espelha dinamismo do segmento social visado pelo serviço de ATER. A ação extensionista baseia-se na substituição dos dendezais subespontâneos por plantios mais produtivos, atua também no aprimoramento da logística de colheita e recepção da matéria-prima pela unidade beneficiadora, busca redução da acidez através da agilização do processamento.

Quantitativo de produtores atendidos no intervalo 2009/2010 revela aumento de 13,4% (36 pessoas), inserção respaldada na perspectiva de elevar produtividade dos dendezais. Exploradores da atividade vinculam-se a intermediários comerciais escorchantes,



voltam-se para suprir mercado afeto à culinária, poucos se atrelam aos conglomerados monopolistas que processam e abastecem indústria nacional.

À semelhança da variável área assistida constata-se que qualificação dos recursos humanos apresenta no biênio 2009/2010 queda de 57,4% (124 pessoas). O preparo articula saber científico, aplicação prática, intercâmbio de experiências e vivência entre atores sociais participantes dos conchaves didático-pedagógicos – relação ensinante/aprendente.

Desenvolvimento das potencialidades agroenergéticas dispõe de dotações financeiras específicas, diversifica matriz energética brasileira, base agroecológica. Verifica-se que no período 2009/2010 consigna incremento de 26,6% (R\$37 mil), melhora performance da assistência/atendimento a pequenos produtores familiares e respectivas comunidades rurais.

1.2 – METODOLOGIA – BIOCOMBUSTÍVEIS

As estratégias pedagógicas de ensino-aprendizagem para transferência do conhecimento técnico-científico baseiam-se em métodos participativo-coletivos, compartilha saber e experiência entre público envolvido, desperta espírito crítico e transformador. Abarca agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas que se dedicam à dendeicultura.

Capacitação voltada para dendeicultores foca primordialmente manutenção da lavoura e substituição de plantios subespontâneos por explorações tecnicamente orientadas, ocupação adequada do espaço. Biênio 2008/2010 registra incremento no quantitativo de treinados, cresce 29,6% (21 pessoas) durante intervalo tratado, mas desce 57,4% (124 pessoas) com relação a 2009. Medida capaz de aprimorar desempenho do contingente qualificado, elevada produtividade social do trabalho e rendimento da lavoura (Tabela 32).

Dentre ensinamentos ministrados para dinamizar a lavoura desponta cultivo do dendezeiro (83,7% – 77 pessoas), balizamento (12,0% – 11 pessoas) e controle de doenças (4,3% – 4 pessoas), juntamente (92 cidadãos) representam 129,6% das capacitações feitas em 2008. Dendezais subespontâneos vegetam no ambiente tratado em razão das condições edafoclimáticas, sobrevivem da reciclagem natural de escassos nutrientes, pontua baixa produtividade.

Para aprimorar processo produtivo detecta-se que os agricultores buscam aprendizagem sobre controle de doenças, técnicas mais sofisticadas, exigem aporte maior de recursos financeiros. Assim, tratamento das enfermidades atrai adesão de 4,3% (4 pessoas) do conjunto de capacitações realizadas no transcurso de 2010. Averigua-se que durante interstício 2009/2010 esta vertente diminui espectro de participantes, desce 20,0% (1 pessoa), direção pouco animadora.

Tabela 32 – Qualificação da mão-de-obra – potencialidades agroenergéticas

AÇÕES	UNID	REALIZADO		2010		%		
		2008 (A)	2009 (B)	PROG. (C)	EXEC. (D)	D/A	D/B	D/C
Cultivo do dendezeiro	nº	59	148	118	77	130,5	52,0	65,3
Controle de doenças	nº	-	5	-	4	-	80,0	-
Balizamento	nº	3	12	10	11	366,7	91,7	110,0
Coleta de amostra de solo	nº	9	26	-	-	-	-	-
Conservação do solo	nº	-	10	-	-	-	-	-
Aprov. Produt. agropecuários	nº	-	15	-	-	-	-	-
T O T A L	nº	71	216	128	92	129,6	42,6	71,9

81

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Aproveitamento dos produtos agropecuários mostra procura nula no decorrer de 2010, inclui capacitações voltadas para equacionar elevada acidez do óleo – impede uso como alternativa energética. Prevalece processamento artesanal da matéria-prima por meio do roldão, bastante rudimentar, aplicado com frequência pelos produtores que se dedicam à exploração da dendeicultura.

Óleo extraído do fruto do dendezeiro pelos pequenos produtores familiares apresenta elevado teor de acidez, revela-se inadequado para aproveitamento como combustível automotivo, corrige-se este defeito adotando logística ou sincronização colheita/processamento, requisita redução do tempo entre ambos. As qualificações sobre aproveitamento agroindustrial direcionam-se também para sanar problemática suscitada – desqualifica e desvaloriza o produto.



BIBLIOGRAFIA

ALVES, Clayton. **A Importância do Crédito para o Desenvolvimento Econômico do País**. Disponível em: [HTTP://www.webartigos.com](http://www.webartigos.com). Acesso em: 30.9.2010.

ALVES, Francisco; FERRAZ, José M. G; PINTO, Luiz F. G; SZMRECSÁNYI, T. J. K. **Certificação Socioambiental para a Agricultura**. São Carlos, SP, 2008. Disponível em: [HTTP://www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br). Acesso em: 8.10.2010.

ASBRAER – Associação de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Capacitação**. Brasília, 2006. Disponível em: [HTTP://www.asbraer.org.br](http://www.asbraer.org.br). Acesso em: 28.9.2010.

BB – Banco do Brasil. **Investimento Agropecuário: âncora do desenvolvimento**. Brasília, 2004. Disponível em: [HTTP://www.agronegocios-e.com.br/pdf](http://www.agronegocios-e.com.br/pdf). Acesso em: 4.10.2010.

BIODIESEL. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel**. Brasília, 2005. Disponível em: [HTTP://www.biodiesel.org.br](http://www.biodiesel.org.br). Acesso em: 20.10.2010.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: [HTTP://www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br). Acesso em: 7.10.2010.

BRADESCO. **Crédito Rural**: custeio agrícola. Disponível em: [HTTP://www.bradescorural.com.br](http://www.bradescorural.com.br). Acesso em: 3.10.2010

BRASIL – MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Política Nacional de ATER**: assistência técnica e extensão rural. Política Nacional de ATER, Brasília, abril 2008.

BRASIL – Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Despesa Nacional**: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Brasília, 2008. Disponível em: [HTTP://www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br). Acesso em: 16.10.2010.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável**. Brasília, 1999. Disponível em: [HTTP://www.apodesc.org/pdf](http://www.apodesc.org/pdf). Acesso em: 27.9.2010.

CAPORAL, Francisco R; COSTABEBER, José A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília, 2004. Disponível em: [HTTP://www.ebah.com.br/pdf](http://www.ebah.com.br/pdf). Acesso em: 4.10.2010.

CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, Ladjane de Fátima. **Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para Desenvolvimento Sustentável**: enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília, 2006. Disponível em: [HTTP://www.agroeco.org/pdf](http://www.agroeco.org/pdf). Acesso em: 3.10.2010.



CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em:

[HTTP://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm](http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm). Acesso em: 8.10.2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos**: como incrementar talentos na empresa. 7ª ed., São Paulo. Manole, 2008.

FLEURY, Tereza Leme; FLEURY, Afonso. São Paulo, 2001. **Construindo o Conceito de Competência**. Disponível em: [HTTP://www.scielo.br/pdf](http://www.scielo.br/pdf). Acesso em: 25.9.2010.

GARCIA, Flávio A. **Aspectos Jurídicos do Cartão de Crédito Corporativo**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [HTTP://www.pge.rj.gov.br](http://www.pge.rj.gov.br). Acesso em: 19.10.2010.

GONÇALVES, Larissa S.; ALBUQUERQUE, Lúcia S.; Lima, Diogo H. S. de, MARTINS, Joana Darc M. **Orçamento como Ferramenta de Gestão de Recursos Financeiros no Terceiro Setor**: um estudo de caso no semi-árido da Paraíba. Paraíba, 2008. Disponível em: [HTTP://www.congressosp.fipecapi.org](http://www.congressosp.fipecapi.org). Acesso em: 18.10.2010.

INSTITUTO MILENIUM. **A Prática Sistêmica na Extensão Rural**. Disponível em: [HTTP://www.webartigos.com](http://www.webartigos.com). Acesso em: 28.9.2010.

JACOBI, Pedro. **Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania**. Campinas, SP, 2006. Disponível em: [HTTP://www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 5.10.2010.

LIMA, Filipe A. X.; SOUZA, Gustavo S. C. de; PIRES, Maria L. L. e S. **Assistência Técnica e Extensão Rural**: a interação com agricultores familiares do Ceará. Disponível em: <http://www.eventosufrpe.com.br/pdf>. Acesso em: 27.9.2010.

MAGALHÃES, Hélio A. de. **Comunicação e Desenvolvimento no Meio Rural**. Goiânia, 2004. Disponível em: [HTTP://www.fsma.edu.br](http://www.fsma.edu.br). Acesso em: 28.9.2010.

MENDONÇA, José M. **Visão Estratégica e Capacidade de Operacionalização**. Porto, Portugal, 2007. Disponível em: [HTTP://www2.inescporto.pt](http://www2.inescporto.pt). Acesso em: 13.10.2010.

MOURA, D. G; BARBOSA, E. F. **Modelo de Plano de Projeto Orientado pelo Escopo**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: [HTTP://www.tecnologiaprojetos.com.br](http://www.tecnologiaprojetos.com.br). Acesso em: 5.10.2010.

NECHET, Kátia de L. **Manejo Integrado de Doenças de Plantas**. São Paulo, 2006. Disponível em: [HTTP://www.agronline.com.br](http://www.agronline.com.br). Acesso em: 11.10.2010.

NEVES, Maria C. P; RIBEIRO, Raul de L. D; GUERRA, José G. A; ESPINDOLA, José A. A. e ALMEIDA, Dejalir L. de. **Agricultura Orgânica**. Disponível em: <http://www.cnpab.embrapa.br>. Acesso em: 17.01.2011

PESSOA, Maria da C. P. Y; SILVA, Aderaldo de S; CAMARGO, Cilas P. **Qualidade e Certificação de Produtos Agropecuários**. Brasília, 2002. Disponível em: [HTTP://www22.sede.embrapa.br/pdf](http://www22.sede.embrapa.br/pdf).

PORTAL DA CIDADANIA. **Territórios da Cidadania**. Disponível em: [HTTP://www.territoriosdacidadania.gov.br](http://www.territoriosdacidadania.gov.br). Acesso em: 22.9.2010.



POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais**: uma abordagem logística. 4ª ed.; São Paulo: Atlas, 2007.

RAPOSO, Luiz F. M. **Parceria e Associações**: conceito, regras e considerações. São Paulo, 2007. Disponível em: <HTTP://www.mr2.consultoria.com.br>. Acesso em 19.10.2010.

RIBEIRO, José P. **A Saga da Extensão Rural em Minas Gerais**. São Paulo, 2000. Disponível em: <HTTP://books.google.com.br>. Acesso em: 30.9.2010.

RIBEIRO, Wagner C. **Desenvolvimento Sustentável e Segurança Ambiental Global**. São Paulo, 2001. Disponível em: <HTTP://www.sep.org.br/artigo/vcongresso99.pdf>. Acesso em 23.9.2010. Acesso em: 18.10.2010.

SCHUTZ, T. W. **O Capital Humano**; investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SEPÚLVEDA, Sérgio; WILKINSON, John; TIBÚRCIO, Breno; HERRERA, Selena. **Agroenergia e Desenvolvimento de Comunidades Rurais Isoladas**. Brasília, 2008. Disponível em: <HTTP://webiica.iica.ac.cr>. Acesso em: 20.10.2010.

SOUZA, Cleonice Borges; LAUME, David José. **Crédito Rural e Agricultura Familiar no Brasil**. Goiânia, 2008. Disponível em: <HTTP://www.sober.org.br/pdf>. Acesso em: 1.9.2010.

TERRITÓRIO LITORAL SUL. **Nosso Território**. Disponível em: <HTTP://www.territoriolitoralsulbahia.com.br>. Acesso em: 22.9.2010.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. **Estrutura Organizacional**. Disponível em: <HTTP://www.cgu.unicamp.br>. Acesso em: 12.10.2010

WWF BRASIL. **O que é Desenvolvimento Sustentável?** Disponível em: <HTTP://www.wwf.org.br>. Acesso em: 23.9.2010



ANEXOS

Quadro 1 – Municípios integrantes dos territórios da cidadania

TERRITÓ- RIOS	MUNICÍPIOS INTEGRANTES
Baixo Sul	Aratuípe, Cairú, Camamu, Gandú, Ibirapitanga, Igapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães.
Litoral Sul	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca.

Fonte: <http://sit.mda.gov.br>.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Tabela 33 – Distribuição do crédito rural pelos municípios – R\$1,00

MUNICÍPIO	CUSTEIO		INVESTIMENTO		TOTAL	
	ELAB.	CONT.	ELAB.	CONT.	ELAB.	CONT.
Aiquara	20.000	10.000	301.030	-	321.030	10.000
Alcobaça	194.140	-	1.388.360	7.020	1.582.500	7.020
Apuarema	9.106	-	13.873	-	22.979	-
Aurelino Leal	93.519	93.519	162.277	89.244	255.796	182.763
Barra do Ro- cha	321.199	-	99.246	-	420.445	-
Barro Preto	-	-	9.000	-	9.000	-
Belmonte	17.000	8.000	194.909	56.103	211.909	64.103
Boa Nova	162.379	-	63.600	-	225.979	-
Buerarema	58.528	-	18.028	-	76.556	-
Cairu	98.940	-	-	-	98.940	-
Camacan	-	-	9.397	9.397	9.397	9.397
Camamu	-	-	148.098	-	148.098	-
Canavieiras	130.015	-	52.240	-	182.255	-
Caravelas	199.912	-	1.636.707	-	1.836.619	-
Dário Meira	-	-	9.180	-	9.180	-
Eunápolis	29.595	-	151.591	141.591	181.186	141.591
Firmino Alves	-	-	16.000	-	16.000	-
Gandu	35.493	-	11.000	-	46.493	-
Gongogi	91.537	-	187.129	-	278.666	-
Guaratinga	64.499	64.499	836.287	814.063	900.786	878.562
Ibicuí	64.816	-	83.705	-	148.521	-
Ibirapitanga	226.137	-	125.570	149.400	351.707	149.400
Ibirapuã	551	551	340.117	119.824	340.668	120.375
Ibirataia	91.115	-	65.246	10.792	156.361	10.792
Ilhéus	-	-	164.155	34.800	164.155	34.800
Ipiaú	80.984	-	236.744	-	317.728	-
Itabela	-	-	86.586	15.500	86.586	15.500
Itabuna	96.221	-	82.237	-	178.458	-
Itacaré	-	-	139.623	25.000	139.623	25.000
Itagimirim	-	-	10.000	10.000	10.000	10.000
Itajibá	66.063	30.000	298.035	30.943	364.098	60.943
Itajuípe	156.356	140.721	19.917	-	176.273	140.721
Itamaraju	199.611	6.003	1.101.207	115.601	1.300.818	121.604
Itambé	-	-	5.135	-	5.135	-
Itanhém	67.200	-	1.772.666	-	1.839.866	-
Itapitanga	263.960	189.632	-	-	263.960	189.632



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



MUNICÍPIO	CUSTEIO		INVESTIMENTO		TOTAL	
	ELAB.	CONT.	ELAB.	CONT.	ELAB.	CONT.
Itororó	-	-	28.035	-	28.035	-
Ituberá	16.000	-	1.297.524	1.052.840	1.313.524	1.052.840
Jaguaquara	-	-	181.837	-	181.837	-
Jequié	117.019	11.813	310.334	-	427.353	11.813
Jiquiriçá	51.453	15.099	-	-	51.453	15.099
Jitaúna	103.920	-	54.500	-	158.420	-
Jucuruçu	122.745	42.564	514.440	37.886	637.185	80.450
Laje	173.138	173.139	-	-	173.138	173.139
Lajedão	-	-	190.897	133.547	190.897	133.547
Maraú	3.076	-	334.287	-	337.363	-
Mascote	-	-	7.083	-	7.083	-
Medeiros Neto	10.000	-	486.680	49.600	496.680	49.600
Mucuri	364.272	364.272	88.286	88.286	452.558	452.558
Mutuípe	343.021	302.946	-	-	343.021	302.946
Nilo Peçanha	434.140	-	130.800	116.000	564.940	116.000
Nova Ibiá	19.320	-	36.000	-	55.320	-
Nova Viçosa	38.105	38.105	61.396	61.396	99.501	99.501
Pau Brasil	-	-	31.790	-	31.790	-
Porto Seguro	10.000	-	561.291	195.663	571.291	195.663
Prado	125.231	5.524	892.827	114.715	1.018.058	120.239
S. C. Cabralia	-	-	10.000	10.000	10.000	10.000
Santa Luzia	20.422	-	-	-	20.422	-
P. Tancredo Neves	-	-	212.660	-	212.660	-
Taperoá	36.110	-	45.900	-	82.010	-
T. de Freitas	339.449	-	1.656.974	-	1.996.423	-
Teolândia	-	-	96.288	23.256	96.288	23.256
Ubaira	204.326	171.370	6.774	-	211.100	171.370
Ubaitaba	3.076	-	3.200	-	6.276	-
Ubatã	-	-	112.150	-	112.150	-
Una	3.379	-	120.500	-	123.879	-
Uruçuca	-	-	26.000	20.500	26.000	20.500
Valença	428.485	22.736	734.785	45.578	1.163.270	68.314
Vereda	79.788	-	-	-	79.788	-
W. Guimarães	195.803	48.188	59.160	-	254.963	48.188
Outros	-	-	100.000	-	100.000	-
T O T A L	6.081.150	1.738.680	18.231.593	3.551.453	24.312.743	5.317.233

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC - 2010



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Tabela 34 – Distribuição do crédito rural pela produção vegetal – R\$1,00

MUNICÍPIO	CUSTEIO		INVESTIMENTO		TOTAL	
	ELAB.	CONT.	ELAB.	CONT.	ELAB.	CONT.
Abacaxi	-	-	22.916	2.000	22.916	2.000
Abóbora	112.834	-	6.355	-	119.189	-
Banana	-	-	161.649	43.788	161.649	43.788
Banana da terra	210.073	48.188	580.356	42.274	781.429	90.462
Cacau	1.835.464	627.986	722.796	-	2.558.260	627.986
Cacau/seringueira	218.000	-	45.900	-	263.900	-
Café	326.755	56.481	541.586	163.479	868.341	219.960
Cana-de-açúcar	-	-	11.346	9.100	11.346	9.100
Cana forrageira	-	-	20.372	2.217	20.372	2.217
Citrus	10.810	10.810	3.375	-	14.185	10.810
Cravo da Índia	10.710	-	-	-	10.710	-
Dendê	67.148	-	-	-	67.148	-
Feijão	-	-	2.000	-	2.000	-
Graviola	-	-	8.160	-	8.160	-
Guaraná	33.222	-	-	-	33.222	-
Insumos/fertilizantes	27.688	13.760	14.988	-	42.676	13.760
Mamão	129.075	-	-	-	129.075	-
Mandioca	557.297	332.023	467.823	223.230	1.025.120	555.253
Manga	-	-	4.000	-	4.000	-
Maracujá	55.110	-	94.546	-	149.656	-
Melancia	314.416	-	15.384	-	329.780	-
Outras olerícolas	-	-	19.450	5.800	19.450	5.800
Outros cult. perm.	-	-	204.173	-	204.173	-
Outros cul. temp.	-	-	10.000	10.000	10.000	10.000
Piaçava	122.180	-	8.000	-	130.180	-
Pimenta do reino	-	-	2.000	2.000	2.000	2.000
Pupunha	-	-	50.236	-	50.236	-
Seringueira	-	-	463.714	-	463.714	-
Urucum	-	-	41.981	-	41.981	-
T O T A L	4.021.782	1.089.248	3.523.105	476.795	7.544.887	1.593.136

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC - 2010



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Tabela 35 – Distribuição do crédito rural pela produção animal – R\$1,00

MUNICÍPIO	CUSTEIO		INVESTIMENTO		TOTAL	
	ELAB.	CONT.	ELAB.	CONT.	ELAB.	CONT.
Apicultura	3.379	-	629.224	78.000	632.603	78.000
Avicultura	350	-	59.650	33.000	60.000	33.000
Bovino – misto	132.029	15.000	587.103	65.500	719.132	80.500
Bovino – corte	111.541	14.135	2.752.418	420.693	2.863.959	434.828
Bovino – leite	282.178	30.000	3.506.364	440.169	3.788.542	470.169
Capineira	-	-	84.345	7.055	84.345	7.055
Mineralização	1.080	1.080	-	-	1.080	1.080
Outras criações	686.873	-	-	-	686.873	-
Ovinocultura	-	-	35.822	9.750	35.822	9.750
Pastagem	432.797	318.263	716.815	249.322	1.149.612	567.585
Pastos p/animais serv.	-	-	18.680	8.880	18.680	8.880
Piscicultura	600	-	41.900	54.500	42.500	54.500
Rec. pastagens	81.883	81.883	275.550	-	357.433	81.883
Suinocultura	10.944	-	66.300	29.600	77.244	29.600
T O T A L	1.743.652	460361	8.774.180	1.396.469	10.517.832	1.856.830

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Tabela 36 – Distribuição do crédito rural pela infraestrutura – R\$1,00

MUNICÍPIO	CUSTEIO		INVESTIMENTO		TOTAL	
	ELAB.	CONT.	ELAB.	CONT.	ELAB.	CONT.
Açude	-	-	1.200	1.200	1.200	1.200
Aprisco	-	-	5.000	-	5.000	-
Aviário	-	-	12.500	-	12.500	-
Barcaça	-	-	6.060	-	6.060	-
Barragem/aguada	2.664	-	-	-	2.664	-
Bebedouro	-	-	1.520	-	1.520	-
Casa de farinha	-	-	1.700	1.700	1.700	1.700
Casa de operário	-	-	40.000	-	40.000	-
Casa sede	-	-	25.000	-	25.000	-
Cerca	52.697	46.697	360.465	208.811	413.162	255.508
Cerca elétrica	-	-	9.861	1.377	9.861	1.377
Cocho fermentação	-	-	3.099	-	3.099	-
Cocho saleiro	-	-	18.829	17.579	18.829	17.579
Const. tanque	-	-	40.000	-	40.000	-
Construções	-	-	5.075	-	5.075	-
Curral	-	-	171.927	43.048	171.927	43.048
Fábrica de polpa	-	-	268.690	176.000	268.690	176.000
Galpão	-	-	27.595	-	27.595	-
Pocilga	-	-	4.000	-	4.000	-
Recup. de cerca	77.572	77.572	65.882	6.672	143.454	84.244
Rede elétrica trif.	-	-	50.423	-	50.423	-
Secador/barcaça	-	-	61.250	-	61.250	-
Secador/burareiro	-	-	62.306	-	62.306	-
Sistema/água	-	-	8.336	3.933	8.336	3.933
Tanque	-	-	27.530	-	27.530	-
Viveiro	-	-	4.500	-	4.500	-
T O T A L	132.933	124.268	1.282.736	460.320	1.415.669	584.588

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Tabela 37 – Distribuição do crédito rural para máquinas e equipamentos – R\$1,00

MUNICÍPIO	CUSTEIO		INVESTIMENTO		TOTAL	
	ELAB.	CONT.	ELAB.	CONT.	ELAB.	CONT.
Arado	-	-	4.992	-	4.992	-
Automóvel	-	-	28.732	-	28.732	-
Câmara frigorífica	-	-	40.800	-	40.800	-
Caminhão	-	-	461.100	-	461.100	-
Caminhonete	-	-	188.544	-	188.544	-
Carreta	-	-	32.489	-	32.489	-
Chocadeira	15.966	15.966	-	-	15.966	15.966
Conj. irrigação	-	-	34.306	-	34.306	-
Espalhador calcá-rio	-	-	6.775	-	6.775	-
Ferramentas	-	-	440	-	440	-
Grade	-	-	131.534	-	131.534	-
Kit vacina e med.	7.796	7.796	1.380	-	9.176	7.796
Lâmina niveladora	-	-	13.674	-	13.674	-
Máq. Desc. café	-	-	69.200	-	69.200	-
Motor elétrico	-	-	1.280	-	1.280	-
Motobomba	-	-	1.100	1.100	1.100	1.100
Ordenhadeira	-	-	5.450	-	5.450	-
Perfurador	-	-	8.950	-	8.950	-
Picador	-	-	13.640	3.950	13.640	3.950
Platina terraceado-ra	-	-	5.631	-	5.631	-
Pulverizador mot.	-	-	79.584	-	79.584	-
Roçadeira mecâni-ca	-	-	36.702	-	36.702	-
Sulcador	-	-	2.421	-	2.421	-
Trator de pneus	-	-	1.552.579	115.000	1.552.579	115.000
Turbo atomizador	-	-	62.426	-	62.426	-
T O T A L	23.762	23.762	2.783.731	120.050	2.807.493	143.812

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC – 2010

Tabela 38 – Distribuição do crédito rural para outras finalidades – R\$1,00

MUNICÍPIO	CUSTEIO		INVESTIMENTO		TOTAL	
	ELAB.	CONT.	ELAB.	CONT.	ELAB.	CONT.
Artesanato	-	-	154.800	146.000	154.800	146.000
Barco pesqueiro	-	-	8.300	-	8.300	-
Diversos	-	-	1.019.068	887.440	1.019.068	887.440
Equip. de pesca	-	-	297.080	59.580	297.080	59.580
Outros	159.021	41.040	388.593	4.800	547.614	45.840
T O T A L	159.021	41.040	1.867.841	1.097.820	2.026.862	1.138860

Fonte: Serviço de Programação e Acompanhamento – CENEX/CEPLAC - 2010



ENDEREÇO ELETRÔNICO E TELEFONE

SETOR	TELEFONE	e-mail
CENTRO DE EXTENSÃO	(73) 3214-3304	cenex1@ceplac.gov.br
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	(73) 3214-3315	cenex1@ceplac.gov.br
SERVIÇO DE PROGRA. E ACOMPANHAMENTO	(73) 3214-3302	planeja@ceplac.gov.br
NÚCLEO DE TECNOLOGIA APLICADA	(73) 3214-3312/3324	granja@ceplac.gov.br
SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO – RÁDIO	(73) 3214-3221	radio@ceplac.gov.br
SEÇÃO DE TREINAMENTO E ASSOCIATIVISMO	(73) 3214-3320	setas@ceplac.gov.br
SEÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	(73) 3214-3326/3328	setec@ceplac.gov.br
NÚCLEO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	(73) 3214-3329	hagge@ceplac.gov.br
SEÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS	(73) 3 214-3322/3319/3320	sepre@ceplac.gov.br
NÚCLEO DE EXTENSÃO DE CAMACAN	(73) 3283-1268	irenesv@ceplac.gov.br
NÚCLEO DE EXTENSÃO DE EUNÁPOLIS	(73) 3281-5498	eunapolis1@ceplac.gov.br
NÚCLEO DE EXTENSÃO DE IRLHÉUS	(73) 3634-2913	nucexilheus@veloxmail.com.br
NÚCLEO DE EXTENSÃO DE IPIAU	(73) 3531-3150	Nucexipiau@ceplac.gov.br
NÚCLEO DE EXTENSÃO DE ITABUNA	(73) 3211-2565	nucleoitabuna@ceplac.gov.br
NÚCLEO DE EXTENSÃO DE T. DE FREITAS	(73) 3291-2922	japao@ceplac.gov.br
NÚCLEO DE EXTENSÃO DE VALENÇA	(75) 3641-3514	comportt@ceplac.gov.br
SETOR ADMINISTRATIVO	(73) 3214-3308/3330	alborba@ceplac.gov.br



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



ANEXO II - REL. DO CENTRO DE PESQUISA DO CACAU – CEPEC/CEPLAC – PAG. 1/99

0

Fim.VF.CEPLAC.MAPA.CGU.TCU.15.07.2011.18h11m.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
Superintendência Regional no Estado da Bahia
Centro de Pesquisas do Cacau

RELATÓRIO GESTOR - CEPEC 2010

Ilhéus, Bahia
Fevereiro, 2011

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa
Wagner Gonçalves Rossi

Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Ceplac
Jay Wallace da Silva e Mota

Superintendência Regional da Bahia - Sueba
Antonio Zózimo de Matos Costa

Centro de Pesquisas do Cacau - Cepec
Adonias de Castro Virgens Filho

Assistente Técnico - Cepec
Stela Dalva Vieira Midlej Silva

2

Serviço - Cepec
José Marques Pereira

Gerência de Planejamento e Administração - Sepra
Antonio Cesar Costa Zugaib

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010 **04**

Relatório de Gestão Individual 04

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010

Despesas por Modalidade Contratação 05

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa 06

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa 07

Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária 08

Execução Física das Ações Realizadas pela UJ 09

Análise Crítica 10

.....

Anexos 13

.....

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010 **84**

Análise Crítica RecursosHuma- 84

nos.....



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.

QUADRO A.1.3 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		Código SIORG: 14	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Centro de Pesquisas do Cacau da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira			
Denominação abreviada: Ceplac - Cepec - BA			
Código SIORG: 3754	Código LOA: 22101.20	Código SIAFI: 130.133	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Cultivo de Cacau / Atividades de Apoio à Agricultura		Código CNAE: 0135-1/ 0161-0	
Telefones/Fax de contato:	(73) 32143200	(73) 32143280	(73) 32143204
Endereço eletrônico: cepec@cepec.gov.br			
Página da Internet: http://www.ceplac.gov.br			
Endereço Postal: Km 22 da Rodovia Ilhéus / Itabuna, BA - CEP: 45.600-970			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº. 40.987, de 20.02.1957, que institui o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira do País.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 1.960, de 27.12.1962, que cria o Centro de Pesquisas do Cacau - Cepec.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Portaria no. 38, de 01.02.99, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, no. 25, de 05.02.99, que aprova o Regimento Interno da Ceplac.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.

QUADRO A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2009	2010	2009	2010
Licitação	2.809.155,11	3.372.180,91	911.033,07	1.645.420,32
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	2.809.155,11	3.372.180,91	911.033,07	1.645.420,32
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	894.175,58	838.603,99	774.001,61	658.889,61
Dispensa	880.710,07	838.603,99	760.985,10	658.889,61
Inexigibilidade	13.465,51		13.016,51	
Regime de Execução Especial	72.676,84	109.642,83	72.676,84	109.642,83
Suprimento de Fundos	72.676,84	109.642,83	72.676,84	109.642,83
Pagamento de Pessoal	470.536,05	468.475,92	470.536,05	468.475,92
Pagamento em Folha				
Diárias	470.536,05	468.475,92	470.537,05	468.475,92
Outros	54.372,77	33.808,85	45.242,85	29.041,61



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA
QUADRO A.2.9 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E EELMENTO DE DESPESAS

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 - Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 - Outras Despesas Correntes	3.477.971,08	4.009.529,85	2.196.422,28	2.827.936,89	1.281.548,80	1.181.592,96	2.178.392,16	2.827.936,89
Material Consumo	1.163.146,59	1.522.634,17	828.906,25	685.631,18	334.240,34	837.002,99	824.157,93	685.631,18
Serviços de Terceiros Pessoa Ju- rídica	1.597.747,75	1.871.579,68	686.236,01	1.566.643,76	911.511,74	304.935,92	686.236,01	1.566.643,76
Diárias	470.536,05	468.475,92	470.536,05	468.475,92			470.536,05	468.475,92
Demais elementos do grupo	246.540,69	146.840,08	210.743,97	107.186,03	35.796,72	39.654,05	197.462,17	107.186,03



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	822.945,27	813.182,65	77.068,14	83.533,40	745.877,13	729.649,25	68.217,14	83.533,40
Material Permanente	822.945,27	813.182,65	77.068,14	83.533,40	745.877,13	729.649,25	68.217,14	83.533,40
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								



ANÁLISE CRÍTICA DA GESTÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - UG CEPEC

A execução orçamentária foi norteadada pela concentração de gastos em ações e projetos prioritários, eleitos conforme a demanda das áreas de atuação institucional e dentro destas nas despesas com as atividades fins. Assim, verificou-se uma boa relação entre os gastos e o alcance das metas e dos indicadores programados para exercício ora relatado. No contexto geral, foram empenhados 99,89 % da dotação orçamentária recebida com liquidação de 60,37% dos recursos recebidos.

Observa-se que no bloco de outras despesas correntes, ocorreu um acréscimo do volume de despesas empenhadas no exercício de 2010, em relação ao exercício anterior, da ordem de 13,26%. O aporte de recursos adicionais principalmente para material de consumo e serviços de terceiros possibilitou a execução satisfatória das ações desenvolvidas pelo Cepec. No elemento de despesa investimentos houve ligeira redução no valor empenhado em relação a 2009. Nesse item a, concentração na aplicação dos recursos foi em equipamentos de laboratório e outros bens destinados às áreas fins.

Na análise da relação entre despesas correntes empenhadas e liquidadas, no ano de 2010 observou-se que ao término do exercício, 78,5% das despesas empenhadas foram liquidadas em comparação com os 63,2% executados em 2009, o que representa um acréscimo de 19,5%. No caso específico de investimentos, a proporção de despesas liquidadas neste exercício, a exemplos dos anteriores, foi baixa ficando em 10,3%. Esses índices, e principalmente, o relativo a investimentos, poderiam ser melhorados se a liberação dos recursos não se concentrasse tempestivamente no final do ano. Dificuldades operacionais inerentes ao processo de licitação, acrescidos da dependência da sua análise final pelo NAI, centralizada em Salvador, portanto fora da sede dessa UG, concorreram também para que o desfecho dos processos de compra e conseqüentemente empenho das despesas, se concentrassem no final do ano. Em função disso, há sempre a tendência de um montante quase sempre elevado de restos a pagar, para o exercício seguinte, com reflexos no acúmulo de serviços nos primeiros meses do ano. Ações de gestão como adoção de licitações em sistema de registro de preços têm amenizado esta situação.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



QUADRO A.2.2 - Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
		0362	2127	P	1	Un	37	51	37
		0362	2143	A	1	Ha			
		0362	4715	A	1	Ha			
		1409	8544	A	1	Ha			



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA
ANÁLISE CRÍTICA



1. CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS

1.1. PESQUISA DESENVOLVIDA

Em 2010, o Cepec desenvolveu 51 pesquisas, sendo 39 na Ação Geração de Tecnologias para o Desenvolvimento Tecnológico das Regiões Produtoras de Cacau, e 12 na Ação Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa, superando a meta prevista de 37. Contribuíram para este resultado a gestão baseada em resultados e a busca permanente de parcerias com produtores e outras organizações.

Ação 20.572.0362.2127.0001 - Geração de Tecnologias para o Desenvolvimento Tecnológico das Regiões Produtoras de Cacau (2127) tem como finalidade desenvolver tecnologias sustentáveis, capazes de assegurar as bases para a consolidação, ampliação e diversificação das cadeias produtivas do cacau e de outras explorações nas regiões de atuação da Ceplac, reduzindo custos de produção, gerando empregos, elevando renda, produzindo excedentes exportáveis, contribuindo, por conseguinte, para o desenvolvimento regional e ingresso de divisas no País. O produto da lei que serve como parâmetro para medir a eficiência da ação é a pesquisa desenvolvida. Visa o desenvolvimento e/ou adaptação de tecnologias voltadas para a agropecuária, agroecologia, agroindústria e estudos do Cacau e outros Sistemas Agrossilvopastoris que tem como finalidade promover o desenvolvimento das comunidades rurais, através do fortalecimento das atividades produtivas, elevando o seu padrão de qualidade de vida e estimulando a geração de emprego, renda e inclusão social, por meio da transferência de conhecimentos e capacitação de produtores e trabalhadores. Nessa ação, o Cepec interage fortemente com o Centro de Extensão da Ceplac, transferindo tecnologias geradas, testadas e adaptadas para o treinamento dos extensionistas e posterior transferência ao produtor, bem como obtendo informações sobre problemas tecnológicos que ocorrem nas áreas agrícolas.

Os resultados de pesquisa produzidos pelo Cepec mostram avanços na geração do conhecimento, indicando que, novas tecnologias estão sendo incorporadas, possibilitando o alcance de elevada produtividade na lavoura do cacau, resistência às principais doenças e melhoria na qualidade do produto. Tais resultados vêm sendo possibilitados pela interação multidisciplinar, principalmente nas áreas de melhoramento genético, biotecnologia e fitopatologia.

Ação 20.603.0362.2143.0001 - Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa (2143) tem como finalidade recuperar a produção e produtividade; suprir a capacidade ociosa do parque industrial moageiro instalado; melhorar a qualidade do cacau brasileiro e aumentar a competitividade, de forma a favorecer a balança comercial; sustentar o retorno dos investimentos financeiros do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira; recuperar e aumentar o número de empregos; e, gerar renda no ambiente da cadeia produtiva do cacau. O produto da lei que serve como parâmetro para medir a eficiência da ação é a área controlada.

As pesquisas sobre o controle da vassoura-de-bruxa enfatizam o manejo integrado desta e de outras doenças do cacaueiro.

Embora, nessa Ação, o produto da lei seja **ÁREA CONTROLADA**, o Cepec desenvolveu 12 pesquisas.



Ação 20.573.0362.4715.0001 - Difusão de Tecnologias para o Agronegócio Cacau e Sistemas Agrosilvopastoris (4715) tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais através do fortalecimento das atividades produtivas, elevando o padrão de qualidade de vida e estimulando a geração de emprego, renda e inclusão social, por meio da transferência de conhecimentos tecnológicos e gerenciais, organização social e produtiva e uso sustentável dos recursos naturais, tendo como enfoque a conservação produtiva, verticalização da produção e construção de redes de comercialização. O produto da lei que serve como parâmetro para medir a eficiência da ação é o produtor atendido.

O Cepec promoveu e/ou participou de 119 eventos em 2010: Ação 2127 Geracacau, 86; Ação 2143 Vassoura-de-Bruca, 18; Ação 8544 Desenagroen, 15.

Ação 20.572.1409.8544.0001 - Desenvolvimento das Potencialidades Agroenergéticas das Regiões Produtoras de Cacau (8544) tem como finalidade ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, possibilitando a redução de emissões de gases de efeito estufa, promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável com geração de emprego e distribuição de renda, tendo como público alvo produtores rurais, suas associações corporativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa e consumidores finais de energia. Visa implementar estudos e ações de melhoria e otimização do agronegócio de dendê e outras oleaginosas, tanto na consolidação da agricultura familiar quanto nas pequenas e médias propriedades agrícolas, para atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização do óleo, especialmente dendê como matéria prima para a produção de biodiesel, visando a implementação de um programa sustentável de produção de biocombustível nas regiões produtoras de cacau, bem como promover a ampliação e renovação de dendezais nas áreas zoneadas para o cultivo, além de auxiliar na difusão de tecnologias que permitam a capacitação técnica dos produtores rurais e o aumento dos investimentos nesta fonte de energia renovável. O produto da lei que serve como parâmetro para medir a eficiência da ação é a área assistida.

11

Embora, nessa Ação, o produto da lei seja **ÁREA ASSISTIDA**, o Cepec desenvolveu uma pesquisa.

2. AÇÕES QUE APRESENTARAM PROBLEMAS DE EXECUÇÃO

Considerando que a ação Geração de Tecnologias para o Desenvolvimento Tecnológico das Regiões Produtoras de Cacau, que trata da geração de tecnologia, é baseada na execução de experimentos em campo, com cronogramas acoplados ao calendário agrícola, a descontinuidade na liberação de recursos financeiros comprometeu o andamento normal de alguns projetos de pesquisas, resultando também em atraso na obtenção dos resultados experimentais, consequentemente na sua difusão, bem como entraves os burocráticos nos processos de licitação e operacionalização de compras; a falta de previsão de suplementação orçamentária e financeira para aquisição de equipamentos; a demora dos órgãos do meio ambiente, Ibama, Ima, na liberação de licenciamentos; e a carência de pessoal técnico, administrativo e operacional.

Na ação Combate a Vassoura-de-Bruca, a principal limitação é que produtores afetados pela vassoura-de-bruxa, continuam descapitalizados e endividados, fatos estes que impedem adoção das técnicas preconizadas para o controle da doença.

Já na ação Desenvolvimento das Potencialidades Agroenergética das Regiões Produtoras de Cacau, esta UG enfrentou dificuldades quanto à ausência de política creditícia capaz de aportar recursos visan-

do viabilizar a dinamização da atividade; atraso na entrega de equipamentos adquiridos através do pregão eletrônico; e falta de um veículo, tipo caminhão, para o transporte de mudas produzidas pelo programa para distribuição a agricultores familiares do Baixo Sul.

Por parte do governo federal, providências podem ser adotadas para o programa de desenvolvimento das regiões produtoras de cacau - Prodecau. Dentre elas, requerer a Comissão de Licitação e ao NAJ agilização na liberação dos processos; ao Ibama e Ima, agilização na liberação de licenciamento para projetos de pesquisas - criação de animais silvestres; contratação de pessoal, de acordo com levantamento realizado pelo Cepec; e continuidade nas liberações dos recursos.

3. AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS

Pelo segundo ano consecutivo, o Centro de Pesquisas do Cacau supera as metas estabelecidas nas ações desenvolvidas no Programa de Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau. As 51 pesquisas desenvolvidas, através das Ações de Geração de Tecnologias e Combate a Vassouras-de-Bruxa, contribuíram efetivamente para a revitalização do Agronegócio Cacau. Os estudos sobre o manejo da vassoura-de-bruxa nas condições do sul da Bahia deram ênfase para o controle genético, químico, biológico e cultural, de modo que, em curto, médio e longo prazo, fossem produzidas tecnologias de controle da enfermidade, através do manejo integrado. A pesquisa assumiu um papel de relevância, em razão do desconhecimento de certos aspectos da biologia do fungo e da epidemiologia nas condições da Bahia; essa condição dificultava o desenvolvimento de tecnologias de controle, especialmente aquelas que se referentes à avaliação e seleção de cultivares resistentes ao patógeno.

12

Ações deste porte contribuíram para a produtividade e a produção brasileira de cacau melhorasse significativamente. A produtividade média que era em 2004, de 306 kg / ha, passou para 320 kg / ha em 2007, e a previsão do IBGE é que, em 2010, já alcance 360 kg / ha. A produção brasileira que era em 2004 era 196.005 t, passou para 201.651 t em 2007, e a previsão é que alcance no ano de 2010, 233.710 t. As exportações brasileiras de cacau e derivados neste mesmo período saltaram de 79.795 t em 2004 para 82.522 t em 2007, reduzindo para 59.625 t em 2010 em virtude do aumento do consumo interno de chocolate. Em termos de valores, as exportações saíram de US\$ 319 milhões em 2004, para US\$ 364 milhões em 2007, e US\$ 418 milhões em 2010, fruto dos bons preços praticados no mercado internacional.

Decorridos 20 anos do aparecimento da vassoura-de-bruxa na Bahia, período sabidamente curto para desenvolvimento e validação de tecnologias genéticas em cultivos de ciclo longo, importantes informações foram acumuladas e notáveis experiências de convivência com a vassoura-de-bruxa foram registradas. Importantes informações foram acumuladas, e a Ceplac pode construir sistemas de controle integrado da enfermidade, garantindo níveis satisfatórios de produtividade.

Iniciou-se um projeto de seleção de cacaueiros (genótipos) resistentes e / ou tolerantes nas propriedades rurais, dos qual foram coletadas sementes e borbulhas para formação de uma população, base de estudo. O êxito da identificação e a seleção de matrizes facilitaram a difusão das técnicas de enxertia, de manejo de formação de cacaueiros clonados e de disseminação de variedades em processo de avaliação. Atualmente, existem cerca de 40 clones disponíveis para os produtores implantarem o jardim clonal, e escolher quais os que melhor se adaptam a sua propriedade.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



A N E X O S



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



GERAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA O AGRONEGÓCIO DO CACAU E OUTROS SISTEMAS AGROSSILVOPASTORIS - GERACACAU

Produto constante na Lei 11.306/2006	Programado	Realizado	Meta para 2011
Pesquisa desenvolvida (un)	37	39	
Outros produtos			
Tecnologia trabalhada (un)	175	445	
Projetos em execução (un)	66	48	
Propágulos produzidos (un)	3.500.000	162.578	
Análise laboratorial realizada (un)	121.000	227.482	
Certificado emitido (un)	4.500	11.461	
Informações Complementares			
Acesso genético (Banco Germoplasma) (un)	3.300	5.432	
No. de plantas no jardim clonal	96.000	76.214	
Produção de cacau (t)	34	53,7	
Implantação de agroindústrias locais (un)	2	0	



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS PARA O AGRONEGÓCIO DO CACAU E OUTROS SISTEMAS AGROSSILVOPASTORIS - DIFUTEC			
Produto constante na Lei 11.306/2006	Programado	Realizado	Meta para 2011
Outros produtos			
Trabalhador treinado (un)	1.900	1.122	
Visita nacional realizada (un)	0	37	
Reunião nacional realizada (un)	0	40	
Dia de campo realizado (un)	50	17	
Evento realizado (un)	0	86	
Certificado emitido (un)	4.500	0	
Capacitação ambiental realizada (un)	6	0	

PESQUISAS DESENVOLVIDAS

Geração de Tecnologias para o Desenvolvimento Tecnológico das Regiões Produtoras de Cacao (2127)

Cadeia Produtiva do Cacao

Especialidades - Melhoramento Genético do Cacaueiro / Biotecnologia

1. A variável índice de doença demonstrou-se eficiente como medida de severidade, podendo ser usada nas avaliações rotineiras de genótipos para selecionar resistência a vassoura-de-bruxa.
2. Constatada a evolução do QTL de resistência à vassoura-de-bruxa no campo relativo ao período 2001 / 2008.
3. Constatado que na detecção das variantes do fitopatógeno *M. pernicioso* houve diferenciação genética de isolados tanto ao nível de cultivar (especialização), como também dentro da descendência dos Scavinas (adaptação local), levando ao aparecimento de variantes mais adaptadas.
4. Definida uma metodologia de fixação de amostras vegetais em vapor de ósmio, viabilizando a análise de microestruturas das camadas de ceras epicuticulares, por permitir a integridade das células de cacao.
5. Dos vinte e cinco municípios inventariados quanto à presença de hospedeiros solanaceos, o fitopatógeno foi encontrado em 14, ou seja, em 56% dos municípios estudados. Esses municípios foram Buerarema, Camacan, Itagibá, Firmino Alves, Ibicaraí, Santa Luzia, Camamu, Ituberá, Ipiáú, Jitauna, Una, Ilhéus, Itabuna.
6. Identificadas via fotodocumentação-microscopia eletrônica, as vias de penetração de *Monilophthora pernicioso*.
7. Identificado um novo QTL de resistência a vassoura-de-bruxa (*M. pernicioso*) no grupo GL 2, combinando os efeitos dos alelos de SCA 6 e ICS 1.
8. Identificados 157 SNPs nos progenitores da população F2 (Sca 6 x ICS 1) em 11 dos 73 genes de resistência identificados.
9. Identificados 32 marcadores microssatélites nos genitores da população F1 do cruzamento CCN-51 x SIC-864.
10. Identificados 428 microssatélites a partir de três bibliotecas (1 full length e 2 SSH) construídas pelo Cirad e cedidas ao projeto para estudo, e desenho, para análise de polimorfismo e mapeamento, de 35 locus oriundos de genes expressos (EST-SSR).

11. Identificados clones de maior produtividade em ensaio de larga escala envolvendo 51 propriedades rurais, mais de 150 genótipos e dados de campo de 2004 a 2010. Produziram significativamente mais que representantes dos primeiros clones indicados como resistentes à vassoura de bruxa (TSA656, TSA792, TSH1188, TSH516, TSH565, TSH774, os clones VT05, MA1, MAR028, FL89, CSG70, MCB09, FA13, PH129, FSH42, FL76, BP41, PROVISÃO, JVP01, PAIN9316, PQ01, VEN20, OCQ22, SJ02, PS1030, LP24, EET390, RVSM08, SJ104, FG110, CPC2002, CCN51, PS1910, T10, VT10, FSU52, PH09, SC75, VB990, LP06, PS1.6, PH15, BJ11, VB515, VB979, SAF02, entre outros.
12. Identificados dois grandes grupos de compatibilidade vegetativa (GCV) denominados aqui de grupo GCV (C) formados pelos isolado provenientes do cacaueiro, GCV (S) formado por isolados das diversas solanáceas estudadas, e um grupo intermediário formado apenas por um isolado de jiló do município de Ibicaí, denominado aqui GCV (J) formado por um isolado de jiló, o qual apresentou incompatibilidade em todas as combinações possíveis.
13. Identificados dois QTLs (Locos de Caracteres Quantitativos) para resistência a *Ceratocystis*.
14. Identificados três grupos de patogenicidade: o grupo (C) o mais virulento; o grupo (SS) (solanáceas selvagens) com virulência intermediária; e o grupo (SC) (solanáceas cultivadas), menos virulento.
15. Obtidos 158 SNPs oriundos de ESTs de genótipos de cacaueiro com diferentes níveis de resistência a vassoura-de-bruxa a partir de 73 genes de resistência nos progenitores da população F2 (Sca6 x ICS1).
16. Obtidos mais 177 do tipo EST-SSR: GU 171/47; ROSA MARIA/39; OC 67/35; SCAVINNA/34; CATONGO/22.
17. Realizada a caracterização fenológica de seis espécies de Theobroma: cacao, bicolor, obovatum, speciosum, subincarnum, grandiflorum.
18. Realizada a caracterização fenotípica da população composta por 67 plantas F1 da progênie SIC-864 x CCN-51.
19. Realizada a caracterização histológica de isolados de hospedeiros solanaceos e cacaueiro basidiocarpos com o maior diâmetro foram encontrados dentro do biótipo C, enquanto que as solanáceas selvagens apresentaram basidiósporos de maior tamanho.
20. Realizada a caracterização histopatológica 'in situ' da cinética da germinação dos basidiósporos.
21. Realizada a decodificação do genoma do cacaueiro utilizando o sequenciamento.
22. Realizada a genotipagem de 13 primers que apresentaram polimorfismo em 20 clones geneticamente distintos, para estudos de aplicabilidade dos marcadores.
23. Realizado o mapeamento de quatro ESTs-SSR no mapa referência cacau.

24. Realizado o mapeamento genético de uma população CCN 51 x Catongo.
25. Sequenciadas quatro bibliotecas subtrativas, totalizando cerca de 4.000 sequências. Estes genes foram utilizados para busca de marcadores moleculares (EST-SSRs) a serem utilizados no mapeamento genético do cacaueiro.

Especialidade - Fisiologia da Produção

1. A aplicação de fertilizantes via fertirrigação aumentou a produtividade dos clones TSH-516 e TSH-1188 de cacaueiro, em média 20% quando comparado com a fertilização via solo. Quando observado de forma isolada, a aplicação de fertilizantes via fertirrigação aumentou a produtividade do clone TSH 516 em média 34%, quando comparado com a fertilização via solo.

Especialidade - Fortalecimento Econômico e Social das Comunidades

1. A análise das variações na receita de exportação brasileira de cacau em amêndoas pelo método diferencial-estrutural (shift-share), que permite decompor o efeito de algumas variáveis sobre a receita das exportações da referida commodity, no período entre 1994/95 e 2007/08, foram analisados os efeitos quantidade, câmbio e preço, no referido período, verificando-se que o efeito quantidade, ou seja, a quantidade exportada de cacau em amêndoas foi à variável mais relevante para explicar o declínio das receitas brasileiras de exportação da referida commodity.
2. O custo das perdas sociais e econômicas decorrentes do desperdício durante a colheita e transporte nas cadeias produtivas do mamão e do maracujá, são de respectivamente 50 milhões e 3,3 milhões de reais, sendo que as principais perdas ocorrem ainda na propriedade rural.

18

Especialidade - Manejo Integrado de Pragas

1. Realizada a identificação de epífitas (Bromeliaceae) associadas às árvores de sombra do cacaueiro como sítios importantes de nidificação da fauna predadora na região sul da Bahia.

Especialidade - Recursos Ambientais

1. Identificada uma espécie de cada um dos gêneros: *Astrocystis*, *Nectria*, *Meliola*, *Capsulospora*, *Seynesia*, *Hypoxylon* e *Didymosphaeria*.
2. Identificados nove gêneros de Ascomycota sobre palmeiras: *Pemphidium* (2); *Hypoxylon* (1); *Astrosphaeriella* (2); *Oxydothis* (2); *Didymosphaeria* (1); *Arecomyces* (1) espécie nova; *Linocarpon* sp (2); *Neolinocarpon* (2); *Massarina* (4).

3. Isolados, descritos e caracterizados 13 espécies do fungo Ascomycota, do gênero *Anthostomella*, encontradas na Bahia e em Pernambuco: *A. kevinii*, *A. mauritiae*, *A. pernambucensis*, *A. biappendiculata*, *A. euterpicola*, *A. cylindrospora*, *A. elaeidis*, *A. dimorphospora* (oito novas espécies); *A. nitidissima* var. *longipedicullata* (uma nova variedade); *A. ludoviciana*, *A. belalongensis*, *A. nitidissima* e *Anthostomella* cf. *colligata* (quatro novos registros para o Brasil).
4. Publicados dois artigos técnico-científicos no periódico *Mycotaxon*: A simplified DNA Extraction Method for PCR Analysis of *Camarotella* spp. *Brazilian Archives of Biology and Technology*, v. 53, p. 249-252, 2010, e Fine structure of phloematic trypanosomatid coconut tree. *Journal of General Plant Pathology*, v. 76, p. 74-83, 2010.
5. Realizada a classificação e estudo da biodiversidade de fungos do bioma Mata Atlântica do sul da Bahia.

Especialidade - Palmiteiros

1. A farinha natural de pupunha, obtida de frutos crus, com casca e processada em casa de farinha, em comparação com a farinha de mandioca, apresentou maior riqueza em proteína em 3.510%; açúcares solúveis em 336,8%; gordura em 1.746% e caloria em 30,11%. Já a farinha de pupunha cozida obtida de frutos crus, com casca e processada em casa de farinha, em comparação com a farinha de mandioca, apresentou maior riqueza em proteína em 2.564%; açúcares solúveis em 384,10%; gordura em 1.578% e caloria em 6,8%.

19

Especialidade - Mamão

1. Estabelecida metodologia para inoculação de *Phytophthora palmivora* em mamoeiro.
2. Realizada a avaliação de agentes de biocontrole sobre a infecção de *Phytophthora palmivora* em frutos de mamoeiro, artigo científico publicado na *Agrotrópica*, v. 22, no. 1, 2010.
3. Determinada a sobrevivência e capacidade de colonização de *Trichoderma* spp. em solo plantado com mamoeiro.
4. Determinados os mecanismos de ação de *Trichoderma* spp. sobre *Phytophthora palmivora* em mamoeiro.



RESULTADOS DE PESQUISAS

Especialidades - Melhoramento Genético / Biotecnologia

1. Estabelecida metodologia para testar genótipos de cacaueiros quanto à resistência à vassoura-de-bruxa: os métodos de aplicação de gotas de ágar ou pulverização do inóculo foram igualmente eficientes, sendo o primeiro recomendado para inocular até 600 plantas e o segundo, por ser mais prático utilizado para testar maior número de plantas.
2. Há fortes indícios de que as alterações, que se traduzem na instabilidade da resistência, ocorram devido a mudanças na população do patógeno em função do genótipo de cacau utilizado.

Especialidade - Fisiologia da Produção

1. A aplicação de 10 mL de solução de sacarose a 0,45 M por árvore de cacaueiro induziu resistência sistêmica adquirida em cacaueiros adultos contra vassoura-de-bruxa. Frutos infectados de cacaueiros induzidos apresentaram uma alta percentagem de sementes aproveitáveis.
2. As folhas das plântulas mutantes do cruzamento entre Pa 30 x Pa 169 e seu recíproco não realizaram fotossíntese, apenas respiraram. As variações nos parâmetros de crescimento e a consequente morte das plântulas mutantes foram induzidas pela exaustão das reservas cotiledonares, pela inoperância do aparato fotossintético e pelo estresse oxidativo.
3. As folhas das plântulas mutantes do cruzamento entre Pa 30 x Pa 169 e seu recíproco exibiram alterações ultraestruturais em nível de cloroplasto. Por meio da análise de ESTs obtidos de biblioteca subtrativa, foi possível identificar genes associados a Rubisco, a peroxidases e proteínas e enzimas relacionadas com assimilação do carbono, estresse oxidativo, respiração e fotossíntese. As plântulas mutantes se caracterizaram por apresentar uma maior expressão das proteínas PsbO e PsbA do fotossistema 2 da fase fotoquímica da fotossíntese.
4. As plantas alagadas do clone TSH-774 apresentaram alterações nas variáveis de emissão de fluorescência, diminuição nos teores de clorofila e aumento na atividade de peroxidases e polifenoloxidasas.
5. As plântulas resultantes do cruzamento entre Pa 30 x Pa 169 e seu recíproco, não exibiram diferenças entre si em relação a parâmetros fisiológicos e bioquímicos, logo é possível afirmar que a herança desse gene é nuclear simples.
6. Clones de cacau adaptados ao alagamento do solo apresentam como mecanismos adaptativos a este estresse: (i) manutenção nos teores de micronutrientes nas plantas alagadas semelhantes às plantas não alagadas, (ii) baixa incidência de clorose foliar, (iii) ausência de danos ao complexo coletor de luz do fotossistema II, (iv) produção e translocação de fotoassimilados para as raízes, sobrevivendo ao estresse por alagamento do solo.
7. Selecionados dois genótipos de cacaueiro, com efeito, ananizante em clones de porte alto como, TSH-1188 e CCN-51.

8. O alagamento do solo plantado com cacaueiros promove mudanças nos teores de macro e micro-nutrientes minerais, açúcares solúveis totais e amido nos diferentes órgãos das plantas, assim como um decréscimo na taxa fotossintética líquida, condutância estomática e transpiração.
9. O clone TSH-774 sofreu mais danos em resposta ao estresse por alagamento, quando comparado ao TSA-792, apresentando maiores limitações estomáticas e não-estomáticas da fotossíntese, assim como estresse oxidativo. Isto resultou em morte de plantas após 30 dias de alagamento.
10. O estudo sobre tipo de poda de clones plagiotrópicos de cacaueiros mostrou que uma retirada desnecessária de folhas e ramos resulta em perda significativa de carbono e, portanto, de produção.
11. O manejo de mudas de clones originários de ramos plagiotrópicos de cacaueiros mostrou que: poda de formação dirigindo os ramos para um eixo vertical imaginário que divide a planta de cacaueiro em duas metades apresenta a menor perda de Carbono em relação ao tratamento ramos dirigidos para fora do eixo vertical imaginário, ramos equilibrados e sem poda e teve a maior produção de amêndoas. Este tratamento, portanto, apresentou a melhor relação entre remoção de carbono e produtividade.
12. Observou-se redução de 78,4% na produção de matéria seca da parte aérea de mudas de cacaueiro crescidas na solução nutritiva sem N e de 68,4% nas plantas com omissão de S, quando comparadas ao tratamento completo. Plantas crescidas na solução sem P mostraram maior produção de matéria seca de raízes. Nas folhas das plantas crescendo sem S foi observada clorose, começando pelas pontas e bordas das folhas mais novas, sendo que as folhas terminais tiveram seu crescimento alterado, tornando-se pequenas e estreitas, verificando-se supressão da lâmina foliar, fato não observado anteriormente em cacaueiro.
13. Os genótipos de cacaueiro da série Parinari (Pa) possuem o caráter recessivo letal '*Luteus - Pa*' que quando em homozigose expressa por clorose foliar em plântulas, levando-as à morte.

Especialidade - Fortalecimento Econômico e Social das Comunidades

1. Elaborado o III Relatório de Previsão da Safra 2009/2010, com estimativa de 100,016 mil t, com erro em torno de 10%.

Especialidade - Manejo, Conservação e Fertilidade do Solo

1. A aplicação de 135 Kg ha⁻¹ de P₂O₅ e 60 Kg ha⁻¹ de N no clone Cepec 2002 (VB-1151) com cinco anos de idade, implantado num Latossolo Vermelho-Amarelo, mostrou incremento na produção de cacau.
2. A permanência da cal nas folhas de cacaueiros é significativamente reduzida após ocorrência de chuvas.
3. A utilização de gesso e calcário para elevar a saturação de bases para 60% é recomendada para aumentar a produtividade do cacaueiro.

4. Encontrada maior diversidade de gêneros / espécies de micorrizas no solo Bt (Argissolo), e um predomínio do gênero Acaulospora no solo Bw (Latossolo).
5. Microorganismos apresentaram maior número na camada natural do solo de manguezal e na camada 5 (99-125 cm), levantando a hipótese de que as faixas do perfil mais influenciadas pelas marés altas e baixas, respectivamente camadas C1 e C5, parecem reunir condições de favorecimento às populações microbianas.
6. O cruzamento TSH 1188 x UF 296 usado como porta enxerto para o TSH 1188, absorveu mais K, Ca e Zn que o TSH 1188 enxertado sobre ele próprio.
7. O efeito da aplicação de calcário dolomítico mostrou, nos três primeiros anos de produção de cacaueiro, uma elevação crescente da produtividade em função do aumento da saturação de bases até 60%, não ocorrendo o mesmo para saturação de bases a 70%.
8. O extrato da casca do fruto do cacau quando aplicado no solo elevou os teores disponíveis de potássio no solo e totais de K nas folhas. Quando aplicado via foliar os teores foliares de K em mudas de cacaueiro.
9. Os produtores rurais que possuem maior grau de instrução, assistência técnica, menor tempo na atividade agropecuária e consideram suas lavouras como inviáveis economicamente são os que adotam maior número de técnicas conservacionistas.
10. Trinta e três espécies de plantas indicadoras de propriedades do solo apresentadas foram reconhecidas pelos agricultores dos três assentamentos pesquisados; vinte e duas espécies foram relacionadas pelos agricultores com potencial para serem plantas indicadoras de propriedade do solo. Tiririca, Urtiga, Samambaia, Mamona, Rabo de Raposa, Capim Papua, Gravatá, Capim Carrapicho, Carquejas, Assa Peixe, foram as mais citadas pelos agricultores.

Especialidade - Manejo Integrado de Pragas

1. Catalogada a Ordem Diptera da Coleção da Entomoteca Gregório Bondar, Cepec/Secen, formada por 1.666 exemplares adultos montados e alfinetados, agrupados em uma família, 25 subfamílias, 18 tribos, 51 gêneros e 71 espécies. Foram também incorporados à coleção entomológica do Cepec indivíduos da Ordem: Hemiptera-Heteroptera, Família: Tingidae Laport, 1832, Subfamília: Tinginae Laport, 1832, Tribo: Tingini Laport, 1832; 123 exemplares de *Corythuca gossypii* (Fabricius, 1794) - Gênero: *Corythuca* Stal, 1052, Espécie: *gossypii* (Fabricius, 1794); e 72 exemplares de *Teleonemia morio* (Stal, 1873) - Gênero: *Teleonemia* Costa, 1864, Espécie: *morio* (Stal, 1873). O levantamento e organização das famílias têm como finalidade reunir informações para alimentar o Banco de Dados do Software de Manejo Integrado de Pragas (SisMip).
2. Catalogada a Ordem Homóptera (Heteróptera) da Entomoteca Gregório Bondar Cepec/Seção de Entomologia, formada por 1.528 exemplares adultos montados e alfinetados, agrupados em 10 famílias, 21 subfamílias, 18 tribos, 69 gêneros e 76 espécies. O levantamento e organização das famílias visam reunir informações para alimentação do Banco de Dados do Software de Manejo Integrado de Pragas (SisMip).
3. Em andamento, a catalogação da coleção de Hemípteros da Entomoteca Gregório Bondar, Cepec/Seção de Entomologia, formada por 711 exemplares adultos montados e alfinetados, agrupados em 09 famílias, 10 subfamílias, 13 tribos, 21 gêneros e 20 espécies.



4. Os sítios criatórios compostos de lona plástica com o bordo levemente levantado para acumular água, com a adição sobre a lona plástica de 1,5 x 1,5 m (largura x comprimento), do equivalente a casca de 80 frutos de cacaueteiro ou dois pseudocaules de bananeira picados em cilindros de 30 cm de comprimento. Os sítios devem ser montados entre meados de outubro e final de novembro. As moscas criadas nos sítios são liberadas a partir de 50 dias após a instalação dos criatórios. A adição desses sítios supre os cacaueiros nos meses de janeiro, fevereiro até meados de março.
5. Realizada a análise de novas informações sobre a formação do mosaico de formigas dominantes em função do crescimento do cacaueteiro, a fim de se entender o processo de desenvolvimento do controle biológico natural por formiga, em função do envelhecimento da plantação.

Especialidade - Recursos Ambientais

1. Realizada a caracterização de solo de manguezal da Bacia Hidrográfica do Rio Graciosa, região do Baixo Sul da Bahia, de acordo com suas propriedades físicas e químicas (incluindo metais pesados), e microbiológicas (presença de bactérias, fungos e micorrizas), com a aplicação de metodologia participativa de avaliação da qualidade do solo e saúde das plantas em cacaueiros (cabruca) manejados em sistemas agroecológicos, em comparação ao cultivo de mandioca, no Projeto de Assentamento Frei Vantui, Ilhéus, Bahia. Foram também realizadas avaliações das propriedades biológicas do solo sob pasto-cabruca, cacau-cabruca e pasto solteiro; e avaliações das propriedades biológicas do solo sob pasto-cabruca, cacau-cabruca e pasto solteiro; influência da lotação animal em pastagem consorciada (*Brachiaria dictyoneura*, Stap, CIAT 6133 x *Arachis pintoii*, Handro) sobre indicadores físicos e químicos de qualidade do solo. A lotação animal não exerceu efeitos sobre as propriedades do solo, verificando-se apenas efeito negativo da lotação sobre a capacidade de retenção de água.
2. Realizados registros de espécies de fungos para a região sul da Bahia e classificados novos táxons fúngicos.
3. Se Certificados de Emissão Reduzida (créditos de carbono) fossem comercializados por cada hectare plantado de pupunha para palmito seriam faturados \$ 713,5 / ha e para pupunha cultivada para produção de semente seriam obtidos \$ 416,2 / ha.

23

Especialidade - Dendzeiro

1. Distribuídas 125.000 mudas de dendê, produzidas em 2009, para a Empresa Biobrax, Una, BA.
2. Produzidas 63.600 sementes pregerminadas de dendê para formação de mudas, a serem distribuídas a agricultores familiares do Baixo Sul.

Especialidade - Palmiteiros

1. A maior concentração de nutrientes nas pupunheiras cultivadas para produção de palmito está nos folíolos, raiz, palmito e cacho sem frutos.

2. A maior quantidade de carbono nas pupunheiras cultivadas para semente está no estipe. Nas pupunheiras cultivadas para produção de palmito está na raiz, rizoma, folíolos, estipe e bainha da planta matriz.
3. A percentagem de carbono nos diversos órgãos de pupunheiras cultivadas para produção de semente não diferiu estatisticamente do valor encontrado nos órgãos de pupunheiras cultivadas para produção de palmito.
4. Análises de óleo em genótipos selecionados de pupunheira apresentaram resultados acima de 20%, demonstrando o potencial dessa cultura como oleaginosa (soja = 18%) para biocombustíveis ou indústria de cosméticos.
5. Em plantios de pupunheira, para produção de palmito, o manejo (desfilhamento da touceira) que apresentou maior rendimento em número de hastes/ano, foi o que manteve cinco perfilhos. As touceiras que não sofreram manejo (testemunhas) apresentaram maior índice de enfermidade e de mortandade.

Especialidade - Seringueira

1. Realizada a avaliação preliminar do plantio direto da seringueira em sistema agroflorestais com cacaueiro e cultivos agrícolas na Fazenda Porto Seguro, Ilhéus, BA, em parceria com a Ceplac e o Grupo Santa Galo.
2. Realizados estudos de incremento aos estudos da relação custo / benefício de sistemas agroflorestais mostrando a viabilidade do plantio de cultivos intercalares (mandioca, com produtividade de 22 t/ha), principalmente durante a fase de maturidade dos cultivos principais, cacau e seringueira; da evolução do programa de melhoramento genético da seringueira desenvolvido pela Ceplac na Edjab, Una, BA; e dos diferentes sistemas agroflorestais, envolvendo o cacaueiro, a seringueira e cultivos agrícolas para plantio na região cacaueira baiana.

24

Especialidade - Mamão

1. Aceite, pela Agrotropic, de um artigo técnico-científico sobre controle biológico da podridão dos frutos do mamoeiro.
2. Elaborado para o CNPq, o relatório técnico final do projeto sobre pesquisas das doenças causadas por *Phytophthora* em mamoeiro, financiador do projeto por dois anos.
3. Elaborado um artigo técnico-científico com dados obtidos da dissertação de mestrado de Tácia Ribeiro dos Santos.

Especialidade - Bovino

1. A consorciação de *Brachiaria brizantha* cv marandu com a leguminosa *Arachis pinto* cv Belmonte, mostrou-se produtiva e sustentável e substitui com vantagens a adubação com 120 kg / ha de nitrogênio, portanto, essa tecnologia já pode ser incorporada aos sistemas de produção pecuários do sul da Bahia.

2. Elaborados dois resumos expandidos a serem apresentados na 47ª. Reunião da Sociedade Brasileira de Zootecnia: Fluxo de biomassa de cultivares de capim humidícola sob pastejo e Características estruturais e morfogênicas em cultivares de leguminosas forrageiras tropicais.
3. Elaborados dois trabalhos técnico-científicos para submissão a revistas técnico-científicas: Fluxo de biomassa de cultivares de capim humidícola sob pastejo e Características estruturais e morfogênicas em cultivares de leguminosas forrageiras tropicais.
4. Elaborados folders sobre a produção técnico-científica da unidade Estação de Zootecnia do Extremo Sul, Itabela, BA.
5. Envio de dois resumos expandidos a serem apresentados na 47ª. Reunião da Sociedade Brasileira de Zootecnia: Fluxo de biomassa de cultivares de capim humidicola sob pastejo e Características estruturais e morfogênicas em cultivares de leguminosas forrageiras tropicais.
6. Estudos das características morfogênicas de três cultivares de *Brachiaria humidicola*, indicaram que a cv. comercial, apresenta maior número de folhas, mas a cv. dictioneura tem maior comprimento de perfilho e de folhas, quando comparadas ao cv tupi. Esses dados conferem a essas duas primeiras cultivares maior acúmulo de massa forrageira e maior sustentabilidade sob pastejo.
7. Estudos das características morfogênicas e estruturais de três cultivares de *Arachis pintoi* (Belmonte, Orozimbo e Amarillo), e uma de *Desmodium ovalifolium* (cv Itabela), indicaram que *A. pintoi* foi superior a cv. Itabela em número de folhas, taxa de aparecimento de folhas e com menor filocrono. Dentre as cvs. de *A. pintoi* Orozimbo e Belmonte, se destacaram nessas características que estão associadas a produtividades e persistência sob pastejo.

Especialidade - Pequenos Animais

1. Os animais silvestres (pacas) estão se reproduzindo normalmente, sendo realizada a ampliação do criatório e os animais separados por categoria e sexo.
2. Para se evitar a consanguinidade dos animais silvestres, separou-se por baía, um macho reprodutor com três fêmeas, oriundos da própria criação.

TECNOLOGIAS TRABALHADAS*

1. Adaptação de linhagens de café Arábica à temperatura da região sul da Bahia.
2. Adoção da técnica de enxertia marrom na multiplicação de variedades clonais de seringueira recomendadas para plantio em SAFs na Bahia.
3. Adubação e avaliação da germinação de sementes de 59 acessos do Banco de Germoplasma da Caliman Agrícola para avaliação da resistência dos mesmos a *P. palmivora* em mamoeiro.
4. Adubação foliar das plântulas de 54 acessos (não houve germinação em cinco acessos) do Banco de Germoplasma da Caliman Agrícola para avaliação da resistência dos mesmos a *P. palmivora* em mamoeiro.
5. Aferição do experimento de mamoeiro, a cada três dias, do crescimento de isolados de *Trichoderma* e *Gliocladium* em substrato infestado artificialmente.
6. Análise do conteúdo de silício nos frutos e folhas de cacaueiro do Banco de Germoplasma do Cepec.
7. Análise dos dados do experimento de mamoeiro com indutores de resistência em fruto contra *Phytophthora palmivora*.
8. Análise físico-química de frutos de cajazeira.
9. Análise molecular.
10. Análise morfológica para identificação de isolados.
11. Análise química da farinha de pupunha.
12. Aplicação da técnica de sangria na avaliação de produção de recursos genéticos e clones em fase experimental.
13. Aplicação dos tratamentos no experimento de mamoeiro instalado em Mucuri, BA.
14. Avaliação de 402 genótipos de cupuaçuzeiro do Banco de Germoplasma da Esmal, Una, BA.
15. Avaliação de genótipos de 32 progênies de seringueira com base no teste precoce de produção HMMm modificado.
16. Avaliação de seis clones de cajazeira.
17. Avaliação diária dos acessos do experimento de mamoeiro para determinação do número de plantas mortas e reisolamento do patógeno.
18. Avaliação do experimento de mamoeiro montado na Fazenda Belosfruit, Mucuri, BA.

19. Avaliação dos experimentos sob epidemiologia da podridão dos frutos do mamoeiro.
20. Avaliação e caracterização da coleção de germoplasma de cacau do Cepec.
21. Avaliação final do teste de avaliação da resistência a *P. palmivora* de acessos do Banco de Germoplasma de mamoeiro da Caliman Agrícola.
22. Caracterização da superfície topográfica do hospedeiro em função da cinética de germinação.
23. Caracterização e classificação de fungos coletados nas diversas áreas experimentais.
24. Caracterização fenotípica da população composta por 67 plantas F1 da progênie SIC 864 x CCN 51 para análises de segregação e identificação das plantas mais resistentes e mais suscetíveis à vassoura-de-bruxa e podridão parda.
25. Caracterização fenotípica das características produção, frutos sadios, frutos com vassoura-de-bruxa, frutos com podridão parda, número de vassouras de almofada floral / planta e número de vassouras vegetativas / planta em uma população composta por 240 plantas F1 da progênie SIC 864 x CCN 51, no campo.
26. Caracterização fisiológica de isolados de *M. perniciosa* de outros hospedeiros.
27. Caracterização histopatológica da interação cacau - vassoura-de-bruxa.
28. Coleta de amostras de solo para determinação do nível de infestação natural por *P. palmivora* para mamoeiro.
29. Coleta de amostras na França, para realização de hibridação 'in situ', no período outubro / novembro.
30. Coleta de dados do segundo experimento para avaliação de indutores de resistência à podridão dos frutos do mamoeiro.
31. Coleta de dados no experimento de mamoeiro em Mucuri, BA.
32. Coleta de fungos na Fazenda Liberdade em Uruçuca, BA.
33. Coleta de fungos no Sítio Ilha Flora, Ilhéus, BA.
34. Coleta de fungos nos municípios de Ilhéus, Una e Uruçuca, BA.
35. Coleta e isolamento de material vegetal com suspeita de infecção *M. perniciosa*.
36. Coleta e isolamento de material vegetal para estudos de pre penetração e penetração.
37. Coleta para o projeto Diversidade de *Ascomycota* em palmeiras nativas e exóticas em áreas de Mata Atlântica da Bahia e Pernambuco, realizadas em: 15.03 - Esmal, Una; 17.03 - Pesc, Uruçuca, BA; 18.03 - Emarc, Uruçuca, BA.
38. Comercialização de frutas de mesa.

39. Conclusão e análise dos dados do experimento de mamoeiro de avaliação da sobrevivência dos isolados de *Trichoderma* em solos infestados artificialmente.
40. Condução de polinizações para produção de sementes de dendê.
41. Construção de duas bibliotecas subtrativas oriundas de genótipos suscetíveis (catongo) e resistentes (TSH 1188), para obtenção de genes relacionados aos ventos iniciais da infecção.
42. Continuação das análises enzimáticas para verificação do processo de indução de resistência em frutos de mamoeiro.
43. Continuação do experimento de mamoeiro de avaliação da sobrevivência dos isolados de *Trichoderma* em solos infestados artificialmente.
44. Continuação dos estudos epidemiológicos da podridão dos frutos do mamoeiro.
45. Custo social das perdas.
46. Desmonte do experimento de mamoeiro para avaliação de biocontroladores e indutores de resistência instalado na Fazenda Belosfruit, Mucuri, BA (produtor aplicou produto biológico na fazenda, atingindo as áreas do experimento e inviabilizando a continuidade do mesmo).
47. Determinação das temperaturas limite máximo de crescimento de *Trichoderma* spp. a serem utilizadas em ensaios de campo para controle de *P. palmivora* do mamoeiro.
48. Determinação das temperaturas limites de crescimento e esporulação.
49. Determinação de novas fontes de resistência a doença utilizando RAPD e microssatélites.
50. Determinação do teor de amido e de ácido cianídrico em raízes de mandioca.
51. Doses de hydrosolo em plantio de pupunha para produção de palmito.
52. EM construção, mais seis bibliotecas SSH, visando a obtenção de novos genes expressos diferentes do clone Sca 6, padrão de resistência a vassoura-de-bruxa do cacaueiro. Todas estas bibliotecas serão posteriormente sequenciadas e avaliadas quanto à presença de SNPs, SSRs, e expressão gênica.
53. Escolha de áreas para instalação de experimentos de manejo integrado das podridões do pé e dos frutos do mamoeiro em Mucuri, BA e Linhares, ES.
54. Estabelecimento de metodologia de extração de ceras epicuticulares.
55. Esterilização de solo e substrato para preparo de tubetes e posterior plantio de sementes de mamoeiro.
56. Estudo da incompatibilidade sexual do cacaueiro.
57. Estudo de antagonismo in vitro com os patógenos de *Heliconia* spp.

58. Estudo de espécies do gênero *Theobroma*.
59. Estudo do sítio de criação massal da mosquinha polinizadora do cacaueiro.
60. Estudo molecular da interação cacau - *Ceratocystis cacaofunesta*.
61. Estudos epidemiológicos da podridão dos frutos do mamoeiro.
62. Estudos taxonômicos em materiais herborizados procedentes de coletas realizadas em reservas de Mata Atlântica na região sul da Bahia.
63. Extração de DNA de 15 isolados de *Pestalotiopsis* para determinação da espécie.
64. Extração de DNA de dois isolados obtidos em palmeiras nativas e exóticas em áreas de Mata Atlântica da Bahia e Pernambuco, para posterior sequenciamento.
65. Extração de óleo de frutos de pupunheira.
66. Fenologia da dos palmiteiros.
67. Fenologia da floração dos palmiteiros.
68. Fertirrigação em lavouras de cacau.
69. Genoma funcional do cacaueiro.
70. Genotipagem de novos marcadores SNPs na população F2 (Sca 6 x ICS 1).
71. Herborização de 127 espécimes.
72. Histopatologia da pre penetração e penetração de clones com diferentes níveis de resistência a vassoura-de-bruxa do cacaueiro.
73. Identificação de 18 isolados de *Ascomycota* sobre palmeiras.
74. Identificação de 193 espécies de diferentes gêneros de fungos nativos da Mata Atlântica sul baiana.
75. Identificação de 75 espécies de diferentes gêneros de fungos em flores e nativos da Mata Atlântica sul baiana.
76. Identificação do sistema de produção de cacau que apresenta a melhor relação benefício / custo.
77. Identificação dos isolados obtidos na área de Mucuri, BA, experimento de mamoeiro, através dos métodos de iscas e de diluição em placas de meio seletivo.
78. Identificação dos principais aromas que caracterizam a denominação 'cacau fino'.

79. Identificação e estabilidade de QTLs.
80. Implantação de experimento de mamoeiro para avaliação semanal.
81. Incorporação de 15 espécies à micoteca do herbário micológico.
82. Incorporação de 240 novos espécimes ao herbário micológico.
83. Incorporação de 42 espécimes fúngicos, devidamente classificados, ao herbário.
84. Incorporação de 78 novos isolados de fungos a micoteca do laboratório.
85. Incorporação de cinco isolados, devidamente identificados, a micoteca do laboratório.
86. Índice tecnológico das propriedades.
87. Inoculação com isolados de *Fusarium* e *Lasiodiplodia* em mudas de mangostão para comprovação da patogenicidade.
88. Inoculação de 150 plantas da população F2 com *M. pernicioso* com duas linhagens do fitopatógeno para caracterização da estabilidade do QTL a vassoura-de-bruxa.
89. Inoculação de 20 isolados de *Phytophthora* em frutos de mamoeiro para testes de virulência.
90. Inoculação de diversas espécies botânicas com isolados de *M. pernicioso*.
91. Inoculação de plantas de 54 acessos de mamoeiro com *P. palmivora*.
92. Inoculação e 54 acessos de mamoeiro do banco de gemoplama da Fazenda Caliman com *Phytophthora palmivora* em condições de casa de vegetação no Cepec.
93. Isolamento de genes de interesse à cultura do cacau (voltados à associação de genes de resistência. Estes genes estão sendo sequenciados nos pais, e em 240 indivíduos da população F2, referência para resistência à vassoura-de-bruxa do cacaueiro.
94. Isolamento de iscas, possivelmente infectadas com de *P. palmivora*, e quantificação das colônias em meio seletivo para o experimento de mamoeiro.
95. Isolamento e identificação de *P. palmivora* nas plantas de mamoeiro inoculadas e que apresentaram murcha ou morte.
96. Isolamento e identificação dos fungos coletados.
97. Leituras do experimento de epidemiologia de *M. ulei*, tabulação, interpretação dos dados.
98. Leituras do experimento de epidemiologia de *Microcyclus ulei* (captura durante 24 h de esporos do fungo através de três armadilhas; mensuração da precipitação diária; quantificação da temperatura diária; quantificação da umidade relativa diária; determinação semanal da fenologia (desfolha) de 240 seringueiras; quantificação da queda de folhas coletadas por 100 caixas no solo; leitura em microscópio da presença de esporos do fungo no ar).

99. Manejo de pupunha para produção de palmito.
100. Manutenção 85.000 de mudas na fase de previveiro, produzidas em 2009, na área de campo da Emarc Valença, BA.
101. Manutenção da micoteca de *M. ulei*.
102. Manutenção de mudas de dendê na fase de pre viveiro.
103. Manutenção de mudas em previveiro e preparo de área para instalação de viveiro de dendê no Baixo Sul da Bahia.
104. Mapeamento de novos marcadores EST-SSRs na população F2 (Sca 6 x ICS 1) referência para resistência a vassoura-de-bruxa do cacaueiro, utilizando 32 novos primers SSRs, oriundos de ESTs de genótipos de cacueiro com diferentes níveis de resistência a vassoura-de-bruxa, sendo (7 primers/OC67; 11 primers/ROSA MARIA; 6 primers/GU 171; 2 primers/Catongo; 6 primers/Scavina).
105. Melhoramento de populações e desenvolvimento de variedades resistentes à vassoura-de-bruxa.
106. Melhoramento genético da mandioca via seleção massal, através de pesquisa participativa.
107. Montagem de experimento de mamoeiro para realizar estudos epidemiológicos.
108. Montagem de experimento para avaliação fenotípica, ao mal do facão, de 150 plantas da população F2 referência de resistência a doenças no Cepec.
109. Montagem do experimento de mamoeiro na Fazenda Belosfruit, Mucuri, BA: marcação dos blocos e das plantas úteis por parcela, aplicação dos produtos biológicos e dos indutores de resistência.
110. Montagem e avaliação do segundo experimento para avaliação de indutores de resistência à podridão dos frutos do mamoeiro.
111. Montagem experimento de epidemiologia de *M. ulei*.
112. Obtidos dados das análises moleculares para análises de segregação e construção de um mapa genético de ligação das 240 plantas F1 da progênie SIC 864 x CCN 51.
113. Obtidos genes de cacau diferencialmente expressos a doenças.
114. Otimizados 33 locus microssatélites obtidos de sequências expressas da interação cacau - *Ceratomyx*.
115. Otimizados sete locus para estudos de genealogia de genes.
116. Partenocarpia da pupunheira.

117. Plantio de sementes de 59 acessos do Banco de Germoplasma da Caliman Agrícola para avaliação da resistência dos mesmos a *P. palmivora* em mamoeiro.
118. Plaqueamento das raízes das plantas de mamoeiro sem sintomas.
119. Preparo da infraestrutura para a formação de mudas na fase de viveiro.
120. Preparo de lâminas para identificação de 146 isolados com recursos de chaves taxonômicas específicas de cada ordem.
121. Preparo do solo e esterilização do mesmo para plantar a segunda repetição da avaliação de genótipos para resistência à podridão do pé e dos frutos do mamoeiro.
122. Preservados 267 espécimes do herbário micológico.
123. Processadas 20 amostras para isolamento através dos métodos de diluição em placas com meio seletivo e iscas com frutos verdes de mamoeiro.
124. Qualidade do óleo da pupunha.
125. Realizadas análises enzimáticas para verificação do processo de indução de resistência em frutos de mamoeiro.
126. Realizados estudo para identificação de um novo QTL de resistência a vassoura-de-bruxa do cacaueiro.
127. Realizados testes de pareamento de isolados de *Trichoderma* e *Clonostachys* com *Phytophthora palmivora* do mamoeiro.
128. Realizados testes no experimento de mamoeiro para determinação da profundidade de colonização do substrato por isolados de *Trichoderma* (03) e *Gliocladium* (1).
129. Reisolamento de *Phytophthora palmivora*, a partir dos frutos de mamoeiro, inoculados para testar a virulência dos isolados antigos da coleção.
130. Renovado o acervo da micoteca do laboratório.
131. Repicagem das colônias para meio cenoura-água para o experimento de mamoeiro.
132. Repicagem e preparo de culturas de 200 materiais isolados.
133. Repicagem e revigoramento dos isolados de *Trichoderma* e *Clonostachys* a serem testados como agentes de biocontrole de *Phytophthora palmivora* do mamoeiro.
134. Seleção assistida por marcadores moleculares e associação de marcadores com resistência.
135. Seleção de matrizes de pupunheira.
136. Seleção de matrizes para produção de frutos de pupunheira.

137. Seleção recorrente, piramidação de genes de resistência e avaliação de clones em larga escala, visando à obtenção de variedades de cacaueiros resistentes à vassoura-de-bruxa e com boas características gerais.
 138. Sequenciados 13 isolados de *Pestalotiopsis* para determinação da espécie.
 139. Sistema de Previsão de Safras de Cacau 7.0.
 140. Sistema de produção de leite orgânico no agrossistema de Mata Atlântica.
 141. Testes de compatibilidade sexual de isolados de *M. perniciosa*.
 142. Testes de resistência à *Ceratocystis cacaofunesta* na progênie SIC 864 x CCN 51, em casa de vegetação.
 143. Testes para avaliação e substratos para crescimento de *Trichoderma* spp. a serem utilizadas em ensaios de campo para controle de *P. palmivora* do mamoeiro.
- * **A diferença entre o quantitativo informado (445) e o qualitativo descrito (143), deve-se à repetição de tecnologias trabalhadas no período janeiro / dezembro.**



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



20.573.0362.2127.0001 - Geração de Tecnologias para o Agronegócio Cacau e Sistemas Agrosilvopastoris (4715)

DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
02.01 a 20.02.10	Capacitação Técnica	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extremo Sul, Itabela, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, estagiários dos cursos de zootecnia da Uesb, agronomia e veterinária da Uesc, 14	Capacitar estudantes na área de produção animal, formação e manejo de pastagem.
22.01.10	Capacitação Técnica	Fazenda particular, Eunápolis, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, produtor rural, estagiários de zootecnia, agronomia e veterinária, 15	Capacitar estudantes na área de produção intensiva de leite em condições de pasto.
23 a 25.01.10	Capacitação Técnica	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extremo Sul, Itabela, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec/Essul, Cenex-Itabela, Mucuri, Embrapa-Pecuária Sudoeste, São Carlos, SP, estagiários dos cursos de agronomia, veterinária e zootecnia, 33	Capacitar estudantes na área de produção leiteira e arraçãoamento de vacas e novilhas, segundo Sistema Balde Cheio e Geraleite, suplementação animal, sistema de pastagem rotacionado e irrigação de pastagens.
27.01.10	Capacitação Técnica	Fazenda particular, Porto Seguro, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, estudantes dos cursos de zootecnia, agronomia e veterinária, 14	Capacitar estudantes na área de produção de sementes de leguminosas forrageiras.
28.01.10	Capacitação Técnica	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extremo Sul, Itabela, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, estagiários de zootecnia, agronomia e veterinária, 14	Capacitar estudantes na formação e adubação de pastagens.
29.01.10	Capacitação Técnica	Fazenda particular, Canavieiras, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, produtor rural, estagiários dos cursos de zootecnia, agronomia e veterinária, 14	Capacitar estudantes na área de produção intensiva de leite em sistemas silvipastoril, (eucalipto e marandu para pecuária leiteira).
02 a 03.02.10	Visita Técnica	Ceplac, Estação Experimental Lemos Maia, Una, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Realizar tomada de dados de experimento / levantamento das inflorescências dos palmi-



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
				teiros.
02 a 04.02.10	Curso, Agente Vacinador para Brucelose	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extremo Sul, Itabela, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec/Essul, Ebda, produtor rural, estudantes dos cursos de zootecnia, agronomia e veterinária, 14	Capacitar estudantes, juntamente com Senar e Sindicato Rural de Itabela, sobre vacinação de bovinos.
04.02.10	Visita Técnica	Assentamento Lucas Dantas, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, 2	Avaliar / realizar tomada de dados do experimento de hydrosolo em plantio de pupunheira.
04.02.10	Reunião Técnica	Consórcio dos Municípios do Vale do Rio das Contas, Ipiaú, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, Prefeitos, Secretários Municipais de Agricultura, representante do Ibge, produtores de frutas, 25	Discutir a inserção de culturas de interesse econômico regional no Bando de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
05 a 07.02.10	Curso, Tratores e Implementos Agrícolas	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extremo Sul, Itabela, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec/Essul, Ebda, estudantes dos cursos de zootecnia, agronomia e veterinária, 14	Capacitar estudantes, juntamente com Senar e Sindicato Rural de Itabela, sobre manejo de máquinas agrícolas.
08 a 12.02.10	Curso, Doma Racional	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extremo Sul, Itabela, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, estudantes dos cursos de zootecnia, agronomia e veterinária, 14	Capacitar estudantes, juntamente com Senar e Sindicato Rural de Itabela, sobre manejo de equinos.
12.02.10	Reunião Técnica	Prefeitura Municipal de Ipiaú, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, Prefeito e Secretário municipal, produtores de frutas, 4	Discutir a implementação de ações para o plantio de fruteiras com mudas doadas pela Seagri.
13 a 17.02.10	Curso, Inseminação Artificial	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extremo Sul, Itabela, BA; Fazenda Palmares, Porto Seguro, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, estudantes dos cursos de zootecnia, agronomia e veterinária, 14	Capacitar estudantes, juntamente com Senar e Sindicato Rural de Itabela, sobre manejo reprodutivo e inseminação artificial de bovinos.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
18.02.10	Dia de Campo	Uruçuca, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, produtores, 14	Capacitar produtores sobre práticas de campo no cultivo de fruteiras tropicais.
19.02.10	Curso, Fruticultura	Uruçuca, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, produtores, 15	Capacitar produtores sobre o cultivo de fruteiras tropicais.
19.02.10	Visita Técnica	Campo de Produção de Mudanças do Instituto Biofábrica de Cacau, Uruçuca, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Instituto Biofábrica de Cacau, 2	Visitar os viveiros do Instituto Biofábrica de Cacau, onde estão sendo produzidas as mudas de fruteiras doadas pela Seagri ao Agropolo do Vale do Rio das Contas.
24 a 25.02.10	Reunião Técnica	Embrapa Mandioca e Fruticultura, Cruz das Almas, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Embrapa, Uenf, Caliman, 12	Avaliar o programa de Melhoramento Genético do Mamoeiro (parceria Ceplac/Embrapa); discutir e avaliar ações desenvolvidas pela Ceplac, Embrapa, Uenf e Caliman.
01 a 05.03.10	Visita Técnica	Bom Jesus da Lapa, Nova Redenção, Juazeiro, BA; Petrolina, PE	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenix, 12	Observar, in loco, áreas de pesquisa e de produção, com objetivo de identificar eventuais dificuldades de cultivo do cacau e consequentes demandas de pesquisa / extensão.
04.03.10	Reunião Técnica	Consórcio dos Municípios do Vale do Rio das Contas, Ipiatã, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, ADAB, Prefeitos, Secretários Municipais de Agricultura, 22	Discutir a inserção de culturas de interesse econômico da região no Banco de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; deflagração do processo de seleção dos produtores e preparo de área para o plantio de mudas.
04.03.10	III Seminário da Sustentabilidade Econômica e Ambiental da Cacaucultura	Gandú, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Participar de discussões sobre a participação da Ceplac no projeto da Coopag/Gandú - melhoria da qualidade do cacau.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
05.03.10	Curso, Fruticultura	Itacaré, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, produtores, 14	Capacitar produtores sobre o cultivo da grá-violeira.
05.03.10	Reunião Técnica	Ceplac, Setor de Treina-mento, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, pro-dutores da Cadeia Produtiva do Palmito, fiscais federais e fiscais estaduais, 35	Discutir a elaboração de um protocolo para a importação e internalização de sementes de pupunha na Bahia.
09 a 12.03.10	II Mostra de Desen-volvimento Regional	Florianópolis, SC	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Participar da organização do evento e dar apoio logístico no stand da Cooperativa da Agricultura Familiar (parceria da Ceplac no porjeto Cacau Vale do Jucuruçu).
10 a 11.03.10	Reunião Técnica	Ceplac, Setor de Treina-mento, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Sueba, Ce-pec, Cenex, 50	Apresentar / discutir os resultados de pesqui-sas gerados no exercício 2009; diretrizes e linhas de pesquisas para a reestruturação pro-gramática do Centro de Pesquisas do Cacau.
12.03.10	Defesa de Tese	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Itapetinga, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, professores, estudantes da Uesb, 20	Participar, como membro da banca examina-dora, da defesa de tese de doutorado.
12.03.10	Capacitação Técnica	Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, agri-cultor, operários rurais, 7	Divulgar / implementar ações do sistema de previsão de safras para produtor e operários rurais.
12.03.10	Entrevista, TV Globo de Campinas	Campinas, SP	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Divulgar informações técnicas sobre a cultura do cupuaçuzeiro na Bahia.
15.03.10	Palestra, Animais Peçonhentos	Sede da Polícia Militar / Caerc, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, cade-tes da polícia militar, 25	Discorrer sobre prevenção e primeiros socor-ros para animais peçonhentos.
15 a 16.03.10	Reunião Técnica	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Casa Civil, Seagri, Bndes, 10	Elaborar / discutir estratégias para a implan-tação de agroindústrias de chocolate no sul, Convênio Projeto Ceplac Fábrica de Cacau.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
16.03.10	Entrevista, Programa de Fazenda em Fazenda, Rádio Difusora Sul da Bahia	Itabuna, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Divulgar informações técnicas sobre a cultura da gravioleira na Bahia.
17.03.10	Curso, Fruticultura	Ubaitaba, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, produtores, 13	Capacitar produtores sobre o cultivo do cupaçuzeiro.
17.03.10	Visita Técnica	Ceplac, Estação Experimental Lemos Maia, Una, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Realizar tomada de dados de experimento/levantamento das inflorescências dos palmiteiros.
17 a 18.03.10	Reunião Técnica	Seagri, Salvador, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 4	Elaborar e apresentar a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do estado da Bahia, um projeto de viabilidade econômica e financeira de uma fábrica de chocolate como complementa a Incubadora de Chocolate da Ceplac.
17 a 19.03.10	Visita Técnica	Fazenda Lagoa do Morro, Amargos, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Ebda, Secretaria de Agricultura de Amargosa, 9	Discutir possibilidade de introdução da seringueira como árvore de sombra na lavoura cacaueira estabelecida na propriedade.
18.03.10	Palestra, Utilização da Seringueira como Árvore de Sombra em Lavouras Cacaueiras	Auditório da Prefeitura Municipal de Amargosa, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Ebda, Secretaria de Agricultura, agricultores familiares, 55	Apresentar os diferentes sistemas de implantação da seringueira como árvore de sombra em lavouras cacaueiras.
18.03.10	Reunião Técnica	Consórcio dos Municípios do Vale do Rio das Contas, Ipiaú, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, Secretários Municipais de Agricultura, 15	Acompanhar e avaliar o processo de preparo de área para o plantio de mudas doadas pela Seagri.
18 a 19.03.10	Visita Técnica	Ubatã, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, produtores, 12	Orientar produtores sobre técnicas de cultivo da cajazeira; realizar prospecção para seleção



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
				de matrizes de cajazeira.
19.03.10	Entrevista, Programa de Fazenda em Fazenda, Rádio Difusora do Sul da Bahia	Itabuna, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Divulgar informações técnicas sobre a cultura da cajazeira na Bahia.
21 a 23.03.10	Reunião Técnica	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - Bndes, Rio de Janeiro, RJ	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Elaborar / apresentar ao Bndes, através do Fundo Social, um projeto de viabilidade econômica e financeira de uma fábrica de chocolate para a Associação dos Produtores de Cacau - APC.
22 a 25.03.10	II Salão Nacional dos Territórios Rurais / Território da Cidadania	Brasília, DF	Técnicos da Ceplac - Cepec, 1	Apresentar, em stand do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, trabalho desenvolvido pela Ceplac na agroindústria chocolateira.
23.03.10	Visita Técnica	Ceplac, Estação Experimental Lemos Maia, Una, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Esmaí, Secretário de Agricultura produtores da Cadeia Produtiva da Fruticultura, de Wenceslau Guimarães, 15	Apresentar a produtores da Cadeia Produtiva da Fruticultura, de Wenceslau Guimarães, BA, experimentos de cupuaçu em consórcio com a cajazeira e coqueiro.
23.03.10	Dia de Campo	Ceplac, Estação Experimental Lemos Maia, Una, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Secretário de Agricultura, produtores da Cadeia Produtiva de Fruticultura de Wenceslau Guimarães, 15	Capacitar produtores da Cadeia Produtiva da Fruticultura, de Wenceslau Guimarães, BA, sobre práticas de campo no cultivo do cupuaçuzeiro em consórcio com a cajazeira e coqueiro.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
26.03.10	Visita Técnica	Ceplac, Estação Experimental Lemos Maia, Una, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, 1	Realizar prospecção das pupunheiras com o objetivo de selecionar matrizes mais produtivas para trabalhos de melhoramento.
26.03.10	Seminário, 16a. Conferência Internacional de Pesquisas em Cacaú	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacaú, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Sueba, Cepec, Cenex, estudantes, produtores, 80	Divulgar os trabalhos apresentados Conferência, realizada em Bali, Indonésia, em novembro de 2009.
29.03.10	Visita Técnica	Ceplac, Estação Experimental Lemos Maia, Una, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, 1	Realizar prospecção das pupunheiras com o objetivo de selecionar matrizes mais produtivas para trabalhos de melhoramento.
31.03.10	Reunião Técnica	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extremo Sul, Itabela, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec/Essul, Geraite, laticínios da região de Jequié, 7	Apresentar os principais resultados da obtidos pela Essul.
06 a 07.04.10	Visita Técnica	Ceplac, Estação Experimental Lemos Maia, Una, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Realizar prospecção de pupunheiras para selecionar matrizes mais produtivas para trabalho de melhoramento.
08.04.10	Reunião Técnica	Consórcio dos Municípios do Vale do Rio das Contas, Ipiaú, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, Prefeito Municipal, Secretários Municipais, produtores de frutas, 22	Acompanhar e avaliar o processo de preparo de área para o plantio de mudas de fruteiras doadas pela Seagri.
10 a 11.04.10	Curso, Manejo da Palmeira Juçara	Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica, Ubatuba, SP	Técnico da Ceplac - Cepec, estudantes, pequenos produtores, 30	Difundir, orientar e estimular práticas de manejo sustentável da Palmeira Juçara, e apresentar alternativas econômicas a partir dos seus produtos, especialmente os frutos, para produção de polpa.
13 a 14.04.10	Visita Técnica	Ibirapitanga, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenex/Ibirapitanga, pequenos produtores, 14	Divulgar informações técnicas sobre o manejo sustentável de produção da graviola.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
15.04.10	Dia de Campo	Jacarici, Camacan, BA	Técnic da Ceplac - Cepec, pequenos produtores, 14	Orientar pequenos produtores sobre as práticas de manejo sustentável do cultivo do cupuaçuzeiro.
16.04.10	Curso, Fruticultura	Jacarici, Camacan, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenex/Camacan, estudantes, pequenos produtores, 30	Capacitar pequenos produtores no cultivo do cupuaçuzeiro.
16.04.10	Visita Técnica	Campo de Produção de Mudanças do Instituto Biofábrica de Cacau, Uruçuca, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Instituto Biofábrica de Cacau, 4	Vistoriar as mudas de fruteiras doadas pela Seagri e produzidas pelo Instituto Biofábrica de Cacau.
18 a 20.04.10	Curso, Fruticultura	Região dos Três Paus, Uruçuca, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, estudantes, pequenos produtores, 15	Capacitar pequenos produtores no cultivo da graviola.
20.04.10	Visita Técnica	Fazenda Dendevea, Una, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, produtor, 02	Conhecer o plantio e orientar o manejo do açaizeiro.
22.04.10	Reunião Técnica	Consórcio dos Municípios do Vale do Rio das Contas, Ipiaú, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, Prefeito Municipal, Secretários Municipais, produtores de frutas, 25	Participar de encontro com a Adab para definir o cronograma de execução do georreferenciamento das áreas de graviola, do Agropolo do Vale do Rio das Contas.
26.04.10	Reunião Técnica	Sindicato Rural dos Produtores de Leite, Itabela, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec/Essul, Ebda, produtores rurais, 10	Discutir sobre a produção de leite no Extremo Sul da Bahia.
30.04.10	Seminário, Qualidade do Solo e a Qualidade do Cacau na Bahia, Brasil	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Sueba, Cepec, Cenex, estudantes, produtores, 43	Apresentar situação atual e resultados preliminares de pesquisas sobre a relação entre a qualidade do solo e a qualidade do cacau.
06.05.10	Reunião Técnica	Consórcio dos Municípios do Vale do Rio das Contas, Ipiaú, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, Secretários Municipais, produtores de frutas, 20	Acompanhar, avaliar e controlar o processo de preparo de área para plantio de mudas de fruteiras doadas pela Seagri.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
07.05.10	Dia de Campo	Fazendas particulares dos municípios de Itamaru e Prado, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec/Essul, Embrapa Sudoeste, Geraleite, Banco do Nordeste, produtores rurais, 15	Apresentar os principais resultados da técnica do Balde Cheio, utilizada em pequenas unidades demonstrativas.
08.05.10	Curso, Criação de Novilhas de Leite no Sistema Balde Cheio	Câmara Municipal, Mucuri, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec/Essul, Embrapa Sudoeste, Geraleite, e responsáveis pela aplicação da técnica Sistema Balde Cheio, 20	Participar de capacitação na área de criação de novilhas de leite e arraçãoamento de vacas no Sistema Balde Cheio.
11 a 13.05.10	Visita Técnica	Ceplac, Estação Experimental Lemos Maia, Una, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Selecionar matrizes para extração de óleo; acompanhar a germinação das sementes e a extração de óleo da polpa da pupunha.
17 a 18.05.10	Curso, Fruticultura	Associação do Alto do Coqueiro, Porto Seguro, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, pequenos produtores, 15	Capacitar pequenos produtores em fruticultura.
19.05.10	Dia de Campo	Associação do Alto do Coqueiro, Porto Seguro, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, pequenos produtores, 15	Capacitar pequenos produtores sobre o cultivo do maracujazeiro.
19.05.10	Reunião Técnica	Consórcio dos Municípios do Vale do Rio das Contas, Ipiaú, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, consultores do Sebrae, Secretário Municipal, 5	Elaborar o plano de trabalho do Agropolo do Vale do Rio das Contas, exercício 2010.
20.05.10	Reunião Técnica	Consórcio dos Municípios do Vale do Rio das Contas, Ipiaú, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, Secretários Municipais, produtores de frutas, 22	Acompanhar, avaliar e controlar o processo de preparo de área para plantio de mudas de fruteiras doadas pela Seagri.
21.05.10	Visita Técnica	Fazenda Salobrinho, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, proprietário, administrador, 3	Orientar proprietário e administrador da fazenda sobre técnicas de cultivo da graviola (poda, polinização artificial, adubação e controle de pragas e doenças).



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
26.05.10	Visita Técnica	Fazenda Camacan, Camacan, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, produtor, 2	Orientar sobre técnicas de cultivo do maracujazeiro e dimensões de viveiro para produção de mudas de outras fruteiras.
28.05.10	Seminário, Manejo de Doenças em Sistemas Agroflorestais	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Sueba, Cepec, Cenex, estudantes, produtores, 50	Apresentar as ações desenvolvidas pela Ceplac e resultados de pesquisas.
28.05.10	Dia de Campo	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extremo Sul, Itabela, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, produtores rurais do Grupo Itapeitinga de Pecuária - GIP, 12	Apresentar os principais resultados da Estação e suas aplicabilidades na área de produção de bovinos de leite.
01 a 02.06.10	Palestra, Perspectivas de Industrialização do Cacau pelo Produtor	Belmonte, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, produtor, 60	Apresentar perspectivas de industrialização de derivados de cacau.
01 a 04.06.10	Workshop, Avaliação Final do Projeto Internacional Collaborative and Participatory approaches to Cacao Variety Improvement	Acra, Gana	Técnicos melhoristas e fitopatologistas do Brasil, Equador, Peru, Venezuela, Costa Rica, Trinidad, Costa do Marfim, Camarões, Nigéria, Gana, Malásia, Papua Nova Guiné, França, Inglaterra - países envolvidos no projeto, representantes das instituições financiadoras CFC e ICCO e avaliadores convidados, 63	Apresentar os principais resultados obtidos sobre o melhoramento de variedades de cacau em diferentes países participantes, visando socializar as pesquisas e beneficiar a produção mundial de cacau.
04.06.10	Palestra, Perspectivas de Industrialização do Cacau pelo Produtor	Festival do Chocolate, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, produtor, 12	Discutir / refletir sobre a possibilidade de industrialização de cacau pelo produtor.
08 a 09.06.10	Visita Técnica	Ceplac, Estação Experimental Lemos Maia, Una, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Realizar prospecção das pupunheiras para seleção de matrizes mais produtivas para tra-



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
				balhos de melhoramento; coleta de dados.
09 a 11.06.10	Curso, Fruticultura	Associação de Caraivas, Porto Seguro, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, pequenos produtores, 14	Capacitar pequenos produtores em fruticultura, cultivo do abacaxizeiro.
10.06.10	Palestra, Solos e Capacidade de Uso das Terras	Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, estudantes da Uesc, 35	Apresentar para estudantes da Uesc, os principais estudos da Ceplac para solos regionais e capacidade de uso das terras.
14.06.10	Reunião Técnica	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extemo Sul, Itabela, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, 5	Apresentar / discutir trabalhos de pesquisas em andamento e novas diretrizes de trabalho com técnicos da Cadeia Produtiva da Pecuária.
17.06.10	Palestra, A Economia do Cacau na Bahia	Ceplac, Núcleo de Divulgação, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, professores, estudantes da Ufba, 20	Apresentar os diferentes momentos do cacau na economia baiana e brasileira; sua importância no tempo e reflexos; dinâmica e processos de comercialização.
19.06.10	Dia de Campo	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extemo Sul, Itabela, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, estudantes do curso de agronomia da uesc, 10	Apresentar / discutir os principais resultados de pesquisas obtidas na Essul e metodologias utilizadas.
21.06.10	Dia de Campo	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extemo Sul, Itabela, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, estudantes do curso de zootecnia da Uesb, 10	Apresentar / discutir os principais resultados de pesquisas alcançados na Essul, e metodologias utilizadas.
22.06.10	Reunião Técnica	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extemo Sul, Itabela, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, produtores dos municípios de Itabela e Itagimirim, 3	Apresentar / discutir os principais resultados de pesquisas alcançadas na Essul e metodologias utilizadas.
30.06 a 01.07.10	Capacitação Técnica	Ceplac, Laboratório de Taxonomia, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, estudantes do curso de doutorado da Universidade de Utah, Estados	Capacitar estudantes na identificação de Hymenoptera mutilidae e pompilidae.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
			Unidos, 3	
30.06 a 08.07.10	Capacitação Técnica	Ceplac, Laboratório de Taxonomia, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, estudante do curso de biologia da U-neb, Campus Paulo Afonso, BA, 2	Capacitar estudante na identificação de Hymenoptera formicidae.
06 a 08.07.10	Capacitação Técnica	Ceplac, Laboratório de Taxonomia, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, estudante do curso de mestrado em Ecologia e Biomonitoramento da Universidade Federal da Bahia, 1	Capacitar estudante na Identificação de Hymenoptera Formicidae, com a identificação de 107 espécies (cerca de 700 exemplares) - uma coleção de referência a ser depositada na coleção.
13.07.10	Visita Técnica	Fábrica da Veracel, Belmonte, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Veracel, 06	Buscar parceria com a Veracel para realização de pesquisas com resíduos da indústria de celulose.
14 a 16.07.10	Curso, Fruticultura	Camamú, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, pequenos produtores, 15	Capacitar produtores no cultivo do guarana-zeiro.
15.07.10	Visita Técnica	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extremo Sul, Itabela, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, produtores dos municípios de Itabela e Itagimirim, 3	Apresentar os principais resultados de pesquisas obtidos na Essul, e metodologias utilizadas.
18 a 23.07.10	Missão Técnica	Sede da SeagriEmdagro, Aracaju, e os municípios de Umbaúba, Arauá, Boquim, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, SE	Técnicos da Ceplac - Cepec, representantes do governo do estado de Sergipe, pesquisadores, extensionistas, produtores rurais, 40	Implantar área experimental com doze variedades de cacau em dois espaçamentos e dois sistemas de irrigação.
20 a 23.07.10	Missão Técnica	Municípios do estado de Sergipe, SE	Técnicos da Ceplac - Cepec, pesquisadores e extensionistas da Emdagro, Secretário de Agricul-	Visitar áreas de produtores rurais e elaborar um diagnóstico sobre a possibilidade de se cultivar cacau e cultivos diversificados nas



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
			tura de Sergipe, secretários municipais de agricultura, produtores rurais, 18	condições ambientais dos municípios sergipanos.
25 a 28.07.10	XLVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural	Campo Grande, MS	Técnicos da Ceplac - Cepec, estudantes, economistas, 800	Apresentar trabalho; manter novos contatos; atualizar conhecimentos na área de Economia e Sociologia Rural.
26.07.10	Entrevista, Varejistas de Frutas Regionais	Distrito do Banco da Vitória, Ilhéus, BA	Estagiária da Universidade Federal do Paraná, varejistas de frutas, 35	Aplicar questionário a varejistas de frutas regionais sobre a demanda do consumo do fruto da pupunheira.
27.a 30.07.10	47a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia	Salvador, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, pesquisadores, estudantes, profissionais da área, 300	Apresentar, na forma de pôster, dois resumos expandidos de trabalhos técnico-científicos, sobre morfogênese de gramíneas e leguminosas forrageiras sob pastejo.
30.07.10	Entrevista, Produtores de Frutos de Pupunheira	Camamú, BA	Estagiária da Universidade Federal do Paraná, produtores de frutas, 5	Aplicar questionário aos produtores de frutas de pupunha para diagnóstico sobre o uso potencial do fruto como alimento e divulgação das propriedades nutritivas e formas de uso dos frutos.
01 a 06.08.10	XIX Congresso Internacional de Micologia	Edimburgo, Escócia	Técnico da Ceplac - Cepec, micologistas de todos os países onde esta ciência é praticada, 2.700	Apresentar um trabalho técnico-científico desenvolvido na Ceplac / Cepec em parceria com a Uesc, através da participação de aluna de pós-graduação; manter novos contatos e atualizar conhecimentos.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
03.08.10	Dia de Campo	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extremo Sul, Itabela, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Embrapa, Ebda, iniciativa privada, empresas da atividade agropecuária, estudantes de nível superior e técnico, produtores rurais, 260	Apresentar palestras sobre os principais avanços de pesquisas obtidos com trabalhos conduzidos na Estação; produção intensiva de leite; difusão de tecnologias sobre produção intensiva de leite em pequenas áreas; visita a áreas experimentais para apresentação dos principais resultados e discussão de novas linhas de pesquisa.
03.08.10	Visita Técnica	Fazenda Segurança, Ubatã, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, administrador da fazenda, 2	Visitar uma propriedade rural com o objetivo de subsidiar tecnicamente escolha de área para plantio de açaí, em atendimento à solicitação do Escritório Local da Ceplac.
03.08.10	Reunião Técnica	Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Oxiquímica, 7	Estabelecer parcerias para avaliar eficiência de fertilizantes foliares.
05.08.10	Visita Técnica	Fazenda Conjunto da Serra, Barro Preto, BA	Estagiária da Universidade Federal do Paraná, técnico da Ruraltec, trabalhadores rurais, 15	Divulgar para operários de campo uso do fruto da pupunheira, aplicar questionário sobre o fruto; visitar o plantio de pupunheira para produção de frutos, subsídio para trabalhos a serem desenvolvidos pela estudante.
06.08.10	Visita Técnica	Ceplac, Estação Experimental Lemos Maia, Una, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, estagiária da Universidade Federal do Paraná, 2	Acompanhar visita da estagiária Estação na coleta dados para trabalhos a serem desenvolvidos pela estudante sobre produção de frutos de pupunheira.
08 a 13.08.10	XVIII Reunião Brasileira de Manejo e Conservação do Solo e da Água	Embrapa Meio Norte, Teresina, PI	Técnicos da Ceplac - Cepec, 2	Apresentar dois trabalhos científicos e promover intercâmbio com profissionais.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
09.08.10	15a. Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural	Centro de Convenções Luis Eduardo Magalhães, Ilhéus, BA	Representantes do Mapa/SE, Cgac/SE, SPA, Ceplac, Embrapa, Abiart, Agroindustrial Ituberá Ltda., Apabor, Câmara Setorial do Cacau, CNA, Conab, Cooperverde, Firjan, Heveacoop, ITEB, Produtor/SP, SAA, Seag, Seaprof, Universidade Federal do Acre, 30	Discutir e apresentar propostas para a formulação de políticas de governo; colaborar na identificação das prioridades a serem estabelecidas na formulação das políticas públicas.
10 a 13.08.10	II Congresso Brasileiro de Heveicultura	Centro de Convenções Luis Eduardo Magalhães, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, pesquisadores, estudantes, empresários, produtores, 750	Apresentar as palestras O Agronegócio Borracha como Opção ao Desenvolvimento Sustentável; O Emprego da Seringueira em Substituição à Eritrina no Sombreamento do Cacaueiro, O Melhoramento Genético da Seringueira para Área de Ocorrência de M. ulei - Experiências da Ceplac; promover um dia de Visita Técnica a áreas de Safs da Ceplac e Plantações Michelin da Bahia Ltda.; divulgar o uso da polpa do fruto da juçara, através de degustação do suco, no stand da Ceplac; manter novos contatos e atualizar conhecimentos.
13.08.10	Reunião Técnica	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extremo Sul, Itabela, BA	Dirigentes da Ceplac - Sueba, Cepec, Cenex, Secretário da Agricultura do estado da Bahia, técnicos da Ceplac, Embrapa, Incaper, Ebda, autoridades municipais, produtores rurais, 25	Apresentar os principais resultados de pesquisas obtidas na Essul e os impactos desses trabalhos no setor pecuário regional e nacional.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
17.08.10	Reunião Técnica	Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cibra, 7	Estabelecer parcerias para avaliar a eficiência e uso de fertilizantes foliares.
19.08.10	Palestra, O Emprego da Seringueira em Substituição à Eritrina no Sombreamento do Cacaueiro	Câmara de Vereadores, Itamarajú, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, políticos regionais, empresários, produtores, agricultores, 150	Apresentar os diferentes sistemas de implantação da seringueira em SAFs, recomendados pela Ceplac.
20.08.10	Dia de Campo	Fazenda São Rafael, Una, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenex, produtores, operários de campo, 50	Ministrar palestra sobre o cultivo do açaizeiro.
23 a 27.08.10	IV Congresso Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal agropecuária	Foz do Iguaçu, PR	Técnicos da Ceplac - Cepec, agentes de atividades agropecuária, técnicos de inspeção e de laboratório, 400	Proferir palestra sobre O Papel da Classificação e da Fiscalização Agropecuária para Obtenção do Cacau Fino e Especial.
23 a 28.08.10	XV Seminário Integrador II, Rede Prodema	Universidade Federal de Sergipe, SE	Técnico da Ceplac - Cepec, estudantes de pós-graduação de mestrado e doutorado de nove universidades da Rede Prodema, 200	Participar da avaliação de projetos de pesquisas dos estudantes de pós-graduação.
24.08.10	I Oficina Geral de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Agricultura	Parque Estadual Serra do Conduru, Uruçuca, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Car, Ibama, Coopercentrosul, consultores da Ong Floresta Viva, pesquisadores, agricultores familiares, (assentados da Reforma Agrária), 60	Apresentar a palestra Manejo Sustentável da Juçara para Produção de Frutos.
24.08.10	Entrevista, Rádio Difusora Sul da Bahia	Itabuna, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, 1	Divulgar informações técnicas sobre a cultura do açaizeiro na Bahia.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
24.08.10	Reunião Técnica	Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Módulo Rural, Urano, 10	Estabelecer parcerias para avaliar a eficiência de fertilizantes foliares.
25 a 27.08.10	Curso, Fruticultura	Camamu, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, pequenos produtores, 13	Capacitar pequenos produtores sobre o cultivo do guaranazeiro.
27.08.10	Visita Técnica	Haras Refúgio da Raposa, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, estagiários da Emarc, Uruçuca, 5	Orientar sobre técnicas de adubação e recuperação de áreas de tifton irrigadas.
27.08.10	Seminário, Seleção e Produção de Abelhas Rainha do Gênero Apis	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Sueba, Cepec, Cenex, estudantes, produtores, 150	Apresentar as ações desenvolvidas pela Ceplac e resultados de pesquisas.
30 a 31.08.10	Curso, Fruticultura	Senar, Sindicato Rural de Uruçuca, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, pequenos produtores, 12	Capacitar pequenos produtores no cultivo do cupuaçuzeiro.
31.08.10	Entrevista, Jornal Bahia Hoje	Itabuna, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, 1	Divulgar informações técnicas sobre o fruto da juçara.
01.09.10	Palestra, Solos e Classificação	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, professores, alunos do Colégio Amélia Amado, 39	Apresentar os principais estudos da Ceplac para solos regionais.
02.09.10	Palestra, Reflexões sobre Uso de Solos	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, professores, alunos do Colégio Sagrado Coração de Jesus, 40	Apresentar os principais estudos da Ceplac para solos regionais.
03.09.10	Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura: Internalização do Sistema Multilateral de Acesso e Dis-	Cenargen, Brasília, DF	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Disseminar informações sobre o tratado de recursos genéticos a instituições interessadas.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
	tribuição de Benefícios para Oepas e Universidades			
05.09.10	Workshop, A Cacaucultura e seus Novos Caminhos	Fazenda Vitória, Uruçuca, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenex, Ebda, Adab, produtores, administradores rurais, 400	Participar do Workshop A Cacaucultura e seus Novos Caminhos, organizado pelo Grupo Pensar Cacau, apresentando a palestra Técnicas de manejo do cacau; divulgar o uso do fruto da pupunheira na alimentação humana.
10.09.10	Reunião Técnica	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Ti-mac Agro, 8	Discutir sobre o uso de fertilizantes e da adubação foliar em cacau.
10 a 21.09.09	Writeshop on Successful Experiences on Commodities Projects (Reunião de trabalho visando documentar Experiências de Sucesso em Projetos com Commodities)	Nairobi, Quênia	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Participar do Writeshop on Successful Experiences on Commodities Projects [Reunião de trabalho visando documentar Experiências de Sucesso em Projetos com Commodities], como parte das comemorações dos 20 anos de existência do Fundo Comum de Commodities (CFC), o mesmo selecionou os 12 projetos bem sucedidos entre os vários financiados pela instituição nos últimos 20 anos e convidou os coordenadores destes projetos a redigir as experiências que levaram estes projetos ao sucesso, deste a concepção e a implementação até a expansão dos resultados do mesmo para uma escala maior. Isto norteará os investimentos do CFC (e eventualmente outros agentes financiadores) em futuros pro-



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
				jetos.
14 a 15.09.10	Visita Técnica	Fazenda Palmares, Porto Seguro, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Embrapa - Cruz das Almas, 3	Avaliar área experimental de mamão; coletar dados para análise estatística.
15.09.10	Visita Técnica	Fazenda Santa Maria, Zona da Sapucaieira, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenex, produtor, 5	Visitar propriedades com plantios de pupunheira para produção de frutos visando à produção de sementes para plantios de palmiteiros.
15.09.10	Reunião Técnica	Ceplac, Estação Experimental Arnaldo Medeiros, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Sueba, 2	Acompanhar, colaborar, ajustar o projeto de construção do Laboratório de Heveicultura.
16.09.10	Palestra, Noções de Solos e Aptidão Agrícola	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, professores, alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, 20	Apresentar os principais estudos da Ceplac para solos regionais.
22 a 23.09.10	Curso, Fruticultura	Senar, Sindicato Rural de Ubatã, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, pequenos produtores, 13	Capacitar pequenos produtores sobre o cultivo de fruteiras tropicais.
22 a 24.09.10	Curso, Fruticultura	Porto Seguro, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, pequenos produtores, 15	Capacitar pequenos produtores sobre o cultivo do abacaxizeiro.
23.09.10	Dia de Campo	Povoado de Faisqueira, Ubaitaba, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, pequenos produtores, 13	Orientar pequenos produtores sobre a potencialidade da fruticultura, com ênfase no cultivo de fruteiras - cupuaçu e graviola.
23.09.10	Visita Técnica	Fazenda Oásis, Maraú, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, produtor, operário de campo, 3	Visitar o açailal safreiro da fazenda que apresenta suspeita de Phytomonas.
24.09.10	Reunião Técnica	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, 5	Compatibilizar projetos de pesquisas da Cadeia Produtiva da Seringueira com linhas de pesquisas; identificar linhas de pesquisas não atendidas para apresentação de novos proje-



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
				tos.
24.09.10	Seminário, Proposição de uma Estratégia de Mercado para o Cacau Brasileiro; Pós-colheita para Obtenção de Cacau Fino	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Sueba, Cepec, Cenex, estudantes, produtores, 50	Apresentar as ações desenvolvidas pela Ceplac e resultados de pesquisas.
28.09.10	Palestra, Os Diferentes Sistemas de Plantio Recomendados pela Ceplac na Instalação de SAFs, Envolvendo como Cultura Permanente a Seringueira e o Cacaueiro	Distrito de São Benedito, Nilo Peçanha, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenex, produtores, estudantes de curso médio, agricultores familiares, 1.100	Transferir tecnologia de plantio da seringueira como árvore de sombra do cacaueiro e cultivos agrícolas na fase de imaturidade econômica dos cultivos principais, com ênfase na agregação de valores.
30.09.10	Reunião Técnica	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Timac Agro, 8	Discutir sobre o uso de fertilizantes e da adubação foliar em cacaueiro.
01.10.10	Reunião Técnica	Ceplac, Estação Experimental Gregório Bondar, Barrolândia, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenex, Veracel, 8	Discutir com a Veracel linhas de pesquisas em parceria com a Ceplac.
05.10.10	Visita Técnica	Fazenda Lutadora, Barro Preto, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, diretor agrícola do grupo Cantagalo, administrador da fazenda, 3	Instalar ensaio em SAF, pelo plantio direto da seringueira.
06.10.10	Visita Técnica	Ceplac, Estação Experimental Lemos Maia, Una, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, 2	Realizar coleta de dados experimentais.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
13 a 15.10.10	Reunião Técnica	Brasília, DF	Técnicos da Ceplac, 6	Discutir o projeto de industrialização de cacau para produtores.
14 a 15.10.10	Exposição Agropecuária	Parque de Exposição, Ipiaú, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Participar da Exposição Agropecuária de Ipiaú.
17.10.10	Reunião Técnica	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Timac Agro, 7	Conhecer / discutir sobre o uso de fertilizantes da Timac Agro.
17 a 23.10.10	XXI Congresso Brasileiro de Fruticultura	Natal, RN	Técnicos da Ceplac - Cepec, 6	Participar do evento, apresentar trabalhos científicos (10), manter intercâmbio com profissionais de instituições nacionais e internacionais de ensino e pesquisa.
19.10.10	Visita Técnica	Fazenda Porto Seguro, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, diretor agrícola do grupo Cantagalo, produtores, 5	Apresentar os diferentes sistemas agroflorestais, envolvendo cacaueteiro e seringueira, recomendados pela Ceplac.
20 a 22.10.10	Curso, Fruticultura	Senar, Sindicato Rural de Ubatã, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, pequenos produtores, 15	Capacitar pequenos produtores do município de Maraú, BA, sobre o cultivo de fruteiras tropicais.
25 a 29.10.10	Reunião Técnica	Ceplac, Setor de Treinamento, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Sueba, Cepec, Cenex, Gerência do Espírito Santo, 80	Participar da avaliação de pesquisas do Cepec; apresentar resultados obtidos por área de pesquisa.
29.10.10	Seminário, Uso de espécies silvestres no melhoramento genético do cacaueteiro; Prevenção da monilíase do cacaueteiro	Ceplac, Setor de Treinamento, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Sueba, Cepec, Cenex, Gerência do Espírito Santo, 80	Apresentar as ações desenvolvidas pela Ceplac e resultados de pesquisas.
08 a 09.11.10	Curso, Fruticultura	Senar, Sindicato Rural de Ubatã, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, produtores rurais, 13	Capacitar produtores rurais sobre o cultivo de fruteiras tropicais.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
09.11.10	Dia de Campo	Ubatã, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, produtores rurais, 13	Orientar produtores rurais sobre a potencialidade da fruticultura, com ênfase no cultivo de fruteiras tropicais.
10.11.10	Visita Técnica	Ceplac, Estação Experimental Lemos Maia, Una, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, 2	Realizar coleta de dados experimentais de pupunheiras.
12.11.10	Visita Técnica	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extremo Sul, Itabela, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, produtores do Espírito Santo, e de Itamarajú, BA, 39	Apresentar os principais resultados obtidos pela Essul e suas aplicabilidades nas áreas de produção de bovino de leite.
13.11.10	Dia de Campo	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extremo Sul, Itabela, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, estudantes dos cursos de agronomia e veterinária da Uesc, 25	Apresentar / discutir resultados de pesquisas realizadas na Essul, visando à capacitação de estudantes nas áreas de produção animal, formação e manejo de pastagem.
17.11.10	Visita Técnica	Fazenda São José, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, produtores, 8	Visitar o plantio de pupunheiras para orientação técnica; discutir proposta de ensaio sobre ocorrência de Methamazius e de Phytophthora nas pupunheiras.
17 a 18.11.10	Reunião Técnica	Câmara de Vereadores, Taperoá, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenix, representantes de indústrias beneficiadoras de guaraná, representante da Cooperativa de Valença, produtores, 40	Discutir a criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Guaraná.
19.11.10	Reunião Técnica	Universidade Estadual de Santa Cruz, Departamento de Ciências Agrárias, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, professores da Uesc, 3	Avaliar os Relatórios de Estágio Curricular dos estudantes Matheus Silva Bessa Leite e Ramon Calixto Santos Patrocínio, desenvolvidos na Ceplac.
21 a 27.11.10	Visita Técnica	Cacoal, Ouro Preto, Ariquemes, Ji-Paraná, RO	Técnicos da Ceplac - Cepec/BA, Superintendente Regional, pes-	Conhecer / discutir ações para reincorporação de áreas de seringaia ao processo produtivo.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
			quisadores estensionistas de Rondônia, produtores, 20	
23 a 25.11.10	Curso, Fruticultura	Senar, Sindicato Rural de Uruçuca, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, produtores rurais, 11	Capacitar produtores rurais sobre o cultivo de fruteiras tropicais.
23 a 25.11.10	Curso, Fruticultura	Itamari, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, pequenos produtores, 12	Capacitar pequenos produtores sobre o cultivo do guaranazeiro.
23 a 26.11.10	Oficina, Legislação para Exploração, Comercialização e Marketing dos Frutos da Palmeira Juçara	Antonina, PR	Técnico da Ceplac - Cepec, pesquisadores, produtores, estudantes, empresários. 150	Participar da oficina sobre Legislação para exploração, comercialização e marketing dos frutos da palmeira juçara (<i>Euterpe edulis</i> , Mart.).
25.11.10	Dia de Campo	Uruçuca, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, produtores rurais, 11	Orientar pequenos produtores sobre a potencialidade da fruticultura, com ênfase no cultivo de fruteiras tropicais.
25.11.10	Palestra, Sistemas Agroflorestais Envolvendo a Seringueira, o Cacaueiro e Cultivos Agrícolas	Ceplac, Auditório Regional do Centro de Extensão, Ariquemes, RO	Técnicos da Ceplac - Cepec/BA, Rondônia, representantes de instituições financeiras, 50	Divulgar a experiência da Bahia na implantação de seringais em sistemas agroflorestais com o cacaueiro e sistemas agrícolas.
25.11.10	Dia de Campo	Itamari, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, pequenos produtores, 12	Orientar pequenos produtores sobre a potencialidade da fruticultura, com ênfase no cultivo do guaranazeiro.
26.11.10	Seminário, Visita Técnica à República dos Camarões; A Cabaçu é um Sistema	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Sueba, Cepec, Cenex, Instituto de Meio Ambiente da Bahia, 50	Reportar experiências de intercâmbio e cooperação entre o Brasil e República de Camarões, e o reconhecimento internacional ao padrão das pesquisas desenvolvidas pela Ce-



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
	Agroflorestal Produtivo?; Comissão Técnica de Garantia Ambiental da Ceplac (CTGA)			plac; discutir ações desenvolvidas pela Ceplac; apresentar o CTGA, que tem como objetivo principal viabilizar a interferência no sistema de proteção de topo (sombreamento definitivo) da cacaucultura, além de propor ações conjuntas da Ceplac/IMA para dar agilidade ao licenciamento, averbação de reserva legal e supressão de vegetação.
26.11.10	Reunião Técnica	Ceplac, Superintendência Regional, Porto Velho, RO	Técnicos da Ceplac - Cepec/BA, Rondônia, representantes do atual governo e da equipe de transição, 10	Apresentar os resultados das visitas técnicas realizadas em áreas comerciais e experimentais de seringueira, para subsidiar a equipe de governo na tomada de decisões.
29.11.10	Dia de Campo	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extremo Sul, Itabela, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, professor, estudantes do curso de zootecnia da Uesb, 10	Apresentar / discutir resultados de pesquisas realizadas na Essul, visando à capacitação de estudantes nas áreas de produção animal, formação e manejo de pastagem.
30.11.10	Reunião Técnica	Fazenda Bom Retiro, Camacan, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Vida Produtos Agrícolas Ltda., 8	Discutir parceria para pesquisa com resíduos da indústria de celulose.
30.11.10	Dia de Campo	Ceplac, Estação de Zootecnia do Extremo Sul, Itabela, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Essul, professores do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Baiano, Campus de Teixeira de Freitas, 5	Apresentar / discutir resultados de pesquisas realizadas na Essul, visando à capacitação de estudantes nas áreas de produção animal, formação e manejo de pastagem.
DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
30.11 a 02.12.10	VI Congresso Brasileiro de Micologia	Campus Darcy Ribeiro, Universidade, Universidade de Brasília, Brasília, DF	Técnicos da Ceplac - Cepec, micologistas brasileiros e estrangeiros, 628	Apresentar trabalhos técnico-científicos, participar de palestras, mesas redondas, seminários; manter intercâmbio com profissionais de instituições nacionais e internacionais de ensino e pesquisa.
1 a 3.12.10	Curso, Fruticultura	Sindicato Rural Itamari, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, produtores rurais, 14	Capacitar pequenos produtores sobre o cultivo do maracujazeiro.
7 a 8.12.10	III Seminário de Iniciação Científica - Incentivando a Pesquisa	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Centro de Extensão, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Diret, Sueba, Cepec, Cenex, representantes da Fapesb, Uesc, CNPq, orientadores e estudantes bolsistas, 50	Destacar a importância do programa para o avanço científico; a busca de novos talentos na área da pesquisa; apresentação de 23 trabalhos de iniciação científica, dentre eles: Estabelecimento de metodologia para determinação da Incompatibilidade sexual do cacaueiro, através de cortes histológicos; Compatibilidade somática de biótipos de Monilophthora perniciosa oriundos de Solanáceas e Malváceas na Bahia; Desenvolvimento do software para coleta de dados em campo utilizando dispositivos móveis; Mapeamento do uso e ocupação do solo no município de Itabuna; Entomofauna dos frutos em decomposição de Abriçó-de-Macaco, Couropita guianensis Aublet (Lecythidaceae).
8.12.10	Reunião Técnica	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenex, convidados de outras divisões nacionais, produtores, 350	Apresentar resultados de pesquisas, tecnologias desenvolvidas, buscar novas demandas de pesquisa.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO EVENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
8.12.10	Reunião Técnica	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Diret, Suero, Suepa, Sueba, Cepec, Cenex, APC, Amurc, Prefeitos Municipais de Itabuna, Uruçuca, produtores rurais, 200	Apresentar os avanços tecnológicos voltados ao desenvolvimento da cacauicultura; e as palestras: Melhoramento Genético do Cacaueiro, Uilson Vanderlei Lopes; Doenças do Cacaueiro e seu Controle, Edna Doara Martins Newman Luz; Solos e Nutrição do Cacaueiro, George Andrade Sodré; Fisiologia da Produção do Cacaueiro, Raul René Valle; Polinização do Cacaueiro, Kazuiyuki Nakayama; e Economia do Cacau, Almir Martins.
9.12.10	Visita Técnica	Fazenda particular, Itapebi, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec/Essul, Cenex, agropecuarista, 3	Visitar a fazenda com a finalidade de conhecer o sistema de produção, buscando troca de experiências e discussão de novas técnicas possíveis de serem adotadas.
9.12.10	Visita Técnica	Ceplac, Estação Experimental Lemos Maia, Una, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, 2	Contribuir na organização do curso sobre Pragas de Palmeiras.
10.12.10	Simpósio, Produção de Leite no Extremo Sul da Bahia	Centro de Convenções, Teixeira de Freitas, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec/Essul, Cenex, Embrapa, Ebda, iniciativa privada, estudantes de nível superior e técnico, produtores rurais e de leite, empresas da atividade agropecuária, 500	Participar do Simpósio e proferir palestra sobre princípios e resultados na produção intensiva de leite.
10.12.10	Curso, Manejo Integrado de Pragas das Palmeiras Dendê, Coco e Pupunha	Ceplac, Estação Experimental Lemos Maia, Una, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Uesc, representantes da Coopalm, Cooplamito, produtores e empresários dos agronegócios palmito, coco e dendê, 45	Transmitir métodos de controle das pragas que causam danos e prejuízos econômicos aos plantios de palmáceas e consequentemente aos empreendimentos relacionados a essas espécies de plantas.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
10.12.10	Defesa de Tese	Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia, Feira de Santana, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, professores, 5	Participar da banca examinadora de defesa da tese de doutorado da estudante Irailde da Silva Santos - Fungos micorrízicos arbusculares em <i>Syngonanthus mucugensis</i> e <i>Syngonanthus giuliettiae</i> .
13.12.10	Reunião Técnica	Sindicato Rural de Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, representantes da APC, Sindicato Rural de Ilhéus, produtores, 9	Discutir sobre o Concurso de Cacau de Excelência; preparar amostras para apresentação no Salão de Chocolate de Paris.
14.12.10	Visita Técnica	Assentamento Lucas Dantas, Igrapiuna, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, 4	Coletar dados do experimento sobre hydrosolo em plantio de pupunheira.
21.12.10	Reunião Técnica	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Empresa Mosaica, Casa do Adubo, 8	Estabelecer parcerias para avaliar a eficiência do fertilizante KMag no cultivo de cacaueiro.
23.12.10	Reunião Técnica	Ituberá, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, representantes da Coopalm, professor e estudantes da Uesc, 8	Avaliar o projeto sobre melhoramento da pupunheira desenvolvido em parceria com a Uesc, Associação de Produção Sustentável, Ceplac.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



CONTROLE DA DOENÇA VASSOURA-DE-BRUXA - VASSOURA			
Produto constante na Lei 11.306/2006	Programado	Realizado	Meta para 2010
Outros produtos			
Pesquisa desenvolvida (un)	0	12	
Projetos em execução	5	5	
Tecnologia trabalhada (un)	0	129	
Trabalhador treinado (un)	750	101	
Genótipo trabalhado (un)	550	1.367	
Biofungicida produzido (kg)	** 0	0	
Muda / garfo produzida (un)	3.500.000	61.610	
Semente básica produzida (un)	8.500.000	15.095.825	
Inspeção / vistoria realizada (un)	0	6	
Informações Complementares			
Biofungicida distribuído (kg)	** 0	0	
Muda / garfo distribuída (un)		61.610	
Semente básica distribuída (un)		15.095.825	

* **Compete ao Instituto Biofábrica de Cacau a missão de produzir propágulos para o fomento da cacaucultura no sul da Bahia, cabendo ao fornecer o suporte tecnológico. Sugerimos a adequação das metas no próximo exercício.**

** **Dependendo de regularização de registro junto ao Mapa / Anvisa / Ibama.**

Cepec

PESQUISAS DESENVOLVIDAS

1. Estabelecida uma metodologia para inoculação de *Phytophthora palmivora* em pupunheira que permite avaliação e material para resistência à podridão do estipe, principal doença deste cultivo na Bahia.
2. Realizada a identificação de 328 isolados de *Phytophthora* por técnicas tradicionais e moleculares.
3. Realizada a identificação de *Phytophthora bisheria* associada à rizosfera de bastão-do-imperador no município de Ituberá, BA, que se mostrou patogênica a esta planta ornamental, sendo este o primeiro registro desta espécie de *Phytophthora* no Brasil.
4. Realizada a identificação de *P. palmivora* em orquídea e *P. capsici* em berinjela, em plantas provenientes do estado de Minas Gerais.
5. Realizada a identificação de cinco espécies de cada um dos gêneros *Astrosphaeriella* e *Linocarpon* e sete espécies do gênero *Anthostomella*.
6. Realizada a identificação de 39 isolados da coleção de agentes biocontroladores do Cepec, sendo 38 de *Trichoderma* e um de *Gliocladium virens*.
7. Realizada a identificação de três novos isolados de *Phytophthora* spp provenientes de alecrim, coentro e mandacará.
8. Otimizada metodologia para obtenção e isolamento de oósporos de *Phytophthora* spp. em laboratório.
9. Realizada a caracterização da histopatologia da interação *Phytophthora palmivora* x pupunheira.
10. Recomendado, para testar genótipos de cacaueiros para resistência à vassoura-de-bruxa, os métodos de aplicação de gotas de ágar ou pulverização do inóculo por serem igualmente eficientes, sendo o primeiro recomendado para inocular até 600 plantas e o segundo, por ser mais prático, para testar número maior de plantas.
11. Pesquisa mostrou ser possível obter diretamente do primeiro ciclo de seleção recorrente uma combinação de genes que aumentam a resistência à vassoura-de-bruxa. (Pesquisa Agropecuária Brasileira, volume 45, n. 07, p. 680-685, julho 2010. Parent selection for cocoa resistance to witches-broom).
12. Verificou-se que o Agro-Mos® conferiu maior proteção às mudas de cacaueiro contra a vassoura-de-bruxa em relação ao indutor de resistência padrão, acibenzolar S-metil (ASM). O crescimento micelial de *M. perniciosus* in vitro foi completamente inibido pelo Agro-Mos® e o Recop® (oxicloreto de cobre), nos intervalos de 3,6 a 7,0 mL.L⁻¹ e 0,1 a 0,2 g.L⁻¹, respectivamente. Em plantas tratadas com ASM, Agro-Mos® e Agro-Mos® Experimental (sem Cu⁺⁺), observou-se aumento das atividades de quitinases, β-1,3-glucanases, peroxidases de guaiacol e oxidasas de polifenóis, sem alteração do conteúdo de lignina e fenóis solúveis totais. A redução da incidência da doença propiciada pelo Agro-Mos®, associada com o seu efeito tóxico in vitro e com a ativação de algumas enzimas relacionadas às respostas de defesa da planta, sugere que o Agro-Mos® possui efeito de proteção e indução de resistência contra vassoura-de-bruxa em mudas de cacaueiro.



RESULTADOS DE PESQUISAS

1. A aplicação da sacarose como indutor de resistência em áreas comerciais de cacau, com resultados experimentais promissores, além da avaliação de outros eliciadores químicos no controle da vassoura-de-bruxa. Os dados iniciais das áreas de validação instaladas no Cepec já começam a mostrar o efeito da sacarose na indução de resistência em cacaueiros no controle da vassoura-de-bruxa.
2. Áreas do Cepec induzidas com sacarose via injeção e pulverização, para validação da técnica em áreas comerciais: quatro ha, com um ha induzido com sacarose via pulverização foliar e uma área vizinha de um ha como testemunha; um ha induzido com sacarose via injeção no tronco e uma área vizinha de um ha como testemunha. Detectou-se que, pelo controle das várias tecnologias que estão em avaliação, que a indução nas duas formas de aplicação, já apresenta efeitos de redução da incidência de vassouras vegetativas e de almofadas com relação aos seus controles. Os dados iniciais das áreas de validação instaladas no Cepec, já começam a mostrar o efeito da sacarose na indução de resistência em cacaueiros no controle da vassoura-de-bruxa.
3. Em associação com materiais genéticos, com diferentes níveis de resistência à doença, foram obtidos resultados interessantes, até o momento, mostrando mais uma vez, a eficácia do tratamento com o fungicida Tebuconazole (Folicur) na dosagem de 0,8 mL do produto/planta, dosagem esta inferior à recomendação atual de 1,5 ml/planta (75,95% de controle), além da eficácia também do tratamento utilizando o novo fungicida, Cobre Atar a 6g/planta, no controle da doença em frutos (71,36%).
4. Em um experimento de manejo integrado visando o controle da vassoura-de-bruxa do cacaueiro em uma área de cinco ha, realizado na Fazenda Porto Seguro, Uruçuca, BA, avaliou-se de forma integrada as recomendações já disponibilizadas pela Ceplac para o controle da doença: efeito da poda fitossanitária em períodos regulares de remoção de tecidos infectados; aplicação do fungicida sistêmico Folicur (tebuconazole); aplicação de um novo fungicida à base de óxido cuproso, o Cobre ATAR; em associação com materiais genéticos, com diferentes níveis de resistência à doença, está sendo conduzido em avaliações mensais, por mais um ano, para confirmar resultados anteriores, já tendo sido realizadas três avaliações.
5. Implantadas áreas de validação dos indutores T1 e T8, na Fazenda Vitória, em área clonada com diversos materiais e com alta incidência de vassoura-de-bruxa. Os indutores T1 e T8 foram aplicados, via pulverização foliar sob copa, em 500 plantas para cada indutor, em volume de 5 mL/planta, dose única para cada indutor, nos dias 22 e 23 de novembro de 2010. Foram destinados 500 cacaueiros para representar a área testemunha, distante das áreas induzidas em mais de 300 m. Dentro das 3 áreas de 500 plantas, foram marcadas 10 plantas (1 a 10), através das quais iremos efetuar o monitoramento da incidência de vassoura negetativa, de almofada, frutos perdidos com vassoura-de-bruxa, com podridão parda, frutos com vassoura-de-bruxa e podridão parda aproveitados, e frutos sadios. O controle de produção das três áreas, de 500 cacaueiros, será realizado através da colheita de caixas de cacau mole e as perdas com vassoura-de-bruxa e podridão parda, pela contagem dos frutos perdidos, com as referidas doenças em cada colheita.
6. Multiplicado *Clonostachys rosea* (isolado nº. 160) para o experimento de campo instalado na Quadra I do Cepec, Estação Experimental Arnaldo Medeiros.
7. Na Fazenda Piruna, município de Una, BA, em uma área experimental, efetuou-se a última colheita, remoção de tecidos infectados e coleta dos dados no experimento de manejo integrado visando o controle da vassoura-de-bruxa do cacaueiro, onde estão sendo avaliados novos fungicidas, entre as quais: Cobre Atar, Supera, Nativo, Rubric e Folicur, dando assim continuidade ao processo de seleção de



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



novos moléculas com ação contra a vassoura-de-bruxa do cacaueteiro, dando continuidade ao processo de seleção de novos fungicidas com ação contra a vassoura-de-bruxa do cacaueteiro.

8. Realizadas as últimas colheitas, remoção de vassouras e tomadas de dados, onde se avalia, de forma integrada, as recomendações já disponibilizadas pela Ceplac para o controle da doença, quais sejam: efeito da poda fitossanitária em períodos regulares de remoção de tecidos infectados; aplicação do fungicida sistêmico Folicur (tebuconazole); aplicação de um novo fungicida à base de óxido cuproso, o Cobre ATAR; em associação com materiais genéticos com diferentes níveis de resistência à doença. Os resultados estão sendo analisados, apresentando informações promissoras.
9. Resultados das análises estatísticas das áreas de validação da sacarose como indutor de resistência na forma de injeção e pulverização, comparadas aos controles, apresentaram diferença significativa entre as áreas induzidas e as testemunhas, confirmando resultados de outros experimentos. Desse modo, a indução de resistência em cacaueteiros para o controle da vassoura-de-bruxa através da aplicação da sacarose, a cada dia se consolida, haja vista a ocorrência de resultados semelhantes em áreas experimentais, de validação e comerciais. A avaliação do controle de vassoura em frutos e os níveis de produção em áreas induzidas e testemunhas, oportunamente serão apresentadas.
10. Resultados de áreas de validação, com relação à eficiência da sacarose como indutor de resistência em cacaueteiros no controle da vassoura-de-bruxa, aliados aos resultados de experimentos com uma significativa série histórica de dados, podemos afirmar que a Ceplac já dispõe de informações técnicas suficientes para oficializar a recomendação da referida substância como indutor de resistência em cacaueteiros para o controle da vassoura-de-bruxa. Além desse aspecto, a sacarose apresenta ação bioestimulante, propiciando aumento expressivo na produção das áreas induzidas, na ausência de adubação. Nesse contexto, a sacarose inserida no sistema de manejo recomendado pela Ceplac, no qual são contempladas as práticas de adubação, otimização do sombreamento, clonagem, adensamento, dentre outras, além da alta eficiência no controle da vassoura-de-bruxa, irá contribuir de forma significativa para o agricultor alcançar altos índices de produtividade em seus cacauais.

TECNOLOGIAS TRABALHADAS*

1. Amostras de material botânico de cacaueiro, de aproximadamente 40 anos de idade, recebidas pela Clínica Fitopatológica do Cepec para análise, encaminhadas pelo Escritório Local de Gandu, procedentes da Fazenda Fortaleza, apresentando sintomas de apodrecimento do sistema radicular, foram examinadas, efetuados isolamentos em meio de BDA, tendo sido diagnosticada a doença conhecida como podridão vermelha, causada pelo fungo *Ganoderma philippii*.
2. Amostras de material botânico de roseira, com sintomas foliares e de apodrecimento do sistema radicular, procedentes da Fazenda Barra da Palmeira, Ubaíra, BA, foram examinadas pela Clínica Fitopatológica, com o objetivo de esclarecer a etiologia das referidas doenças. Os estudos envolveram o exame aos microscópios óptico e estereoscópico, além dos isolamentos em meio de cultura e da identificação dos agentes causais. Doenças diagnosticadas com respectivos agentes etiológicos: sintomas foliares - Doença Oídio, causada pelo fungo *Oidium leucoconium*; podridão de raiz da roseira associada a uma espécie de *Phytophthora*.
3. Análise de 183 amostras de solo através do método de diluição em placas para isolamento de *Phytophthora* spp.
4. Análise de dados de experimentos com vassoura-de-bruxa para seleção de plantas elite para o Programa de Melhoramento Genético do Cacaueiro visando resistência a vassoura-de-bruxa.
5. Análise de dados de experimentos com vassoura-de-bruxa para validação dos métodos de inoculação a serem utilizados em ensaios em rede internacional de avaliação de clones para resistência a vassoura-de-bruxa.
6. Aplicação dos indutores de resistência em cacaueiros via pulverização foliar e via injeção no tronco, nos vasos do xilema.
7. Avaliação da infecção, remoção de vassouras e frutos com sintomas de vassoura-de-bruxa e outras doenças em áreas experimentais no Cepec e em Jussari, BA.
8. Avaliação da infecção, remoção de vassouras e frutos com sintomas de vassoura-de-bruxa e outras doenças.
9. Avaliação de genótipos de cacaueiro da progênie F2 (SCA 6 x ICS 1) para a resistência à podridão-parda por meio de testes de frutos em campo.
10. Avaliação de genótipos de cacaueiro selecionados como resistentes à vassoura-de-bruxa em condições de campo quanto à resistência a *Phytophthora palmivora* e *P. citrophthora* pelo teste de discos de folhas.
11. Cacaueiros enxertados, consorciados com seringueira, apresentando sintomas de murcha, amarelecimento, seca de folhas e morte de plantas provenientes da Fazenda Liberdade, Una, BA, foram examinados quanto à sintomatologia e feitos isolamentos em meio de cultura e identificados os agentes etiológicos. Diagnóstico: podridão negra das raízes causada por *Rosellinia pepo* e cancro de lasiodiplodia causado pelo fungo *Lasiodiplodia theobromae*.
12. Caracterização molecular e análise filogenética de 39 isolados de *Phytophthora* spp. provenientes de diferentes cultivos da região sul da Bahia.
13. Caracterização morfobiométrica de 60 isolados de *Phytophthora* spp. para fins taxonômicos.

14. Coleta de solo de áreas com consórcios e SAFs incluindo o cacaueiro para avaliação da infestação de *Phytophthora*.
15. Conclusão das enxertias em uma área experimental do Cepec para preservação e multiplicação de 156 genótipos selecionados, tanto para resistência a vassoura-de-bruxa quanto para produtividade.
16. Contagem de frutos sadios em 15 áreas experimentais em Jussari, BA, para seleção de material genético resistente a vassoura-de-bruxa.
17. Contagem do número de colônias obtidas por amostra de solo processada e repicagem das colônias para meio seletivo e posteriormente cenoura-água.
18. Determinação da compatibilidade sexual de 150 isolados de *Phytophthora capsici* obtidos de seringueira.
19. Determinação das temperaturas limite de crescimento de 13 isolados de *Phytophthora* spp.
20. Efetuadas investigações quanto às possibilidades de transmissão de *Ceratocystis paradoxa* pelo inseto *Rhinostomus barbirostris*, em uma área com elevada incidência de mortes de coqueiros na Fazenda Bolandeira, Una, BA. Foram efetuados isolamentos de diversos exemplares machos e fêmeas e de várias partes do corpo do inseto. Além disso, tentou-se também o isolamento do fungo utilizando-se o método de isca usando-se frutos de cacau. Muito embora tenham sido isolados os fungos *Cladosporium* sp., *Fusarium* sp., *Pestalotiopsis* sp., *Aspergillus* sp., *Thricoderma* sp. e *Penicillium* sp., não foi isolado ou confirmada a suspeita inicial de envolvimento do fungo *Ceratocystis paradoxa* em nenhum dos casos examinados.
21. Em processo de exame e investigação na Clínica Fitopatológica do Cepec, a pedido do Nucex/Secoq, Ilhéus, BA, amostras de amêndoas de cacau importadas da Indonésia, que apresentam intenso crescimento fúngico na superfície (mofadas), para definir quais fungos estão envolvidos no processo e posterior orientação quanto ao procedimento a ser adotado.
22. Enxertia de 65 clones resistentes a vassoura-de-bruxa na área do Cepec para preservação e multiplicação de material selecionado tanto para resistência como para produtividade, com levantamento dos enxertos realizados no mês anterior e reenxertia daqueles não pegados.
23. Em andamento, investigações com o intuito de definir as causas da mortalidade de cupuaçuzeiros, proveniente da Estação Experimental Leu Maia, Una, BA. Plantas atacadas apresentavam sintomas de murcha, seca das folhas e galhos e posterior morte da planta. Material infectado obtido de todas as partes da plantas foi coletado e trazido para a Clínica Fitopatológica do Cepec, onde estão sendo realizados isolamentos em meio de cultura e efetuadas análises de cortes histológicos a fim de se detectar possíveis estruturas fúngicas. Pelas análises efetuadas, até o momento, ainda não foi possível confirmar a suspeita inicial de se tratar da doença conhecida como mal do facão, causada pelo fungo *Ceratocystis fimbriata*, em nenhum dos casos examinados.
24. Estudos estão em andamento, na Clínica Fitopatológica do Cepec, sobre as causas da mortalidade de cacaueiros na Fazenda Boa Vista, Itajuípe, BA. As análises envolvem observações sobre a sintomatologia e o isolamento e identificação do agente etiológico.
25. Estudos estão realizados para identificação das causas de morte da planta ornamental *Ixora* (*Ixora coccinea*), proveniente do Hotel Praia do Sol, Ilhéus, BA, com sintomas de amarelecimento, desfolha, seca de ramos e podridão de raízes, levando posteriormente à morte da planta. Foram isolados e identificados os fungos *Phytophthora* sp., *Phomopsis* sp., *Fusarium* sp., *Colletotrichum gloeosporioides*, *Pestalotiopsis* sp.
26. Estudos in vitro do efeito de óleos essenciais no controle de espécies de *Phytophthora* que atacam o cacaueiro e outros cultivos relevantes para a região.
27. Estudos, compreendendo observações sobre a sintomatologia, análises ao microscópio óptico e estereoscópico, e isolamentos em meio de cultura, estão sendo conduzidos na Clínica Fitopatológica do Cepec,

com o objetivo de esclarecer as causas da morte de plantas novas de Acácia, observadas em plantios comerciais, em campo, em Camamu, BA.

28. Extração de DNA de 55 isolados de *Phytophthora* spp. para caracterização molecular dos mesmos através de sequenciamento.
29. Frutos de gravioleira exibindo sintomas bem característicos e diferenciados dos, normalmente, observados para as doenças mais comuns da cultura, provenientes das Fazendas Boa Vista e Cosme e Damião, Una, BA, foram trazidos para a Clínica Fitopatológica do Cepec para que fossem feitas investigações sobre as possíveis causas para um problema fitossanitário observado na cultura. Foram efetuadas observações detalhadas dos sintomas e isolamentos de fungos em meios de cultura. Embora, tenham sido observadas lesões necróticas arredondadas, com coloração castanho claro sobre os frutos, constatou-se que em todos os casos, tais lesões estavam sempre relacionadas a perfurações causadas por insetos, a despeito de ter sido também isolado como frequência o fungo *Colletotrichum gloeosporioides*.
30. Frutos de pimenta (dedo de moça), apresentando lesões necróticas, provenientes do estado do Amazonas, estão sendo analisados pela Clínica Fitopatológica do Cepec, envolvendo a isolamento e a identificação do agente etiológico, para a diagnose do problema.
31. Identificação de 26 isolados obtidos de cacaueiro.
32. Identificação de 36 culturas de *Phytophthora* spp. através de análise das características morfológicas das culturas e preparo de lâminas para visualização de esporângios e clamidósporos.
33. Identificação e repicagem das colônias de *Phytophthora* obtidas das amostras de solo coletadas.
34. Incorporação de 207 isolados obtidos de diversos hospedeiros à coleção de *Phytophthora*.
35. Incorporação de 23 isolados obtidos de seringueira à coleção de *Phytophthora*.
36. Inoculação com *P. citrophthora* de 52 indivíduos da progênie F2 (SCA 6 x ICS 1) para avaliar a resistência dos mesmos a esta espécie.
37. Inoculação com *P. palmivora* de 44 indivíduos da progênie F2 (SCA 6 x ICS 1) com comportamento de resistência (22) e suscetibilidade (22) mais os parentais SCA 6 e ICS 1 para verificação da expressão de QTLs 4, 8, 24, 48 e 72 h após a inoculação em disco de folhas (pesquisa em colaboração com o Cirad, França).
38. Inoculação de plantas de *Dracena baby* (ornamental) com isolados de *P. nicotianae* em solo tratado com *Trichoderma* sp. para testar o efeito antagônico deste fungo no desenvolvimento dos sintomas causados pelo patógeno.
39. Investigação sobre as causas da mortalidade de mudas de cajueiro, em condições de viveiro, envolvendo exame em laboratório, compreendendo o isolamento em meio de cultura e a identificação do agente etiológico. Diagnóstico: queima das mudas causada pelo fungo *Phytophthora* sp.
40. Investigações com o objetivo de definir as causas da mortalidade de plantas de gravioleira, procedentes de uma fazenda, situada no distrito de Freitinha, Wenceslau Guimarães, como também amostras coletadas durante visita de inspeção fitossanitária ao imóvel, em atenção à solicitação da Adab, permitiram o isolamento e identificação dos seguintes fungos associados ao problema: *Cylindrocladium* sp., *Colletotrichum gloeosporioides*, *Pestalotiopsis* sp., *Lasiodiplodia theobromae*, *Monilia* sp., *Periconia* sp., *Cladosporium* sp., *Nigrospora* sp., tendo sido enviado laudo contendo diagnóstico, como também feitas recomendações *in loco* visando o seu manejo.

41. Investigações estão em andamento, atendendo solicitação da Adab, com o objetivo de definir as causas da mortalidade de plantas de graviola, procedentes de uma propriedade, distrito de Freitinha, Wenceslau Guimarães, para melhor caracterizar a doença e sua sintomatologia. Plantas infectadas apresentavam sintomas de amarelecimento total, ou às vezes, apenas parcial da folhagem e apodrecimento do sistema radicular que se estendia ao caule e posteriormente aos galhos. Ao se inspecionar o sistema radicular e o caule foi observada uma necrose escura dos tecidos (preta) entre a epiderme e o lenho, já tendo sido isolados os fungos *Phomopsis* sp., *Cylindrocladium* sp., *Colletotrichum gloeosporioides*, *Pestalotiopsis* sp., *Lasioidiplodia theobromae* e *Monilia* sp.
42. Investigações foram realizadas objetivando conhecer as causas da grande mortalidade de plantas de alface cultivadas em cultura hidropônica observada em um imóvel (sítio) localizado às margens da Rodovia I-lhéus/Itabuna. Embora tenham sido isolados os fungos *Stemphylium* sp., *Fusarium* sp., *Nigrospora* sp. e *Cladosporium* sp., foi diagnosticado que o fator predisponente para o problema estava relacionado com o manejo inadequado da cultura, notadamente, com relação à água e nutrientes.
43. Investigações sobre as causas da mortalidade de mudas de jussara, em condições de viveiros, na Estação Experimental Lemos Maia, Una, BA, apresentando queima dos bordos, seca das folhas, que evoluíam para a morte das plântulas. Foram examinadas quanto à sintomatologia, tendo sido efetuadas observações ao microscópio ótico, isolamentos em meio de cultura (BDA) e identificação do agente etiológico. Diagnóstico: antracnose causada pelo fungo *Colletotrichum gloeosporioides*.
44. Investigações sobre as causas da mortalidade de plantas do clone TSH 1188 com 10 anos de idade, proveniente da Fazenda Bergfrut, distrito de Rio do Engenho, Ilhéus, BA, material genético recomendado como resistente à murcha de *Ceratocystis* (mal do facão), mas que apresentava sintomas semelhantes ao desta doença. Foi confirmada presença da murcha de *Ceratocystis* causada pelo fungo *Cetactocystis cacaofu-nesta*.
45. Isolamento de amostras de material vegetal e solo com suspeita de infecção ou infestação por *Phytophthora* spp.
46. Isolamento de amostras de solo para verificação do nível de infestação por *Phytophthora palmivora*.
47. Isolamento de material vegetal coletado e purificação das culturas.
48. Isolamento e identificação de espécies de *Phytophthora* atacando frutos de cacaueiro em Uruçuca, Una, Floresta Azul, BA.
49. Isolamento e purificação de culturas de *Phytophthora* spp. obtidas de mexerica ponkan e morangueiro, provenientes do Espírito Santo.
50. Material botânico compreendendo galhos e tronco de cacau apresentando sintomas de superbrotamento de gemas e inflorescências, provenientes da Fazenda Boa Vista, Itacaré-Ubaitaba, foi examinado em laboratório, tendo sido efetuadas análises ao microscópio ótico e isolamentos em meio de cultura (BDA), sendo identificado os fungos *Lasioidiplodia theobromae*, *Colletotrichum* sp., além de *Fusarium decencelulare*, agente causal da doença conhecida como Buba Floral ou Galha da Almofada floral.
51. Material botânico compreendendo galhos e tronco de cacau, apresentando sintomas de cancro, provenientes da Fazenda Boa Vista, Itajuípe, BA, foi examinado em laboratório, tendo sido efetuadas análises ao microscópio ótico e isolamentos em meio de cultura (BDA), sendo identificados os fungos *Lasioidiplodia theobromae*, *Fusarium* sp. e *Cylindrocarpon* sp.
52. Material botânico de bananeira, constituído de folhas, pseudocauls e rizomas, procedentes do PA-Brasil, Lote 04, Barro Preto, BA, foi investigado em laboratório, envolvendo análise sintomatológica e dos sinais nos tecidos afetados, além de observações ao microscópio ótico e do isolamento em meio de cultura, no



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



sentido de oferecer uma diagnose do problema ao agricultor. Doença diagnosticada e agente etiológico: mal do panamá, causada pelo fungo *Fusarium oxysporum* f. sp. cubens.

53. Material botânico de cacau, encaminhado pelo Escritório Local de Ituberá, Fazenda Tachos, Nilo Peçanha, apresentando sintomas de apodrecimento do sistema radicular, foi examinado e efetuado isolamentos em meio de BDA, tendo sido diagnosticada a podridão vermelha, causada pelo fungo *Ganoderma philippii*.
54. Material botânico de cacaueiro constituído de tronco, galhos e do sistema radicular, proveniente da Fazenda Senhor dos Passos, Mutuípe, BA, foi analisado em laboratório, envolvendo exame ao microscópio ótico e isolamentos em meio de cultura (BDA), tendo sido diagnosticada a doença conhecida como podridão negra das raízes causada pelo fungo *Rosellinia pepo*.
55. Material botânico de jambeiro vermelho coletado em plantas mortas, proveniente da Fazenda Porto Seguro, Uruçuca, BA, constituído de raízes com sintomas de apodrecimento, estão sob investigação em laboratório a fim de que seja diagnosticado do problema para identificação do seu agente etiológico.
56. Material botânico de mamoeiro exibindo sintomas de necrose do broto terminal, encaminhado pelo Escritório Local de Ilhéus, BA, proveniente a Associação de Assentados do Japu, Apaut, encontra-se em análise na Clínica Fitopatológica do Cepec para a diagnose do problema. Mudanças de cacau apresentando sintomas de murcha, seca das folhas e morte em condições de viveiros foram examinadas em laboratório, Clínica Fitopatológica do Cepec, envolvendo o isolamento em meio de cultura e a identificação do agente causal. Identificados os fungos *Phytophthora* sp. e *Colletotrichum gloeosporioides*.
57. Plantas de cacau clonado apresentando desfolha, emponteiramento e seca de galhos, procedentes da Fazenda Boa Vista, Itajuípe, BA, foram analisadas em laboratório, envolvendo exame ao microscópio ótico e isolamentos em meio de cultura de BDA, tendo sido identificados os fungos *Lasiodiplodia theobromae*, *Colletotrichum gloeosporioides* e *Fusarium* sp. Recomendações visando o controle da doença foram feitas pessoalmente ao proprietário do imóvel.
58. Plantas de graviola apresentando sintomas de podridão de raízes, provenientes da Fazenda Nova Era, Ipiatuba, BA, estão sendo analisadas e investigadas em laboratório a fim de que sejam diagnosticadas as causas do problema.
59. Plantas de pimenta apresentando sintomas de apodrecimento do sistema radicular, como também de galhas encaminhadas pelo Escritório Local de Camamu, provenientes da Fazenda Ilha do Gato, foram examinadas em laboratório, sendo identificadas duas doenças: uma conhecida como podridão de sclerotium, causada por *Sclerotium rolfsii*; a outra, galha das raízes, causada por *Meloidogyne* sp.
60. Plaqueamento do solo em meio seletivo e leitura para avaliação do número de colônias formadas.
61. Por solicitação da Estação Experimental Lemos Maia, Una, BA, estudos estão sendo realizados em amostras de plantas de cupuaçu na Clínica Fitopatológica do Cepec, além de ter sido realizada uma visita de inspeção fitossanitária ao local para averiguar as causas da intensa mortalidade não só deste hospedeiro, como também para estudar um problema fitossanitário observado em plantas de dendê. Foram efetuadas observações detalhadas dos sintomas, sinais das doenças, e coletadas amostras, as quais foram encaminhadas ao laboratório para serem efetuadas observações ao microscópio de luz e isolamentos em meio de BDA. Em cupuaçu já foram identificados os fungos *Phomopsis* sp., *Lasiodiplodia theobromae*, *Colletotrichum gloeosporioides*, *Fusarium* sp., *Pestalotiopsis* sp., *Cylindrocladium* sp., e em dendê estão ainda sendo identificados alguns fungos, entre eles *Colletotrichum gloeosporioides* e *Pestalotiopsis* sp. Foi também descartada, após análise ao microscópio, a possibilidade do envolvimento do problema com o fitoplasma, *Phytoplasma palmae*.

62. Preparo de inóculo e inoculação de folhas de cacaueiro de uma população resultante do cruzamento de CCN-51 x TSH-1188 através do método de discos de folhas para avaliar a resistência a *Phytophthora capsici*, *P. palmivora* e *P. citrophthora*.
 63. Preparo de mudas para replantio em falhas no stand de plantas da área experimental onde foi realizada a clonagem.
 64. Preservação da micoteca de controle biológico pelo método de Castellani, com a revitalização de 190 isolados fúngicos.
 65. Produção de 24 culturas monoospóricas a partir de cruzamentos entre isolados de *Phytophthora palmivora* de diferentes hospedeiros para estudos genéticos.
 66. Prospeção e coleta de material infectado (frutos, ramos e solo) com podridão-parda do cacaueiro em propriedades agrícolas, em vários municípios da região cacaueira.
 67. Realização de testes de patogenicidade de 11 isolados a frutos e folhas do cacaueiro.
 68. Realização de testes de patogenicidade em diferentes hospedeiros com *Phytophthora* spp. para comprovação do postulado de Kock.
 69. Realizadas investigações com objetivo de determinar as causas da morte de mudas de cacau, provenientes da Fazenda Buriti, Canavieira, BA, as quais apresentavam sintomas de roetamento na região do coleto. Embora tenham sido isolados os fungos *Fusarium* sp. e *Colletotrichum* sp., tendo sido diagnosticado que a causa predisponente para a morte das plantas, estava relacionado com o manejo inadequado no viveiro, onde as plantas encontravam-se submetidas a excesso de água.
 70. Realizado no período setembro-outubro, o preparo para estocagem de 749 isolados obtidos de cacaueiro em diferentes coletas realizadas.
 71. Remoção de vassoura-de-bruxa na área experimental da Quadra I ' do Cepec, Estação Estação Experimental Arnaldo Medeiros.
 72. Revitalizados 300 isolados da coleção de *Phytophthora* Arnaldo Medeiros do Cepec.
 73. Revitalizado o fungo *T. stromaticum* (isolado 3550), princípio ativo do Tricovab.
 74. Revitalizados / preservados 81 isolados da coleção de *Phytophthora* Arnaldo Medeiros.
 75. Sequenciamento, para fins taxonômicos, de 40 isolados de *Phytophthora* de diferentes hospedeiros.
- * **A diferença entre o quantitativo informado (129) e o qualitativo descrito (75), deve-se à repetição de tecnologias trabalhadas no período janeiro / dezembro.**



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



20.573.0362.2143.0001 - Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa

DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
22.01.10	Inspeção / Vistoria Realizada	Fazenda particular, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, proprietário, 2	Averiguar as causas de intensa mortalidade de plantas de alface em cultura hidropônica.
29.01.10	Entrevista, TV Mercado	Ceplac, Escritório de Representação, Salvador, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Esomi, 1	Divulgar informações sobre a técnica da indução de resistência em cacauzeiros no controle da vassoura-de-bruxa, através da aplicação da sacarose.
10 a 11.03.10	Reunião Técnica	Ceplac, Setor de Treinamento, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Sueba, Cepec, Cenex, 50	Apresentar / discutir os resultados de pesquisas gerados no exercício 2009; diretrizes e linhas de pesquisas para a reestruturação programática do Centro de Pesquisas do Cacau.
22.03.10	Capacitação Técnica	Fazenda São Rafael, Nova Ibiá, BA	Técnico da Ceplac - Cepec / Esomi, administrador, operários rurais da fazenda, 4	Capacitar administrador, operários rurais, sobre a técnica de indução em áreas comerciais de cacau (7 ha); orientar a instalação de áreas de validação para consolidar a sacarose como indutor de resistência em cacauzeiros no controle da vassoura-de-bruxa.
22.03.10	Defesa de Tese	Universidade Estadual de Santa Cruz, Programa de Pós-graduação em Produção Vegetal, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, professores, alunos, 15	Participar da banca examinadora da defesa da dissertação de mestrado da estudante Aline Brito Vaz, em Produção Vegetal.
26.03.10	Seminário, 16a. Conferência Internacional de Pesquisas em Cacau	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Sueba, Cepec, Cenex, estudantes, produtores, 80	Divulgar os trabalhos apresentados na 16a. Conferência, realizada em Bali, Indonésia, em novembro de 2009.
30.03.10	Palestra, Manejo de Doenças em Sistemas	Universidade Estadual de Santa Cruz, Programa de	Técnico da Ceplac - Cepec, professores e estudantes de pós-	Prestar esclarecimentos técnico-científicos sobre o manejo de doenças em SAFs.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
	Agroflorestais	Pós-graduação em Produção Vegetal, Ilhéus, BA	graduação, 15	
03.05.10	Visita Técnica	Fazendas Bom Prazer, Alegria I, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Esomi, 1	Avaliar e acompanhar áreas induzidas com sacarose e outros indutores.
04.05.10	Inspeção / Vistoria Realizada	Fazenda Recreio, São José da Vitória, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Escolher área para instalação de ensaio com cal hidratada no controle da vassoura-de-bruxa do cacaueiro.
04.05.10	Visita Técnica	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Esomi, 1	Avaliar e acompanhar áreas experimentais induzidas com sacarose e outros indutores.
04 a 06.05.10	Curso, Quantificação e Identificação de <i>Bacillus subtilis</i> e <i>B. licheniformis</i>	Embrapa Meio Ambiente, Jaguariuna, SP	Técnico da Ceplac - Cepec, funcionários públicos, empresas de biocontrole de pragas, estudantes de pós-graduação, 1	Participar de capacitação sobre a quantificação de <i>B. subtilis</i> e <i>B. licheniformis</i> , utilizando a metodologia analítica e amostral para avaliação de conformidade e da inocuidade de produtos comerciais formulados à base de agentes microbianos de biocontrole.
05.05.10	Visita Técnica	Fazendas São Jorge, União, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Esomi, 1	Avaliar e acompanhar áreas experimentais induzidas com sacarose e outros indutores.
05.05.10	Inspeção / Vistoria Realizada	Fazenda Porto Seguro, Uruçuca, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Escolher área visando à implementação de ensaio de manejo integrado de vassoura-de-bruxa do cacaueiro.
05.05.10	Inspeção / Vistoria Realizada	Fazenda Piruna, Una, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Escolher área para instalação de ensaio, visando selecionar novos fungicidas para o controle da vassoura-de-bruxa do cacaueiro.
06.05.10	Visita Técnica	Fazendas Sagarana, Limoeiro, Coaraci, Itacaré, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Esomi, 1	Avaliar e acompanhar áreas experimentais induzidas com sacarose e outros indutores.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
17 a 21.05.10	Visita Técnica	Fazenda Piruna, Una, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Instalar experimento para avaliar novos fungicidas: Cobre Atar, Supera, Nativo e Rubric, além do Folicur, visando selecionar novos produtos com eficiência no controle da vassoura-de-bruxa do cacaueiro.
24 a 28.05.10	Visita Técnica	Fazenda Porto Seguro, Uruçuca, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Instalar área experimental visando integrar todas as estratégias de controle, no momento recomendadas pela Ceplac, em um ensaio de manejo integrado para o controle da vassoura-de-bruxa do cacaueiro.
28.05.10	Seminário, Manejo de Doenças em Sistemas Agroflorestais	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Sueba, Cepec, Cenex, estudantes, produtores, 50	Apresentar as ações desenvolvidas pela Ceplac e resultados de pesquisas.
01 a 04.06.10	Workshop, Avaliação Final do Projeto Internacional Collaborative and Participatory approaches to Cacao Variety Improvement	Acra, Gana	Técnicos melhoristas e fitopatologistas do Brasil, Equador, Peru, Venezuela, Costa Rica, Trinidad, Costa do Marfim, Camarões, Nigéria, Gana, Malásia, Papua Nova Guiné, França, Inglaterra - países envolvidos no projeto, representantes das instituições financiadoras CFC e Icco e avaliadores convidados, 63	Apresentar os principais resultados obtidos sobre o melhoramento de variedades de cacaueiro nos diferentes países participantes, visando socializar as pesquisas e beneficiar a produção mundial de cacau.
02.06.10	Palestra, Indução de Resistência em Cacaueiros para o Controle da Vassoura-de-	Belmonte, BA	Técnico da Ceplac - Cepec/Esomi, produtores, 63	Prestar esclarecimentos técnico-científicos para produtores sobre a indução de resistência em cacaueiros para o controle da vassoura-de-bruxa.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
	Bruxa			
06.07.10	Defesa de Tese	Universidade Estadual de Santa Cruz, Programa de Pós-graduação em Produção Vegetal, Ilhéus, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, professores, estudantes, 25	Participar da banca examinadora da defesa da dissertação de mestrado do estudante Marcos Vinícius Oliveira dos Santos.
13.07.10	Palestra, Indução de Resistência em Cacaueiros via Sacarose no Controle da Vassoura-de-Bruxa	Ubaíra, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, produtores, 215	Apresentar para produtores, os principais resultados obtidos sobre indução de resistência em cacaueiros para o controle da vassoura-de-bruxa.
30.07.10	Seminário, Atualidades e Perspectivas do Uso de Indutores de Resistência em Cacaueiros	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Sueba, Cepec, Cenex, produtores, estudantes, 40	Apresentar os principais resultados técnicos-científicos sobre a indução de resistência em cacaueiros para o controle da vassoura-de-bruxa.
01 a 06.08.10	XIX Congresso Internacional de Micologia	Edimburgo, Escócia	Técnico da Ceplac - Cepec, micologistas de todos os países onde esta ciência é praticada, 2.700	Apresentar um trabalho técnico-científico desenvolvido na Ceplac/Cepec em parceria com a Uesc, através da participação de alunos de pós-graduação; manter novos contatos e atualizar conhecimentos.
13.08.10	Inspeção / Vistoria Realizada	Fazenda Piruna, Una, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Aplicar fungicidas em uma área visando selecionar novos fungicidas para o controle da vassoura-de-bruxa do cacaueiro e efetuar leitura de resultados.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
18.08.10	Inspeção / Vistoria Realizada	Fazenda Porto Seguro, Uruçuca, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Aplicar fungicidas em uma área visando a avaliação do manejo Integrado da vassoura-de-bruxa do cacaueiro e efetuar leitura de resultados.
22 a 29.08.10	Visita Técnica	Estação Experimental Pichilingue, Equador	Técnicos da Ceplac - Cepec, 4	Identificar monilíase do cacaueiro; realizar estudos biotecnológicos de Moniliophthora roreri em parceria com Pichilingue; intercâmbio técnico-científico do controle biológico de doenças do cacaueiro; ministrar palestras; programar visita ao Brasil ainda em 2010, de pesquisadores do Equador, Estação de Pichilingue.
05.09.10	Workshop, A Cacaucultura e seus Novos Caminhos	Fazenda Vitória, Uruçuca, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenix, Ebda, Adab, produtores, administradores rurais, 400	Participar do Workshop A Cacaucultura e seus Novos Caminhos, organizado pelo Grupo Pensar Cacau, apresentando a palestra Indução de resistência em cacaueiros via utilização da sacore por injeção no tronco e pulverização foliar; discutir ações voltadas para o manejo da vassoura-de-bruxa do cacaueiro; participar conjuntamente com a Chefia do Cepec na apresentação dos resultados de pesquisas obtidos pela da Seção de Fitopatologia do Cepec.
17.09.10	Visita Técnica	Fazenda Piruna, Una, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Aplicar fungicidas, efetuar leitura de resultados em uma área visando selecionar novos produtos para o controle da vassoura-de-bruxa do cacaueiro.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
18.09.10	XI Festa do Cacau	Rurópolis, PA	Técnico da Ceplac - Cepec/Esomi, produtores, 115	Participar da XI Festa do Cacau, apresentando a palestra Indução de resistência em cacaueiros para o controle da vassoura-de-bruxa.
18.09.10	Dia de Campo	Rurópolis, PA	Técnico da Ceplac - Cepec/Esomi, produtores, 75	Orientar sobre a indução de resistência em cacaueiros para o controle da vassoura-de-bruxa.
21.09.09	Visita Técnica	Fazendas Santa Luzia / Boa Esperança, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenex, Adab, 20	Avaliar metodologia de detecção da monilíase do cacaueiro em campo.
22.09.09	Reunião Técnica	Ceplac, Setor Treinamento da Ceplac, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenex, Adab, 20	Avaliar / melhorar o plano de ações estratégicas educativas para sensibilizar cacaucultores quanto à monilíase.
22.09.10	Visita Técnica	Fazenda Porto Seguro, Uruçuca, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, 1	Aplicar fungicidas; efetuar leitura de resultados em uma área visando à avaliação do manejo integrado da vassoura-de-bruxa do cacaueiro.
05 a 08.10.10	I Curso de Análise de Risco de Pragas	Ceplac, Setor de Treinamento, Ilhéus, BA	Técnicos do Mapa, Ceplac - Cepec, 15	Participar de treinamento em ações de fiscalização, patrocinado pelo Departamento de Sanidade Vegetal do Mapa, especialmente sobre análise de risco de pragas.
15.10.10	Visita Técnica	Ceplac, Unidade de Biocontrole, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, diplomados da Adesg, 23	Apresentar para diplomados da Escola Superior de Guerra - Adesg, o processo de produção do Tricovab, a sintomatologia de Monilophthora perniciosa e o controle da vassoura-de-bruxa do cacaueiro.
18 a 21.10.10	Reunião Técnica	Mapa, DSV, Darp, Brasília, DF	Técnicos do Mapa, Ceplac - Cepec, 3	Discutir sobre análise de risco de pragas (ARP) de sementes fermentadas e secas de



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
				cacau provenientes de Togo, Camarões, Gana, Costa do Marfim, Indonésia.
25 a 29.10.10	Reunião Técnica	Ceplac, Setor de Treinamento, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Sueba, Cepec, Cenex, Gerência do Espírito Santo, 80	Participar da avaliação de pesquisas do Cepec; apresentar resultados obtidos por área de pesquisa.
10.11.10	Reunião Técnica	Ceplac, Centro de Extensão, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenex, Adab, Instituto Nacional Autónomo de Investigaciones Agropecuarias del Ecuador (Iniap), Corporación Colombiana de Investigación Agropecuaria (Corpoica), representantes da Associação dos Produtores de Cacau (APC), produtores, 35	Apresentar as palestras Estratégias da Pesquisa no Brasil, Karina Peres Gramacho; Estratégia de Prevenção da Monilíase na Bahia, Brasil, Givaldo Rocha Niella; Estratégias em Educação Sanitária na Bahia, Brasil, Catarina Mattos Sobrinho; Estratégias de Controle da Monilíase no Equador, Karina Sollis; Estratégias de Controle da Monilíase na Colômbia, Yeirme Jaimes; discutir aspectos técnicos relacionados a metodologias para prevenção e detecção da monilíase do cacaueiro e educação fitossanitária de produtores, trabalhadores rurais, comerciantes e indústrias da cadeia produtiva e do agronegócio cacau.
23 a 24.11.10	Capacitação Técnica	Camamu, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenex, 21	Capacitar técnicos em sintomatologia da monilíase, metodologia de prospecção, plano de contingência da monilíase do cacaueiro para o estado da Bahia.
30.11 a 02.12.10	VI Congresso Brasileiro de Micologia	Campus Darcy Ribeiro, Universidade, Universidade de Brasília, Brasília, DF	Técnicos da Ceplac - Cepec, micologistas brasileiros e estrangeiros, 628	Apresentar trabalhos técnico-científicos, participar de palestras, mesas redondas, seminários; manter intercâmbio com profissionais de instituições nacionais e internacionais de ensi-



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO E-VENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
				no e pesquisa.
7.12.10	Reunião Técnica	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Diret, Suepa, Sueba, Cepec, 12	Deliberar sobre a oficialização da sacarose como indutor de resistência em cacaueiros para o controle da vassoura-de-bruxa.
8.12.10	Reunião Técnica	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Diret, Sueba, Cepec, Cenex, APC, Amurc, Prefeitos Municipais de Itabuna, Uruçuca, produtores rurais, 200	Apresentar os avanços tecnológicos voltados ao desenvolvimento da cacaucultura; e as palestras: Melhoramento Genético do Cacaueiro, Uilson Vanderlei Lopes; Doenças do Cacaueiro e seu Controle, Edna Doara Martins Newman Luz; Solos e Nutrição do Cacaueiro, George Andrade Sodré; Fisiologia da Produção do Cacaueiro, Raul René Válle; Polinização do Cacaueiro, Kazuiyuki Nakayama; Economia do Cacau, Almir Martins.
8.12.10	Visita Técnica	Instituto Biofábrica de Cacau, Banco do Pedro, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec/Esomi, Biofábrica, 5	Avaliar o ensaio de indução de resistência em cacaueiros no controle da vassoura-de-bruxa, através da utilização da sacarose via sementes.

PUBLICAÇÕES

Geração de Tecnologias para o Desenvolvimento Tecnológico das Regiões Produtoras de Cacau (2127) / Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa (2143)

ALBUQUERQUE, P.S.B.; SILVA, S.D.V.M.; LUZ, E.D.M.N.; PIRES, J.L.; VIEIRA, A.M.C.; DEMÉTRIO, C.G.B.; PASCHOLATTI, S.F.; FIGUEIRA, A. Novel sources of witches' broom resistance (causal agent *Moniliophthora perniciosa*) from natural populations of *Theobroma cacao* from the Brazilian Amazon. *Euphytica*, Wageningen, 2010. v. 172, p. 125-138.

ARAÚJO, A. C.; SILVA, M.G.C.P.C.; MIDDLEJ, R.R.; SILVA, L.M.R.; ARAUJO, L.V. Viabilidade financeira da cultura do açaí para a produção de frutos na microrregião Ilhéus/Itabuna no estado da Bahia. In: XLVIII Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, Campo Grande, MS. 2010. Tecnologias, Desenvolvimento e Integração Social. Brasília: Sober, 2010.

ARAÚJO, A.C.; KHAN, A.S.; ARAUJO, L.V.; MIDDLEJ, R.R. Comercialização do mamão no extremo sul da Bahia. In: XXI Congresso Brasileiro de Fruticultura, Natal, RN, 2010. Frutas: Saúde, Inovação e Responsabilidade. Caçador, 2010.

ARAÚJO, A.C.; KHAN, A.S.; SILVA, L.M.R.; ARAUJO, L.V.; LEITE, J.B.V. Margem de comercialização e destino da produção do maracujá produzido no extremo sul da Bahia. In: XXI Congresso Brasileiro de Fruticultura, Natal, RN. 2010. Frutas: Saúde, Inovação e Responsabilidade. Caçador: Sociedade Brasileira de Fruticultura, 2010.

ARAÚJO, A.C.; SILVA, L.M.R.; KHAN, A.S.; ARAUJO, L.V. Fatores determinantes do nível tecnológico dos produtores de maracujá no extremo sul da Bahia. *Agrotrópica*, 2010. v. 22, p. 29-36.

ARAÚJO, I.S.; SOUZA FILHO, G.A.; PEREIRA, M.G.; INTORNE, A.C.; LOPES, U.V. Development of microsatellite markers for cocoa. In: The use of molecular biology techniques in search for varieties resistant to witches' broom disease of cocoa. Common Fund for Commodities, Amsterdam, 2010. p. 49-64.

ARAUJO, L.V.; PIRES, M.M.; ARAÚJO, A.C.; SÃO JOSÉ, A.R. Comercialização do maracujá produzido no extremo sul da Bahia. In: XXI Congresso Brasileiro de Fruticultura, Natal, RN, 2010. Frutas: Saúde, Inovação e Responsabilidade. Caçador, 2010.

ARAUJO, Q.R.; BARRETO, S.M.V.B. Plantas indicadoras de propriedades do solo e avaliações edáficas em comunidades rurais no Sul da Bahia. In: Novos olhares para o desenvolvimento regional sustentável: caminhos e perspectivas. Ed. Santa Cruz do Sul, RS. EDUNISC, 2010. p. 70-100.

ARAUJO, Q.R.; GATTWARD, J.N.; DANTAS, P.A.S.; RIBEIRO, D.O.; SANTOS, T.L.; SANTOS, L.C.; CARVALHO, J.C.R.; MANZ, J.; CHEPOTE, R.E.; SOUZA, L.S. Propriedades de um solo coeso de tabuleiro. In: XVIII Reunião Brasileira de Manejo e Conservação do Solo e da Água, Teresina, PI. Anais. 2010.

ARAUJO, Q.R.; KRAUSE, R.L.O.; SANTANA, S.O.; ARAUJO, T.G.; MENDONÇA, J.R.; TRINDADE, A.V. Evaluation of heavy metals in mangrove soil of the Graciosa River in Bahia, Brazil. In: ASA, CSSA, and SSSA. International Annual Meetings, 2010, Long Beach, CA, USA.

ARAUJO, Q.R.; OLIVEIRA, J.S.; ARAÚJO, M. Avaliação do uso da terra como subsídio ao ordenamento geoambiental da bacia de captação da barragem do Rio Iguape, Sul da Bahia. In: Novos olhares para o desenvolvimento regional sustentável: caminhos e perspectivas. Ed. Santa Cruz do Sul, RS. EDUNISC, 2010. p. 101-128.

ARAUJO, Q.R.; SANTANA, S.O.; DEL VAL, D.U.; FRANCO, M.A., FARIA FILHO, A.F. de. Solos da reserva particular do patrimônio natural da Serra do Teimoso, Jussari, Bahia. In: XVIII Reunião Brasileira de Manejo e Conservação do Solo e da Água, Teresina, PI. Anais. 2010.

BARROS, L.A.C.; AGUIAR, H.J.A.C.; MARIANO, C.S.F.; DELABIE, J.H.C.; POMPOLO, S.G. Cytogenetic characterization of the lower-Attine *Mycocepurus goeldii* (Formicidae: Myrmicinae: Attini). Sociobiology, 2010. 56(1):57-66.

BEZERRA, J.L.; DRECHSLER-SANTOS, E.R.; PEREIRA, J.; MAIA, L.C. *Symphaster ximeniae* sp. nov.: a rare asterinaceous fungus from Brazil.. Mycotaxon, 2010. v. 112, p. 219- 223.

BRAGA, D.L.; LOUZADA, J.N.C.; ZANETTI, R.; DELABIE, J.H.C. Avaliação rápida da diversidade de formigas em sistemas de uso do solo no Sul da Bahia. Neotropical Entomology, 2010. 39(4):464-469.

CARDOSO, I.N.; DELABIE, J.H.C.; DELLA LUCIA, T. Phenology of mating flight in *Ecitoninae* (Hymenoptera: Formicidae) in a Brazilian Atlantic Forest location. Annales de la Société Entomologique de France, 2010. In Press.

CEPLAC. Estação de Zootecnia do Extremo Sul. Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA, 2010. Folder. 4 p.

CLÉMENT, D.; GRAMACHO, K.P.; LOPES, U.V.; YAMADA, M.M.; PIRES, J.L.; LANAUD, C. Towards fine and physical mapping in the region of QTL for resistance to witches' broom (*Moniliophthora perniciosa*), originating from Scavina-6 source. In: The use of molecular biology techniques in search for varieties resistant to witches' broom disease of cocoa. Common Fund for Commodities, Amsterdam, 2010. p. 171-180.

COSTA, J. de C. do B.; RESENDE, M.L.V.; RIBEIRO JUNIOR, P.M.; CAMILO, F.R.; MONTEIRO, A.C.A.; PEREIRA, R.B. Indução de resistência em mudas de cacaueiro contra *Moniliophthora perniciosa* por produto à base de mananoligossacarídeo fosforilado. Tropical Plant Pathology, 2010. v. 35, p. 285-294. Impresso.

CUNHA, M.; KELLER, D.G.; BUSTAMANTE FILHO, I.C.; MAGALHÃES, J.A.S., GOMES, V.D.; SOUZA, W.; MOURA, J.IL., BEZERRA, J.L., MIGUENS, F.C. Fine structure of phloematic trypanosomatid-coconut tree. Journal of General Plant Pathology, 2010. v. 76, p.74-83.

81

DANTAS NETO, A.; SANTOS, R.C. Validate generated molecular markers for resistance to witches' broom disease of cocoa. In: The use of molecular biology techniques in search for varieties resistant to witches' broom disease of cocoa. Common Fund for Commodities, Amsterdam, 2010. p. 140-150.

DEJEAN, A.; LEROY, C.; CORBARA, B.; CÉRÉGHINO, R.; ROUX, O.; HÉRAULT, B.; ROSSI, V.; GUERRERO, R.J.; DELABIE, J.H.C.; ORIVEL, J.; BOULAY, R. A temporary social parasite of tropical plant-ants improves the fitness of a myrmecophyte. Naturwissenschaften, 2010. 97(10): 925-934. doi:10.1007/s00114-010-0710-y.

DELABIE, J.H.C.; ROCHA, W.D.; ALVES, F.Q.; SANTOS, J.R.M.; JAHYNY, B.; SANTOS, P.P.; MARIANO, C.S.F.; JARED, C.; NAKAYAMA, K.; VASCONCELLOS, A. conservation of native invertebrates in Brazilian cocoa agroforestry, implications for biological control, pollination and soil resources cycling. Abstract, Association for Tropical Biology and Conservation. Meeting, Bali, Indonésia, 2010. p. 17.

DELABIE, J.H.C.; ROCHA, W.D.; FEITOSA, R.M.; DEVIENNE, P.; FRESNEAU, D. *Gnamptogenys concinna* (F. Smith, 1858): nouvelles données sur sa distribution et commentaires sur ce cas de gigantisme

dans le genre *Gnamptogenys* (Hymenoptera, Formicidae, Ectatomminae). Bulletin de la Société Entomologique de France, 2010. 115(3):269-277.

FERREIRA, R.S.; POTEAUX, C.; DELABIE, J.H.C.; FRESNEAU, D.; RYBAK, F. Stridulations reveal cryptic speciation in Neotropical sympatric ants. PLoS ONE, 2010. 5(12):e15363. doi: 10.371/journal.pone.0015363.

FONTANA, R.; WETLER, R.M.C.; AQUINO, R.S.S.; ANDRIOLI, J.L.; QUEIROZ, G.R.G.; NASCIMENTO, I.C.; DELABIE, J.H.C. Disseminação de bactérias patogênicas por formigas (Hymenoptera: Formicidae) em dois hospitais do Nordeste do Brasil. Neotropical Entomology, 2010. 39(4):655-663.

FOUCAUD, J.; ORIVEL, J.; LOISEAU, A.; DELABIE, J.H.C.; JOURDAN, H.; KONGHOULEUX, D.; VONSHAK, M.; TINDO, M.; MERCIER, J.L.; FRESNEAU, D.; MIKISSA, J.B.; MCGLYNN, T.; MIKHEYEV, A.S.; OETTLER, J.; ESTOUP, A. Worldwide invasion by the little fire ant: routes of introduction and eco-evolutionary pathways. Evolutionary Applications, 2010. 3(4):363-374. doi:10.1111/j.1752-4571.2010.00119.x

GROC, S.; DELABIE, J.H.C.; LONGINO, J.T.; ORIVEL, J.; MAJER, J.D.; VASCONCELOS, H.L.; DEJEAN, A. A new method based on taxonomic sufficiency to simplify studies on Neotropical ant assemblages. Biological Conservation, 2010. 143:2832-2839.

GUERRERO, R.J.; DELABIE, J.H.C.; DEJEAN, A. Taxonomic contribution to the aurita group of the ant genus *Azteca* (Formicidae: Dolichoderinae). Journal of Hymenoptera Research, 2010. 19(1):51-65.

HORA, R.R.; DELABIE, J.H.C.; SANTOS, C.G.; SERRÃO, J.E. *Glandular epithelium* as a possible source of a fertility signal in *Ectatomma tuberculatum* (Hymenoptera: Formicidae) queens. PLoS ONE, 2010. 5(4):e10219. doi: 10.1371/journal.pone.0010219.

LEPONCE, M.; MEYER, C.; HÄUSER, C.L.; BOUCHET, P.; DELABIE, J.; WEIGT, L.; BASSET, Y. Challenges and solutions for planning and implementing large-scale biotic inventories. Abc Taxa, 2010. 8(1):18-48. ISSN 1784-1283 & ISSN 1784-1291. Online.

LOPES, D.T.; LOPES, J.; NASCIMENTO, I.C.; DELABIE, J.H.C. Diversidade de formigas epígeas (Hymenoptera: Formicidae) em três ambientes no Parque Estadual Mata dos Godoy, Londrina, PR. Iheringia, Série Zoologia, 2010. 100(1):84-90.

MOURA, J.I.L.; CIVIDANES, F.J.; PIRES, J.L.; SANTOS, L.P.; SANTOS, E.A.; VALLE, R.R.; DELABIE, J.H.C. Behavior of *Curculionidae* pollinators on oil palm inflorescences in the state of Bahia, Brazil. *Agrotrópica*, 2010. 22(1):45-50.

NEVES, F.S.; BRAGA, R.F.; ESPIRITO-SANTO, M.M.; DELABIE, J.H.C.; FERNANDES, G.W.; SANCHEZ-AZOFEIFA, G.A. Diversity of arboreal ants in a Brazilian tropical dry forest: effects of seasonality and successional stage. *Sociobiology*, 2010. 56(1):177-194.

DUARTE, W.B.; SODRÉ, G.A. Avaliação da capacidade de enraizamento de cinco espécies de *Theobroma*. In: XVI Seminário de Iniciação Científica da Uesc, Ilhéus, BA. Anais. 2010.

FALEIRO, F.G.; PEREIRA, M.G.; CLÉMENT, D.; LOPES, U.V.; YAMADA, M.M.; ARAÚJO, I.S.; PIRES, J.L.; PEREIRA, J.L.M. Mapping genes of resistance in cocoa. In: The use of molecular biology techniques in search for varieties resistant to witches' broom disease of cocoa. Common Fund for Commodities, Amsterdam, 2010. p. 27-49.

FARIA FILHO, A.F. de, ARAUJO, Q.R. Análise temporal da precipitação no município de Itabuna. *Primeiras & Melhores*. Itabuna, BA. 2010. p. 37-39.

GRAMACHO, K.P.; PIRES, J.L.; LOPES, U.V.; SUAREZ-CAPELLO, C.; GARDINI, E.A.; HIDALGO, K.S.; OLIVEIRA, M.L. New insights in genetic diversity of *Moniliophthora perniciosa* from the American Tropics. In: The use of molecular biology techniques in search for varieties resistant to witches' broom disease of cocoa. Common Fund for Commodities, Amsterdam, 2010. p. 65-84.

HANADA, R.E.; POMELLA, A.W.V.; COSTA, H.S.; BEZERRA, J.L.; LOGUERCIO, L.L.; PEREIRA, J.O. Endophytic fungal diversity in *Theobroma cacao* (cacao) and *T. grandiflorum* (cupuaçu) and their potential for growth promotion and biocontrol of black-pod disease. *Fungal Diversity*, 2010. v. 114, p. 901-910.

HIDALGO, K.S.; CAPELLO, C.S.; GRAMACHO, K.P.; PIRES, J.L.; LOPES, U.V.; PEREIRA, J.L. Genetic diversity of *Moniliophthora perniciosa* populations from cocoa in Ecuador. In: The use of molecular biology techniques in search for varieties resistant to witches' broom disease of cocoa. Common Fund for Commodities, Amsterdam, 2010. p. 85-100.

HORA, R.R.; DELABIE, J.H.C.; SANTOS, C.G.; SERRÃO, J.E. Glandular epithelium as a possible source of a fertility signal in *Ectatomma tuberculatum* (Hymenoptera: Formicidae) queens. PLoS ONE, 2010. 5(4):e10219.

LEITE, J.B.V.; SODRÉ, G.A.; SACRAMENTO, C.K. Desenvolvimento inicial do cacaueiro no semiárido da Bahia. In: XXI Congresso Brasileiro de Fruticultura, Natal, RN. Anais. 2010.

LEITE, J.B.V.; SODRÉ, G.A.; VALLE, R.R.; MARROCOS, P.C.L.; SACRAMENTO, C.K. Produção inicial do cacaueiro o semiárido da Bahia. In: XXI Congresso Brasileiro de Fruticultura, Natal, RN. Anais. 2010.

LEITE, M.S.B.; MARROCOS, P.C.L.; SODRÉ, G.A.; PIRES, J.L. Percepção de produtores rurais sobre uso da cal hidratada no cacaueiro, na região sul da Bahia. In: XVI Seminário de Iniciação Científica da Uesc, Ilhéus, BA. Anais. 2010.

LIMA, L.S.; GRAMACHO, K.P.; PIRES, J.L.; CLÉMENT, D.; LOPES, U.V.; CARELS, N.; SILVA GESTEIRA, A.; GAIOTTO, F.A.; CASCARDO, J.C.M.; MICHELI, F. Development, characterization, validation, and mapping of SSRs derived from *Theobroma cacao* L. *Moniliophthora perniciosa* interaction ESTs. Tree Genetics & Genomes, 2010. p. 1. Print.

LIMA, L.S.; GRAMACHO, K.P.; PIRES, J.L.; CLÉMENT, D.; LOPES, U.V.; CARELS, N.; GESTEIRA, A.S.; GAIOTTO, F.A.; CASCARDO, J.C.M.; MICHELI, F. Development, characterization, validation, and mapping of SSRs derived from *Theobroma cacao* L. *Moniliophthora perniciosa* interaction ESTs. Tree Genetics & Genomes, 2010. p. 1- 13. (Online DOI. 10.1007/ s11295-0282-1).

LUZ, E.D.M.N.; VAZ, A.B.; SILVA, S.D.V.M.; [OLIVEIRA, M.L.](#) Histopathology of the interaction *Phytophthora palmivora* x *pejibaye*. In: XIX International Mycology Congress, The Biology of Fungi, Edimburgo, 2010. IMC9, The Biology of Fungi. Edimburgo: International Mycology Society, 2010. v. 1. p. 121-121.

MACEDO, R.; TARRÉ, R.M.; FERREIRA, E.; REZENDE, C.P.; PEREIRA, J.M.; CADISCH, G.; ALVES, B.J.R.; URQUIA, G.A.; BODDEY, R.M. Evaluation of forage intake and botanical composition for beef cattle fed *Brachiaria dictyoneura*/desmodium ovalifolium mixturas. Science Agrícola, 2010. v. 67, p.384-392.

MAGALHÃES, J.T.; SODRÉ, G.A.; VISCOGLIOSI, H.; GRENIER-LOUSTALOT. Occurrence of *Ochratoxin A* in brasilian cocoa beans. Food Control, 2010. v. 22, p. 744-748.

MARQUES, J.R.B. Melhoramento genético da seringueira para área de ocorrência de *Microcyclus ulei*. In: II Congresso Brasileiro de Heveicultura. Agronegócio Borracha: Desenvolvimento Sustentável com Ênfase na Inclusão Social, 2., Ilhéus, BA, 2010. CD-ROM 6-006.

MARQUES, J.R.B. O emprego da seringueira em substituição à eritrina no sombreamento do cacaueiro. In: II Congresso Brasileiro de Heveicultura. Agronegócio Borracha: Desenvolvimento Sustentável com Ênfase na Inclusão Social, 2., Ilhéus, BA, 2010. CD-ROM 6-006.

MARQUES, J.R.B.; ABREU, A.E.; MONTEIRO, W.R.; LOPES, U.V. Influência do método de plantio no crescimento da seringueira (*Hevea brasiliensis*) estabelecida em sistema agroflorestal com o cacaueiro (*Theobroma cacao*). In: II Congresso Brasileiro de Heveicultura. Agronegócio Borracha: Desenvolvimento Sustentável com Ênfase na Inclusão Social. Ilhéus, 2., Ilhéus, BA, 2010. CD-ROM 6-006.

MARQUES, J.R.B.; MANDARINO, E.P.; MONTEIRO, W.R. Sistemas agroflorestais como formas alternativas de plantio de seringueira-cacaueiro e produção de alimentos no sul da Bahia. In: II Congresso Brasileiro de Heveicultura. Agronegócio Borracha: Desenvolvimento Sustentável com Ênfase na Inclusão Social, 2., Ilhéus, BA, 2010. CD-ROM 6-006.

MARROCOS, P.C.L.; SODRÉ, G.A.; RIBEIRO, M.A.Q.; LEITE, M.S.B.; VALLE, R.R. Deficiência de macronutrientes em mudas de cacaueiro (*Theobroma cacao*). In: XXI Congresso Brasileiro de Fruticultura, Natal, RN. Anais. 2010.

MEDEIROS, F.H.V.; POMELLA, A.W.; SOUZA de, J.T.; NIELLA, G.R.; VALLE, R.R.; BATEMAN, R.P.; FRAVEL, D.; VINYARD, B.; HEBBAR, P.K. A novel, integrated method for management of witches' broom disease in cacao in Bahia, Brazil. Crop Protection, 2010. 29:704-711.

MOURA, J.I.L.; CEVIDANES, F.J.; [PIRES, J.L.](#); SANTOS, L.P.; SANTOS, E.S.; VALLE, R.R.; [DELABIE, J.H.C.](#) Comportamento dos Curculionídeos polinizadores sobre as inflorescências do dendezeiro no Estado da Bahia, Brasil. Agrotrópica, 2010. v. 22 (1):45-50.

MOURA, J.I.L.; JUNIOR, E.C. Ocorrência de *Thecla ortygnus* (*Oenomaus ortygnus*) (Lepidoptera, Lycaenidae) em gravioleiras no sudoeste da Bahia. Agrotrópica, 2010. v. 22 (1): 51-51.



NEVES, F.L.; CABRAL, W.S.; KERSUL, M.G.; MELO, H.L.; LAVIGNE, A.M.; SODRÉ, G.A.; SACRAMENTO, C.K. Germinação de sementes e crescimento de plântulas de rambuteira (*Nephelium lappaceum*) em diferentes substratos. In: XXI Congresso Brasileiro de Fruticultura, Natal, RN. Anais. 2010.

OLIVEIRA, M.L.; NIELLA, G.R.; VELOSO, J.L.; SILVA, E.C.; NIELLA, A.R.R. Manejo integrado da vassoura-de-bruxa do cacaueiro no sul da Bahia. *Tropical Plant Pathology*, 2010. 35: S106. Suplemento.

PATROCÍNIO, R.C.; SODRÉ, G.A. Efeito do porta enxerto sobre a nutrição mineral em cacaueiro. In: XVI Seminário de Iniciação Científica da Uesc, Ilhéus, BA. Anais. 2010.

PEIXOTO, A.V.; CAMPIOLO, S.; DELABIE, J.H.C. Basic ecological information about the threatened ant, *Dinoponera lucida* Emery (Hymenoptera: Formicidae: Ponerinae), aiming its effective long-term conservation. 2010. pp. 183-213. In Tepper, G.H. (Ed.). *Species Diversity and Extinction*. Nova Science Publisher, Inc., New York, ISBN: 978-61668-343-6; ISBN: 978-1-61668-406-8. Eboock.

RESENDE, H.C.; YOTOKO, K.S.C.; DELABIE, J.H.C.; COSTA, M.A.; CAMPIOLO, S.; TAVARES, M.G.; CAMPOS, L.A.O.; FERNANDES-SALOMÃO T.M. Pliocene and pleistocene events shaping the genetic diversity within the central corridor of Brazilian Atlantic Forest. *Biological Journal of the Linnean Society*, 2010. 101(4):949-960. doi: 10.1111/j.1095-8312.2010.01543.x.

SANTOS, I.S.; COSTA, M.A.; MARIANO, C.S.F.; DELABIE, J.H.C.; ANDRADE-SOUZA, V.; SILVA J.G. A cytogenetic approach to the study of Neotropical *Odontomachus* and *Anochetus ants* (Hymenoptera: Formicidae). *Annals of the Entomological Society of America*, 2010. 103(3):424-429.

SANTOS, P.P.; VASCONCELLOS, A.; JAHYNY, B.; DELABIE, J.H.C. Ant fauna (Hymenoptera; Formicidae) associated to arboreal nests of *Nasutitermes* spp. (Isoptera, Termitidae) in a cacao plantation in southern Bahia, Brazil. *Revista Brasileira de Entomologia*, 2010. 54(3):450-454.

SCHROTH, G.; DELABIE, J., FARIA, D. Cocoa agroforestry: opportunities and challenges for tropical conservation (Symposium #07). Abstract, Association for Tropical Biology and Conservation. Meeting, Bali, Indonésia, 2010, p. 14.

PEREIRA, J.; BEZERRA, J.L., DRECHSLER-SANTOS, E.R.; MAIA, L.C. First report of *Phyllachora serjaniicola* causing tar-spot on *Cardiospermum grandiflorum*.. *Fitopatologia Brasileira*, 2010. Impresso. (Cesou em 2007. Cont. ISSN 1982-5676 *Tropical Plant Pathology*, 2010. v.35, p. 250-252, Impresso.

PEREIRA, J.; ROGERS, J.; BEZERRA, J.L. New *Annulohypoxylon* species from Brazil.. Mycologia, 2010. v. 102, p.248-252.

PEREIRA, J.L.; LOPES, U.V. (Eds). The use of molecular biology techniques in search for varieties resistant to witches' broom disease of cocoa. Common Fund for Commodities, Amsterdam, 2010. 227 p.

PIRES, J.L.; GRAMACHO, K.P.; MELO, G.R.P.; YAMADA, M.M.; MARITA, J.; FALEIRO, F.G.; LUZ, E.D.M.N; FIGUEIRA, A.; PINTO, L.R.M; LOPES, U.V.; MONTEIRO, W.R.; CRUZ, C.D. Cocoa breeding program. In: The use of molecular biology techniques in search for varieties resistant to witches' broom disease of cocoa. Common Fund for Commodities, Amsterdam, 2010. p. 126-139.

REHEM, B.C.; ALEMEIDA, A.A.F.; [MIELKE, M.S.](#); [GOMES, F.P.](#); VALLE, R.R. Photosynthetic and growth responses of *Theobroma cacao* L. clones to waterlogging. Journal of Tropical Agriculture, 2010. 48:17-22.

REHEM, B.C.; [ALMEIDA, A.A.F.](#); CORRÊA, R.X.; GESTEIRA, A.S.; [YAMADA, M.M.](#); VALLE, R.R. Genetic mapping of *Theobroma cacao* (Malvaceae) seedlings of the Parinari series, carriers of the letal gene *Lutheus-Pa*. Genetics and Molecular Research, 2010. v. 9, p. 1775-1784.

RESENDE, C.P.; MACEDO, T.M.; PEREIRA, J.M. Características estruturais e morfogênicas em cultivares de leguminosas forrageiras tropicais. In. 47ª. Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, Sociedade Brasileira de Zootecnia, Salvador, BA. Anais, 2010. CD-ROM.

RESENDE, C.P.; MACEDO, T.M.; PEREIRA, J.M.; MAZZOTTI, B.; LIMA, L.V.; CRUZ, W.S. Fluxo de biomassa em cultivares de capim humidícola sob pastejo. In. 47ª. Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, Sociedade Brasileira de Zootecnia, Salvador, BA. Anais, 2010. CD-ROM.

RESENDE, M.L.V.; COSTA, J. de C. do B. ; PEREIRA, L.M. ; PEREIRA, R.B.; BOSCO, R. Inducing resistance in cocoa against witches' broom disease: a case study. In: Núcleo de Estudos em Fitopatologia. (Org.). X Anais do Simpósio de Controle de Doenças de Plantas e V Reunião Brasileira sobre Indução de Resistência. 1 Ed. Brasília: Sociedade Brasileira de Fitopatologia, 2010. v. 1, p. 117-142.

ROCHA, F.B.; BARRETO, R.W.; BEZERRA, J.L., MEIRA NETO, J.A.A. Foliage mycobiota of *Coussapoa floccosa*, a highly threatened tree of the Brazilian Atlantic. Mycologia, 2010. v. 102, p.1240 -1252.

SANTANA, S.O.; ARAUJO, Q.R.; del Val, D.U.; FRANCO, M.A.; MENDONCA, E.S.; FARIA FILHO, A.F. de. Solos da bacia hidrográfica do Rio Teimoso, Jussari, Bahia, Brasil. Boletim Técnico da Ceplac/Cepec N^o 198, 2010. p. 1-40.

SANTOS, I.S.; COSTA, M.A.; MARIANO, C.S.F.; DELABIE, J.H.C.; ANDRADE-SOUZA, V.; SILVA J.G. A cytogenetic approach to the study of Neotropical *Odontomachus* and *Anochetus* ants (Hymenoptera: Formicidae). Annals of the Entomological Society of America, 2010. 103(3): 424-429.

SANTOS, M.V.O. dos; LUZ, E.D.M.N.; BEZERRA, J.L Isolamento e identificação de *Clonostachys compactiuscula*, agente biocontrolador de *Phytophthora* spp. In: VI Congresso Brasileiro de Micologia, Brasília, DF, 2010. p. 498-498.

SANTOS, M.V.O. dos; LUZ, E.D.M.N.; BEZERRA, J.L.; SILVA, S.D.V.M.; ARAÚJO, D.C.S. de. *Trichoderma* spp. isolados no sul da Bahia como agentes de biocontrole de *Phytophthora* spp. In:VI Congresso Brasileiro de Micologia, Brasília, DF, 2010. p. 495-496.

SANTOS, M.V.O. dos; LUZ, E.D.M.N.; SILVEIRA, A.; [SANTOS, A.F. dos](#). Compatibilidade sexual entre isolados de *Phytophthora nicotianae* e patogenicidade a espécies vegetais. Agrotrópica, 2010. v. 22, p. 89-98.

SILVA, S.D.V.M.; LUZ, E.D.M.N.; PIRES, J.L.; YAMADA, M.M.; SANTOS FILHO, L.P. Parent selection for cocoa resistance to witches' broom. Pesquisa Agropecuária Brasileira (1977. Impressa). 2010. v. 45, p. 680-685. Online.

SODRÉ, G.A.; ANDRADE, E.M.; SANTOS, G.L. Efeito do diâmetro sobre o enraizamento de estacas ortotrópicas de cacaueiro. In: XXI Congresso Brasileiro de Fruticultura, Natal, RN. Anais. 2010.

SODRÉ, G.A.; MARROCOS, P.C.L.; PACHECO, R.G. Qualidade de mudas de cacaueiro produzidas por estaquia e transportadas sem substrato. Magistra, 2010. v. 22, p.119-122.

SODRÉ, G.A.; MARROCOS, P.C.L.; VALLE, R.R.; VENTURINI, M.T. Caracterização química do extrato do fruto do cacaueiro para uso como indutor de enraizamento. In: XXI Congresso Brasileiro de Fruticultura, Natal, RN. Anais. 2010.

TOCAFUNDO, F.; SANTOS, T.R.; BEZERRA, J.L.; LUZ, E.D.M.N. Avaliação de isolados de *Trichoderma* spp. no controle de *Phytophthora palmivora* em frutos de mamoeiro. *Agrotrópica*, 2010. v. 22, p. 37-44.

VAZ, A.B.; LUZ, E.D.M. N. NIELLA, G.R.; OLIVEIRA, M.L.; NIELLA, A.R.R.; ARAÚJO, D.C.S.; VILLENSE, M.L. Antagonismo *in vitro* de isolados de *Trichoderma* sp. sobre *Phytophthora palmivora* patogênico à pupunheira. *Tropical Plant Pathology*, 2010. 34:S34. Suplemento.

VAZ, A.B.; LUZ, E.D.M.N.; OLIVEIRA, M. L.; Parada, M. G. Avaliação de métodos para inoculação de *Phytophthora palmivora* em plântulas de pupunheira. *Tropical Plant Pathology*, 2010. 35:S291. Suplemento.

VENTURINI, M.T.; SODRÉ, G.A.; RIBEIRO, D.O. Crescimento de mudas de cacaueiro em resposta à aplicação foliar de extrato da casca do fruto. *In*: XXI Congresso Brasileiro de Fruticultura, Natal, RN. Anais. 2010.

VITÓRIA, N.S.; BEZERRA, J.L.; GRAMACHO, K.P. A simplified DNA extraction method for PCR analysis of *Camarotella* spp. *Brazilian Archives of Biology and Technology*. 2010. v. 53, p. 249 - 252.

YAMADA, M.M.; FALEIRO, F.G.; LOPES, U.V.; FLORES, A.B.; PIRES, J.L.; MELO, G.R.P. Genetic divergence in cocoa progenies for backcrossing program to witches' broom disease resistance. *Revista Ceres*, 2010. v. 57, p. 73-78.

YAMADA, M.M.; FALEIRO, F.G.; MORENO-RUIZ, M.A. Contribuições da genética molecular para o programa de melhoramento do cacaueiro visando resistência a vassoura-de-bruxa no sul da Bahia. *Boletim Técnico Ceplac/Cepec* N° 199, 2010. 20 p.

YAMADA, M.M.; FALEIRO, F.G.; SANTOS, B.B.F.; PASSINHO, M.M. Relação entre incompatibilidade e variabilidade genética com base em marcadores RAPD em clones de cacaueiro. *Agrotrópica*, 2010. v. 22, p. 11-16.

YAMADA, M.M.; Lopes, U.V.; FALEIRO, F.G.; PIRES, J.L. Genetic diversity in cocoa. *In*: The use of molecular biology techniques in search for varieties resistant to witches' broom disease of cocoa. *Common Fund for Commodities*, Amsterdam, 2010. p. 113-125.



PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Coordenação Internacional

Projeto

CFC/ICCO/Ceplac Vassoura-de-Bruxa Biologia Molecular.

Objetivo

O uso de técnicas da biologia molecular em busca de variedades de cacau resistentes a vassoura-de-bruxa.

Título do livro

O uso de técnicas da biologia molecular em busca de variedades de cacau resistentes a vassoura-de-bruxa - Um registro dos avanços alcançados pelo projeto.

Editores

João Louis Pereira, Uilson Vanderlei Lopes (preparo, tradução e editoria do CFC Livro Técnico N.º 55, solicitado pelo Fundo Comum de Commodities (CFC), em função do sucesso dos resultados obtidos pelo projeto).

Composição

13 capítulos, 227 páginas de textos, gráficos e figuras.

90

Outras Atividades

Acordo Bilateral de Cooperação Técnica Brasil / Malásia

Proposta de acordo bilateral entre os dois países, tendo por objetivo cultivos agrícolas, principalmente cacau, dendê e seringueira.

Projeto Internacional

Projeto sobre Melhoramento Preventivo para Doenças do Cacaueiro, a ser financiado com fundos externos, tendo o governo do Brasil como agente executor, e com participação de países produtores de cacau da África, Ásia e Américas, dois de cada região.

Participação em Eventos

73ª. Reunião da Assembléia Geral da Aliança dos Países Produtores de Cacau (Copal), de 20 a 23 de setembro de 2010, Kuala Lumpur, Malásia.

Reunião do Conselho de Ministros da Aliança dos Países Produtores de Cacau (Copal), 24 de setembro de 2010, Kuala Lumpur, Malásia



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES AGROENERGÉTICA DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU - DESENAGROEN			
Produto constante na Lei 11.306/2006	Programado	Realizado	Meta para 2010
Outros produtos			
Pesquisa desenvolvida (un)	0	1	
Tecnologia trabalhada (un)	5	6	
Projetos em execução (un)	1	1	
Análise laboratorial realizada (un)	0	0	
Informações Complementares			
Progenie trabalhada (un)	5	10	
Outros produtos			
Trabalhador treinado (un)	0	46	
Visita nacional realizada (un)	0	1	
Reunião nacional realizada (un)	0	11	
Dia de campo realizado (un)	0	1	
Evento realizado (un)	0	15	
Certificado emitido (un)	0	0	



PESQUISA DESENVOLVIDA

1. Determinada a influência do tempo de fervura no processo de purificação do óleo em unidades artesanais, sobre a acidez e teor de umidade final do óleo, fator determinante da qualidade do produto final.

RESULTADOS DE PESQUISAS

1. O diagnóstico de dendeicultura realizado nos territórios do Recôncavo e Baixo Sul, abrangendo 18 municípios propiciou a geração de inúmeros resultados tais como: número de propriedades envolvidas com a atividade dendê por município, número de unidades de extração de óleo, distancia média da propriedade para a sede do município, tamanho médio da propriedade variou de 0,5 a 2,631 ha, tendo média de 25,3 ha de área total, uso do solo nas propriedades dendeícolas, área ocupada com dendezaís subespontâneo em monocultivo e em consórcio com outros cultivos, área ocupada com dendê Tenera em monocultivo e em consórcio, produção de cachos correspondentes a 28.500 t na área de abrangência do diagnóstico nos dendezaís subespontâneos e 6.141 t nas áreas com dendezaís Tenera. No manejo e transporte da produção foi possível destacar os fatores que contribuem para a obtenção de óleo de qualidade inferior, destacando-se o tempo decorrido entre a colheita, transporte e início do processo de extração que em média durou 15 dias na safra e 20 a 30 dias na entressafra; capacidade média de área de processamento por município e tipo de unidade destacando-se o município de Valença com maior capacidade e Ituberá com a menor; a origem da matéria prima utilizada nas unidades de extração de óleo e tipo de transporte utilizado e finalmente destino dos resíduos e efluentes gerados no processo produtivo.
2. Com base nas informações geradas no diagnóstico foi possível projetar o potencial de incremento da produção com uso das tecnologias atualmente disponível.
3. O processo de produção de óleo de dendê no Baixo Sul gera efluentes da ordem de 210.000 m³ (Velloso e Souza, 2002) nas etapas de cozimento dos frutos, separação do óleo e na filtração e sedimentação. O efluente gerado é composto de 92,69 % de água que contém 12,37 % de resíduos sólidos e não voláteis e 5,75 % de gordura. A acidez do efluente gerado é de 8,72 %, a DBO média é de 42.750 (mg/L) dependendo da origem do efluente; a DQO média é de 145.000 (mg/L). Os equipamentos adquiridos com recursos do projeto possibilitam a utilização dos efluentes para fertirrigação ou tratamento para lançamento no manguezal ou direto nos cursos d'água.

92

TECNOLOGIAS TRABALHADAS

1. Desenvolvimento e confecção de equipamentos destinados a unidades de extração de óleo de dendê voltadas à pequena produção.
2. Acompanhamento de área experimental com híbridos interspecíficos de *Elaeis oleifera* x *Elaeis guineensis* nas condições do Sul da Bahia.
3. Condução de viveiro de mudas de híbridos de dendê Tenera destinado a compor área experimental de competição de variedades.
4. Recomendações de manejo de áreas experimentais com híbridos Tenera e híbridos interspecíficos O x G.

5. Preparo de área para instalação de experimento de competição de híbridos intraespecíficos de dendê.
6. Seleção de mudas em viveiro e balizamento de área destinada ao plantio de experimento de competição de híbridos Tenera no Baixo Sul da Bahia.
7. Plantio de mudas no experimento de competição de híbridos Tenera no Baixo Sul da Bahia.
8. Manutenção de dendezal em desenvolvimento instalado no sistema de renovação gradual.
9. Transferência de 10.000 mudas da fase de previveiro para o viveiro localizado na área de campo da Emarc, Valença, BA.
10. Coroamento e adubação de cobertura em dendezeiros em desenvolvimento.
11. Adaptação de protótipos compreendendo (esterilizador trapezoidal, debulhador de martelos, rosca transportadora, digestor prensa contínua, peneira vibratória, queimador de fibras, minicaldeira vertical, clarificador cilíndrico e tanque de armazenamento de óleo), desenvolvidos para extração de óleo de dendê.

PUBLICAÇÕES

MELO, J.R.V. et al. Relatório Técnico Final: Projeto Biodiesel de Dendê. Convênio Ceplac/Petrobrás. Ceplac, Ilhéus, BA. 2010. 242 p.

MELO, J.R.V. Modernização dos sistemas artesanais de extração de óleo de dendê. In: IV Congresso da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel, VII Congresso Brasileiro de Plantas Oleaginosas, Óleos, Gorduras e Biodiesel. Anais. (Eds). Pedro Castro Neto et al., Lavras, Ufla, MG, 2010. v. 2, p. 809-810.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



20.572.1409.8544.0001 - Desenvolvimento das Potencialidades Agroenergética das Regiões Produtoras de Cacau (8544)

DATA	TÍTULO DO EVENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
20.01.10	Reunião Técnica	Binagri / Mapa, Brasília, DF	Técnicos da Ceplac - Sueba, Embrapa, Mapa, MCT, MDA, MMA, MME, Casa Civil-PR, 10	Revisar a proposta da Agenda Estratégica da Câmara Setorial de Oleaginosas e Biodiesel.
27.01.10	Seminário, Políticas Públicas para o Agronegócio Dendê no estado da Bahia	Ceplac, Emarc / Valença, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenex, Ceduc, agricultores familiares, 100	Apresentar para agricultores familiares, os principais resultados de pesquisas geradas pelo Centro de Pesquisas do Cacau, exercício 2009.
22.02.10	Reunião Técnica	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenex, MDA, 7	Discutir o calendário de distribuição de mudas de dendê produzidas pela Ceplac para agricultores familiares do Baixo Sul.
10.03.10	Seminário, Uso da Energia Fotovoltaica	Hotel Catussaba, Salvador, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, empresas privadas, Universidades, Coelba, Petrobrás, 25	Apresentar casos de sucessos no emprego da energia solar.
10 a 11.03.10	Reunião Técnica	Ceplac, Setor de Treinamento, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Sueba, Cepec, Cenex, 50	Apresentar / discutir os resultados de pesquisas gerados no exercício 2009; diretrizes e linhas de pesquisas para a reestruturação programática do Centro de Pesquisas do Cacau.
11.03.10	Reunião Técnica	Binagri / Mapa, Brasília, DF	Técnicos da Ceplac - Sueba, Embrapa, Mapa, MCT, MDA, MMA, MME, Casa Civil-PR, 10	Revisar a proposta da Agenda Estratégica de Oleaginosas e Biodiesel.
16.03.10	Reunião Técnica	Seagri, Salvador, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenex, MDA, Seagri, 15	Discutir a transferências de mudas de dendê produzidas pela Ceplac



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO EVENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
				para a Empresa Biobrax, Una, BA.
23.03.10	Reunião Técnica	MDA, Brasília, DF	Técnicos da Ceplac - Diret, Cepec, MDA, 5	Discutir a transferência de mudas produzidas pela Ceplac para a Empresa Biobrax, Una, BA.
08 a 09.04.10	Oficina, Planejamento Participativo da Cadeia Produtiva do Dendê	Ceplac, Setor de Treinamento, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac- Cepec, Cenix, 30	Elaborar o planejamento participativo da Cadeia Produtiva do Dendê utilizando a metodologia JUT, listando no diagnóstico os pontos fortes e fracos da cadeia produtiva do dendê na Bahia; propor recomendações.
17 a 19.05.10	Encontro, Mobilização para Expansão da Denicultura no Polo Litoral Sul da Bahia	Municípios de Una, Santa Luzia e Canavieiras, BA	Representantes da Ceplac - Cepec, Seagri, Ebda, MDA, Biobrax, Sindicatos Rurais, agricultores familiares, 100	Mobilizar agricultores familiares do Polo Regional Litoral Sul com vistas ao recebimento de mudas de dendê produzidas pela Ceplac e realização futura de contratos de compra da matéria-prima pela Biobrax.
28.05.10	Reunião Técnica	Hotel Pestana, Salvador, BA	Representantes da Ceplac - Cepec, Seagri, Ebda, Adab, Mapa/SFA-BA, MDA, Fetag, Sebrae, BNB, BB, Secti, Unicafe, Biobrax, Comanche Biocombustíveis, Bioóleo Industrial, Brasil Ecodiesel, Coaibasul, Petrobrás, Bom Brasil, Opalma, Oldesa, Uesc, Coafti,	Discutir e apresentar propostas para a formulação de políticas de governo; colaborar na identificação das prioridades a serem estabelecidas na formulação das políticas públicas.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO EVENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
			Coopaf, MST, MLT, Fetraf, Sicm, Sema, Sedir, CAR, 30	
02.06.10	Reunião Técnica	Seagri, Salvador, BA	Técnicos Ceplac - Cepec, Seagri, Ebda, Petrobrás, Biooleo, Cooperativa de Produtos de Mamona, 20	Apresentar e discutir proposições acerca das cadeias produtivas de oleaginosas na Bahia.
18.06.10	Seminário, Agroenergia e Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau - Ações da Ceplac	Ceplac, Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Sueba, Cepec, Cenex, 20	Apresentar as ações desenvolvidas pela Ceplac e os resultados de pesquisas com dendê.
14.07.10	II Reunião da Câmara Setorial de Oleaginosas do estado da Bahia	Centro de Treinamento da Ebda, Salvador, BA	Técnicos Ceplac - Cepec, Seagri, Ebda, Petrobrás, cooperativas e empresas privadas, 12	Apresentar contribuições elaboradas pela Ceplac, visando à composição do planejamento estratégico para o setor.
09.08.10	I Conferência Estadual de Agricultura / Câmara de Oleaginosas - Propostas de Ações de Curto e Longo Prazo	Hotel Pestana, Salvador, BA	Representantes das instituições participantes, 40	Discutir propostas de ação de curto prazo no Eixo da Assistência Técnica e Pesquisa Desenvolvimento & Inovação.
19.08.10	Inauguração da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo	Sala de reunião da CNA, Mapa, Brasília, DF	Representantes do MAPA (SDC, SPA, Spae, Embrapa, Ceplac), Casa Civil, MDA, Mdic, MME, MMA, CNA, Contag, Agropalma, Denpasa, Abia, Abiove, Ubrabio, Ubabef, Petrobrás, Asbraer, Biovale e Abihapec, 40	Criação e instalação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO EVENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
24.08.10	Seminário, Acidez do Óleo de Dendê	Sindicato Rural de Camamu, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, MDA, Petrobrás, Cooperativas, processadores de óleo de dendê, agricultores familiares, 55	Proferir palestras sobre Manejo para redução da acidez do óleo de dendê e Microusinas e equipamentos para modernização de rodões.
25 a 26.08.10	Seminário, Produção Sustentável de Óleo de Palma na América Latina	Teatro Maria Sylvia Nunes, Estação das Docas, Belém, PA	Técnicos da Ceplac - Diret, Suepa, Cepec, Petrobrás, produtores de óleo de palma, industriais, 350	Participar, na qualidade de ouvinte, do Seminário, que teve como tema central "O Óleo de Palma como Modelo de Sustentabilidade e de Respeito ao Homem e à Amazônia".
06.09.10	Palestra. Produção de Óleo de Dendê para Biodiesel e outras finalidades	Plenário da Câmara de Vereadores de Taperoá, BA	Técnico da Ceplac - Cepec, agricultores familiares, 35	Divulgar sistema de produção de óleo de dendê, visando à melhoria da qualidade.
09.09.10	III Reunião da Câmara Setorial de Oleaginosas	Escritório da EBDA, Camamu, BA	Membros da Câmara Setorial de Oleaginosas, representantes de Cooperativas, Sindicatos, 20	Discutir a Cadeia Produtiva do Dendê, com ênfase em treinamento, equipamentos para extração de óleo, produção de sementes, crédito e assistência técnica.
15.09.10	III Reunião da Câmara Setorial de Oleaginosas	Centro de Treinamento da Ebda, Salvador, BA	Membros da Câmara Setorial de Oleaginosas, representantes de Cooperativas, Sindicatos, 30	Discutir proposta de criação de um Centro de Excelência em Dendê no Baixo Sul e de Mamona na região de Irecê, BA.
14.10.10	Reunião Técnica	Ceplac, Setor de Treinamento, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Petrobrás, Seagri, Ebda, Sindicatos Rurais e Cooperativas, 10	Discutir aspectos técnicos acerca do pre projeto de criação do Centro de Excelência do Dendê em Valença, BA.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



DATA	TÍTULO DO EVENTO	LOCAL	PARTICIPANTES	OBJETIVOS E RESULTADOS ALCANÇADOS
19 a 21.10.10	Curso, Nivelamento em Manejo e Processamento da Produção de Dendê	IFBaiano, Valença, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenex, 23	Nivelar conhecimentos entre os profissionais da extensão rural da Ceplac sobre o cultivo do dendeeiro; o aumento da produção; da produtividade e da melhoria da qualidade do óleo.
21.10.10	Dia de Campo	Unidade de Extração de Óleo de Dendê, distrito de Cajaíba, Valença, BA; Fazendas Conjunto Bela Vista / Boa Vista, Tape-roá, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Cenex, 23	Apresentar, in loco, os temas abordados durante a parte teórica do curso Nivelamento em Manejo e Processamento da Produção de Dendê.
25 a 29.10.10	Reunião Técnica	Ceplac, Setor de Treinamento, Ilhéus, BA	Técnicos da Ceplac - Sueba, Cepec, Cenex, Gerência do Espírito Santo, 80	Participar da avaliação de pesquisas do Cepec; apresentar resultados obtidos por área de pesquisa.
04.11.10	Reunião Técnica	Centro de Treinamento da Ebda, Salvador, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Petrobrás, Seagri, Ebda, Sindicatos Rurais e Cooperativas, 12	Discutir a criação do Centro de Excelência de Dendê em Valença, BA; apresentar informações sobre equipamentos e microusinas de extração de óleo de dendê desenvolvidas pela Ceplac.
29.11 a 5.12.10	Feira Nacional de Agropecuária do Estado da Bahia	Parque de Exposições, Salvador, BA	Técnicos da Ceplac - Cepec, Seagri, Ebda, 4	Divulgar o cultivo do dendeeiro como opção energética para produção de biodiesel.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.

ANÁLISE CRÍTICA DOS RECURSOS HUMANOS

Em decorrência da perda gradativa e permanente de pessoal, decorrentes de aposentadorias, desligamentos voluntários e mortes, é imperativo um esforço de recomposição do quadro de pessoal das atividades Fim e Meio do Centro de Pesquisas do Cacau, para continuidade de geração de conhecimentos básicos e desenvolvimento de tecnologias demandadas pelas atividades estabelecidas no Prodecau.

Fim.VF.CEPLAC.MAPA.CGU.TCU.15.07.2011.18h11m.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



ANEXO III – PLANO DE PROVIDÊNCIAS SOBRE DELIBERAÇÕES DO TCU

ANEXO III.I - QUADRO A.15.1 - DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2010, E O
ANEXO III.II - QUADRO A.15.2 - DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FI-
NAL DO EXERCÍCIO.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



NOTA EXPLICATIVA SOBRE Quadro A.15.1 e Quadro A.15.2:

QUANTO AOS QUADROS RELACIONADO A SEGUIR, TEMOS A INFORMAR QUE NÃO FOI POSSÍVEL COLETAR AS INFORMAÇÕES NA SUA TOTALIDADE. PORTANTO, ASSIM QUE OBTIVERMOS O PRONUNCIAMENTO DE TODO O UNIVERSO DAS UGS, CONFORME MINUTA DE REQUERIMENTO TRANSCRITO ABAIXO, É QUE ESSA UG – 130010 IRÁ SE REPORTAR SOBRE O REFERIDO TEMA.

QUADRO A.15.1 - DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2010, E O

QUADRO A.15.2 - DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.

A SEGUIR, O TEOR DO COMUNICADO SOLICITANDO AS RESPECTIVAS INFORMAÇÕES: Porém, as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão, bem como as informações do gestor sobre o não cumprimento das deliberações expedidas pelo Tribunal, ambas, ainda não foram estruturadas a contento, conforme expectativa, explicitadas nesta **NOTA EXPLICATIVA. Memorando Circular nº 138/2011-DIRET**, de 06 de abril de 2011.

Memorando Circular nº 138/2011-DIRET

Brasília-DF, 06 de abril de 2011.

Aos Superintendentes e Gerente Regionais

Assunto: **Reitera solicitação formulada através do Memorando Nº 026/2011-DIRET, de 27 de janeiro de 2011.**

1. Com o propósito de atender o Tribunal de Contas da União - TCU, a Controladoria-Geral da União - CGU e a Assessoria de Controle Interno do MAPA, face às recomendações contidas na Nota Técnica Nº 160/2011/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 21 de janeiro de 2011, conforme Ofício Nº 1.604/2011/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR e Memorando nº 026/2011/DIRET, de 27 de janeiro de 2011, cópia anexa, **REITERO** aos responsáveis das respectivas Unidades Jurisdicionadas desta CEPLAC as providências requeridas no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº **208379**.

2. Considerando que os fatos requeridos referem-se a ocorrências levantadas no exercício base de 2007, cujo instrumento de notificação foi retransmitido por esta DIRET por meio do Memo. nº 026, de 27 de janeiro de 2011, e ainda, o prazo limite para atendermos aos respectivos órgãos de controle, solicito o encaminhamento das providências, preferencialmente de forma digital, para o e-mail jurandy@ceplac.gov.br, pertinentes a “Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N.º 107, de 27/10/2010: “DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2010, DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO, bem como das “RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2010 e RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO”, impreterivelmente até o dia **08/04/2011**.

Atenciosamente,

Edmir Ferraz

Coordenador-Geral de Administração e Finanças

CEPLAC/DIRET



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



ANEXO IV – RECOMENDAÇÕES DO OCI - 1/1

ANEXO IV.I – QUADRO A.15.3 - RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2010 E

ANEXO IV.II – QUADRO A.15.4 - RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



NOTA EXPLICATIVA SOBRE Quadro A.15.3 e Quadro A.15.4:

QUANTO AOS QUADROS RELACIONADO A SEGUIR, TEMOS A INFORMAR QUE NÃO FOI POSSÍVEL COLETAR AS INFORMAÇÕES NA SUA TOTALIDADE. PORTANTO, ASSIM QUE OBTIVERMOS O PRONUNCIAMENTO DE TODO O UNIVERSO DAS UGS, CONFORME MINUTA DE REQUERIMENTO TRANSCRITO ABAIXO, É QUE ESSA UG – 130010 IRÁ SE REPORTAR SOBRE O REFERIDO TEMA.

QUADRO A.15.3 - RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2010 E

QUADRO A.15.4 - RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.

A SEGUIR, O TEOR DO COMUNICADO SOLICITANDO AS RESPECTIVAS INFORMAÇÕES: Porém, as informações do gestor sobre as **providências adotadas para dar cumprimento recomendações expedidas pelo OCI**, bem como as informações do gestor sobre as **justificativas para o seu não cumprimento da recomendação expedida pelo OCI**, ambas, ainda não foram estruturadas a contento, conforme expectativa, explicitadas nesta **NOTA EXPLICATIVA. Memorando Circular nº 138/2011-DIRET**, de 06 de abril de 2011.

Memorando Circular nº 138/2011-DIRET

Brasília-DF, 06 de abril de 2011.

Aos Superintendentes e Gerente Regionais

Assunto: **Reitera solicitação formulada através do Memorando Nº 026/2011-DIRET, de 27 de janeiro de 2011.**

1. Com o propósito de atender o Tribunal de Contas da União - TCU, a Controladoria-Geral da União - CGU e a Assessoria de Controle Interno do MAPA, face às recomendações contidas na Nota Técnica Nº 160/2011/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 21 de janeiro de 2011, conforme Ofício Nº 1.604/2011/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR e Memorando nº 026/2011/DIRET, de 27 de janeiro de 2011, cópia anexa, **REITERO** aos responsáveis das respectivas Unidades Jurisdicionadas desta CEPLAC as providências requeridas no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº **208379**.

2. Considerando que os fatos requeridos referem-se a ocorrências levantadas no exercício base de 2007, cujo instrumento de notificação foi retransmitido por esta DIRET por meio do Memo. nº 026, de 27 de janeiro de 2011, e ainda, o prazo limite para atendermos aos respectivos órgãos de controle, solicito o encaminhamento das providências, preferencialmente de forma digital, para o e-mail jurandy@ceplac.gov.br, pertinentes a “Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N.º 107, de 27/10/2010: “DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2010, DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO, bem como das “RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2010 e RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO”, impreterivelmente até o dia **08/04/2011**.”

Atenciosamente,

Edmir Ferraz

Coordenador-Geral de Administração e Finanças

CEPLAC/DIRET.



PODER EXECUTIVO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



Fim.VF.CEPLAC.MAPA.CGU.TCU.15.07.2011.18h11m.Pag.333.Palav.103.565.

REL.GESTOR.2010.CEPLAC.MAPA.TCU.CGU